



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
**PRINCÍPIOS E INDICADORES
AMBIENTAIS NOS RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE DAS
EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA
DE SANTA CATARINA: UMA
ANÁLISE BASEADA NA *GLOBAL
REPORTING INITIATIVE (GRI)***

LETÍCIA PALMA CAMARGO ROUMELIOTIS

FLORIANÓPOLIS, 2014

LETÍCIA PALMA CAMARGO ROUMELIOTIS

**PRINCÍPIOS E INDICADORES AMBIENTAIS NOS
RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DE
ENERGIA ELÉTRICA DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE
BASEADA NA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)***

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Graziela Dias Alperstedt, Dra.

**FLORIANÓPOLIS – SC
2014**

R859p

Roumeliotis, Letícia Palma Camargo.

Princípios e indicadores ambientais nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica de Santa Catarina: uma análise baseada na *Global Reporting Initiative (GRI)*. / Roumeliotis, Letícia Palma Camargo ; Orientadora: Graziela Dias Alperstedt. – Florianópolis, 2014.

380 f. : il ; 30 cm.

Incluem referências.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Mestrado em Administração, Florianópolis, 2014.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Indicadores ambientais. 3. Sustentabilidade. 4. Setor de energia elétrica. 5. *Global Reporting Initiative*. I. Alperstedt, Graziela Dias.

CDD: 320.12- 20 ed.

LETÍCIA PALMA CAMARGO ROUMELIOTIS

Princípios e indicadores ambientais nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica de Santa Catarina: uma análise baseada na *Global Reporting Initiative* (GRI).

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Orientadora:

Profa. Dra. Graziela Dias Alperstedt
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Prof. Dr. Nério Amboni
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Prof. Dr. Hans Michael van Bellen
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 23 de abril de 2014

Dedico esta dissertação às minhas filhas Gabriela e Isabela e ao meu marido Sacha, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estas linhas de agradecimento com as melhores intenções, mas sabendo de antemão que é tarefa impossível declarar a minha gratidão nomeadamente a cada uma das pessoas que me ajudaram a construir esta trajetória do Mestrado Profissional. Assim, inicio fazendo um agradecimento geral e especial a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse chegar ao ponto final deste trabalho.

Primeiramente, quero agradecer às minhas meninhas Gabriela e Isabela que me acompanharam diariamente ansiosas para que eu conseguisse terminar esta tal de dissertação. Agradeço a elas todo o carinho, compreensão, motivação, paciência e amor.

Ao meu marido Sacha agradeço sinceramente por todo o apoio logístico, paciência e companheirismo. Não irei esquecer que ele é a pessoa “no mundo” que mais assistiu a filmes infantis, quando eu o pedia para sair com as meninas para que o estudo pudesse render.

À minha irmã Carolina, minha melhor amiga da vida inteira, agradeço por todo o incentivo, pelas palavras motivadoras, por ter lido o trabalho ainda no começo e por ter insistido para que eu fizesse o Mestrado desde quando começou a trabalhar na Secretaria do Mestrado, no ano de 2004. Em 2011 ela conseguiu me convencer e finalmente, Carol, em 2014 podemos comemorar a conclusão desta etapa!

Aos meus pais, João e Ana, meus maiores exemplos de vida, agradeço muito e por tudo, sempre. O meu pai foi o primeiro ambientalista que conheci, um verdadeiro precursor da sustentabilidade. A minha mãe tem o maravilhoso dom de saber cuidar das pessoas e do meio ambiente. Neste trabalho, em especial, agradeço pelas leituras e valiosas correções e sugestões.

Aos meus sogros, Constantino e Milucha, agradeço pelo filho que casou comigo (rsrs!), pelas palavras de carinho e grande torcida para que eu conseguisse chegar logo ao fim desta jornada.

À Profa. Graziela Dias Alperstedt, minha orientadora, agradeço por todas as muitas horas de sábia orientação, com paciência, inclusive aos sábados e domingos, que foram fundamentais para que esta pesquisa se tornasse realidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da ESAG/UDESC, em especial à Profa. Cleirilei Bier e

Prof. Nério Amboni, que fizeram parte da banca de qualificação, agradeço por honrarem a profissão que escolheram e socializarem o seu conhecimento.

Meus agradecimentos ao Prof. José Fonseca, da ESAG, pela carta de recomendação ao Mestrado e palavras motivadoras ao longo do percurso e à Profa. Christiane Kleinübing Godoi, da Univali, pelas importantes colaborações em um momento decisivo do trabalho.

Agradeço aos professores Hans Michael van Bellen e Nério Amboni, que mesmo diante de tantos compromissos profissionais, aceitaram fazer parte da banca examinadora para dar sua contribuição à esta pesquisa.

À Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, pelo apoio financeiro concedido através da bolsa Promop e às queridas meninas da Secretaria do Mestrado: Carolina, Carla, Lizandra e Tatiane por estarem sempre prontas a ajudar, esclarecer dúvidas e desculpar meus pequenos atrasos na entrega de alguns relatórios (!).

Aos meus colegas de turma do Mestrado, agradeço o carinho. Agradeço a oportunidade de ter encontrado nesta turma as amigas especiais Rosângela, Gisele, Francili e Cláudia que, por incrível que possa parecer, tornaram muito divertidas as horas de aula, estudo e trabalho em equipe, facilitando a caminhada. À Fran agradeço especialmente a disposição em me auxiliar a desvendar os mistérios do Atlas.ti. À Gisele agradeço a enorme ajuda na preparação da apresentação para a defesa.

Ao Cauê, amigo do Mestrado e que muito me ajudou nos assuntos de Atlas.ti e nos momentos derradeiros desta dissertação com palavras de força, o meu muito obrigada.

Na vida “além-Mestrado” muitas pessoas se destacaram justamente por me tirarem um pouco do confinamento dos estudos. Agradeço aos meus irmãos, cunhados (as), sobrinhos (as), os momentos de alegria e descontração em família.

Agradeço às minhas super amigas do G8 LK, que me incentivaram e desculparam minhas ausências nos compromissos sociais, mas que por fim exigiram que eu terminasse de uma vez este trabalho. Agradeço de coração, em ordem alfabética, para que não briguem: Andreatta, Denise, Gi, Karla, Kátia, Marion, Nalu e Rosaura.

Por ser uma pessoa de sorte, tenho muitas amigas. As amigas do *College Forever*, que já não aguentavam mais as minhas horas e horas de reclusão, agradeço a amizade desde os tempos da Universidade. Recebam os meus agradecimentos: Ana Cristina, Ana Paula, Débora

Thais, Deborah, Saionara, Giovanna, Luciana, Marisaura, Patrícia, Raquel, Rita, Silvete e Yonara.

Agradeço à Bibliotecária Élia da Silva, que deixou este trabalho “bem lindo” com seu empenho e dedicação.

Por fim, agradeço às empresas que publicaram seus relatórios de sustentabilidade, permitindo o desenvolvimento deste estudo.

LEVOU CÉNTENAS DE ANOS PARA ESSE BOSQUE CRESCER, E AGORA, EM MENOS DE UMA SEMANA, ELE SE FOI.



DEPOIS QUE CONSTRUIREM NOVAS CASAS AQUI, ELES VÃO TER QUE ALARGAR AS RUAS E COLOCAR POSTOS DE GASOLINA, E MUITO EM BREVE TODA ESSA ÁREA VAI APENAS SER APENAS UMA PISTA.



EVENTUALMENTE NÃO SOBRARÁ ESPAÇO AGRADÁVEL EM CANTO ALGUM.



EU ME PERGUNTO SE PODERÍAMOS NOS RECUPERAR A HERDAR ESSE MUNDO.

ACHO QUE SE JÁ NASCERAMOS, É TARDÉ DEMais.



RESUMO

ROUMELIOTIS, Letícia Palma Camargo. Princípios e indicadores ambientais nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica de Santa Catarina: uma análise baseada na *Global Reporting Initiative* (GRI). 2014. 380 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

O objetivo deste estudo foi analisar os princípios e os indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI. Inicialmente buscou-se conhecer a GRI e os seus indicadores ambientais. Em seguida, foram selecionadas as empresas de geração de energia elétrica do tipo UHE (Usina Hidrelétrica) que participariam da pesquisa. Em função dos critérios de seleção utilizados, permaneceram no estudo somente quatro relatórios de sustentabilidade, referentes às seguintes empresas: Tractebel Energia, Celesc, BAESA e Consórcio Machadinho e Maesa. Posteriormente, foi verificado se os princípios estabelecidos pela GRI estavam presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Para isso, utilizou-se o conjunto de testes com fatores de relevância propostos pela própria GRI. Para tratar os dados coletados adotou-se a metodologia da Análise de Conteúdo e para auxiliar na análise o software Atlas. ti foi escolhido. Após, buscou-se identificar o grau de aderência das empresas aos indicadores ambientais essenciais da GRI. Inicialmente, fez-se uma comparação do que a empresa informou sobre o indicador de desempenho ambiental da GRI com o que o protocolo da GRI previa para aquele indicador. Em seguida, fez-se o cálculo do grau de aderência aos indicadores essenciais da GRI utilizando-se uma fórmula desenvolvida por Dias, Siqueira e Rossi (2006). A análise dos resultados demonstrou que os relatórios das empresas pesquisadas apresentam trechos de texto correspondentes à maioria dos fatores de relevância vinculados aos princípios da GRI, tanto aos princípios de conteúdo quanto aos de qualidade. Outras constatações demonstram que o nível de aplicação da Estrutura de Relatórios influencia no atendimento aos princípios e que as fases de amadurecimento em relação ao uso dos indicadores refletem-se no uso dos princípios. Quanto ao grau de

aderência, verificou-se que a Tractebel Energia foi classificada como a primeira no *ranking* de aderência aos indicadores ambientais essenciais da GRI, seguida pela Celesc, BAESA e Consórcio Machadinho e Maesa. Frente ao exposto, conclui-se que a aplicabilidade da estrutura de relatório da GRI ainda precisa evoluir bastante para que os *stakeholders* possam ter acesso ao real nível de responsabilidade econômica e socioambiental das organizações.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Indicadores ambientais. Sustentabilidade. Setor de energia elétrica. *Global Reporting Initiative*.

ABSTRACT

ROUMELIOTIS, Letícia Palma Camargo. **Analysis of the use of Global Reporting Initiative in sustainability reporting of companies in the power generation sector of Santa Catarina.** 2013. 380 f. Dissertation (Masters in Business Administration) University of the State of Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

The aim of this study was to analyze the principles and environmental indicators presented by the generation of electricity from Santa Catarina companies in their sustainability reports and that they meet the requirements of GRI. Initially we sought to know the GRI and its environmental indicators. Then, companies generating electricity type HPP (HPP) to participate in the research were selected. Depending on the selection criteria used, only four remained in the study sustainability reports for the following companies: Tractebel Energia, CELESC, BAESA and Machadinho *Consortium and Maesa*. Next, we determined whether the principles established by the GRI were present in sustainability reports of companies. For this, we used the set of tests relevant factors proposed by the GRI. To process the data collected adopted the methodology of content analysis and to assist in analyzing the Atlas.ti software was chosen. Subsequently, we sought to identify the level of compliance by enterprises to key environmental indicators of the GRI. Initially, there was a comparison of what the company informed about the environmental performance indicator of what the GRI protocol provided for that indicator. Then calculate the extent of the essential GRI indicators using a formula developed by Dias, Siqueira e Rossi. (2006). The results showed that the reports of the companies surveyed have snippets corresponding to most relevant factors related to the GRI principles, the principles of both the content and quality text. Other findings show that the level of application of the Reporting Framework influence at the principles and stages of maturity in relation to the use of indicators reflected in the use of the principles. The degree of compliance, it was found that Tractebel Energia was ranked first in the ranking of the core environmental indicators GRI, followed by CELESC, BAESA and Machadinho Consortium and Maesa grip. Based on these, we conclude that the applicability of the GRI reporting framework still needs to evolve enough so that stakeholders can have

access to the actual level of economic, social and environmental responsibility of organizations.

Key-words: Sustainable Development. Environmental indicators. Sustainability. Electric Power Industry. Global Reporting Initiative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pirâmide de Informações	56
Figura 2 – Descrição das Exigências para cada Nível de Aplicação GRI	80
Figura 3 – Relatório do Atlas TI	104
Figura 4 – <i>Code Manager</i> (HU Relatórios do Atlas TI)	105
Figura 5 – <i>Quotation Manager</i> (HU Relatórios do Atlas TI).....	106
Figura 6 – Visualização de Rede dos Princípios da Qualidade	107
Figura 7 – Descrição da Metodologia de Análise	111
Figura 8 – Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro	124
Figura 9 – Princípios de Conteúdo da GRI – Grupo Celesc.....	132
Figura 10 – Princípios de Qualidade da GRI – Grupo Celesc.....	155
Figura 11 – Princípios de Conteúdo da GRI – Tractebel Energia	168
Figura 12– Princípios de Qualidade da GRI – Tractebel Energia	187
Figura 13 – Princípios de Conteúdo da GRI – BAESA	199
Figura 14 – Princípios de Qualidade da GRI – BAESA	219
Figura 15 – Princípios de Conteúdo da GRI – Consórcio Machadinho e Maesa	230
Figura 16 – Princípios de Qualidade da GRI – Consórcio Machadinho e Maesa	248

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos Indicadores GRI por Dimensões	79
Gráfico 2 – Características do Setor Elétrico Brasileiro.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referências para a Elaboração das Diretrizes G3 GRI.....	69
Quadro 2 – Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – princípios e orientações.....	72
Quadro 3 – Meio Ambiente – Indicadores GRI	76
Quadro 4 – Revisão Sistemática Simplificada	82
Quadro 5 – Capacidade de Geração de Energia do Estado de Santa Catarina	92
Quadro 6 – Empresas Selecionadas para Pesquisa.....	94
Quadro 7 – Empresas que Permaneceram na Pesquisa	95
Quadro 8 – Os Princípios e seus Respectivos Testes (fatores relevantes)	100
Quadro 9 – Exemplo de Planilha de Tabulação dos Princípios da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas	102
Quadro 10 – Critérios de Alocação dos Indicadores	109
Quadro 11 – Empreendimentos em Operação.....	114
Quadro 12 – Empreendimentos em Construção e Outorgados.....	115
Quadro 13 – Mudanças no Setor Elétrico Brasileiro.....	123
Quadro 14 – Princípios de Conteúdo	257
Quadro 15 – Princípios de Qualidade.....	258
Quadro 16 – Análise Grau de Aderência aos Indicadores Ambientais Essenciais da GRI.....	259

LISTA DE SIGLAS

- AC – Análise de Conteúdo
ACL – Ambiente de Contratação Livre
ACR – Ambiente de Contratação Regulada
AMPLA – Ampla Energia e Serviços S.A.
ANA – Agência Nacional de Águas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional de Petróleo
APPs – Áreas de Preservação Permanente
BCSD – *Business Council for Sustainable Development*
BIG – Banco de Informações de Geração
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CCEE – Comercialização de Energia Elétrica
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
COPEL – Companhia Paranaense de Energia S.A.
DFESA – Dona Francisca Energética S.A.
DJSI – Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade
ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica
EPE – Empresa de Pesquisa Energética S.A.
FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina
GDF SUEZ – Grupo Franco Belga
GEE – Grau de Evidenciação Efetiva
GRI – *Global Reporting Initiative*
GSELA – *Energy Latin America Participações Ltda*
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBASE – Balanço Social Anual
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IHA – *International Hydropower Association*
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISEA – Institute of Social and Ethical Accountability
ITASA – Itá Energética S.A.
kW – kilowatts
MAE – Mercado Atacadista de Energia
MAESA – Machadinho Energética S.A.
MME – Ministério de Minas e Energia

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OECD – *Organization for Economic Cooperation and Development*
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONS – Operador Nacional do Sistema
ONU – Organização das Nações Unidas
PCAU – Plano de Conservação Ambiental e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório
PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PND – Programa Nacional de Desestatização
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SCGÁS – Companhia de Gás de Santa Catarina
SEB – Setor Elétrico Brasileiro
SGI – Sistema de Gestão Integrado
SIN – Sistema Interligado Nacional
UC – Unidades de Contexto
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNCED – Comissão Mundial ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
UNEP – Programa Ambiental das Nações Unidas
WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	29
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	29
1.2	OBJETIVOS	35
1.2.1	Objetivo geral.....	35
1.2.2	Objetivos específicos	35
1.3	JUSTIFICATIVA	36
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	38
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	41
2.1	QUESTÕES HISTÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	41
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS DIMENSÕES.....	48
2.3	INDICADORES	52
2.4	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	57
2.4.1	Indicadores e Diferentes Iniciativas de Relatoria de Sustentabilidade utilizados pelas organizações	62
2.5	<i>GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)</i>	65
2.5.1	Aspectos históricos da GRI	65
2.5.2	GRI no Brasil	67
2.6	ESTRUTURA GRI PARA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	68
2.6.1	As Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade	70
2.6.1.1	Parte 1 Princípios e Limites	71
2.6.1.2	Parte 2 Conteúdo do Relatório.....	73
2.6.1.2.1	<i>Os protocolos de indicadores e indicadores de desempenho</i> 74	
2.6.1.3	Os níveis de aplicação da GRI.....	79
2.6.1.4	Os suplementos setoriais.....	81
2.7	PESQUISAS ANTERIORES SOBRE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA GRI.....	81
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	91
3.1	CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	91
3.2	DEFINIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	92
3.3	O PROCESSO DA PESQUISA.....	96
3.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	111

4	CARACTERÍSTICAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	113
4.1	AS TRANSFORMAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	116
4.2	A ESTRUTURA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO... ..	124
5	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	129
5.1	GRUPO CELESC.....	129
5.1.1	Quadro síntese princípios de conteúdo – Grupo Celesc...	131
5.1.1.1	Materialidade	132
5.1.1.2	Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	141
5.1.1.3	Contexto da sustentabilidade	145
5.1.1.4	Abrangência.....	152
5.1.2	Quadro síntese princípios de qualidade – Grupo Celesc..	154
5.1.2.1	Equilíbrio	156
5.1.2.2	Comparabilidade.....	157
5.1.2.3	Exatidão.....	159
5.1.2.4	Periodicidade	161
5.1.2.5	Clareza.....	162
5.1.2.6	Confiabilidade	164
5.2	TRACTEBEL ENERGIA.....	166
5.2.1	Quadro síntese princípios de conteúdo – Grupo Tractebel	168
5.2.1.1	Materialidade	168
5.2.1.2	Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	175
5.2.1.3	Contexto da Sustentabilidade	179
5.2.1.4	Abrangência.....	184
5.2.2	Quadro síntese princípios de qualidade – Tractebel Energia	187
5.2.2.1	Equilíbrio	188
5.2.2.2	Comparabilidade.....	189
5.2.2.3	Exatidão.....	191
5.2.2.4	Periodicidade	193
5.2.2.5	Clareza.....	195
5.2.2.6	Confiabilidade	196
5.3	BAESA S. A.....	197
5.3.1	Quadro síntese princípios de conteúdo – BAESA.....	199
5.3.1.1	Materialidade	200
5.3.1.2	Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	208
5.3.1.3	Contexto da sustentabilidade	211

5.3.1.4	Abrangência.....	216
5.3.2	Quadro síntese princípios de qualidade – BAESA.....	218
5.3.2.1	Equilíbrio	219
5.3.2.2	Comparabilidade.....	221
5.3.2.3	Exatidão	223
5.3.2.4	Periodicidade	224
5.3.2.5	Clarezza	225
5.3.2.6	Confiabilidade.....	227
5.4	CONSÓRCIO MACHADINHO E MAESA	228
5.4.1	Quadro síntese princípios de conteúdo – Consórcio Machadinho e Maesa.....	229
5.4.1.1	Materialidade	230
5.4.1.2	Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	238
5.4.1.3	Contexto da Sustentabilidade.....	241
5.4.1.4	Abrangência.....	246
5.4.2	Quadro síntese princípios de qualidade – Consórcio Machadinho e Maesa	247
5.4.2.1	Equilíbrio	248
5.4.2.2	Comparabilidade.....	250
5.4.2.3	Exatidão	252
5.4.2.4	Periodicidade	254
5.4.2.5	Clarezza	254
5.4.2.6	Confiabilidade.....	256
5.4.2.7	Quadro Síntese Comparativo dos Princípios de Conteúdo e de Qualidade.....	256
5.5	RESULTADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA.....	258
5.5.1	Tractebel Energia	259
5.5.2	Celesc	261
5.5.3	BAESA	263
5.5.4	Consórcio Machadinho e Maesa.....	264
5.6	CONCLUSÕES REFERENTES À ANÁLISE QUANTITATIVA	266
6	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	269
6.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
6.2	PROPOSIÇÕES DA PESQUISA	280
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285
	APÊNDICE A – Princípios Conteúdo da CELESC	295
	APÊNDICE B – Princípios Conteúdo da Tractebel.....	311
	APÊNDICE C – Princípios Conteúdo da BAESA.....	325
	APÊNDICE D – Princípios Conteúdo de Machadinho e	

MAESA	339
APÊNDICE E – Princípios da Qualidade da CELESC....	349
APÊNDICE F – Princípios da Qualidade da Tractebel	
Energia.....	357
APÊNDICE G – Princípios Qualidade BAESA	365
APÊNDICE H – Princípios Qualidade Machadinho e	
MAESA	371
ANEXO A – Evolução dos conceitos de desenvolvimento	
sustentável e responsabilidade social.....	377

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste capítulo a contextualização do tema e problema da pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura da dissertação.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A discussão sobre o tema desenvolvimento vem ocorrendo há algumas décadas, mas desde os anos 70 se intensificou com as mudanças políticas, sociais, econômicas e ambientais pelas quais o mundo tem passado (SACHS, 2004).

A problemática ambiental, segundo Sachs (2004), conduziu a uma ampla reconceitualização do desenvolvimento, através do ecodesenvolvimento, recentemente denominado desenvolvimento sustentável.

Segundo Leis (2004), na concepção de Sachs, o ecodesenvolvimento se integrava com outros aspectos não apenas ambientais para a construção de um verdadeiro desenvolvimento. Os principais aspectos eram a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas locais.

Os anos 70 foram anos de transição, pois até aquela década os ambientalistas eram contra o crescimento econômico, mas a partir de Estocolmo-72 a maioria dos ambientalistas passou a defender o desenvolvimento econômico planejado de um modo sustentável para o meio ambiente (LEIS, 2004).

Foi ao encontro das conclusões de Estocolmo-72, que comprovaram a existência de problemas ambientais globais urgentes, que em 1977 pela primeira vez o governo de uma potência como os Estados Unidos “reconheceu que emergia uma problemática no cenário internacional que obrigava a pensar em esforços de cooperação entre países desde uma perspectiva global e não de alianças ou blocos de poder” (LEIS, 2004, p. 101).

Era o caminho para o desenvolvimento sustentável. Os anos 80 trouxeram a possibilidade de que as críticas ao progresso como dominação da natureza deixassem de ser apenas teoria e passassem à prática (LEIS, 2004).

O Relatório *Brundtland*, publicado em 1987 e resultado de 5 anos de trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou aquele que é considerado o melhor

“conceito político para caracterizar o desafio do século XXI” (VEIGA, 2007, p. 67):

Desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem o comprometimento da possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (WCED, 1987 apud VEIGA, 2007, p. 67).

Nessa linha Sachs (2004, p. 36), afirma que:

O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica.

A evolução da ideia de desenvolvimento indica um caminho mais complexo, com a adição de adjetivos como o econômico, social, político, cultural, sustentável e suas novas problemáticas (SACHS, 2004).

Apesar de suas tensões e ambiguidades, a força do conceito de desenvolvimento sustentável ficou latente quando, nos anos 80 e 90, foi adotado como um estilo de gestão e atividade empresarial. Talvez o setor empresarial não tenha ficado impressionado com os conteúdos éticos do conceito, mas também não pôde evitar uma atração sistematizada em função de seus próprios objetivos (LEIS, 2004). Prova disso foi o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável *Business Council for Sustainable Development* (BCSD), fundado em 1990 por líderes empresariais, coordenados por Stephan Schmidheiny, que em pouco tempo organizou cerca de 50 conferências em mais de 20 países, incluindo uma participação ativa de empresários da África, Ásia e América Latina. Todas essas reuniões deram como resultado final o relatório Mudando o Rumo (*Changing Course*), no qual os empresários fixavam sua posição frente ao desenvolvimento sustentável (LEIS, 2004).

Essa complexidade das atuais demandas sociais e ambientais atingiu as organizações, que precisaram ultrapassar o conceito reducionista de crescimento econômico para adotar um novo posicionamento em sua interação com o meio ambiente. As

organizações precisam compreender que não há um conflito entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental e sim um objetivo comum, tanto para o presente como para o futuro (TACHIZAWA, 2010).

Muitas empresas que até então apenas utilizavam indicadores financeiros para acompanhar os resultados de suas atividades operacionais, passaram a adotar práticas sustentáveis devido às exigências de vários agentes, tais como, consumidores, fornecedores, empregados, agências reguladoras nacionais e internacionais, bancos, companhias de seguros, acionistas, associações comerciais e comunidade local (EPSTEIN; ROY, 2001; KRAJHC; GLAVIC, 2005 apud CALLADO; FENSTERSEIFER, 2010, p. 2).

Nesse sentido, Schenini (2005) explica que as medidas ambientalmente responsáveis são executadas pelas organizações em função de razões internas e externas. Cita como razões internas a redução de custos, a atualização tecnológica, a melhoria nos processos produtivos e o desenvolvimento de uma cultura interna ecologicamente correta (SCHENINI, 2005). Como razões externas coloca a preocupação social com prevenção de acidentes ecológicos e as solicitações das partes interessadas, principalmente de agências financiadoras, comunidade local, organizações da sociedade civil e governo (SCHENINI, 2005).

Na onda da assim chamada teoria dos *stakeholders* (FREEMAN, 1984), a influência das partes interessadas é citada por Berry e Rondinelli (1998) e Bansal e Roth (2000) como responsáveis pela adoção da gestão ambiental proativa por parte das empresas que, buscando satisfazê-las, têm descoberto que uma estratégia proativa requer mais que um simples ajustamento às políticas governamentais (ALPERSTEDT; QUINTELLA; SOUZA, 2010, p. 172).

Stakeholder em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa (FREEMAN; REED, 1983). *Stakeholder* inclui aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm habilidade para influenciá-la (SAVAGE et al., 1991).

Segundo Carneiro et al. (2012), para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da empresa em relação à sustentabilidade é necessário que haja divulgação de informações qualitativas e quantitativas, apresentadas em formato de dados monetários e não monetários, no transcurso do tempo e com o indicativo de metas. O relatório de divulgação, mesmo que voluntário, deve ter formato padrão, ser publicado periodicamente conforme os objetivos dos *stakeholders* e em um suporte de fácil acesso (CARNEIRO et al., 2012).

O desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade que possam ser aplicados em empresas vem adquirindo espaço, visto que diversas organizações, independentemente do setor de atividade, têm direcionado esforços em avaliar o desempenho social, econômico e ambiental (VELEVA; ELLENBECKER, 2000; POTTS, 2006 apud CALLADO; FENSTERSEIFER, 2010, p. 2). Bellen (2006, p. 45) afirma que “os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação sobre eles mais compreensível e quantificável.”

Dentre as organizações que são bastante pressionadas por grupos de partes interessadas para se tornarem ambientalmente responsáveis, as empresas de energia elétrica se destacam, por estarem em um setor classificado como indústria sensível. Isto porque, ao mesmo tempo em que esse setor funciona como um motor do desenvolvimento econômico, ele produz um nível alto de impactos ambientais e sociais (BRAGA et al., 2011).

Ao longo do séc. XX, o crescimento e as transformações da economia mundial foram sustentados pela abundante oferta de energia, obtida principalmente a partir dos combustíveis fósseis como petróleo e carvão mineral. Com o acentuado aumento do consumo e consequente degradação ambiental, houve uma mudança no cenário: a necessidade do desenvolvimento sustentável. Fontes tradicionais de energia teriam que ser substituídas por recursos menos agressivos ao meio ambiente (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

O grande desafio das empresas do setor de energia – e, particularmente, da energia elétrica - no século XXI, é a busca do desenvolvimento sustentável, conceito que incorpora a expansão da oferta, consumo consciente, preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

Apesar de não haver consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável (BELLÉN, 2006), cada vez mais

organizações desejam atuar de modo mais sustentável e “estabelecer um processo de elaboração de relatório de sustentabilidade para medir desempenhos, estabelecer objetivos e monitorar mudanças operacionais” (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2013).

Conforme os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (2012), a matriz energética brasileira é aproximadamente 70% formada pela hidroeletricidade, com um esforço governamental de implantar grandes projetos como as usinas hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, e a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Apesar da importância das usinas hidrelétricas, a construção desses empreendimentos sempre suscitou questionamentos da sociedade, principalmente da população atingida. São inegáveis os impactos que empreendimentos dessa natureza provocam no ecossistema, na paisagem, na economia e principalmente nas pessoas, que precisam ser remanejadas para outros locais (BAESA, 2007).

Nesse contexto, para acompanhar as ações de sustentabilidade que desenvolvem, as empresas do setor elétrico no Brasil utilizam certificações, modelos de gestão e orientações internacionais e nacionais (CARNEIRO et. al., 2012).

No Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2006) destacam-se dentre os padrões de relatoria e índices internacionais e nacionais mais conhecidos, os seguintes: *Accountability* – AA1000, *Global Reporting Initiative* (GRI), Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Balanço Social Anual (IBASE). Acrescente-se que a elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental é obrigatória para as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica desde o exercício de 2007, para divulgação em 2008. (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2012).

Entretanto, há um padrão mínimo a ser seguido, ficando a critério das empresas a elaboração dos seus relatórios com base em padrões mais abrangentes, como é o caso do modelo GRI, desde que contemplem as dimensões mínimas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como abordem indicadores e informações com as especificidades do setor elétrico.

A *Global Reporting Initiative*, é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1997, em Amsterdã, como uma iniciativa conjunta da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e o *United Nations Environment Programme* (UNEP), que promove a

elaboração de relatórios de sustentabilidade que podem ser utilizados por todas as organizações. De acordo com a *Global Reporting Initiative* (2012), sua **Estrutura para Relatórios de Sustentabilidade** é a mais abrangente do mundo proporcionando maior transparência organizacional. Esta Estrutura, incluindo as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios, estabelece os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012). Como a orientação internacional da GRI possui indicadores que contemplam os aspectos econômicos, sociais e ambientais e um grupo de indicadores específicos para o setor de energia elétrica, foi a estrutura de relatório de sustentabilidade escolhida para ser objeto de estudo nesta pesquisa.

Outro aspecto importante, segundo a GRI, é que sua Estrutura para Relatórios de Sustentabilidade permite que as organizações discutam e comparem seu desempenho de sustentabilidade porque as coloca em um mesmo nível (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Entretanto, quando observadas as principais publicações sobre o tema utilização da Estrutura GRI na elaboração de relatórios de sustentabilidade identificou-se que a aderência à GRI ocorre em diferentes graus nas organizações e existe uma discrepância entre o que as empresas informam em seus relatórios de sustentabilidade e o que a GRI efetivamente requer em seus indicadores de desempenho. (BRAGA et al., 2008; CARVALHO; SIQUEIRA, 2007; CORREA; RIBEIRO; SOUZA, 2012; COSTA; GALLON; TORRES, 2011; DIAS, 2006; GASPARINO, 2006; NOSSA, 2002; LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2007; ROOME; BERGIN, 2006).

Tais estudos foram desenvolvidos com diversas organizações dos mais variados setores, nos Estados Unidos, Canadá, América Latina, América do Sul e Brasil, entre outros. Os estudos realizados no Brasil analisaram muitas empresas de vários estados brasileiros, mas observou-se que Santa Catarina faz parte de uma lacuna relacionada a estudos desse gênero. Este fato foi um dos motivos para a elaboração da presente pesquisa.

Outra questão que demonstra a relevância do assunto para Santa Catarina está relacionada a uma pesquisa realizada por Alperstedt (2009). A pesquisa foi realizada com 276 indústrias de Santa Catarina e mostrou que 98% delas estão preocupadas com a sustentabilidade nas perspectivas econômica, ambiental e social. No grupo pesquisado, 56,5% das companhias afirmaram que a política ambiental faz parte do planejamento estratégico ou está sendo formalizada; 16,3% estão

implantando a prática; 14,5% pretendem considerar a questão ambiental no planejamento e 12,7% não realizam ações nesse sentido. Quanto à divulgação das ações de sustentabilidade, 56,2% das empresas disseram que não divulgam relatório de ações, 16,7% apresentam as iniciativas por meio do balanço social, 10,9% comunicam suas ações por meio do *Global Reporting Initiative*. As demais indústrias divulgam suas ações nos relatórios de responsabilidade social ou ambiental ou por outros meios. Participaram do estudo empresas dos complexos agroindustrial, elétrico e metalúrgico, têxtil, mineral, florestal, tecnológico, químico, construção civil e energético.

No Brasil, a *Internet* é muito utilizada pelas companhias de capital aberto (CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007). Nos *sites* das empresas encontram-se relatórios ambientais de forma mais eficiente, pois, na *Internet*, a empresa pode divulgar o relatório e várias informações adicionais, de acordo com a necessidade de informação de cada usuário – extensão, modelo e idioma (BOLÍVAR, 2009 apud CARNEIRO et al., 2012). Além das divulgações em *site*, as empresas ainda utilizam o relatório impresso em versão completa ou resumida e/ou CD-ROM.

Portanto, é prioridade para essas empresas a divulgação das suas ações relacionadas à sustentabilidade. Diante da importância destas informações para os *stakeholders*, elas se tornam elemento essencial em tomadas de decisão que exigem o acompanhamento dos resultados passados, presentes, bem como os futuros.

Terminada a contextualização e problematização da pesquisa, são demonstrados os seus objetivos.

1.2 OBJETIVOS

Esta seção reserva-se à apresentação dos objetivos desta dissertação, quais sejam o geral e os específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analizar os princípios e os indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI)
- Verificar se os princípios estabelecidos pela GRI estão presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor.
- Identificar o grau de aderência das empresas do setor aos indicadores ambientais essenciais.
- Propor ações para aperfeiçoar o relatório das empresas em relação aos requisitos da GRI.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nos dias de hoje, cada vez mais se observa que as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e aos impactos causados pela ação do homem no meio ambiente têm sido objeto de vários estudos científicos, publicações e notícias na mídia veiculadas diariamente (VEIGA, 2007).

Entretanto, apesar da ampla divulgação do tema e dos esforços mundiais para a implementação de políticas de preservação ambiental aliadas a projetos de expansão econômica, são poucas as organizações de grande porte no mundo que conseguem efetivamente alcançar plenamente seus objetivos nesse campo (VEIGA, 2007).

Hoffman (2001 apud VEIGA, 2007), questiona se realmente a agenda ambiental se tornou um imperativo para as empresas. Tal questionamento surge a partir de uma constatação do próprio *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), segundo o qual poucos nomes de multinacionais são mencionados quando se discute questões de sustentabilidade ambiental, apesar de essas empresas ultrapassarem o número de 34 mil no mundo.

É nessa linha de pensamento que se inserem as justificativas para esta pesquisa. “Vale destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente novo e mais novo ainda é o esforço de criar sistemas que capturem essa nova maneira de entender o processo” (BELLEN, 2006, p. 194). Por isso, é necessário que os conhecimentos nesse campo sejam aprofundados para que esses instrumentos se transformem realmente em ferramentas de suporte à tomada de decisão nas áreas social, pública e privada e o processo de desenvolvimento seja orientado concretamente para uma direção mais sustentável (BELLEN, 2006).

A presente pesquisa tem justificativa de cunho acadêmico, já que por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina em relação aos

princípios e indicadores ambientais da GRI, pretende-se verificar se os conhecimentos ligados ao desenvolvimento sustentável estão sendo compreendidos pelas organizações. Ao utilizar como metodologia a análise de conteúdo para investigação dos princípios e uma análise quantitativa para avaliação dos indicadores ambientais, espera-se contribuir com o aprimoramento teórico e operacional da análise de conteúdo e aprofundar a análise através da demonstração dos diferentes graus de aderência das empresas aos indicadores ambientais.

No campo social, a pesquisa justifica-se pela contribuição com o processo de diálogo com os *stakeholders* acerca dos impactos econômicos, sociais e ambientais das atividades da organização. Como consequência, as organizações podem fazer escolhas relacionadas à definição de metas e prioridades, já que o monitoramento da sustentabilidade deve ser um processo contínuo de aprendizagem para a sociedade e organizações. Através da análise de conteúdo dos princípios da GRI, busca-se demonstrar o que a sustentabilidade realmente significa para as organizações. Com este conhecimento há a possibilidade de avanço por parte da sociedade no sentido de assegurar que os relatórios de sustentabilidade sejam de fato um retrato objetivado da realidade das organizações.

A relevância do estudo para as organizações, especificamente para as empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina, está na análise científica das informações divulgadas nos seus relatórios de sustentabilidade. Isso proporciona um melhor entendimento dos impactos econômicos, sociais e ambientais das suas atividades, do relacionamento com seus *stakeholders*, das contribuições nas dimensões econômicas, ambientais e sociais, das metas e estratégias adotadas, dos resultados obtidos e do modo como todas essas informações são transmitidas. Este conhecimento avançado da organização possibilita a reflexão e a adequação dos relatórios de sustentabilidade, com o objetivo de se obter um maior alinhamento com os requisitos da GRI e uma melhoria na demonstração das suas ações sustentáveis.

Para a pesquisadora, o desejo de investigar mais profundamente este tema nasceu basicamente de duas experiências: a primeira, pessoal, relacionada ao seu pai, que trabalhou por quase duas décadas (dos anos 70 aos 90) em uma empresa do setor de energia elétrica do Sul do Brasil. Exerceu suas funções no Departamento de Meio Ambiente (denominação da época). Em 2011, conversando com a pesquisadora sobre o assunto da sustentabilidade nas organizações, afirmou que “pela minha experiência na área, nunca imaginei que as coisas chegariam tão rápido ao nível em que se encontram hoje e eu gostaria de ver onde isso

vai parar". Tal afirmação despertou na pesquisadora uma grande curiosidade e ajudou na decisão de fazer Mestrado para aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto.

A outra experiência, profissional, está relacionada à BAESA, consórcio de empresas constituído para construir e administrar a Usina Hidrelétrica de Barra Grande, onde a pesquisadora exerceu a função de analista financeira na área de planejamento econômico financeiro no período de 2007 a 2009. Após ter acompanhado o planejamento e implantação de ações de desenvolvimento sustentável na empresa, ter a possibilidade de realizar uma análise da *Global Reporting Initiative* nos relatórios de sustentabilidade das empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina e contribuir para o avanço da temática na agenda corporativa constitui-se numa experiência bastante enriquecedora.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, apresentados como relacionado a seguir.

No capítulo 1 são abordados os aspectos gerais da pesquisa, o tema e o problema de pesquisa, assim como os objetivos geral e específicos e as justificativas da pesquisa.

O capítulo 2 mostra o embasamento teórico, iniciando-se com uma evolução histórica do conceito de desenvolvimento associado ao adjetivo sustentável, passando por acontecimentos importantes como a publicação do estudo *Limites do Crescimento*, no ano de 1972, a utilização pela primeira vez do conceito de ecodesenvolvimento, em 1973, a Declaração de *Cocoyok*, em 1974 e o Relatório *Dag-Hammarskjöld*, em 1975. Já no ano de 1987 destaca-se o Relatório *Brundtland*, resultado do trabalho da Comissão Mundial ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) e finalmente a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Mais recentemente, menciona-se a Cúpula de Johannesburgo e a Rio+20, encerrando assim uma retrospectiva histórica na busca do entendimento do contexto do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Em seguida são descritas as definições mais utilizadas para desenvolvimento sustentável e a compreensão de suas dimensões. Em função da necessidade de colocar em prática os conceitos de desenvolvimento sustentável e avaliar suas aplicações, parte-se para a discussão sobre indicadores propriamente

ditos, indicadores de sustentabilidade, padrões de indicadores utilizados pelas organizações, quais as necessidades de se desenvolver indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável e as suas vantagens e limitações. E por último, este segundo capítulo traz uma explicação detalhada sobre a *Global Reporting Initiative* (GRI), um dos pilares na construção deste estudo. Inicia-se com aspectos históricos relacionados ao surgimento da GRI, seu estabelecimento no Brasil através de Pontos Focais, a estrutura de relatórios de sustentabilidade que desenvolveu com o objetivo de tornar a relatoria de sustentabilidade uma atividade padrão nas organizações, e as Diretrizes para Elaboração de Relatórios criada para orientar as organizações na elaboração do Relatório. Sobre as Diretrizes da GRI faz-se uma longa exposição porque é a base para o desenvolvimento desta pesquisa. Ainda neste capítulo são demonstradas algumas pesquisas anteriores feitas sobre o tema desta dissertação e seus principais resultados.

O capítulo 3 detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa, ao descrever sua caracterização, a definição das empresas participantes e o processo da pesquisa, que foi desenvolvido mediante o cumprimento de cada um dos objetivos específicos.

O capítulo 4 apresenta um panorama do setor elétrico brasileiro, iniciando com uma digressão histórica para o conhecimento das transformações pelas quais o setor passou desde a década de 90 até os dias atuais e finalizando com uma descrição da estrutura do setor elétrico brasileiro da atualidade.

No capítulo 5, primeiramente são demonstradas as análises qualitativas dos relatórios de sustentabilidade para cada uma das quatro empresas participantes da pesquisa e para cada um dos princípios de conteúdo e de qualidade das Diretrizes da GRI. A análise dos princípios foi embasada nos fatores de relevância vinculados aos princípios. Em seguida é feita a análise quantitativa decorrente do cálculo do grau de aderência aos indicadores ambientais essenciais da GRI.

Finalmente, no capítulo 6 são apresentadas as considerações finais e as proposições da pesquisa, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento dos relatórios de sustentabilidade em relação requisitos da GRI e com o aprofundamento da discussão sobre a avaliação e mensuração do desenvolvimento sustentável nas organizações.

No último capítulo são listadas todas as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento da dissertação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da dissertação está estruturada de forma a permitir o entendimento do contexto geral relacionado ao tema do desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade e *Global Reporting Initiative* (GRI). Inicia-se com questões históricas sobre desenvolvimento sustentável, passa para o desenvolvimento sustentável e suas dimensões, indicadores, indicadores de sustentabilidade e por fim a *Global Reporting Initiative* (GRI) e sua estrutura para relatórios de sustentabilidade.

2.1 QUESTÕES HISTÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para a compreensão da expressão “desenvolvimento sustentável”, é importante, de início, que os dois termos sejam abordados isoladamente para que a sua composição não seja interpretada como “dois contrários analíticos”, de acordo com Veiga (2007). A superação dos contrários exige a crítica do próprio desenvolvimento. “Existem, portanto, dois sérios obstáculos para que o senso comum efetivamente assimile a ideia: os significados do substantivo desenvolvimento e do adjetivo sustentável.” (VEIGA, 2007, p. 65).

O conceito de desenvolvimento tem evoluído ao longo dos anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as alterações nas articulações políticas e os modismos intelectuais (SACHS, 2008, p. 25).

Segundo Sachs (2008) os debates em torno deste tema contribuíram para o aprimoramento do conceito, mas contrastam com o histórico contraproducente do desenvolvimento existente em muitas partes do mundo. Daí a necessidade de se discutir a ideia de desenvolvimento, com vistas a torná-lo mais operacional, enquanto se reafirma a sua centralidade, já que tanto os pós-modernos, quanto os “fundamentalistas de mercado” são contestadores do conceito.

Veiga (2007) explica que até a década de 70, o termo sustentabilidade era um conceito utilizado na biologia populacional, principalmente em pesquisas sobre manejo da pesca e das florestas. Já foi demonstrado que uma boa gestão das atividades pesqueiras permitiria que a humanidade aproveitasse mais este recurso, sem provocar a extinção de seus espécimes. No entanto, com a continuidade das práticas predatórias atuais, é provável o comprometimento dessa fonte de proteína como recurso alimentício para a população.

“Quando aplicada ao manejo da pesca, é fácil explicar e entender o sentido da palavra sustentabilidade” (VEIGA, 2007, p. 61). Porém, desde que foi transferida, por analogia, de atividades primárias para o processo de desenvolvimento, isso deixou de acontecer (VEIGA, 2007). “E, principalmente desde 1987 quando o desenvolvimento sustentável foi apresentado à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como o melhor “conceito político” para caracterizar o desafio do século XXI” (VEIGA, 2007, p. 67), o que mais se observa são tentativas de esvaziar, simplificar e banalizar o conceito (VEIGA, 2007).

Entretanto, antes do aprofundamento dessa discussão, alguns pontos importantes relacionados ao desenvolvimento sustentável devem ser lembrados, como destaca Brüseke (1995): a publicação do estudo Limites do Crescimento, no ano de 1972, a utilização pela primeira vez do conceito de ecodesenvolvimento, em 1973, a Declaração de Cocoyok, em 1974 e o Relatório *Dag-Hammarskjöld*, em 1975. Já no ano de 1987 destaca-se o Relatório *Brundtland*, resultado do trabalho da Comissão Mundial ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) e finalmente a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

Ao tratar da história recente do conceito de sustentabilidade, Boff (2012) destaca ainda a Conferência de Johannesburgo, realizada em 2002 e a Rio+20, cujo principal objetivo foi fazer uma avaliação dos avanços e retrocessos do “desenvolvimento e sustentabilidade” a partir das mudanças trazidas pelo aquecimento global e pela redução dos bens e serviços da Terra, agravada pela crise econômico-financeira de 2007. Os principais eixos de discussão da Rio+20 foram ‘sustentabilidade’, ‘economia verde’ e ‘governança global do ambiente’ (BOFF, 2012, p. 37).

A publicação do estudo *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento), por pesquisadores do Clube de Roma, ocorreu no ano de 1972, bem como a Conferência de Estocolmo. Elas foram consequência de debates que vinham ocorrendo desde os anos 60 sobre as ameaças de degradação do meio ambiente (BRÜSEKE, 1994).

As conclusões do grupo de pesquisadores do Clube de Roma, coordenado por Dennis Meadows, enfatizavam os limites de crescimento no planeta em contraposição às tendências de crescimento da sociedade industrial, mostravam a possibilidade de modificação dessas tendências de crescimento para a formação de uma situação de estabilidade ecológica e econômica visando um futuro mais promissor e

propunham o empenho da população do mundo em alcançar o segundo resultado o mais cedo possível para aumentar suas possibilidades de êxito.

Na Conferência de Estocolmo foi produzido o documento *Action Plan for the Human Environment*, que continha uma lista de 26 princípios e 109 recomendações para que as nações elaborassem planos que resolvessem os conflitos entre as visões e práticas de preservação ambiental e do desenvolvimento (SOHN, 1973 apud BRÜSEKE, 1994).

Para impulsionar os trabalhos relacionados a esse plano de ação foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e foi o Secretário Geral de Estocolmo-72 e primeiro diretor executivo do PNUMA, Maurice Strong, quem usou pela primeira vez, em 1973, a palavra ecodesenvolvimento para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado (LEIS, 2004).

Porém, quem definiu os princípios básicos desse novo conceito foi Ignacy Sachs, pouco tempo depois, num artigo considerado clássico denominado “*Environment and Styles of Development*” (LEIS, 2004).

Inicialmente, a teoria do ecodesenvolvimento referiu-se às regiões rurais da África, Ásia e América Latina com a proposição de uma estratégia valorativa dos conhecimentos das comunidades locais para produzir uma gestão mais ecológica.

Na concepção de Sachs, o ecodesenvolvimento se integrava com outros aspectos não estritamente ambientais para definir um verdadeiro desenvolvimento. Os principais desses aspectos eram a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas (LEIS, 2004, p. 99).

Esse conceito rapidamente incorporou uma visão mais complexa da sociedade contemporânea, que lhe permitiu fazer uma dupla crítica, referente às relações internacionais Norte-Sul e à modernização industrial como método do desenvolvimento das regiões periféricas, que rapidamente foram incorporadas ao conceito de ecodesenvolvimento (BRÜSEKE, 1994).

Segundo Brüseke (1994), pode-se verificar, especialmente nos trabalhos de Ignacy Sachs, mas também de Glaeser & Uyasulu em 1984, que as discussões sobre o ecodesenvolvimento conduziram à adoção posterior do termo desenvolvimento sustentável.

Em 1974, é elaborada a Declaração de *Cocoyok*, a partir de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, que lança algumas hipóteses sobre a relação desenvolvimento e meio ambiente: a) a explosão populacional está relacionada à pobreza; b) nos países subdesenvolvidos, a pobreza conduz à destruição ambiental; e c) o elevado consumo dos países desenvolvidos contribui para os problemas de pobreza e destruição ambiental dos países do Terceiro Mundo (BELLEN, 2006).

No ano seguinte, a Fundação *Dag-Hammarskjöld* confirma as posições de *Cocoyok* num relatório que contou com a participação de estudiosos de 48 países, juntamente com o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e outras 13 organizações da ONU. Esse relatório foi além dos documentos anteriores, ao trazer para a discussão a questão do poder e sua relação com a degradação ambiental e uma dose de bom senso ao debate ambientalista. A dicotomia “apocalipse versus problema de fácil solução” não era mais a única opção. Era necessária a avaliação cuidadosa dos limites dos recursos naturais e dos limites de direitos humanos fundamentais (LEIS, 2004).

“O caminho para o desenvolvimento sustentável estava aberto” (LEIS, 2004, p. 101). Em 1983, foi criada pela Assembleia Geral da ONU uma comissão independente para buscar novas propostas para questões de meio ambiente e desenvolvimento. Essa comissão, denominada *World Commission on Environment and Development* (WCED) foi presidida por *Gro Brundtland* e tinha 23 membros, dos quais 12 vinham de países subdesenvolvidos, 7 de países desenvolvidos e 4 de países de regime comunista. A comissão trabalhou cerca de 4 anos e elaborou um relatório, que ficou conhecido no mundo todo como Relatório *Brundtland*, embora tenha sido publicado com o título de Nossa Futuro Comum (*Our Common Future*) (LEIS, 2004).

Segundo o Relatório *Brundtland*, “desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem o comprometimento da possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (WCED, 1987 apud LEIS, 2004).

Para Brüseke (1994), o relatório traz uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos no mundo. Além de destacar a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, enfatiza a necessidade de uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros

da sociedade contemporânea. O relatório aponta uma série de ações a serem tomadas pelo Estado nacional, entre elas:

- a) limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas (BRÜSEKE, 1994, p. 15)

O Relatório *Brundtland* define ainda metas internacionais, tais como:

- h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (BRÜSEKE, 1994, p. 15).

Brüseke (1994) afirma que em comparação com as discussões nos anos 70 (Declaração de *Cocoyok*, Relatório *Dag-Hammarskjöld*), o relatório da comissão *Brundtland* revela um elevado grau de realismo e a manutenção de um tom diplomático. Porém, reduz a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados em comparação com os citados relatórios internacionais anteriores, sendo inclusive omissa no debate do nível máximo de consumo e uso de energia nos países industrializados.

Já para Leis (2004), o primeiro aspecto a ser destacado nesse relatório é seu sucesso na obtenção de um consenso mundial que ultrapassasse as diferenças existentes na política internacional entre países ricos e pobres. Segundo o autor, embora o Relatório *Brundtland* seja normalmente considerado um excelente texto técnico, o seu principal mérito é o posicionamento ético. A ideia de responsabilidade

entre gerações e em relação à natureza é o grande apelo ético da definição de desenvolvimento sustentável.

A década de 1990 traz consigo um avanço na discussão internacional sobre o desenvolvimento e os problemas ambientais, sendo a Conferência Rio 92 um “ponto de inflexão” (JACOBI, 2002, p. 19) pelo seu significado para a legitimação de uma nova concepção de desenvolvimento. Há ganhos na adoção de convenções, como a de Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas, indicando novos caminhos para o fortalecimento das ligações entre as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas do desenvolvimento (JACOBI, 2002).

Segundo Jacobi (2002, p. 21), “uma dimensão relevante do desenvolvimento sustentável, fortalecida na Rio 92, foi a promoção da participação da sociedade civil e dos setores produtivos no processo de decisão.”

Apesar dos resultados concretos da Rio-92, de acordo com Leis (2004), as conquistas não estiveram à altura dos problemas que estavam na sua agenda. A maioria dos governos dos países ricos, com a relativa exceção da Alemanha, Holanda e dos países escandinavos, não estavam convencidos da necessidade de reestruturação do funcionamento da economia mundial em benefício do meio ambiente. Outro problema foi a recusa dos Estados Unidos em assinar a Convenção da Biodiversidade e a falta de metas e prazos concretos para as decisões tomadas, tanto para a limitação do controle de emissões dos gases responsáveis por alterações climáticas, como para obter os fundos necessários para financiar a Agenda 21 (o programa de ação da Rio-92).

Para Brüseke (1994), entretanto, mesmo com os citados problemas, houve o crescimento da consciência sobre o modelo de desenvolvimento econômico e suas limitações e finalmente, a entrada no discurso oficial da maioria dos governos do mundo do assunto interligação entre o desenvolvimento socioeconômico e as transformações no meio ambiente.

Transcorridos dez anos da Rio-92, ocorreu em 2002 a Cúpula de Johannesburgo, que reuniu representantes de 150 nações, além da presença de grandes organizações, representantes da comunidade científica e militantes da causa ecológica (BOFF, 2012).

Segundo Boff (2012), em Johannesburgo houve uma acirrada disputa por interesses econômicos corporativos, principalmente por parte das grandes potências que boicotaram a discussão das energias alternativas em substituição do petróleo, extremamente poluidor.

Para Guimarães e Fontoura (2012), em resumo, houve um grande dispêndio de energia durante a primeira semana da Rio+10 somente para recuperar decisões e acordos consagrados em Estocolmo e no Rio. Segundo os autores (2012), isso conduziu muitos críticos à pergunta, claramente capciosa, mas justificada pela frustração generalizada: houve efetivamente uma Rio+10 ou ocorreu um retrocesso à Rio-20? O mesmo questionamento fez-se presente em junho de 2012, e ainda persistem dúvidas se a conferência representou na verdade uma Rio+20 ou uma Rio-20 tal como Johannesburgo.

Guimarães e Fontoura (2012) apontam dois principais motivos para o fracasso em Johannesburgo: o primeiro caracterizou-se por excesso de otimismo na crença de que o mundo já estaria preparado para definir um plano de ação comum, “quando na verdade não consegue sequer introduzir maiores graus de governança à Organização das Nações Unidas (ONU)” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 515). Em segundo lugar, houve excesso de pessimismo manifestado pela ausência de uma agenda pré-definida com decisões específicas.

Johannesburgo deixou a sensação “de que pouco foi alcançado em termos de metas, prazos e meios de financiamento concretos para implementar os compromissos assumidos na Conferência do Rio.” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 515).

Os autores afirmam ainda que “a bem da verdade, a Rio+20 padeceu das mesmas insuficiências e, em termos de resultados, muito pouco avançou em relação à fracassada Rio+10.” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 515).

Segundo Guimarães e Fontoura (2012), a Rio+20 tinha como principal objetivo a renovação, por parte dos governos, do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, de forma a avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas e estabelecer novos objetivos.

Apesar da importância do evento para o meio ambiente e para a garantia de qualidade de vida das gerações futuras, os líderes mundiais não se sensibilizaram com o caráter de urgência que o desenvolvimento sustentável exige (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Para os citados autores, o documento final não apresentou resultados concretos, mas, ao contrário, apenas decisões vagas e reforço de discursos pouco consistentes. Destacam como principal resultado da Rio+20 “a reafirmação dos valores econômicos com base no capitalismo neoliberal [...], ressaltando o poder do setor privado e dos interesses dos países desenvolvidos na atual governança ambiental global.” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 522).

Guimarães e Fontoura (2012) destacam ainda que o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Colômbia e Guatemala, foi o único resultado positivo verdadeiro da cúpula. Com os ODS, pretende-se estabelecer indicadores que auxiliem os governos na implementação dos compromissos firmados na Agenda 21, no Plano Johanesburgo de Implementação e na Rio+20. Para os autores, mais uma vez a discussão de temas fundamentais foi postergada e “permanece ainda um sentimento generalizado de repetição do fracasso retórico da Rio+10 em Johannesburgo.” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 522).

Em busca da origem do termo desenvolvimento sustentável, encontra-se, na verdade, a história da reavaliação da ideia do desenvolvimento essencialmente ligado à noção de crescimento até o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável (BELLÉN, 2006).

Amorim (2009), em sua dissertação de mestrado, ao abordar esse período de surgimento de uma nova base conceitual para o modelo de desenvolvimento, identificou outros fatos históricos ocorridos. Sem a pretensão de esgotá-los, apresentou-os em uma ordem cronológica de linha do tempo, permitindo uma melhor visualização e compreensão do assunto como é mostrado no (ANEXO A).

Apesar de ser ponto principal no entendimento dos problemas ecológicos da atualidade, a relação entre desenvolvimento e meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável são interpretados de diversas maneiras por vários autores, havendo certo nível de consenso relacionado à redução da poluição ambiental, desperdícios e nível de pobreza. Portanto, faz-se necessária uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e suas dimensões (BELLÉN, 2006).

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS DIMENSÕES

Nos anos 80, o trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão *Brundtland*), capturou um sentimento crescente da necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento, que passava por aspectos relacionados às externalidades desconsideradas logo após a Segunda Guerra Mundial, à distribuição dos custos e benefícios entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre esta geração e aquela que ainda está por vir (HODGE; HARDI; BELL, 1999). Assim, a idéia de desenvolvimento

sustentável, desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades surgiu e rapidamente ganhou repercussão. (WCED, 1987 apud HODGE; HARDI; BELL, 1999).

“O termo desenvolvimento sustentável pode ser visto como palavra-chave dessa época e existem para ele numerosas definições” (BELLEN, 2006, p. 24). Ainda assim ou devido à isso, não se sabe exatamente o que o conceito significa. Böhm e Brei (2008), inclusive, afirmam que na sua concepção o discurso do desenvolvimento sustentável é ‘*empty signifier*’ (BOHM; BREI, 2008, p. 341), o que significa que pode ser preenchido em uma variedade de “caminhos diferentes”. Argumentam os autores, seguindo o trabalho de Laclau (1985) e Mouffe (2001), que significados vazios, como o de ‘desenvolvimento’ são preenchidos por discursos que pretendem hegemонizar um campo de discurso particular (BÖHM; BREI, 2008).

“As duas definições comumente mais conhecidas citadas e aceitas são a do Relatório *Brundtland* WCED de 1987 e a do documento conhecido como Agenda 21” (BELLEN, 2006, p. 24). A definição do Relatório *Brundtland* possui dois conceitos fundamentais: a necessidade, referindo-se especificamente às necessidades dos países subdesenvolvidos e a ideia de limites, determinados pela tecnologia e organização social para atender às necessidades do presente e do futuro. (BELLEN, 2006).

Em relação aos limites, Boff (2012) diz que as duas pressuposições dos tempos modernos se mostraram irreais: a primeira relacionada aos recursos naturais, que seriam infinitos; já se sabe que não o são. E a segunda, de que seria possível infinitamente seguir em direção ao futuro, pois o progresso não tem limites. Mais uma ilusão: se o padrão de consumo dos países desenvolvidos fosse universalizado para todos os outros países, seriam necessários vários planetas Terra. “Os dois infinitos foram e são, portanto, falácia que moveram mentes e corações por muitas gerações e nos conduziram à atual crise ambiental” (BOFF, 2012, p. 42).

A segunda definição mais bem aceita atualmente é todo o documento denominado Agenda 21, um plano de ação com 40 capítulos, produzido a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (BELLEN, 2006).

Segundo Leis (2004), a literatura que surgiu em torno do conceito de desenvolvimento sustentável possibilita deduzir que grande parte das interpretações derivadas desse conceito se dá em função da

tensão introduzida pela ética no campo da economia e da política. O conjunto de medidas que o relatório *Brundtland* reivindica (limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação em longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes renováveis, crescimento econômico nos países industrializados ecologicamente equilibrados, controle da urbanização selvagem, satisfação de necessidades básicas para todos os seres humanos, etc.) obrigaria a revisar em profundidade os valores e as práticas tradicionais das atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Mas isso o relatório não conseguiu articular (LEIS, 2004).

Rattner (1999), por sua vez afirma que muitas ONGs, atuando de forma crítica em relação à definição oficial de desenvolvimento dos governos e agências internacionais, entendem sustentabilidade como a mola mestra de um processo de desenvolvimento focado nas pessoas e que poderia se tornar o fator transformador das instituições sociais, dos padrões de comportamento e dos valores dominantes.

Porém, continua Rattner (1999), a falta de um conceito mais preciso de sustentabilidade demonstra a ausência de um quadro referencial teórico que conseguisse relacionar de modo sistemático as diferentes contribuições dos discursos e campos de conhecimentos específicos. Esta situação acaba por revelar a indecisão das elites em atuar de modo planejado e coerente e aceitar que o atual modelo de desenvolvimento não pode ser perpetuado.

O modelo-padrão de desenvolvimento sustentável mais utilizado nas empresas e nos discursos oficiais “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável”, não conduz ao estabelecimento de metas e valores derivados das teorias sobre progresso técnico e produtividade com a proteção e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. “Com relação à reivindicação de equidade intra e inter-gerações e redução de disparidades nos níveis nacional e internacional, a fórmula é ainda menos satisfatória” (RATTNER, 1999).

Bellen (2006) considera que a existência de diversas definições de desenvolvimento sustentável talvez seja decorrência do fato de existirem diferentes concepções ambientalistas. Porém, continua o autor, essa variedade de concepções prejudica a implementação e a avaliação dos processos do desenvolvimento sustentável. Portanto, há a necessidade de definição concreta do conceito, examinando o seu

significado de maneira crítica e analisando-se as diferentes dimensões que alcança.

Leis (2004) afirma que para um melhor entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável, é necessária a compreensão das várias dimensões da análise científica que a ele se referem. Para o autor, estas dimensões são basicamente três: ambiental, social e econômica.

Para Sachs (1993), a sustentabilidade é um conceito dinâmico relacionado a um processo de mudança. Na sua concepção, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões: sustentabilidades social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

A presente pesquisa concentra-se no estudo da sustentabilidade sob a perspectiva dos indicadores ambientais, embora se admita que a sustentabilidade é alcançada a partir de suas várias dimensões.

A sustentabilidade econômica do desenvolvimento é definida como crescimento econômico contínuo sobre bases não predatórias, tanto para garantir a riqueza como para eliminar a pobreza (causa importante da degradação ambiental) e fazer os investimentos que permitiram uma mudança do modelo produtivo para tecnologias mais sofisticadas e apropriadas (LEIS, 2004).

A sustentabilidade econômica do desenvolvimento é definida como crescimento econômico contínuo sobre bases não predatórias, tanto para garantir a riqueza como para eliminar a pobreza (causa importante da degradação ambiental) e fazer os investimentos que permitiram uma mudança do modelo produtivo para tecnologias mais sofisticadas e apropriadas (LEIS, 2004).

Já a sustentabilidade social refere-se à qualidade de vida das populações. Como apontam alguns autores, apesar de se tratar de uma dimensão objetiva, a ideia de desenvolvimento humano obriga ao esclarecimento de fundamentos éticos. Implica definir valores (saúde física e mental, educação, amadurecimento do indivíduo, satisfação de necessidades espirituais e culturais, etc.) e um bom desenvolvimento humano não é definido pela abundância de bens.

Para Sachs (1997 apud BELLEN, 2006, p. 37), a sustentabilidade social está relacionada a um processo de desenvolvimento que conduza a um crescimento estável, com distribuição igualitária de renda, gerando a diminuição das diferenças entre os níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações.

Segundo Leis (2004) a sustentabilidade ambiental diz respeito à base física do processo produtivo e da vida social, direcionando tanto

para a conservação dos recursos naturais, como para a proteção dos ecossistemas naturais, conservando suas condições paisagísticas, assim como sua capacidade para processar o impacto das agressões.

Quanto à sustentabilidade geográfica, “pode ser alcançada por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (BELLEN, 2006, p. 37).

Finalmente, a sustentabilidade cultural, “a mais difícil de ser concretizada segundo Sachs (1997), está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos” (BELLEN, 2006, p. 38).

Apesar da falta de consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, há um “quase-consenso” sobre a necessidade de tradução de conceitos tão abrangentes em propostas práticas (SACHS, 1998; BELLEN, 2006; CAMARGO; UGAYA; AGUDELO, 2003). Necessita-se que o desenvolvimento atual e as tendências futuras possam ser mensurados através de ferramentas confiáveis, para que os tomadores de decisões e a população possam saber onde devem ser concentrados os esforços. O estabelecimento de princípios comuns para mensuração da sustentabilidade é fundamental (CAMARGOS, 2012).

No item a seguir, essa necessidade de mensuração da sustentabilidade é abordada através da discussão sobre o conceito de indicadores genericamente falando, indicadores de sustentabilidade especificamente, quais as necessidades de se desenvolver indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável e as suas vantagens e limitações (BELLEN, 2006).

2.3 INDICADORES

De acordo com Hammond et. al. (1995), o termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Segundo Gallopin (1996), obviamente este conceito se refere à função ou propósito do indicador, mas não define a sua natureza.

Gallopin (1996) afirma que diferentes autores definem o termo indicador de maneiras diferentes e que isso não acontece apenas em relação a questões ambientais, mas é reflexo de contradições e ambigüidades relacionadas ao significado fundamental do conceito de indicador.

Corroborando com Gallopin (1996), Meadows (1998) diz que indicadores são difíceis de definir. São baseados em modelos incertos,

sua seleção e uso apresentam “armadilhas”, transmitem diferentes mensagens para diferentes mentes, mas as dificuldades que apresentam não significam que não devem ser usados. Para Meadows (1998), não há escolha, o mundo é muito complexo para lidarmos com todas as informações disponíveis, portanto, precisamos de um conjunto de indicadores que nos permita compreendê-lo.

Segundo Hammond et al. (1995), os indicadores transmitem informações sobre a evolução em direção a objetivos sociais, tais como desenvolvimento sustentável, mas o seu propósito pode ser bem mais simples como, por exemplo, a indicação de hora através dos ponteiros de um relógio. Um indicador, de modo geral, pode ser entendido como um elemento que torna mais visível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente identificável.

Gallopin (1996), citando trabalhos de Chevalier et al. (1992), Mc Queen e Noak (1988), *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD) (1993) e Holling (1978) respectivamente, explicam que algumas definições específicas de indicadores na literatura incluem: ‘uma variável hipoteticamente associada à variável estudada, a qual, isoladamente não pode ser diretamente observada’; ‘uma medida que resume informações relevantes sobre um fenômeno específico’; ‘um parâmetro ou valores derivados de parâmetros, os quais apontam para/providenciam informações sobre/descrevem o estado de um fenômeno/ambiente/área com um significado direcionado a um valor de parâmetro’ (sendo que, neste caso, parâmetro é definido como uma propriedade a ser medida ou observada); ‘uma medida de comportamento de um sistema em termos de significado e atributos perceptíveis’.

Além dessas, Gallopin (1996) faz referência a um amplo levantamento em publicações sobre indicadores ambientais demonstrando mais significados associados ao conceito. Um indicador pode ser definido como variável, parâmetro, medida, medida estatística, valor, instrumento de medida, fração, índice, subíndice, quantidade, modelo empírico da realidade, um sinal, entre outros (GALLOPIN, 1996).

Parte da confusão e contradições pode ser atribuída ao uso do mesmo termo para explicar coisas diferentes nas diferentes disciplinas. Como exemplo, afirma que na matemática o termo ‘variável’ usualmente se refere a algum atributo de interesse o qual assume diferentes valores, enquanto nas profissões relacionadas ao ambiente a palavra parâmetro é usada para substituir a expressão ‘variável ambiental’. (GALLOPIN, 1996).

Meadows (1998) afirma que os indicadores são usados por todos nós, de maneira intuitiva, para que sejamos capazes de monitorar e controlar sistemas complexos com os quais nos preocupamos. Os indicadores são parte importante do fluxo de informações que utilizamos para entender o mundo, tomar decisões e planejar nossas ações. Os indicadores são reflexos dos nossos valores, mas também são responsáveis pela criação destes: medimos o que nos é importante e nos importamos com o que medimos.

Para Meadows (1998) os indicadores podem ser ferramentas de mudança, aprendizado e propaganda. Sua presença, ausência ou proeminência afeta comportamentos. Isto os torna tão importantes quanto perigosos, pois estão situados no centro do processo de tomada de decisões. Ações são tomadas dependendo da discrepância entre o estado desejado ou objetivo e o estado percebido do sistema. O estado percebido do sistema trata-se de um indicador, passível de erros. Pode ter sido inadequadamente medido ou avaliado e as decisões tomadas com base naquele indicador serão ineficazes.

Algumas armadilhas no processo de escolha e uso dos indicadores são destacadas por Meadows (1998), como a utilização de um excessivo nível de agregação de dados, o que pode tornar a informação indecifrável; a medição do que é mensurável, ao invés do que é importante; as conclusões baseadas em relações falsas; as falsificações deliberadas; o desvio da atenção para os indicadores em prejuízo da experiência direta; excesso de confiança nos indicadores; perda da noção de que os indicadores não são o sistema real.

“A escolha dos indicadores é uma determinante crítica para o comportamento de um sistema” (MEADOWS, p. 5, 1998).

Para Ness et al. (2007), indicadores são medidas simples, na maioria das vezes quantitativas, que representam uma situação de desenvolvimento econômico, social e ou ambiental de uma região definida, muitas vezes em termos nacionais. Harger e Meyer (1996 apud NESS, 2007), sugere que os indicadores devem possuir características como a simplicidade, um amplo escopo, a possibilidade de quantificação, de identificação e determinação de tendências e, por fim, sensibilidade à mudança.

Segundo Meadows (1998), bons indicadores devem: possuir valores e conteúdos claros, possuir um nível adequado de agregação, ser politicamente relevantes, ser factíveis, possuir escala apropriada, ser democráticos e participatórios, incluir o que as pessoas não conseguem medir por contra própria, ser hierárquicos, estar em uma unidade física,

prover informações a tempo para que possam ser tomadas decisões, e experimentais (capazes de incorporar aprendizado).

Coral (2002, p.159) alerta para a importância do aspecto da simplicidade de um indicador, já que o custo para sua obtenção pode inviabilizar a sua operacionalização.

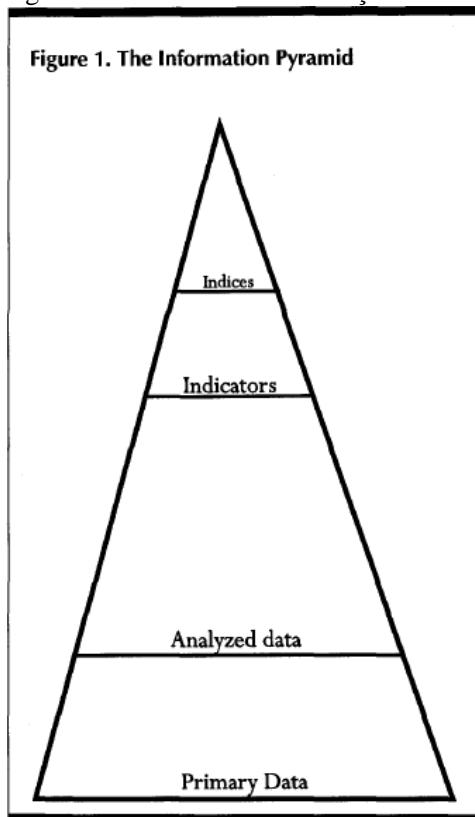
Januzzi (2006 apud CARVALHO; BARCELLOS, 2010), apresentam um resumo das propriedades desejáveis de um indicador afirmando que um “um bom indicador é aquele em que você pode confiar, é útil e não é muito caro” (CARVALHO; BARCELLOS, p. 104, 2010). Um indicador precisa abordar um tópico relevante, ter validade, ter uma boa cobertura estatística, ser sensível às mudanças do objeto de estudo, ser específico para aquele objeto, ser de fácil entendimento para o público especializado e para o público em geral, ser atualizado de tempos em tempos, ser disagregável nas suas partes e ter uma série histórica.

Tunstall (1994, apud BELLEN, 2006) define os indicadores a partir de suas funções, que são: avaliar as condições e tendências; comparar lugares e situações; avaliar as condições e tendências em relação aos objetivos e metas; fornecer informações de alerta e antecipar futuras condições e tendências.

Hammond et al. (1995) destaca que os indicadores possuem duas características que os definem: os indicadores quantificam a informação para facilitar a sua compreensão; e os indicadores simplificam a informação relativa a fenômenos complexos para melhorar a comunicação.

Para Hammond et al (1995), embora muitas vezes os indicadores sejam apresentados na forma gráfica ou estatística, não se confundem com os dados primários. A figura 1 apresenta a relação entre dados primários e indicadores, no que é denominada pirâmide de informações (HAMMOND et al., 1995).

Figura 1 – Pirâmide de Informações



Fonte: Hammond et al. (1995).

Hammond et al. (1995) explica que de fato, os indicadores e índices agregados no topo da pirâmide têm por base os dados primários, derivados do monitoramento e análise dos dados. Os indicadores representam um modelo empírico da realidade e não a própria realidade, mas eles precisam ser analiticamente legítimos e construídos conforme uma metodologia coerente de mensuração.

A partir da constatação de que o termo indicador é definido de diferentes formas pelos diversos autores, percebeu-se a necessidade da elaboração de uma definição mais rigorosa e específica de indicador no que se refere à temática do desenvolvimento sustentável. Essa será a discussão do item a seguir.

2.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Hammond et al. (1995) afirma que desde a *United Nations Conference on Environment and Development* em 1992 (que ficou conhecida como Conferência Rio-92), a sustentabilidade se transformou em um amplo objetivo compartilhado. Sustentabilidade, para o autor, refere-se, no mínimo, à interação de fatores econômicos, sociais e ambientais.

Segundo o mesmo autor, apesar das informações relativas aos problemas ambientais proporcionarem para as nações uma boa base para a tomada de decisão e avaliação do progresso, percebeu-se que são necessários objetivos e medidas de progresso explícitas para que essas organizações assumam de fato responsabilidades neste campo. No seu trabalho, Hammond et al. (1995) propõe a formulação de indicadores ambientais que sirvam de base para decisões no contexto do desenvolvimento sustentável, ou seja, que considerem a interação com os fatores sociais e econômicos.

Para Hammond et al. (1995), o objetivo dos indicadores ambientais é informar sobre o ambiente e as atividades humanas que o afetam, destacando os problemas emergentes e chamando a atenção para a eficácia das políticas atuais. Em resumo, devem informar se a situação está melhorando ou piorando. Para tanto, um indicador deve refletir as mudanças ao longo de um período de tempo e sempre que possível deve ser ajustado de acordo com as metas ou objetivos políticos a ele relacionados. Hammond et. al. (1995) ressalta a dinamicidade do seu trabalho, que contém idéias e conceitos preliminares, na esperança de que estimulem a discussão e trabalhos futuros.

Para Gallopin (1996), os esforços recentes no sentido de se desenvolver indicadores concretos bem como esquemas para mensurar o desenvolvimento sustentável são tentativas de aproximação e obtenção de convergência sobre o assunto na arena internacional.

Segundo Gallopin (1996), os indicadores mais relevantes para o desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental são aqueles que simplificam as informações importantes, ressaltam certos fenômenos que ocorrem na realidade, permitem a avaliação de ecossistemas complexos.

Ainda para Gallopin (1996), uma das bases da discussão em torno dos indicadores relevantes para o desenvolvimento sustentável é a sua seleção em diferentes níveis de agregação de dados ou percepção. Apesar da abordagem demonstrada por Hammond em sua ‘pirâmide de informações’, na qual os indicadores devem ser desenvolvidos a partir

da agregação de dados de nível mais baixo até alcançar o topo da pirâmide com os índices, Gallopin (1996) demonstra que outras metodologias e tipos de indicadores não devem ser descartados. No seu entendimento, diferentes tipos de indicadores podem ser importantes em diferentes escalas, bem como podem perder o seu sentido quando usados em escalas não apropriadas.

Segundo Dahl (1997 apud BELLEN, 2006), a dimensão do tempo é outro aspecto que deve ser considerado quando se trata de indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável. Os indicadores podem ser escalares ou vetoriais. Um índice escalar é um número decorrente da agregação de dois ou mais valores. Um vetor consiste em um número de indicadores apresentados simultaneamente, mas não agregados, para fornecer o retrato de uma situação.

Os vetores são dados bidirecionais, com magnitude e direção, que trabalham com duas dimensões e por isso têm a capacidade de representar melhor a realidade. Cada um dos tipos de indicadores apresentam vantagens e desvantagens.

Bellen (2006) explica que há autores que são defensores das medidas vetoriais com o argumento de que a complexidade do sistema é melhor compreendida através dessas medidas. Outros, no entanto, defendem o uso de medidas escalares justamente porque simplificam a situação.

Gallopin (1996) observa que as medidas vetoriais (tipo perfil) oferecem uma visão do todo, o que conduz a uma questão relacionada à escolha da melhor estrutura em termos de perfil para que se possa entender o todo quando se debate a questão da sustentabilidade.

Outra questão muito debatida na discussão da sustentabilidade e seus indicadores é o julgamento de valor, sempre presente nos sistemas de avaliação, nos variados níveis e dimensões existentes. Gallopin (1996) menciona que no contexto do desenvolvimento sustentável, eles podem ser implícitos ou explícitos. Julgamentos de valor explícitos são aqueles que fazem parte do processo de criação de indicadores conscientemente, apesar de valores implícitos também aparecerem no processo. Os julgamentos de valor explícitos podem aparecer diretamente no processo de observação ou mensuração, através de preferências estéticas, por exemplo; acrescidos à medida em questão por meio de metas impostas ou desejáveis; pelos pesos atribuídos aos diversos indicadores dentro de um sistema agregado (GALLOPIN, 1996).

Os julgamentos de valor implícitos são mais difíceis de serem observados e mensurados porque decorrem de características pessoais, aspectos culturais e são, na sua maioria, inconscientes. Mas, estão presentes no processo de formulação dos indicadores (GALLOPIN, 1996)

Conforme Bellen (2006), outro aspecto bastante discutido em relação a indicadores de sustentabilidade é relativo à agregação das informações na sua elaboração. Meadows (1998) se posiciona favorável à agregação dos dados, mas com muito cuidado. Teoricamente, somente as informações mais importantes deveriam ser repassadas para os níveis hierárquicos mais altos, mas o risco está justamente nas mudanças relacionadas à definição de “o quê” é importante ao longo do tempo e seus diferentes propósitos.

Segundo Bossel (1999 apud BELLEN, 2006), um indicador agregado se distancia dos problemas específicos e dificulta a articulação de ações referentes a temas particulares. Além disso, a probabilidade de ocorrência de problemas conceituais aumenta em indicadores muito agregados. Mais dúvidas surgem quando a agregação conduz a índices que resumem esferas de avaliação completamente diferentes.

Apesar disso, afirma Bellen (2006), “a necessidade de indicadores com um certo grau de agregação é imprescindível para o monitoramento da questão da sustentabilidade” (BELLEN, 2006, p. 48).

Em relação às funções dos indicadores, segundo Hardi e Barg (1997 apud BELLEN, 2006), há dois grupos: indicadores sistêmicos e de performance. Os indicadores sistêmicos, ou descriptivos, são aqueles que mensuram individualmente diversas questões do ecossistema e do sistema social e comunicam as informações mais importantes aos tomadores de decisão. Sua limitação diz respeito às variáveis que não são quantificáveis e não podem ser traduzidas em termos físicos.

Os indicadores de performance, explicam os autores, são instrumentos para comparação, que incorporam indicadores descriptivos e fazem menção a um objetivo político específico. Informam aos tomadores de decisão dados sobre o sucesso no alcance de metas locais, regionais, nacionais ou internacionais.

Uma outra questão relacionada aos indicadores de sustentabilidade diz respeito à sua seleção: quem os escolhe e como são definidos. Segundo Reed, Fraser e Dougill (2006), a literatura aponta dois paradigmas metodológicos: o *top down* e o *bottom-up*.

A abordagem *top down*, segundo os citados autores, é baseada na visão de especialistas e pesquisadores, que identificam a necessidade do uso de indicadores para avaliar os sistemas dinâmicos, mas não

consideram as suas complexidades e as prioridades dos utilizadores de recursos.

A abordagem *bottom-up*, por sua vez, ressalta a importância de compreensão do contexto local para a definição de metas e prioridades, considerando que o monitoramento da sustentabilidade deve ser um processo contínuo de aprendizagem tanto para a comunidade como para os pesquisadores.

Reed, Fraser e Dougill (2006) afirmam que ambas as abordagens apresentam pontos fortes e fracos. Indicadores que são definidos “de cima para baixo” são geralmente coletados rigorosamente, examinados por especialistas e avaliados através do uso de ferramentas estatísticas. Este processo demonstra tendências (tanto entre regiões como ao longo do tempo) que podem ser perdidas no caso de uma observação mais casual. No entanto, este tipo de abordagem muitas vezes deixa de envolver as comunidades locais.

Indicadores definidos através dos métodos “de baixo para cima” possuem suas raízes no contexto local e possibilitam a compreensão das percepções específicas daquele ambiente e sociedade. Isto não só fornece uma boa fonte de indicadores, mas também oferece a oportunidade de reforçar a capacidade da comunidade de aprender e compreender. No entanto, há o risco de que os indicadores desenvolvidos através de técnicas participativas não tenham por si só a capacidade de precisão de monitorar confiavelmente a sustentabilidade.

Apesar das abordagens *top down* e *bottom-up* serem fundamentalmente diferentes, há um debate acadêmico “sobre a necessidade de desenvolvimento de metodologias inovadoras híbridas para capturar tantos repertórios de conhecimento” (BATTERBURY et al., 1997; NYGREN, 1999; THOMAS; TWYMAN, 2004 apud REED, FRASER; DOUGILL, 2006, p. 407).

Reed, Fraser e Dougill (2006) destacam que, apesar das diferenças nas abordagens, existem passos básicos que são comuns a ambas: primeiro, a necessidade de identificação do contexto humano e ambiental para definição dos indicadores de sustentabilidade; em segundo lugar, o estabelecimento de metas de gestão e estratégias para o desenvolvimento sustentável; em terceiro, a identificação, seleção e avaliação dos indicadores que serão utilizados e finalmente, a coleta e análise dos dados.

Os autores propõem a inclusão de abordagens híbridas *bottom-up* e *top-down* para que haja uma melhor compreensão das interações do

sistema ambiental, social e econômico, fundamentais para iniciativas de desenvolvimento sustentável (REED; FRASER; DOUGILL, 2006).

Neste sentido, Bellen (2006) destaca que a discussão sobre indicadores relacionados à avaliação de sustentabilidade demonstra a “necessidade que eles têm de ser holísticos, representando diretamente as propriedades do sistema total e não apenas elementos e interconexões dos subsistemas” (BELLEN, 2006, p. 52).

A necessidade de pesquisa e desenvolvimento de novas ferramentas para a avaliação de sustentabilidade foi evidenciada no Relatório Brundtland, de 1987 e posteriormente na Agenda 21, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (HARDI; ZDAN, 1997). Em resposta, muitos esforços para avaliação da performance do desenvolvimento vêm sendo realizados por corporações, organizações não governamentais, comunidades acadêmicas, países e organizações internacionais (HARDI; ZDAN, 1997).

Em novembro de 1996, um grupo internacional de especialistas e pesquisadores em avaliação se reuniu na Fundação Rockefeller e no Centro de Conferências de Bellagio, na Itália, para revisar o progresso dos dados e sintetizar as diversas iniciativas de avaliação de sustentabilidade (HARDI; ZDAN, 1997). O resultado desse encontro ficou conhecido como os Princípios de Bellagio que, segundo Hardi e Zdan (1997), servem para incrementar a totalidade de avaliação de um processo, incluindo a escolha e o *design* de indicadores, sua interpretação e comunicação dos resultados. Ainda segundo os autores, os princípios estão interrelacionados e devem ser aplicados conjuntamente. Seu uso é importante para melhorar os processos de avaliação de iniciativas de desenvolvimento, do nível comunitário até organizações internacionais, passando pelos níveis intermediários.

Hardi e Zdan (1997) explicam que os princípios lidam com quatro aspectos da avaliação de sustentabilidade.

O princípio 1 faz referência ao ponto inicial de qualquer avaliação: o estabelecimento de uma visão sobre o que é a sustentabilidade e existência de metas claras que permitam uma definição prática dessa visão na tomada de decisão.

Os princípios 2 até 5 versam sobre o conteúdo de qualquer avaliação e a necessidade de fundir o sistema todo com o foco prático nas questões prioritárias.

Os princípios 6 até 8 tratam da questão chave do processo de avaliação, enquanto os princípios 9 e 10 lidam com a necessidade de estabelecimento de uma capacidade contínua de avaliação.

Segundo Bellen (2006), os Princípios de Bellagio demonstram algumas características importantes que devem ser levadas em consideração quando se analisa ou se utiliza uma metodologia de avaliação de sustentabilidade.

Segundo o autor, “um primeiro aspecto importante é verificar a dimensão ou dimensões contempladas pela ferramenta de avaliação” (BELLEN, p. 79, 2006). O conceito de desenvolvimento sustentável usualmente possui uma abordagem multidimensional. (BELLEN, 2006).

Um segundo aspecto diz respeito ao campo de aplicação da ferramenta, ou seja, onde ele pode e deve ser aplicado (BELLEN, 2006).

O terceiro aspecto refere-se aos ‘dados’ utilizados em uma ferramenta de avaliação, bem como ao tratamento que recebem na avaliação (BELLEN, 2006).

Um quarto aspecto importante está relacionado ao modo e à ‘participação’ de diversos atores sociais na elaboração do sistema. Para os Princípios de Bellagio, esta característica deve ser observada quando se analisa qualquer ferramenta de avaliação (BELLEN, 2006).

E, finalmente, o sistema deve ser considerado como um todo, a partir da observação de alguns elementos fundamentais em um sistema de avaliação. “Os elementos, nesta perspectiva, são o grau de complexidade da ferramenta, o seu grau de transparência, sua estrutura de apresentação e seu potencial pedagógico em termos de educação ambiental” (BELLEN, 2006, p. 80).

A análise das ferramentas de avaliação de sustentabilidade do desenvolvimento a partir dessas cinco categorias permite uma melhor compreensão dessas ferramentas e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2006).

2.4.1 Indicadores e Diferentes Iniciativas de Relatoria de Sustentabilidade utilizados pelas organizações

O processo de globalização da economia, o avanço e o alinhamento de conceitos, conteúdos e indicadores no campo do Desenvolvimento Sustentável têm levado entidades, estudiosos e especialistas a buscar uma padronização, propondo modelos de relatoria e índices de sustentabilidade.

No Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, destaca-se dentre as diferentes iniciativas de relatoria e índices internacionais e nacionais mais conhecidos, os seguintes: *Accountability*

– AA1000, *Global Reporting Initiative*, Índice Dow Jones de Sustentabilidade, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Balanço Social Anual (IBASE). (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2006). Camargos (2012) acrescenta a estes o Pacto Global, Oito Objetivos do Milênio e Indicadores do Instituto ETHOS.

A seguir, são descritos esses índices:

Accountability – AA1000: É uma norma lançada em 1999 pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA) uma organização não-governamental com sede em Londres. É considerada o primeiro padrão internacional de gestão da responsabilidade socioambiental. A norma AA1000 enfatiza o diálogo entre empresas e partes interessadas e o engajamento destas partes para a tomada de decisão, além de buscar viabilizar a sustentabilidade econômica, social e ambiental da organização (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2006).

Global Reporting Initiative (GRI): A GRI é uma organização sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social. A GRI oferece às organizações uma estrutura de Diretrizes para a confecção de relatórios de sustentabilidade que é amplamente utilizada em todo o mundo. O objetivo da GRI é padronizar os relatos de sustentabilidade, fornecendo orientação e apoio às organizações (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2006). A descrição completa da estrutura de relatórios GRI pode ser vista no próximo item.

Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI): Os índices Dow Jones de Sustentabilidade, lançados em 1999, são os primeiros índices globais de monitoramento do desempenho financeiro das principais empresas orientadas à sustentabilidade em todo o mundo. As empresas são selecionadas a partir de um amplo questionário, que avalia o seu desempenho nas dimensões ambiental, social e econômica. O índice serve como referência para os investidores que consideram a sustentabilidade em suas carteiras e fornecem uma plataforma de engajamento efetivo para as empresas que desejam adotar práticas mais sustentáveis (S&P DOW JONES INDECES, 2013).

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): O ISE é um índice criado pela BOVESPA, em 2005, que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Tais ações são selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez, e são ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação. Desta forma, o

ISE tem por objetivo atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (BM& BOVESPA, 2013).

IBASE: Instituído pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o balanço social é uma forma de demonstração anual publicada pelas empresas que reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais voltadas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade (IBASE, 2014).

A partir desses dados, apresenta indicadores (gastos realizados pelas empresas), no âmbito social (interno e externo) e ambiental. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. O Balanço Social consiste numa das demonstrações contábeis, exigidas pela ANEEL para publicação, pelas concessionárias e permissionárias, ao final do exercício social. (IBASE, 2014).

Pacto Global: Idealizado pelas Nações Unidas, o Pacto Global é uma iniciativa política estratégica para as corporações que se comprometeram a alinhar suas estratégias e operações com dez princípios universalmente aceitos em quatro áreas: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Com mais de 10.000 participantes de empresas e outras partes interessadas de mais de 130 países, é a maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária do mundo. Lançada no ano 2000, a missão do Pacto Global das Nações Unidas é avançar na prática de responsabilidade corporativa globalmente, reconhecendo que negócios responsáveis podem sustentar economias para um crescimento mais sustentável e inclusivo (*UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT*, 2014).

8 Objetivos do Milênio: Em 2000, os líderes mundiais assumiram o compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um conjunto de oito metas cujo objetivo é tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver, incluindo o objetivo maior de reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trabalha mundialmente para ajudar e coordenar os esforços de cada país no alcance desses objetivos. Em 2010, o compromisso foi reafirmado e o mundo se comprometeu a acelerar o progresso em direção a esses objetivos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Indicadores do Instituto ETHOS: Os Indicadores *Ethos* foram desenvolvidos com o propósito de oferecer às empresas uma ferramenta

de gestão para o diagnóstico e planejamento das práticas de responsabilidade social empresarial, disponíveis desde 2000 e atualizados ao longo dos anos. Trata-se de uma ferramenta de uso essencialmente interno, que permite a autoavaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do desempenho geral da empresa (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Como o objetivo desta pesquisa é analisar os princípios e os indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI, no item a seguir é apresentada uma descrição da GRI e sua Estrutura para Relatórios de Sustentabilidade.

2.5 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

2.5.1 Aspectos históricos da GRI

No fim dos anos noventa, as organizações passavam por um dilema: por um lado, havia uma série de diretrizes amplamente aceitas internacionalmente para o relato do desempenho financeiro das organizações. Entretanto, o mesmo não ocorria para aspectos econômicos, ambientais e sociais. De várias organizações, em contextos distintos, surgiam propostas de sistemas de medição e diretrizes, normalmente enfocando questões econômicas, ambientais ou sociais específicas (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, p. 16, 2012).

Em 1997, em Boston, uma coalizão liderada pela *Coalition for Environmentally Responsible Economies* e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente foi criada para buscar uma solução através de um extenso processo de consulta a empresas, ONGs, especialistas e outras instituições internacionais envolvidas em questões socioambientais. Para o desenvolvimento dessa solução foi estabelecido um departamento da CERES denominado “*Global Reporting Initiative*” (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

No ano seguinte, foi criado um Comitê Gestor *multistakeholder* para desenvolver orientações da GRI. A função principal do Comitê Gestor era “fazer mais do que o meio ambiente”. Questões sociais, econômicas e de governança foram incluídas no quadro orientativo. Este esquema da GRI tornou-se uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade com as Diretrizes do Relatório “em seu coração” (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2014, p. 01).

Foi assim que surgiu a primeira versão das Diretrizes da *Global Reporting Initiative*, lançada em 2000, resultado do comprometimento de um grande número de indivíduos e organizações com a agenda da sustentabilidade, da transparência e da prestação de contas (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012, p. 16).

Como resultado desses esforços, a GRI se tornou uma organização independente em 2002. Ela foi criada com a missão de “tornar os relatórios de sustentabilidade tão comuns quanto os relatórios financeiros” e ser a guardiã das Diretrizes e de seu processo de produção (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012, p. 16).

A segunda geração de Diretrizes, conhecida como G2, foi inaugurada em 2002, na *World Summit on Sustainable Development*, em Johanesburgo. A GRI foi citada no Plano da Cúpula Mundial de Implementação. O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) “abraçou” a GRI e convidou os Estados-membros da ONU para hospedá-la. A Holanda foi escolhida como anfitriã (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Em 2002, a GRI foi formalmente inaugurada como uma organização colaboradora da UNEP, na presença do então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, e se mudou para Amsterdã como uma organização independente sem fins lucrativos. Ernst Ligteringen foi nomeado CEO e membro do Conselho de Administração (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

No ano de 2006 foi lançada a terceira geração de Diretrizes, G3. Mais de 3.000 especialistas de vários tipos de negócios, representantes da sociedade civil e trabalhadores participaram no desenvolvimento do G3 (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Após o lançamento do G3, a GRI expandiu sua estratégia e estrutura de relatório e firmou alianças poderosas. Parcerias formais foram estabelecidas com o *United Nations Global Compact*, da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, e outros. Foram fundados os Pontos Focais com o objetivo de aproximação regional, primeiramente no Brasil e na Austrália e depois na China, Índia e EUA. Orientações setoriais foram produzidas para diversas indústrias na forma de suplementos setoriais (agora chamadas de Diretrizes Setoriais). Publicações educacionais e de pesquisa e desenvolvimento foram elaboradas, muitas vezes em colaboração com instituições acadêmicas, centros mundiais de excelência e de outros órgãos normalizadores. Vários tipos de serviços da GRI passaram a ser oferecidos como *coaching* e treinamento, certificação de *software*,

orientação para pequenas e médias empresas nos relatórios e certificação. O alcance da GRI foi reforçado por sua Conferência Amsterdã sobre Sustentabilidade e Transparência, realizada bienalmente a partir de 2006. A terceira conferência, de maio de 2010, atraiu mais de 1.200 delegados de 77 países Administração (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Em março de 2011, a GRI publicou as Diretrizes G3.1 - uma atualização e complementação da G3, com expansão da orientação em relação à gênero, comunidade e desempenho em matéria de direitos humanos (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Seguindo o compromisso de buscar um desenvolvimento contínuo das diretrizes, a publicação da quarta versão do documento (G4) foi lançada no mês de maio de 2013. O desenvolvimento do G4 seguiu o devido processo da GRI, utilizando o método de consulta internacional *multistakeholders* da GRI. O objetivo do G4, a quarta atualização é tornar o processo de relato mais amigável. Assim, o G4 foi desenvolvido para ajudar os relatores a preparar relatórios de sustentabilidade que contenham informações valiosas sobre as questões mais críticas da organização relacionadas à sustentabilidade, e tornar a confecção de tais relatórios uma prática padrão. Com isso, pretende-se aumentar a ênfase na necessidade de as organizações se concentrarem no processo de registro e relatório final sobre os temas que são relevantes para seus negócios e seus principais stakeholders. Este foco na "materialidade" produzirá relatórios mais relevantes, com mais credibilidade e mais acessíveis. Por sua vez, os mercados e a sociedade estarão melhor informados sobre as questões de sustentabilidade. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2014).

2.5.2 GRI no Brasil

O Brasil, por possuir uma economia em crescimento, ser um país com mais de 200 milhões de habitantes e possuir a maior floresta tropical do mundo, sempre mereceu uma atenção especial por parte da GRI. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

O país foi primeiro a receber um Ponto Focal da GRI, em São Paulo, inicialmente em parceria com o Instituto Ethos e atualmente sediado no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

De acordo com a GRI, os principais objetivos do Ponto Focal são:

- Promover a difusão dos relatórios de sustentabilidade ao engajar novos setores e indústrias;
- Comunicar os últimos progressos em relatórios de sustentabilidade aos grupos de *stakeholders*;
- Direcionar o *feedback* de *stakeholders* locais para a GRI para aprofundar internamente o conhecimento dos relatórios de sustentabilidade e da Estrutura de Relatórios da GRI. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Segundo a *Global Reporting Initiative* (2012), o Brasil encontra-se na terceira posição no mundo em número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade.

No ano de 2010, mais de 160 relatórios brasileiros foram elaborados com base na estrutura da GRI e registrados na sua lista de relatórios. A GRI conta com quase 40 empresas brasileiras no seu Programa de *Stakeholders Organizacionais* e nos seus órgãos de governança há especialistas brasileiros.

Instituições financeiras, empresas de energia elétrica e estatais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Itaú Unibanco, Itaipu Binacional, Eletrobrás e Petrobras destacam-se entre as organizações relatoras e envolvidas na agenda da sustentabilidade.

Segundo Leite Filho, Prates e Guimarães (2009, p. 15), a Natura foi a primeira empresa no Brasil a aplicar as diretrizes do GRI integralmente no seu relatório de sustentabilidade em 2003.

2.6 ESTRUTURA GRI PARA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Desde seu início, a GRI tem focado suas atividades no desenvolvimento de padrão de relatórios que abordem os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações e que sejam rotineiros e passíveis de comparação tais quais os relatórios financeiros (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

A Estrutura de Relatórios da GRI foi concebida com o objetivo de ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade e foi elaborada usando como referência vários acordos e normas internacionais, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Referências para a Elaboração das Diretrizes G3 GRI

As Diretrizes G3 da GRI utilizam como referência, sempre que possível, regulamentos e normas internacionais geralmente aceitos, entre os quais:

- Artigo 15 dos Princípios do Rio
- Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e seus Protocolos
- Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
- Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, 1998
- Declaração de Viena e Programa de Ação
- Declaração Tripartite da OIT Sobre Empresas Multinacionais e Política Social
- Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais
- Princípios do Pacto Global

Fonte: *Global Reporting Initiative* (2012, p. 17).

Esta Estrutura, que inclui as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios, consiste em um conjunto de princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012). A Estrutura da GRI permite que as organizações discutam e comparem seu desempenho de sustentabilidade porque as coloca em um mesmo nível (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012). Para a GRI, o processo de elaboração de relatórios de sustentabilidade proporciona a compreensão, por parte da organização, dos impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades; o diálogo com seus *stakeholders*; a escolha de dimensões e indicadores fundamentais para mostrar suas contribuições econômicas, ambientais e sociais; a definição de metas; o controle de resultados e a comunicação de todas essas etapas. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Para garantir a abordagem de todas as questões citadas acima, a GRI apresenta o processo de elaboração de relatórios em cinco fases:

1. Prepare: promoção de debate interno, principalmente em nível gerencial, para identificar os impactos econômicos, ambientais e sociais positivos e negativos.

2. Conecte-se: contato com *stakeholders* para seleção de aspectos que devem ser incluídos no relatório final.

3. Defina: definição do enfoque do relatório a partir dos resultados das fases 1 e 2.

4. Monitore: coleta dos dados que farão parte do relatório final. Os indicadores da GRI foram criados para ajudar as organizações neste controle. Nesta fase as organizações poderão utilizar também os

“Princípios de Relatórios” criados pela GRI para ajudar na verificação de processos de monitoramento e obtenção de informações de alta qualidade.

5. Relate: elaboração do relatório final e decisão sobre as melhores formas de comunicação dos resultados.

Os componentes da Estrutura de Relatórios da GRI são as Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, os Protocolos de Indicadores, Protocolos Técnicos e os Suplementos Setoriais. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

2.6.1 As Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade são um conjunto de informações que orientam as organizações na construção do relatório. Compreendem os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho que devem constar no relatório de sustentabilidade. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

O processo de elaboração do relatório é descrito pela GRI da seguinte maneira:

Parte 1 – Definição de Conteúdo, Qualidade e Limite do Relatório.

Parte 2 – Conteúdo do Relatório.

Na Parte 1 são apresentados os princípios e orientações para definição do conteúdo, da qualidade das informações e do limite do relatório. Como um dos objetivos desta pesquisa é analisar os princípios apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI, é na Parte 1 que se encontra o embasamento para a análise dos princípios.

A Parte 2 traz o conteúdo que deve fazer parte do relatório de sustentabilidade. As Diretrizes identificam as informações que serão divulgadas em três categorias de conteúdo: Perfil, Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012). Como um dos objetivos desta pesquisa é analisar os indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI, é na Parte 2 que tais indicadores são encontrados.

Após a finalização do relatório, a organização deverá declarar o nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI através do sistema

de níveis de aplicação da GRI. Esse sistema tem o objetivo de fornecer clareza sobre quais elementos da Estrutura de Relatórios da GRI foram utilizados na elaboração do relatório. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

As organizações têm a opção de autodeclarar um nível de relato ou obter um parecer por meio de verificação externa e/ou solicitar à GRI o exame de sua autodeclaração. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

2.6.1.1 Parte 1 Princípios e Limites

Os princípios de relatório buscam descrever os resultados que o relatório deverá alcançar e servem como orientação para a tomada de decisões sobre o conteúdo a ser relatado e de que forma esse conteúdo será apresentado. Os princípios estão organizados em dois grupos: os princípios de conteúdo e os princípios de qualidade.

Os princípios de conteúdo são aqueles que determinam os temas e os indicadores que a organização deverá relatar. São eles: materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangência.

Os princípios de qualidade são aqueles que auxiliam nas escolhas para garantir a qualidade das informações relatadas, inclusive sua apresentação. São eles: equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012).

Estes princípios foram listados no quadro 2 e determinam os temas e qualidade das informações relatadas.

Quadro 2 – Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – princípios e orientações

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade		
Princípios e Orientações		
Princípios de Conteúdo	Materialidade	É o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos e seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos. Impactos significativos são aqueles que geram uma preocupação permanente por parte dos especialistas ou que foram identificados através de ferramentas específicas.
	Inclusão dos Stakeholders	Identificação dos <i>stakeholders</i> e explicação sobre quais medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas. O processo de engajamento dos <i>stakeholders</i> deverá ser documentado pela organização e passível de verificação.
	Contexto da Sustentabilidade	Demonstração do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. A organização deve deixar explícita a sua contribuição ou como pretende contribuir no futuro para a melhoria ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global.
	Abrangência	a abordagem dos temas e indicadores relevantes, bem como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado. Abrange dimensões como escopo, limite e tempo.
	Equilíbrio	Divulgação tanto de aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.

	Comparabilidade	Consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas e apresentadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações.
	Exatidão	Precisão e detalhamento adequado das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.
	Periodicidade	Publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentais.
	Clareza	Disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que fizerem uso do relatório. Clareza na apresentação do relatório.
	Confiabilidade	Registro das informações e processos usados na preparação do relatório possibilitando a sua verificação por outras partes que não as que elaboraram o relatório.

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (2006). Adaptado pela autora (2014).

Os limites do relatório estão relacionados à escolha de quais unidades de negócios deverão ou não fazer parte do relatório, já que nem todas as entidades devem ser tratadas da mesma maneira. A GRI considera que todas aquelas entidades que são geradoras de impactos de sustentabilidade significativos e/ou todas aquelas sobre as quais a organização relatora possua controle ou determine políticas e práticas financeiras e operacionais deverão ser incluídas no relatório de sustentabilidade.

2.6.1.2 Parte 2 Conteúdo do Relatório

Há três tipos de conteúdo que deverão estar presentes em um relatório de sustentabilidade:

- **Perfil:** informações que permitam o conhecimento do contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança.

- **Informações sobre a Forma de Gestão:** dados sobre a abordagem de gestão da organização com o objetivo de contextualizar o seu desempenho.

- **Indicadores de Desempenho:** informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

2.6.1.2.1 Os protocolos de indicadores e indicadores de desempenho

Os Protocolos de Indicadores são complementares às Diretrizes e auxiliam as organizações relatoras no entendimento dos indicadores de desempenho descritos nas Diretrizes. Os Protocolos apresentam definições e orientações que possibilitam a lógica na interpretação dos indicadores de desempenho. Há um protocolo diferente para cada categoria de indicadores. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Conforme destacado pela *Global Reporting Initiative* (2006, p. 40), os indicadores de desempenho “são informações qualitativas ou quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo”.

Os indicadores de desempenho estão organizados em três categorias gerais: econômica, ambiental e social. Cada categoria de indicadores possui informações sobre a forma de gestão da organização nessa área específica e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais.

Os indicadores *essenciais* são aqueles que, através de processos *multistakeholders* da GRI, foram considerados relevantes para a maior parte dos participantes. Estes indicadores devem ser relatados pelas organizações, a menos que não estejam de acordo com os princípios de relatório estabelecidos pela GRI. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou se referem a temas específicos, que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. Caso existam versões definitivas de Suplementos Setoriais, os indicadores destes documentos devem ser tratados como essenciais. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Os indicadores econômicos (denominados EC) buscam demonstrar o fluxo de caixa entre os *stakeholders* e os principais

impactos econômicos da organização na sociedade. Estão organizados de forma a avaliar três aspectos:

(1) desempenho econômico, cujo objetivo é conhecer os impactos econômicos diretos das atividades da organização, assim como o valor econômico agregado dessas atividades;

(2) presença no mercado, que visa fornecer informações sobre as inter-relações em determinado mercado; e,

(3) impactos econômicos indiretos, que buscam mensurar os impactos econômicos resultantes das atividades econômicas e das transações realizadas pela organização.

Os indicadores ambientais (denominados EN), por sua vez, abrangem o desempenho relacionado a sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água, biodiversidade, conformidade ambiental, gastos com meio ambiente e impactos de produtos e serviços (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006). São nove os aspectos do relatório distribuídos em 30 indicadores:

(1) materiais: utilizados por peso e volume e percentual dos materiais usados derivados de reciclagem;

(2) energia: consumo direto e indireto de energia, discriminado por fonte primária, energia economizada em decorrência de melhorias, iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia ou gerada por recursos renováveis, iniciativa para reduzir o consumo de energia indireta;

(3) água: consumo total, discriminado por fonte, recursos hídricos significativamente afetados, porcentagem e volume total de água reciclada e reutilizada;

(4) biodiversidade: descrição de áreas e terrenos protegidos, descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e fora delas, *habitats* protegidos, planos para gestão de impactos na biodiversidade, número de espécies com risco de extinção com *habitats* em áreas afetadas por operações;

(5) emissões, efluentes e resíduos: total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, iniciativas para reduzir as emissões de gases e reduções obtidas, emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, descarte total de água, peso total de resíduos, número e volume total de derramamentos significativos, peso de resíduos transportados considerados perigosos, descrição de habitats afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora;

(6) produtos e serviços: iniciativas para redução dos impactos ambientais de produtos e serviços e seus resultados, percentual de

produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto;

(7) conformidade: multas e sanções decorrentes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais;

(8) transporte: impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, assim como do transporte de trabalhadores;

(9) geral: total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Como o objetivo desta pesquisa é analisar os princípios e os indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI, foram analisados todos os princípios e somente os indicadores ambientais, conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 – Meio Ambiente – Indicadores GRI

	Aspecto	Materiais
Essencial	EN 1 COM	Materiais usados por peso ou volume.
Essencial	EN 2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
	Aspecto	Energia
Essencial	EN 3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
Essencial	EN 4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária.
Adicional	EN 5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
Adicional	EN 6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução da necessidade de energia resultantes dessas iniciativas.
Adicional	EN 7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.
	Aspecto	Água
Essencial	EN 8 COM	Total de água retirada por fonte.
Adicional	EN 9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.
Adicional	EN 10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
	Aspecto	Biodiversidade
Essencial	EN 11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
Essencial	EN 12 COM	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
Adicional	EN 13	Habitats protegidos ou restaurados
Adicional	EN 14 COM	Estratégia medidas em vigor planos futuros para a gestão de

		impactos nas biodiversidades.
Adicional	EN 15	Números de espécies na lista vermelha da IUNC e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.
	Aspecto	Emissões, fluentes e resíduos
Essencial	EN 16	Total de emissões direta e indireta de gases causadores do efeito estufa, por peso.
Essencial	EN 17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa.
Adicional	EN 18 COM	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas.
Essencial	EN 19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
Essencial	EN 20 COM	NOx, SO2 e outras emissões atmosférica significativa, por tipo e peso.
Essencial	EN 21 COM	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
Essencial	EN 22 COM	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
Essencial	EN 23	Número e volume total de derramamentos significativos.
Adicional	EN 24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos das Convenções Basiléia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.
Adicional	EN 25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descarte de água e drenagem realizados pela organização relatora.
	Aspectos	Produtos e Serviços
Essencial	EN26	Iniciativa para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
Essencial	EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
	Aspecto	Conformidade
Essencial	EN28	Valor monetário e multas significativas e número total de sanções são monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.
	Aspecto	Transporte
Adicional	EN29	Impactos Ambientais significativo do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações e organização, bem como do transporte dos trabalhadores.
	Aspecto	Geral
Adicional	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

Fonte: *Global Reporting Initiative* (2006).

Por fim, os indicadores sociais referem-se aos aspectos fundamentais ligados às práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto e os impactos da organização nos sistemas sociais no qual opera. Os indicadores referentes a Práticas Trabalhistas (denominados LA) baseiam-se em normas internacionalmente aceitas, como a Declaração Universal dos

Direitos Humanos (ONU), Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outras.

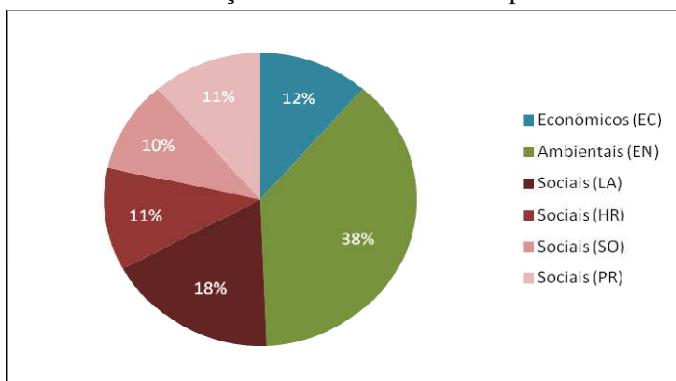
Os indicadores de desempenho referentes a Direitos Humanos (denominados HR) requerem da organização relatora a inclusão em seus relatórios da importância dada aos direitos humanos nas práticas de investimento e seleção de fornecedores ou empresas contratadas. Abrangem, ainda, o treinamento de empregados e pessoal de segurança em direitos humanos e em não discriminação, liberdade de associação, trabalho infantil, direitos dos índios e trabalho forçado ou escravo.

Os indicadores de desempenho referentes à Sociedade (denominados SO) refletem os impactos gerados pela organização relatora nas comunidades em que opera e a divulgação de gestão de riscos sociais, resultantes de suas interações com outras instituições. Pretende-se, com esta categoria, obter informações sobre os riscos associados a suborno e corrupção, influência indevida na elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio.

Os indicadores referentes à Responsabilidade pelo Produto (denominados PR) abordam aspectos dos produtos e serviços da organização relatora que afetam diretamente os clientes, como saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade.

Camargos (2012) demonstrou através do gráfico 1 como são divididos, entre as dimensões, os indicadores GRI. Por essa divisão é possível observar que as dimensões Ambiental e Social são as mais enfatizadas pela GRI. Os indicadores Sociais (que, em conjunto, correspondem por pouco mais de 50% dos indicadores existentes) e Ambientais (38%) se sobressaem em relação aos indicadores Econômicos (responsáveis por apenas 12% dos indicadores totais).

Gráfico 1 – Distribuição dos Indicadores GRI por Dimensões



Fonte: Camargos (2012).

Segundo Camargos (2012), esta situação deve-se ao fato de que muitos desses indicadores já são utilizados nos relatórios financeiros tradicionais. O mesmo autor explica que a GRI atua como uma complementação das informações financeiras habitualmente divulgadas, o que proporciona uma contribuição das organizações para a sustentabilidade em um sistema econômico mais amplo.

O gráfico de Camargos (2012) demonstra a importância dos Indicadores Ambientais para a GRI, o que justifica a escolha da pesquisadora em trabalhar mais especificamente com tais indicadores na presente pesquisa.

2.6.1.3 Os níveis de aplicação da GRI

O sistema de Níveis de Aplicação da GRI possibilita à organização relatora a elaboração de uma autodeclaração do grau de utilização da Estrutura de Relatórios GRI. Esse sistema permite que os usuários do relatório conheçam até que ponto os documentos da Estrutura de Relatórios da GRI foram utilizados em sua elaboração e para os relatores oferece um caminho de progressão da aplicação da Estrutura ao longo do tempo. Este sistema “substituiu a declaração ‘de acordo com’ (*in accordance*) constante da versão das Diretrizes da GRI, de 2002” (INSTITUTO ETHOS, p. 21, 2007).

O sistema apresenta três níveis de aplicação, intitulados C, B e A, sendo, este último, o nível mais completo de aplicação das diretrizes. A organização pode autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível

(por exemplo, C+, B+, A+), caso tenha sido utilizada verificação externa.

As exigências para cada nível de aplicação são descritas na Figura 2, constante do documento “Níveis de Aplicação da GRI”, que compõe a Estrutura de Relatórios GRI:

Figura 2 – Descrição das Exigências para cada Nível de Aplicação GRI

Relatório Níveis de aplicação	C	C+	B	B+	A	A+
 Férios da G3	<p>Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.3, 3.11 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.</p>		<p>Responder a todos os critérios elencados para o nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.</p>		<p>O mesmo exigido para o nível B</p>	
 Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido		<p>Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador</p>		<p>Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador</p>	
 Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	<p>Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.</p>		<p>Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, societáceas, responsabilidade pela produção.</p>		<p>Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.</p>	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: *Global Reporting Initiative* (2012).

Uma organização autodeclara um nível de relato com base em seu conceito do conteúdo de seu relatório, segundo os critérios descritos na figura 2.

Além da autodeclaração, a organização pode requerer um parecer externo a respeito do nível autodeclarado e/ou solicitar à GRI que examine a autodeclaração.

É solicitado, ainda, que as organizações que fizeram uso das Diretrizes notifiquem à GRI no momento da publicação do relatório. As organizações podem simplesmente notificar a GRI e enviar uma cópia impressa ou eletrônica do relatório e/ou registrar o relatório no banco de relatórios online da GRI. (*GLOBAL REPORTING INICIATIVE*, 2012).

2.6.1.4 Os suplementos setoriais

Há setores que possuem situações únicas relacionadas à sustentabilidade, que não são abordadas nas Diretrizes da GRI. Como exemplo, tem-se a medição de ruídos nos aeroportos, o reassentamento de pessoas para empresas de mineração e metais, o bem-estar animal na indústria de alimentos, a eficácia do programa para as Organizações Não Governamentais.

Com o intuito de preencher esta lacuna, a GRI lançou os Suplementos Setoriais. Bem como os Protocolos de Indicadores, os Suplementos Setoriais são documentos que complementam as Diretrizes e consistem em orientações e interpretações sobre como aplicá-las em determinado setor. Para tanto, há novos indicadores, diferentes dos descritos nas Diretrizes e que são específicos do setor.

Estão disponíveis versões dos Suplementos Setoriais para operação de aeroportos, construção e setor imobiliário, setor elétrico, organização de eventos, serviços financeiros, processamento de alimentos, mineração e metais, ONGs, gás e óleo e mídia.

Em português há Suplementos Setoriais para serviços financeiros, alimentos, mineração e metais.

O Suplemento Setorial do Setor Elétrico é um documento semelhante às Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, porém com comentários específicos sobre o conteúdo e sobre os indicadores de desempenho da G3. O documento conta, ainda, com trinta novos indicadores, específicos para o setor.

2.7 PESQUISAS ANTERIORES SOBRE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA GRI

A pesquisadora realizou buscas em algumas bases de dados para conhecer as principais pesquisas sobre o tema atendimento aos requisitos da GRI, indicadores de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. As bases de dados consultadas foram EBSCO, Emerald, Scielo, CAPES e banco de teses e dissertações. Como são temas bastante atuais, com as palavras “Sustentabilidade”, “Desenvolvimento Sustentável”, *Global Reporting Initiative*, “Setor de Energia Elétrica” os resultados foram muito numerosos e exigiram o refinamento das palavras-chave para que fossem encontradas pesquisas mais próximas ao assunto do atendimento aos requisitos da GRI.

Em português, as palavras-chave definidas foram: relatórios de sustentabilidade e *Global Reporting Initiative* e setor elétrico,

sustentabilidade e GRI, evidenciação da sustentabilidade e GRI, *disclosure* ambiental, divulgação ambiental, análise de conteúdo e GRI, indicadores de sustentabilidade e GRI, sustentabilidade no setor elétrico, sustentabilidade ambiental e GRI. Em inglês foram utilizadas traduções e adaptações livres dos termos em português.

Desta busca, 12 artigos foram selecionados por apresentarem assuntos muito semelhantes ao tema desta pesquisa, conforme se observa no quadro 4.

Quadro 4 – Revisão Sistemática Simplificada

Ano	Título	Periódico	Autor	Objetivo	Resultado
2002	<i>Disclosure Ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional</i>	Tese - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP	Nossa	Investigar, com base nas práticas correntes de relatórios anuais e ambientais, como está o nível de <i>disclosure</i> de informações ambientais apresentado pelas empresas de papel e celulose.	O <i>disclosure</i> de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel e celulose diverge entre as mesmas em relação ao tamanho da empresa, país de localização e ao tipo de relatório, mostrando-se frágil em relação ao nível de confiabilidade e comparabilidade das informações.
2003	<i>Indicators for measuring environmental sustainability: a case study of the pharmaceutical industry</i>	<i>Benchmarking: an International Journal</i>	Hart; Greiner; Crumbley	Avaliar e relatar o uso dos indicadores pelas empresas farmacêuticas e apresentar o seu progresso na direção da sustentabilidade ambiental.	Os resultados mostram que em geral as companhias continuam predominantemente medindo a eco-eficiência e performance, mas estão gradualmente se movendo em direção às medidas dos impactos ambientais.
2006	Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre Empresas do Setor de Papel e Celulose dos Estados Unidos e Brasil	30º Encontro da Anpad	Gasparino	Comparar os relatórios sociais americanos e brasileiros visando identificar diferenças comportamentais e de evidenciação.	Verificou-se que os relatórios americanos têm maior riqueza de dados, contudo, sem atender totalmente as recomendações GRI. Entretanto, somente uma das empresas, que é brasileira, teve seu relatório social verificado por auditoria externa. Além disso, em todos eles nota-se a ausência de informações de natureza financeira.
2006	Balanço Social: a utilização dos Indicadores do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) em empresas brasileiras	30º Encontro da Anpad	Dias; Siqueira; Rossi	Analizar o grau de aderência plena das empresas brasileiras aos indicadores essenciais de desempenho econômico, ambiental e social propostos pelas Diretrizes para	Constata-se que este o grau de aderência plena varia bastante, indo de 6% a 95,83%. A Natura ficou em primeiro lugar no ranking. Isto demonstra que as empresas brasileiras que aderiram ao GRI de forma informal ou

				Relatórios de Sustentabilidade do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) 2002.	formal estão passando por diferentes fases de amadurecimento relativas a utilização destes indicadores.
2006	<i>Sustainable development in an industrial enterprise: the case of Ontario Hydro</i>	<i>Business Process Management Journal</i>	Roome; Bergin	Apresentar estudo de caso longitudinal sobre a Ontario Hydro - uma organização industrial que usou o desenvolvimento sustentável como base para uma estratégia de transformação social e organizacional	O estudo analisou uma estratégia de desenvolvimento sustentável que foi elaborada em 1993 e não obteve sucesso ao longo dos anos por vários motivos: os processos identificados na estratégia não foram colocados em prática, ausência de plataformas de discussão do significado e práticas do desenvolvimento sustentável na organização, escassez de habilidades para facilitar o desenvolvimento sustentável e práticas inovadoras.
2007	<i>Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas</i>	Pensar Contábil	Carvalho; Siqueira	Verificar o grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI), bem como o grau de evidenciação efetiva (GEE) destes, para as empresas latino-americanas que utilizam as Diretrizes GRI (exceto as brasileiras) e que divulgam seus relatórios pela Internet.	Observou-se que os menores índices tanto de GAPIE-GRI quanto de GEE estão concentrados no grupo de indicadores sociais; o grupo de indicadores econômicos é o que apresenta maior média; as empresas que afirmam possuir um relatório "de acordo com" a GRI não foram as que obtiveram os melhores resultados e as empresas analisadas encontram-se em diferentes estágios de aderência à GRI.
2009	Análise dos Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reportin Initiative (GRI) no ano de 2007	ROC - Revista de Contabilidade e Organizações	Prates	Analizar o nível de evidenciação das informações sócio-ambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo GRI.	As empresas selecionadas não atenderam prontamente ao nível de evidenciação proposto pela GRI.
2011	Análise do Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Premiadas por suas Práticas de Responsabilidade Socioambientais	Simpoi 2011	Costa; Galon; Torres	Analizar o conteúdo da divulgação de informações das dimensões da sustentabilidade empresarial – econômica, social e ambiental – nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) de empresas	Os resultados apontam a preponderância da dimensão social, principalmente social externa e o tipo de disclosure quantitativo não-monetário e sugerem a natureza da atividade e a composição do capital como fatores

				premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental.	condicionantes da extensão da evidenciação nos RS das empresas pesquisadas.
2011	Fatores Determinantes do Nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil	<i>Advances in Scientific and Applied Accounting</i>	Braga; Sampaio; Santos; Silva	O objetivo do estudo é identificar os fatores determinantes do nível de divulgação da informação ambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro, no período de 2006 a 2009.	A análise dos resultados sugere que a divulgação dos indicadores da ANEEL influenciou positivamente o nível de divulgação da informação ambiental no período, o modelo mais adequado é o de efeitos aleatórios e as variáveis pressão do agente regulador, relatório de sustentabilidade e desempenho econômico foram significantes neste modelo.
2012	Disclosure Ambiental: informações sobre GEEEs das empresas brasileiras que declaram no nível A+ da GRI	Simpoi 2012	Corrêa; Ribeiro; Souza	O objetivo desta pesquisa foi analisar o nível de transparência e confiabilidade das informações sobre emissões de GEEs das empresas nacionais que declaram no nível A+ da GRI.	Verificou-se que apesar de existir uma metodologia padrão do relatório, isso não fica evidente na forma do relato, algumas empresas apresentam de forma clara e transparente suas emissões, enquanto a maioria delas citam que realiza o controle das emissões, mas não os declara de forma mensurável.
2012	Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil	Biblioteca Digital da Unicamp	Camargos	Analizar como as Diretrizes da GRI têm sido utilizadas nas empresas de energia elétrica no Brasil	Os resultados demonstram uma heterogeneidade entre os conceitos de sustentabilidade adotados, a escolha de indicadores e a qualidade da informação entre os relatórios de diferentes companhias. É também observada grande influência da ANEEL no conteúdo dos relatórios GRI. Destaque para a preocupação das empresas com a imagem que transmitem às partes interessadas e papel fundamental do relatório de sustentabilidade na criação de um canal de comunicação entre a empresa e o público.
2012	A divulgação ambiental no setor de energia elétrica brasileiro	VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão	Carneiro; Coimbra; Santos	Analizar a importância da divulgação do relatório socioambiental da ANEEL para o Nível da Divulgação da Informação Ambiental (NDIA) das empresas	Houve evolução no nível de divulgação das entidades em estudo destacadamente nas empresas geradoras e transmissoras, decorrente da publicação do relatório socioambiental da ANEEL.

				brasileiras do setor de energia elétrica no período de 2006 a 2009.	
--	--	--	--	---	--

Fonte: Produção da própria autora, 2014.

Uma constatação feita pela pesquisadora em relação aos artigos encontrados é que o assunto em questão vem sendo bastante estudado por pesquisadores das Ciências Contábeis, com menos estudos encontrados no campo da Administração.

Após a análise de cada artigo, a pesquisadora identificou três que se destacaram por sua identificação com o tema desta dissertação, que foram os estudos realizados por Dias (2006), Carvalho e Siqueira (2007), Costa, Gallon e Torres (2011).

Dias (2006) desenvolveu sua dissertação de mestrado com o objetivo de analisar o grau de aderência plena em empresas brasileiras aos indicadores essenciais de desempenho econômico, ambiental e social propostos pelas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002. Utilizou uma abordagem social-empresarial da Contabilidade.

Para analisar os relatórios (na pesquisa de Dias foram escolhidos os Balanços Sociais) de 10 empresas brasileiras que aderiram formal e informalmente aos indicadores do GRI, a pesquisadora comparou a informação solicitada pelo indicador essencial GRI e o que efetivamente foi informado pela organização relatora.

Para calcular o grau de aderência plena aos indicadores essenciais para as empresas analisadas, foi desenvolvida uma tabela, com critérios de alocação do indicador, que permitiu sua classificação.

Primeiramente o indicador foi classificado como apresentado ou não apresentado. O indicador apresentado foi então categorizado como: com aderência plena, com aderência parcial, dúbio, ou inconsistente; e o indicador não apresentado foi subdividido em: não disponível, não aplicável, omitido com justificativa, ou simplesmente omitido.

Após a classificação dos indicadores essenciais informados pela empresa foi calculado o grau de aderência aos indicadores essenciais da GRI de acordo com uma fórmula específica.

As conclusões da pesquisa demonstraram que (a) o grau de aderência plena das empresas brasileiras aos indicadores essenciais do GRI varia bastante. Enquanto empresas como Natura, CPFL e Petrobras atingiram um considerável grau de aderência plena aos indicadores essenciais do modelo GRI de, respectivamente, 95,83%, 93,62% e 81,63%, outras empresas, como Copesul e Souza Cruz, atingiram

índices de apenas 24,00% e 6,00%, respectivamente, o que demonstra que estão passando por diferentes fases de amadurecimento em relação à utilização destes indicadores, (b) o fato de as empresas divulgarem seus relatórios com a informação de “conformidade” com o GRI não significa que estão apresentando a informação de acordo com o que realmente deveria ser informado, (c) problemas relativos à uniformidade das informações, tempestividade na apresentação do relatório, comparabilidade entre diferentes empresas e abrangência do relatório poderiam ser solucionados com a obrigatoriedade de elaboração e publicação do Balanço Social.

Carvalho e Siqueira retomaram o trabalho de Dias (2006), realizado com empresas brasileiras e fizeram sua aplicação em empresas pertencentes à América Latina. Assim como Dias (2006), buscaram analisar o Grau de Aderência Plena aos indicadores essenciais da GRI. Porém, o trabalho de Carvalho e Siqueira apresentou uma inovação, um indicador denominado Grau de Evidenciação Efetiva (GEE), com o objetivo de medir o quanto existe de informação efetivamente relatada pela organização dentro do potencial total de informação do modelo GRI. Foram selecionadas oito empresas, sendo estas da Bolívia, Chile, Equador, México e Nicarágua, atuantes em variados ramos da indústria. Apenas duas relataram possuir relatórios elaborados “de acordo com” as Diretrizes da GRI.

Carvalho e Siqueira (2007) assim como havia feito Dias (2006), analisaram os relatórios das empresas comparando-os com a informação solicitada pelo indicador essencial GRI.

A tabela de classificação do indicador e a fórmula para cálculo do grau de aderência plena foram as mesmas desenvolvidas por Dias (2006) na sua dissertação de mestrado. Para o cálculo do Grau de Evidenciação Efetiva foi desenvolvida uma fórmula específica.

Dentre as conclusões apresentadas no estudo, destaca-se o fato de que (a) os graus de aderência encontrados nos relatórios das empresas latino-americanas foram inferiores aos encontrados no estudo de Dias (2006). Em relação ao grau de evidenciação efetiva, a empresa mais bem situada foi a Endesa Chile, com um índice de 55,10%, ou seja, do total de indicadores essenciais sugeridos pelo modelo GRI, a empresa em questão disponibilizou aos seus usuários um pouco mais da metade, (b) os menores índices tanto de grau de aderência aos indicadores essenciais da GRI quanto de grau de evidenciação efetiva estão no grupo de indicadores sociais, (c) o grupo de indicadores econômicos é o que apresenta maior média, (d) as empresas que afirmaram possuir um

relatório “de acordo com” a GRI não foram as que obtiveram os melhores resultados e (e) as empresas analisadas encontram-se em diferentes estágios de aderência às Diretrizes da GRI.

Em resumo, Dias (2006) e Carvalho e Siqueira (2007), verificaram que além da adesão à 2^a geração das Diretrizes para os Relatórios de Sustentabilidade (G2) ocorrer em diferentes graus nas organizações, na realidade, existe uma discrepância entre o que as empresas informam em seus relatórios de sustentabilidade e o que a GRI efetivamente requer em seus indicadores de desempenho.

Com o lançamento da 3^a geração de Diretrizes, em 2006, os pesquisadores Castro, Siqueira e Macedo (2009) decidiram verificar o quanto as empresas de energia elétrica do setor sul americano atenderam, em seus relatórios de sustentabilidade, elaborados pela versão “G3” das Diretrizes da GRI, exatamente ao que foi solicitado para os indicadores de desempenho essenciais e o quanto do potencial das informações requeridas foi efetivamente apresentado.

Para tanto, desenvolveram uma pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e *expost-facto*, iniciando com definições relativas ao balanço social ou relatório de sustentabilidade e descrevendo as críticas aos relatórios publicados atualmente, culminando no destaque dos aspectos mais importantes do novo modelo sugerido pela GRI.

A amostra foi direcionada para empresas do setor de energia elétrica com operação na América do Sul e que utilizaram a G3, no ano de 2006, o que resultou em oito empresas qualificadas para fazer parte da pesquisa. São elas: Brasil – AES ELETROPAULO, Ampla Energia e Serviços S.A. (AMPLA), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Companhia Paranaense de Energia (COPEL); Chile – Chilectra S.A. (CHILECTRA) e Empresa Nacional de Electricidade S.A. (ENDESA CHILE); Peru – Red de Energía del Perú S.A. (REP); Colômbia – Isagen S.A. (ISAGEN).

Para o exame da aderência e da evidenciação efetiva das informações fornecidas, foi desenvolvido um quadro para cada uma das empresas da amostra, onde todos os indicadores essenciais foram classificados, com base nos estudos de Dias (2006) e Carvalho e Siqueira (2007).

Os resultados do estudo demonstraram que (a) o fato de as empresas fazerem parte de um mesmo setor econômico, teoricamente com o mesmo grau de complexidade, não faz com que elas estejam em um nível semelhante de aderência às Diretrizes da GRI. As variações entre os resultados das empresas foram inclusive semelhantes àquelas

observadas no estudo de Carvalho e Siqueira (2007) com empresas de setores diferentes (b) mesmo quando analisadas em função de suas atividades fim – geração, transmissão, distribuição e *holding* – as diferenças em termos de aderência aos indicadores essenciais se mantêm (c) os piores desempenhos foram na área social, enquanto os melhores graus de aderência e graus de evidenciação efetiva foram na dimensão ambiental e na econômica, respectivamente (d) apesar do esforço da GRI em desenvolver um modelo de qualidade de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade em empresas sul americanas de energia elétrica, ainda precisa evoluir bastante para que os diversos usuários possam ter acesso ao real nível de responsabilidade socioambiental das organizações.

Costa, Gallon e Torres (2011) realizaram um estudo cujo objetivo geral foi analisar o conteúdo da divulgação de informações das dimensões da sustentabilidade empresarial – econômica, social (interna e externa) e ambiental – nos Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. Foi um estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, através de pesquisa documental (Relatórios de Sustentabilidade de 2007, 2008 e 2009) para a coleta e da técnica Análise de Conteúdo para a análise dos dados. Para a realização da análise de conteúdo, os pesquisadores contaram as sentenças relacionadas aos campos de observação – dimensões da sustentabilidade empresarial: econômica, social interna, social externa e ambiental, e tipo de *disclosure*: tipo 1 - sentença declarativa, tipo 2 - sentença quantitativa não monetária e tipo 3 - sentença quantitativa monetária – nos Relatórios de Sustentabilidade, do período de 2007 a 2009, das empresas premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade (2009) e das vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 e 2009).

Os resultados encontrados possibilitaram verificar primeiramente que a maior parte das 32 empresas participantes da população da pesquisa é de grande porte, de capital fechado, atuante nos setores de Energia, Serviços, Finanças e Bens de consumo, e apresenta natureza da atividade caracterizada como Poluente.

Os pesquisadores observaram também que a dimensão Social Externa foi a mais evidenciada nos três períodos analisados, seguida em 2007 e 2008 pela dimensão Ambiental. A dimensão Econômica foi a menos expressiva nos dois primeiros anos analisados.

Quanto ao tipo de *disclosure*, definido segundo Anderson e Frankle (1980 apud COSTA; GALLON; TORRES, 2011, p. 3), como a

divulgação pública de um conjunto de informações sobre o envolvimento da empresa com a comunidade, funcionários, meio ambiente e benefícios dos produtos oferecidos, verificou-se que em 2007 o Tipo 1 – Evidenciação declarativa preponderou, enquanto que em 2008 e 2009 predominou o Tipo 2 - Evidenciação quantitativa não-monetária. Observou-se, em todos os anos estudados, que o *disclosure* do Tipo 3 - Evidenciação quantitativa monetária foi o menos empregado.

Constataram ainda que: (i) as empresas dos setores Finanças, Bens de Consumo, Energia e Papel e Celulose são as que demonstraram os melhores níveis de evidenciação, e as empresas dos setores Siderurgia e metalurgia, Seguros e previdência e Informática os piores níveis de evidenciação; (ii) os fatores Natureza da atividade e Composição do capital foram destacados como condicionantes da extensão de informações sobre as dimensões da sustentabilidade empresarial nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas; (iii) não houve correspondência evidente entre o Segmento de listagem da empresa na BM&FBovespa – Mercado tradicional ou Níveis diferenciados de governança corporativa – e o nível de evidenciação de informações sobre as dimensões da sustentabilidade nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para atender os objetivos da pesquisa. A seguir são descritas as características da pesquisa, a definição das empresas participantes da pesquisa e o processo da pesquisa propriamente dito.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar uma análise dos princípios e dos indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI.

Primeiramente, foram escolhidas as empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina que participaram desta pesquisa. Esta escolha se deu a partir do site da ANEEL, agência reguladora das atividades do setor elétrico no Brasil, por meio de uma abordagem quantitativa, utilizando a pesquisa do tipo exploratória.

Escolhidas as empresas, partiu-se para a escolha do material a ser analisado. A pesquisa foi realizada com base no último relatório de sustentabilidade divulgado que utiliza os indicadores da GRI.

Na sequência, foram definidas categorias de análise de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). As categorias de análise foram definidas utilizando-se os próprios princípios da GRI, descritos nas suas Diretrizes. Foram utilizados também os indicadores ambientais.

Em seguida, foram analisadas as informações constantes dos relatórios de sustentabilidade disponíveis nos *websites*. Para analisar as informações dos relatórios foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (AC) de abordagem qualitativa.

Posteriormente, foram analisados os indicadores ambientais. Para tanto, foram confrontadas as informações fornecidas pelas empresas nos relatórios com o que efetivamente é solicitado pela GRI e foi realizado o cálculo do grau de aderência plena das empresas aos indicadores ambientais essenciais da GRI.

Por fim, foram propostas ações para adequar o relatório de sustentabilidade das empresas do setor aos requisitos da GRI.

Esses procedimentos são mais bem explicitados neste capítulo.

3.2 DEFINIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Neste estudo foram avaliadas somente as empresas de geração de energia elétrica do tipo UHE (Usina Hidrelétrica) em operação no Estado de Santa Catarina. As empresas escolhidas para terem seus relatórios de sustentabilidade analisados foram aquelas listadas no “Banco de Informações de Geração (BIG)” do site da ANEEL até o mês de Agosto do ano de 2013. Segundo a ANEEL (2013), o Banco de Informações de Geração (BIG) foi criado para a divulgação de dados sobre o parque gerador brasileiro com o objetivo de universalizar e uniformizar as informações, dando conhecimento ao mercado, investidores, autoridades governamentais e sociedade em geral, sobre a geração de energia elétrica no Brasil.

A escolha das empresas a partir do site da ANEEL justifica-se por dois fatores: o primeiro é pelo fato de ser a ANEEL a agência reguladora e fiscalizadora de todo o serviço prestado pelas empresas de energia elétrica no Brasil. O segundo é porque as empresas escolhidas representam a totalidade da capacidade de geração do Estado de Santa Catarina, em se tratando de usinas do tipo UHE em operação. Essas usinas são responsáveis por 5.361.242 kW de potência total, conforme se observa no quadro 5.

Quadro 5 – Capacidade de Geração de Energia do Estado de Santa Catarina

Usinas do tipo UHE em Operações					
Usinas	Referência (kW)	Destino da energia	Proprietário	Município	Rio
Itá	1.450.000	PIE*	39,5% para Tractebel Energia S/A 60,5% para Itá Energética S/A	Aratiba RS Itá SC	Uruguai
Machadinho	1.140.000	APE* SP**	2,73% para DME Distribuição S/A 19,28% para Tractebel Energia S/A 25,74% para Alcoa Aluminio S/A 27,52% para Companhia Brasileira de	Maximiliano de Almeida RS Piratuba SC	Pelotas

			Aluminio 5,27% para Inter Comercial Brasil S.A 5,62% para Votorantim Cimentos S.A 5,53% para Cia Est. Geração e Transmissão de Energia Elétrica 8,29% para Vale S/A		
Palmeiras	24.602	SP**	100% para CELES Geração de Energia S.A	Rio dos Cedros SC	Dos Cedros
Quebra Queixo	121.500	PIE*	100% para Companhia de Energia Chapecó	Iguaçú - SC São Domingos - SC	Chapecó
Campos Novos	880.000	PIE*	100% para Campos Novos Energia S/A	Abdon Batista- SC Anita Garibaldi SC Campus Novos SC Celso Ramos SC	Canoas
Barra Grande	698.250	PIE*	100% para Energética Barra Grande S/A	Anita Garibaldi SC Esmeralda RS	Pelotas
Foz do Chapecó	855.000	PIE*	100% para Foz do Chapecó S/A	Águas de Chapecó SC Alpestre RS	Uruguai
Salto Pilão	191.890	PIE*	60% para Companhia Brasileira de Alumínio 20% para DME Energética S.A 20% para Companhia Geração de Energia Pilão	Apiúna SC Ibirama SC Lontras SC	Itajaí
Total: 8 usinas			Potencia total: 5.361.242 kW		

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2013).

* Produção Independente de Energia

** Serviço Público

Inicialmente, todas as oito usinas do tipo UHE em operação no estado de Santa Catarina foram selecionadas para este estudo: Machadinho, Palmeiras, Quebra Queixo, Campos Novos, Barra Grande, Foz do Chapecó e Salto Pilão.

Após a seleção das empresas, foi feita a busca dos últimos relatórios de sustentabilidade publicados para cada uma. Neste momento, verificou-se que nem todas as empresas possuíam relatórios de sustentabilidade individuais e tampouco relatórios publicados. Portanto, na ausência do relatório publicado, três critérios foram utilizados: o primeiro, relacionado às empresas que faziam parte de uma *holding* e, portanto, tinham suas informações disponibilizadas no relatório geral da *holding*. Desse modo, foi feita a análise do relatório geral da *holding*, que continha informações sobre todas as empresas do grupo. O segundo, relacionado à sede da *holding*: foram analisados somente os relatórios das *holdings* com sede em Santa Catarina. O terceiro relacionado às empresas que possuíam vários proprietários, cujas informações encontravam-se disponíveis em mais de um relatório. Nestes casos, optou-se por analisar o relatório do proprietário majoritário, desde que sua sede estivesse localizada em Santa Catarina.

Em decorrência destes critérios, foram selecionadas as seguintes empresas para a pesquisa, conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6 – Empresas Selecionadas para Pesquisa

Usina	Empresa responsável pela elaboração do Relatório
Itá	Tractebel Energia
Machadinho	Machadinho
Palmeiras	Celesc Geração S.A
Quebra Queixo	Companhia Energética Chapecó
Campos Novos	Campos Novos Energia S.A
Barra Grande	Energética Barra Grande S.A
Foz do Chapecó	Foz do Chapecó Energia S.A
Salto Pilão	Consórcio Empresarial Salto Pilão

Fonte: Produção da própria autora, 2014.

Entretanto, ao procurar os relatórios publicados, percebeu-se que quatro das empresas selecionadas não possuíam tais relatórios: Companhia Energética Chapecó, Campos Novos Energia S.A, Foz do Chapecó Energia S.A e Consórcio Empresarial Salto Pilão.

Houve, então, o contato com cada uma destas empresas por telefone e/ou email solicitando o relatório de sustentabilidade. As respostas recebidas foram as seguintes:

- Companhia Energética Chapecó: foi contatada por telefone e informou que a área ambiental da empresa é terceirizada para a empresa ETS. Contatada por telefone, a empresa ETS solicitou que fosse enviado um email formalizando o questionamento a respeito do relatório de sustentabilidade. O email foi enviado no dia 27 de Setembro de 2013 e reenviado no dia 08 de Outubro de 2013, mas não houve resposta por parte da empresa. Em função da falta de resposta e tendo o prazo para a coleta de dados chegado ao fim, a Companhia Energética Chapecó foi excluída da amostra.

- Campos Novos Energia S.A: foi contatada por email no dia 23 de Setembro de 2013 e nesta mesma data informou que o relatório estava em fase final de produção e assim que estivesse finalizado seria enviado para a pesquisadora. Como não chegou, outro email foi enviado em 11 de Outubro de 2013. A empresa respondeu na mesma data informando que houve atraso na finalização do relatório, mas que tão logo ficasse pronto seria enviado. Como não chegou e em decorrência do fim do prazo para a coleta de dados, a Campos Novos Energia S.A foi excluída da amostra.

- Foz do Chapecó Energia S.A: foi contatada por email no dia 23 de Setembro de 2013 e novamente no dia 08 de Outubro de 2013. Respondeu o email no dia 09 de Outubro de 2013 informando que a empresa não publica relatório de sustentabilidade, pois suas ações são publicadas nos relatórios das empresas acionistas (CPFL Energia, Furnas e CEEE-GT). Como a sede da acionista majoritária (CPFL Energia) é em Campinas – São Paulo, a empresa foi excluída da amostra.

- Consórcio Empresarial Salto Pilão: foi contatado por email no dia 27 de Setembro de 2013 e na mesma data informou que não publica relatório de sustentabilidade. Portanto, foi excluído da amostra.

Por fim, os relatórios de quatro empresas permaneceram na pesquisa, conforme quadro 7.

Quadro 7 – Empresas que Permaneceram na Pesquisa

Usina	Empresa responsável pela elaboração do Relatório
Itá	Tractebel Energia
Machadinho	Machadinho
Palmeiras	Celesc Geração S.A
Barra Grande	Energética Barra Grande S.A

Fonte: Produção da própria autora, 2014.

Selecionadas as empresas, foi feita a leitura dos últimos relatórios publicados por cada uma. Das empresas Tractebel Energia e

Celesc Geração S.A. foram lidos os relatórios do ano de 2012. A Energética Barra Grande S.A disponibilizou o seu relatório referente ao biênio 2011/2012 e de Machadinho foi lido o relatório de 2011.

Para demonstrar os passos percorridos pela pesquisadora para atingir o objetivo da pesquisa, optou-se aqui por descrever separadamente os procedimentos adotados para atingir cada um dos objetivos específicos.

3.3 O PROCESSO DA PESQUISA

Para atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa - Descrever a *Global Reporting Initiative* (GRI), foi realizada uma busca na literatura a fim de se compreender o que é a GRI, o conceito de desenvolvimento sustentável para a GRI, sua missão, objetivos, orientação para estrutura de relatórios, suas diretrizes, abordagem de gestão e indicadores de desempenho, destacando os indicadores ambientais.

O segundo objetivo específico - Verificar se os princípios estabelecidos pela GRI estão presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor - foi alcançado através da leitura e identificação nos relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas, de trechos de texto que demonstrassem a presença dos princípios estabelecidos pela GRI na elaboração dos relatórios. Foram procurados trechos correspondentes aos dez princípios estabelecidos pela GRI, descritos na seção 2.3.1.1

Cabe esclarecer que essa verificação de presença dos princípios da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica já foi objeto de estudo anterior, de autoria de Camargos (2012). Porém, Camargos (2012) restringiu sua análise a quatro princípios da GRI, pois trabalhou com doze empresas dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do território brasileiro.

A presente pesquisa inovou em relação ao estudo de Camargos (2012), já que verificou se os dez princípios da GRI estão presentes nos quatro relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas em Santa Catarina. Outras inovações em relação ao estudo de Camargos (2012) dizem respeito à maneira como a pesquisadora buscou a presença dos princípios nos relatórios e como os dados coletados foram analisados. Para identificar os princípios nos relatórios foi utilizado o conjunto de testes propostos pela própria GRI para avaliação do

atendimento desses princípios na organização e para analisar os dados coletados utilizou-se a metodologia da Análise de Conteúdo (AC).

Segundo May (2004), os documentos não existem sozinhos, mas precisam fazer parte de um contexto para que o seu conteúdo seja compreendido. Com esse objetivo, pode-se utilizar a Análise de Conteúdo, que inclui três estágios: definir o problema de pesquisa, recuperar o texto e utilizar métodos de amostragem, interpretação e análise. Esse método pode ser tanto quantitativo quanto qualitativo. Neste estudo utilizou-se a AC qualitativa, que destaca a fluidez do texto e do conteúdo na compreensão interpretativa da cultura.

Navarro e Díaz (1994) definem AC como um conjunto de procedimentos que têm como objetivo a produção de um meta-texto analítico em que se representa o corpus textual de maneira transformada.

Esse meta-texto pode ser composto por diversas formas (exemplos, gráficos, tabelas), é o produto da análise do investigador e deve ser teoricamente justificado através de uma interpretação adequada. Em suma, a AC pode ser entendida como um conjunto de mecanismos capazes de produzir perguntas e não uma receita para obter respostas (NAVARRO; DÍAZ, 1994).

Bardin (2004) define a AC como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 42).

Para realização da AC o pesquisador precisa inicialmente ter claro qual é o objetivo e circunstâncias da pesquisa para assim selecionar o material empírico que irá utilizar (NAVARRO; DÍAZ, 1994). Esta pesquisa utilizou os princípios estabelecidos pela GRI, o conjunto de testes com fatores relevantes propostos para avaliar o atendimento destes princípios e os relatórios de sustentabilidade referentes a quatro Usinas Hidrelétricas em operação de Santa Catarina. A proposição de princípios e testes por parte da GRI tem justamente como objetivo padronizar os relatos de sustentabilidade e possibilitar a análise e comparação das suas informações nas diferentes empresas.

Segundo Navarro e Díaz (1994), Morris, ao abordar a semiótica, sugere três níveis de análise de conteúdo: sintático, semântico e pragmático. Nesta pesquisa foi utilizado o nível de análise semântico, que é a busca do significado das expressões textuais.

As estratégias de AC devem guiar o pesquisador a passar do plano do produto (o texto) para o plano da produção textual (NAVARRO; DÍAZ, 1994). Ainda segundo os citados autores, as estratégias de análise podem ser: extensiva, que reduz ao máximo os elementos considerados, mas confere a eles um tratamento exaustivo, resultando em corpus textuais amplos. E intensiva, que trata de integrar na análise (AC) todos os elementos presentes no texto, reconstruindo suas relações sistematicamente. As investigações intensivas só podem ter como objeto textos relativamente pequenos. Ainda conforme Navarro e Díaz (1994), quando se utiliza este tipo de estratégia, a análise de cada texto deve gerar resultados que poderão ser comparados uns com os outros, porém, todos os textos devem manter sua individualidade no processo de análise. Nesta pesquisa foi utilizada a estratégia intensiva, pois o objetivo é justamente integrar e relacionar todos os elementos presentes nos relatórios de sustentabilidade que possam proporcionar uma análise do atendimento aos princípios da GRI nas empresas selecionadas.

Quando se utiliza a estratégia intensiva, esta se subdivide em intertextual e extratextual (NAVARRO; DÍAZ, 1994). Nesta pesquisa foi utilizada a intertextual, que, segundo os autores, é aquela que busca determinar o sentido virtual de um texto por meio de suas relações com outros textos. Ela ainda pode seguir dois métodos: agregativo e discriminativo. Nesta pesquisa, que analisou um número grande de informações dos relatórios optou-se pelo segundo método, o discriminativo. Esse método converte cada texto em domínios analíticos diferentes, com vistas a realizar comparações entre eles.

Definido o material utilizado (princípios da GRI e relatórios de sustentabilidade), o nível de análise (semântica), a estratégia (intensiva intertextual) e o método de AC (discriminativo), colocou-se em prática a AC, definindo-se as unidades de registro, as unidades de contexto e as categorias.

As unidades de registro são as unidades básicas de relevância (significação) que o investigador se propõe a extraír do corpus (NAVARRO; DÍAZ, 1994). As unidades podem ser tanto as palavras, frases, temas ou mesmo os documentos em sua forma integral. Nesta pesquisa, as unidades de registro foram as palavras-chave provenientes

dos princípios e fatores de relevância da GRI que foram utilizadas para buscar nos relatórios de sustentabilidade os trechos de textos correspondentes aos princípios e fatores de relevância.

Além das unidades de registro, é necessário encontrar as unidades de contexto (UC), que são segmentos de texto que permitem compreender a significação das unidades de registro (NAVARRO; DÍAZ, 1994). As frases foram definidas como as unidades de contexto nesta pesquisa.

O passo seguinte do processo de AC é chamado de categorização.

Vergara (2005) explica que categorizar implica em isolar elementos para, em seguida, agrupá-los. Segundo Laville e Dionne (1999 apud VERGARA, 2005), o pesquisador pode escolher entre três grades para a definição das categorias: aberta, fechada ou mista. Na primeira, as categorias são definidas durante o andamento da pesquisa. Na grade fechada, o pesquisador recorre à literatura para selecionar as categorias, que são estabelecidas a priori. “Aqui, deseja-se, em geral, verificar a presença ou a ausência de determinados elementos” (VERGARA, 2005, p. 18). A terceira grade incorpora características das duas anteriores.

Nesta pesquisa utilizou-se a grade fechada. Com o objetivo de verificar os princípios apresentados pelas empresas selecionadas em relação aos requisitos da GRI, a pesquisadora utilizou como categorias os próprios princípios e seu conjunto de testes (fatores relevantes) definidos pela GRI.

Como demonstrado na seção (2.6.1.1), os princípios estão organizados em dois grupos, de conteúdo e de qualidade, servindo como orientação para a tomada de decisões sobre o conteúdo a ser relatado e de que forma esse conteúdo será apresentado. Como não há uma correspondência direta entre os princípios e os indicadores, a própria GRI propõe um conjunto de testes com fatores relevantes para que a organização possa avaliar o próprio uso desses princípios. Este conjunto de testes foi a base utilizada para a verificação dos princípios nos relatórios de sustentabilidade nesta etapa da pesquisa. Os princípios e seus respectivos testes com fatores relevantes são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Os Princípios e seus Respectivos Testes (fatores relevantes)

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade		
Princípios e Orientações		Testes - Fatores de Relevância
Princípios de Conteúdo	Materialidade	<p>Fatores Externos: Principais temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos stakeholders; Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência : Regulamentos, leis, acordos internacionais ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus stakeholders; Impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade avaliados de forma adequada (como aquecimento global, HIV-aids, pobreza), identificados por meio de pesquisa confiável, feita por especialistas de renome ou por órgãos especializados com credibilidade no setor.</p> <p>Fatores Internos: Principais valores, políticas e estratégias; Interesses/expectativas de stakeholders envolvidos; Principais riscos para a organização; Fatores críticos para o sucesso organizacional; Competências essenciais da organização e a forma como contribuem para o desenvolvimento sustentável.</p>
	Inclusão dos Stakeholders	A organização pode descrever os stakeholders aos quais considera que deva prestar contas; O conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos stakeholders usados pela organização em suas atividades contínuas, conforme exigido pela estrutura legal e institucional dentro da qual ela opera; O conteúdo do relatório utiliza os resultados de quaisquer processos de engajamento de stakeholders empreendidos especificamente para sua confecção; Os processos de engajamento de stakeholders que subsidiam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite
	Contexto da Sustentabilidade	A organização apresenta seu entendimento de desenvolvimento sustentável e utiliza as melhores informações e medidas de desenvolvimento sustentável disponíveis para os temas abordados no relatório; A organização apresenta seu desempenho com referência a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, conforme aparecem em publicações setoriais, locais, regionais e/ou globais de destaque; A organização apresenta seu desempenho de modo a comunicar a magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados; O relatório descreve como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo temas da cadeia de suprimentos.
	Abrangência	O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações upstream e downstream e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos stakeholders; O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário; As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis; O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade		
	Princípios e Orientações	Testes - Fatores de Relevância
Princípios de Qualidade	Equilíbrio	O relatório divulga resultados e temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis; As informações são apresentadas num formato que permite aos usuários ver tendências positivas e negativas no desempenho de ano para ano; A ênfase em diferentes temas do relatório é proporcional à sua materialidade.
	Comparabilidade	O relatório e as informações nele contidas podem ser comparados de um ano para outro; O desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados; Qualquer variação significativa entre relatórios com respeito a limite, escopo, duração do período analisado ou informações cobertas pode ser identificada e explicada; O relatório utiliza, quando disponíveis, protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes; O relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.
	Exatidão	O relatório indica quais dados foram medidos; As técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes; A margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar substancialmente a capacidade dos stakeholders de chegar a conclusões adequadas e consistentes sobre o desempenho; O relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas; As declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.
	Periodicidade	As informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo relatório; A coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade; As informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.
	Clareza	O relatório contém o nível necessário de informações para atender às expectativas dos stakeholders, mas evita detalhes excessivos e desnecessários; Os stakeholders podem encontrar as informações específicas que desejam sem demasiado esforço, por meio de índices, mapas, links ou outras ferramentas; O relatório evita vocabulário técnico, siglas, jargões e outros termos que tendem a ser pouco conhecidos pelos stakeholders e inclui explicações (quando necessário) na seção em questão ou num glossário; Os dados e informações do relatório estão disponíveis aos stakeholders, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes)
	Confiabilidade	A abrangência da verificação externa está identificada; A fonte original das informações do relatório pode ser identificada pela organização; A organização pode fornecer comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos; Encontra-se disponível uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, 2006

Adaptado pela autora, 2014.

Para encontrar as respostas aos fatores de relevância, a pesquisadora buscou nos relatórios de sustentabilidade as ocorrências de

termos e palavras-chave correspondentes aos fatores e selecionou os trechos nos quais tais palavras apareciam.

Para organização dos dados foi elaborada uma planilha no software *Microsoft Excel* com os seguintes dados: nome da empresa, nome do princípio, sua definição, os fatores de relevância que devem ser levados em consideração na análise do princípio (conjunto de testes) e as respostas diretas encontradas no próprio relatório de sustentabilidade, conforme ilustra o quadro 9. Esta planilha foi elaborada para cada um dos quatro relatórios analisados contendo todos os princípios de conteúdo e qualidade, seus respectivos fatores de relevância e os trechos encontrados nos relatórios referentes a cada um dos fatores. As planilhas podem ser consultadas nos (APÊNDICES A, B, C, D, E, F, G, H) deste trabalho.

Quadro 9 – Exemplo de Planilha de Tabulação dos Princípios da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas

Tractebel - classificação "a+"	
Princípios de conteúdo: materialidade, inclusão de Stakeholders, contexto da sustentabilidade, abrangência	
1. Materialidade	
É o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos e seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos. Impactos significativos são aqueles que geram uma preocupação permanente por parte dos especialistas ou que foram identificados através de ferramentas específicas.	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
Fatores Externos:	
1. Principais temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos <i>stakeholders</i>	1. A Companhia consulta seus públicos de relacionamento antes da elaboração do Relatório por meio de formulário eletrônico. No ano de 2012, buscando maior participação dos seus públicos, analistas de mercado e investidores foram consultados por telefone. Os temas de maior interesse dos <i>stakeholders</i> , segundo consulta, foram: Desempenho econômico; Impactos econômicos indiretos; Principais impactos dos serviços da Companhia no meio ambiente; Gestão ambiental geral; Geração de

	emprego; e Comunidade (p. 10-11)
2. Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência	2. Após a edição da MP 579, o setor elétrico terá entre os desafios de 2013 o restabelecimento de um ambiente regulatório capaz de garantir, em conjunto com a modicidade tarifária e a competitividade, a continuidade do suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades do País (p. 9). O relacionamento da Tractebel Energia com as empresas do setor - geradoras, transmissoras, comercializadoras e distribuidoras - é pautado pelo Código de Ética da Companhia. A Tractebel Energia participa de associações setoriais, compartilhando com as demais empresas os assuntos de interesse comum, e atua em consórcio em alguns empreendimentos, como nas Usinas Hidrelétricas Machadinho, Itá e Estreito e na Usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética (p. 99)

Fonte: Produção da própria autora, 2014.

Como o campo das “respostas diretas” ficou muito extenso, a pesquisadora escolheu o software Atlas. Ti para auxiliar na análise dos dados.

Vale destacar, que nenhum *software* realiza todo o procedimento de análise independente do pesquisador. É necessário, portanto, o conhecimento das potencialidades do software para adequá-lo à análise dos dados.

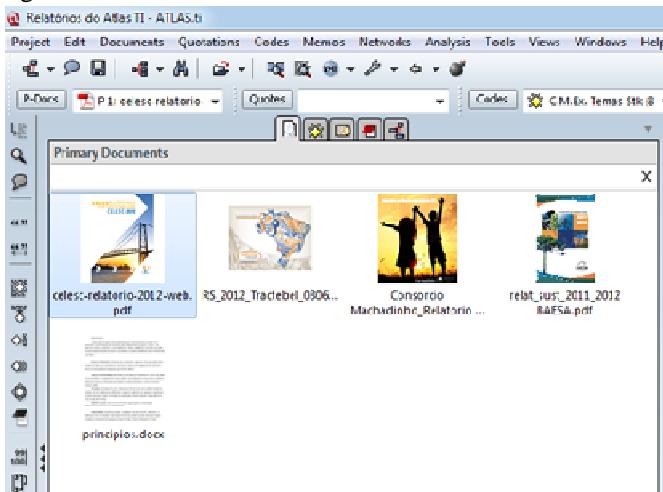
O uso do *software* Atlas.Ti é indicado para analisar, procurar e consultar as informações, capturar, visualizar e compartilhar as descobertas, contribuindo para a confiabilidade do estudo (ATLAS.TI.6 TOUR RÁPIDO, 2011). Com o *software* Atlas.Ti é possível extrair, categorizar e interligar segmentos de informações de uma grande variedade e volume de fontes de documentos.

Os principais elementos interligados ao *software* Atlas.Ti e que estão dentro de um projeto, denominado unidade hermenêutica, são: os documentos primários (P-Docs), as citações (Quotes) e os códigos (Codes). Esses elementos dão origem às teias (ferramentas de análise

que podem ser utilizadas para ilustrar as relações que foram analisadas pelo pesquisador).

Nesta pesquisa, numa primeira etapa, os quatro relatórios de sustentabilidade selecionados foram inseridos no *software* Atlas.Ti e compuseram a unidade hermenêutica (tela do espaço principal de trabalho do Atlas.ti), conforme a figura 3 apresentada.

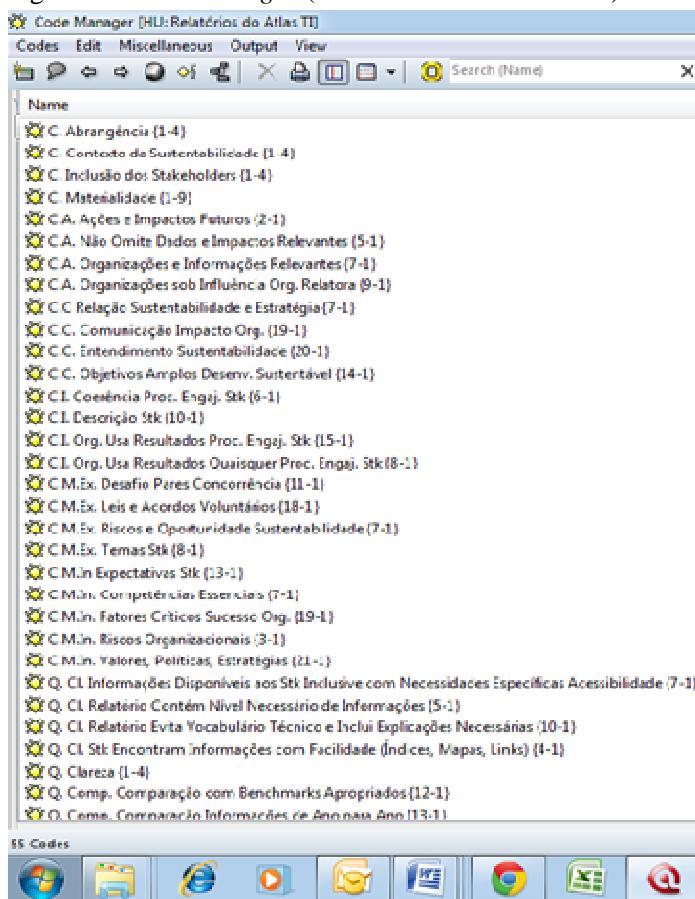
Figura 3 – Relatório do Atlas TI



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

Posteriormente, iniciou-se o processo de codificação. Nesta etapa, os princípios e os fatores de relevância foram cadastrados, gerando uma lista de códigos. Cada código construído recebeu um nome correspondente ao seu princípio e ao fator de relevância. O código dos princípios de conteúdo inicia com a letra “C” seguida do nome do princípio. O código do fator de relevância relacionado aos princípios de conteúdo inicia com a letra “C” seguida da letra do princípio ao qual aquele fator está vinculado e por fim aparece a nomenclatura do próprio fator de relevância. Para os códigos dos princípios de qualidade foi adotado o mesmo método, sendo que iniciam com a letra “Q”. Foram gerados 55 códigos. Através dos códigos de letras iniciais, cada princípio foi vinculado aos seus respectivos fatores de relevância, conforme figura 4 apresentada.

Figura 4 – *Code Manager* (HU Relatórios do Atlas TI)



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

Em seguida, iniciou-se a vinculação dos códigos aos relatórios de sustentabilidade. Neste momento, para cada um dos códigos dos fatores de relevância foram selecionados nos relatórios de sustentabilidade trechos de textos correspondentes, assim como foi feito com a planilha do *Excel*.

Como se pode observar pela figura anterior, os nomes dos códigos estão seguidos de dois números. O primeiro número informa quantas vezes o código foi aplicado. O segundo número se refere ao número de links entre ele e os outros códigos. Por exemplo, o código “C. Abrangência {1,4}”: significa que o princípio de conteúdo

Abrangência foi aplicado a uma passagem de texto e está vinculado a quatro outros códigos. Outro exemplo é o código “C. A. Não omite Dados e Impactos Relevantes {5,1}”: significa que o princípio de conteúdo Abrangência no seu fator de relevância “O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos *stakeholders* ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos” foi aplicado a cinco passagens de texto e está vinculado a um outro código. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006, p. 13).

A vinculação dos códigos às passagens de texto dos relatórios de origem a uma lista de citações, conforme figura 5 apresentada a seguir:

Figura 5 – *Quotation Manager* (HU Relatórios do Atlas TI)

The screenshot shows a software window titled "Quotation Manager [HU Relatórios do Atlas TI]". The menu bar includes "Quotations", "Edit", "Miscellaneous", "Output", and "View". A search bar at the top right says "Search (Name)". Below is a table with columns: "Id", "Name", "Primary Doc", and "Codes". The "Codes" column contains abbreviations such as C.M.Ex, C.M.In, and C.I. At the bottom of the window, there is a toolbar with icons for file operations and a status bar showing "350 Quotations".

Id	Name	Primary Doc	Codes
11	relatório é direcionado: clien...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Termos Stk
12	Mapeamento e priorização de te...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Termos Stk
14	Organizações A Celesc também ...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Desafio Pares Concorrência
15	Era 2012, o setor sofreu import...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Desafio Pares Concorrência
16	Para a Celesc, essa mudança do...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Desafio Pares Concorrência
18	Com base no indicativo da Dire...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Desafio Pares Concorrência
19	A Celesc procura assumir prime...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Leis e Acordos Voluntários
110	Gestão inclusiva A construção ..	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Leis e Acordos Voluntários
111	Era 2012, a área comercial da Ce...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Leis e Acordos Voluntários
112	Emissões Em 2012, a Celesc Dis...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.Ex. Riscos e Oportunidade Su...
113	Valores Preceitos essenciais e...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Valores, Políticas, Estratég...
114	Seguimos firmes no nosso compr...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Valores, Políticas, Estratég...
115	Nosso papel é garantir que a...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Valores, Políticas, Estratég...
116	eSusténguaS GR11.2 O trabalho...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Valores, Políticas, Estratég...
117	Com a perspectiva de atender a...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Expectativas Stk
118	Ser transparente com a populaç...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Expectativas Stk
119	A Celesc Distribuição tem por ...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Expectativas Stk
120	e associações comerciais e ind...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Expectativas Stk
121	Para manter uma relação de qua...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Expectativas Stk
122	Clientes A Celesc mantém conta...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Expectativas Stk
123	Gestão de Riscos Em 2012, o Gr...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Riscos Organizacionais
124	Ao longo de sua trajetória ..	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Fatores Críticos Sucesso ...
125	A orientação estratégica do Ce...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.M.In. Competências Essenciais
126	A definição da estrutura e da ...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Descr. Stk
127	Mapeamento e priorização de st...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Descr. Stk
128	de priorização foram definidos..	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Descr. Stk
129	Relacionamento com partes inte...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Org. Usa Resultados Proc. En...
130	Plano Diretor Com o slogan “Ap...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Org. Usa Resultados Proc. En...
131	Mantenemos diálogos constantes e...	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Org. Usa Resultados Proc. En...
132	relações às suas expectativas ..	celesc-relatorio-2012-web.pdf	C.I. Org. Usa Resultados Proc. En...

Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A figura 5 apresenta quatro classificações: *Id*, *Name*, *Primary Doc* e *Codes*.

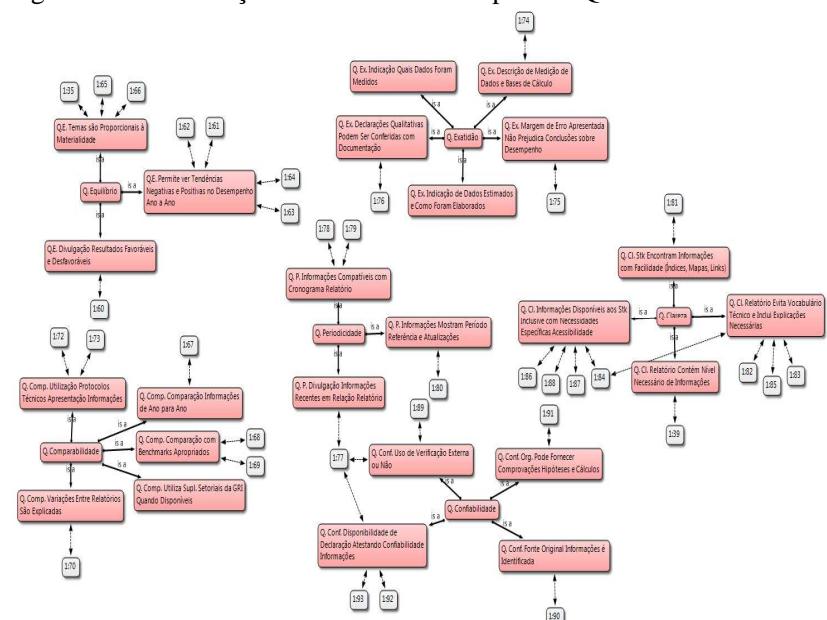
No campo *Id* encontra-se um símbolo que representa a citação, seguido de uma informação numérica, por exemplo, 1:5, onde o 1 representa de qual relatório essa citação foi retirada e o cinco corresponde à sequencia de citações desse relatório.

O campo *Name* contém a primeira frase da citação. O campo *Primary Doc* informa o nome do relatório de onde foi retirada a citação e o campo *Code* informa o nome do código do fator de relevância vinculado à citação.

É importante esclarecer que as citações foram vinculadas aos fatores de relevância que por sua vez foram vinculados aos princípios. Esta “operação” foi realizada para cada um dos quatro relatórios de sustentabilidade. Portanto, foram encontradas 350 citações.

Após a conclusão do processo de codificação e vinculação às citações, é possível a construção de uma rede demonstrando todas as ocorrências dos códigos relacionados às citações, conforme exemplo representado pela figura 6 a seguir:

Figura 6 – Visualização de Rede dos Princípios da Qualidade



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

Essa rede permite a visualização de todos os princípios (neste caso são os princípios de qualidade), seus respectivos fatores de relevância e as citações vinculadas a eles. Esta figura representa o relatório da Celesc.

No capítulo da “Análise dos Relatórios de Sustentabilidade” são apresentadas as inferências e interpretações dos dados encontrados.

Segundo essas etapas, foi possível verificar se os princípios da GRI estão presentes nos relatórios de sustentabilidade, cumprindo assim, com o segundo objetivo específico.

Para atender ao terceiro objetivo - Identificar o grau de aderência das empresas do setor aos indicadores ambientais essenciais da GRI – inicialmente, fez-se uma comparação do que foi informado pela empresa referente a determinado indicador de desempenho ambiental da GRI com o que o protocolo produzido pela GRI para aquele indicador realmente solicitava.

Conforme demonstrado na seção (2.6.1.2.1), os protocolos de indicadores apresentam definições e orientações que facilitam a interpretação dos indicadores de desempenho.

Destaca-se que, na análise individual de cada indicador, considerou-se a informação fornecida no índice remissivo da GRI, ou seja, a página divulgada no índice remissivo como sendo a que descrevia as informações relativas a determinado indicador foi a página utilizada na investigação.

Para possibilitar o cálculo do grau de aderência aos indicadores essenciais, utilizou-se o quadro desenvolvido por Dias, Siqueira e Rossi (2006), que permite fazer uma classificação do indicador. Ressalte-se que são 30 indicadores ambientais e todos recebem classificação, mas a fórmula de cálculo do grau de aderência aos indicadores essenciais, como o próprio nome já diz, considera apenas os indicadores essenciais, que são 17.

Conforme estabelece Dias, Siqueira e Rossi (2006), primeiramente o indicador foi classificado como “apresentado” ou “não apresentado”. Dentro desta classificação, há uma divisão em categorias; o indicador “apresentado” pode ser categorizado como: com “aderência plena”, com “aderência parcial”, “dúbio”, ou “inconsistente”; e o indicador “não apresentado” pode ser subdividido em: “não disponível”, “não aplicável”, “omitido com justificativa”, ou simplesmente “omitido”.

O critério de alocação do indicador nessas classificações foi o mesmo definido por Dias, Siqueira e Rossi (2006), Carvalho e Siqueira

(2007), Castro, Siqueira e Macedo (2009), como pode ser visto no quadro 10.

Quadro 10 – Critérios de Alocação dos Indicadores

Categorias	Sigla	Classificação	Definição
Apresentados	APL	Aderência plena	Quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
	APL	Aderência parcial	Quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram apresentados pela organização.
	D	Dúbio	Quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial.
	I	Inconsistente	Quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3.
Não apresentados	ND	Não disponível	Quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condições de fornecê-la.
	NA	Não aplicável	Quando a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às suas atividades ou ao setor em que ela atua.
	OJ	Omitido com justificativa	Quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão.
	O	Omitido	Quando nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse.

Fonte: Dias, Siqueira e Rossi (2006); Carvalho e Siqueira (2007); Castro, Siqueira e Macedo (2009).

Após a classificação dos indicadores informados pela empresa, seguiu-se com a análise calculando o grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI, cuja sigla de denominação é GAPIE-GRI. É importante destacar que a denominação que os autores definiram para o cálculo é Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais da GRI. Porém, ao longo do trabalho a pesquisadora optou por utilizar apenas as palavras **grau de aderência aos indicadores essenciais**, sem a utilização da palavra **plena**, tendo em vista que até a execução do cálculo e a verificação do seu resultado não se sabe se o grau de aderência é realmente pleno. O termo **plena** implica no conhecimento prévio dos resultados dos cálculos, que não foi o caso desta pesquisa e no cumprimento pleno dos requisitos do indicador, o que nem sempre ocorre.

Este cálculo permite que se perceba o percentual de aderência de cada empresa ao que foi solicitado pela GRI, podendo este ser de 0% a 100%. A forma de cálculo segue o que foi utilizado em pesquisa de Dias, Siqueira e Rossi (2006, p. 8), e se dá pela seguinte fórmula:

$$\text{GAPIE-GRI} = \frac{\text{Total dos indicadores com aderência plena} + \text{Total dos indicadores omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Onde:

GAPIE-GRI = Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI

Conforme destacado por Dias (2006, p. 96), no numerador, o total dos indicadores omitidos com justificativa é somado ao total de indicadores com aderência plena pelo fato de que a GRI permite a não apresentação de indicadores, desde que seja justificada. Adicionalmente, no denominador, o total de indicadores não aplicáveis é subtraído do total de indicadores essenciais para não prejudicar o resultado do grau de aderência da empresa em função da existência de um indicador que não se aplique às suas atividades.

Castro, Siqueira e Macedo (2009) explicam ainda que não foram considerados nos cálculos aqueles indicadores classificados como com “aderência parcial”, uma vez que seria muito subjetivo indicar o quanto da informação requerida foi realmente fornecida pela organização; e, também não foram incluídos nos cálculos os indicadores classificados como “dúbios” ou “inconsistentes”, porque, no primeiro caso, não existe a certeza se a informação requerida foi realmente fornecida e, no segundo caso, elas não foram efetivamente apresentadas.

O último objetivo - Propor ações para aperfeiçoar os relatórios das empresas em relação aos requisitos da GRI – foi o resultado da análise das etapas anteriores.

Seguindo o caminho metodológico exposto, é possível ao final atender aos objetivos propostos.

Figura 7 – Descrição da Metodologia de Análise



Fonte: Produção da própria autora, 2014.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa emprega uma metodologia qualitativa e quantitativa de análise de dados.

Segundo Richardson (2007), os estudos voltados para uma análise qualitativa têm como foco situações complexas ou bastante particulares. Portanto, uma das primeiras limitações que circunscreve esta pesquisa é a complexidade do seu tema, que abrange o desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade, a GRI e o setor de energia elétrica.

Em segundo lugar, esta pesquisa foi elaborada somente com a utilização de dados secundários, a partir dos relatórios de sustentabilidade elaborados pelas empresas do setor de geração de energia elétrica de Santa Catarina e das Diretrizes da GRI. O fator interpretação, tanto por parte de quem elabora o documento, quanto por parte de quem o lê, precisa ser levado em consideração e apresenta-se como um elemento limitador da pesquisa.

Os critérios utilizados para selecionar as empresas participantes da pesquisa relacionados na seção 4.2 surgem igualmente como limitação, pois a aplicação dos critérios reduziu o número de empresas aptas a participar da pesquisa, restringindo a sua aplicabilidade.

A escolha da Análise de Conteúdo como técnica para o tratamento de dados também pode ser considerada uma limitação, em função da definição prévia das categorias de estudo. (LAVILLE; DIONNE, 1999 apud VERGARA, 2005, p. 18). Além disso, há que se ressaltar que foram analisados qualitativamente somente os princípios

estabelecidos nas Diretrizes da GRI para relatórios de sustentabilidade, mais um elemento limitante para o estudo.

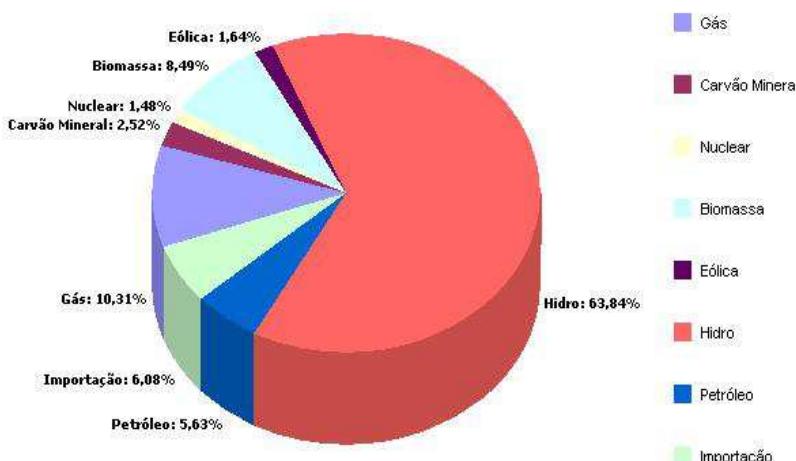
Em relação à análise quantitativa, que buscou conhecer os graus de aderência aos indicadores ambientais essenciais da GRI através do uso de um método e uma fórmula utilizada em estudo anterior de Dias, Siqueira e Rossi (2006), percebem-se as seguintes limitações: apenas os indicadores ambientais da GRI foram utilizados, portanto, todos os demais indicadores ficaram de fora da análise; a fórmula utilizada considera apenas os indicadores ambientais essenciais, excluindo os adicionais; a classificação dos indicadores como apresentado ou não apresentado e dentro desta classificação uma divisão em várias categorias implicou na subjetividade e interpretação da pesquisadora no momento avaliar se os indicadores deveriam ser classificados de uma ou de outra maneira.

Finalmente, em função das limitações aqui apresentadas, propõe-se que os resultados encontrados nesta pesquisa não sejam generalizados.

4 CARACTERÍSTICAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

O setor elétrico brasileiro apresenta características que o diferenciam de qualquer outro no contexto internacional. A base geradora de energia elétrica tem a característica de ser fortemente hidráulica, sendo responsável por 63,84% da oferta, conforme apresentado no gráfico 2. Em segundo lugar, estão as térmicas e, na sequência, o conjunto de empreendimentos menores (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

Gráfico 2 – Características do Setor Elétrico Brasileiro



Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2013).

Segundo Marreco e Carpio (2006), a dominância hidrelétrica representa uma vantagem para a sociedade brasileira, por se tratar de uma energia abundante e renovável. Entretanto, o sistema torna-se altamente dependente das condições hidrológicas.

Para mitigar esse risco, o planejamento da expansão do setor elétrico, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) vem priorizando ao longo dos anos a diversificação da matriz da energia elétrica, historicamente concentrada na geração por meio de fonte hidráulica (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

Há alguns anos, as hidrelétricas representavam cerca de 90% da capacidade instalada no país. Em 2008, essa participação reduziu para cerca de 74% e atualmente está em torno de 64% (AGÊNCIA

NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2012). O fenômeno foi resultado da construção de usinas baseadas em outras fontes (como termelétricas movidas a gás natural e a biomassa) priorizadas como investimentos em detrimento das hidrelétricas (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

De acordo com o Banco de Informações de Geração (BIG), da ANEEL, em dezembro de 2013, o Brasil possuía 3.022 usinas em operação, que correspondem a uma capacidade instalada de 134.316.844 kW (*kilowatts*). Do total de usinas, 1.091 são hidrelétricas, 1.762 térmicas abastecidas por fontes diversas (gás natural, biomassa, óleo diesel e óleo combustível), duas nucleares, 13 por carvão mineral e 108 eólicas, conforme o quadro 11.

Quadro 11 – Empreendimentos em Operação

Empreendimentos em Operação						
Tipo	Capacidade Instalada		% N.º de Usinas	Total		% (kW)
	N.º de Usinas	(kW)		N.º de Usinas	(kW)	
Hidro	1.091	85.729.916	63,83	1.091	85.729.916	63,83
Gás	Natural	113	12.170.186	9,06		
	Processo	39	1.683.663	1,25	152	13.853.849
Petróleo	Óleo Diesel	1.102	3.511.281	2,61		
	Óleo Residual	34	4.053.583	3,02	1.136	7.564.864
Biomassa	Bagaço de Cana	378	9.338.666	6,95		
	Licor Negro	16	1.530.182	1,14		
	Madeira	50	422.837	0,31	475	11.407.712
	Biogás	22	79.594	0,06		
	Casca de Arroz	9	36.433	0,03		
Nuclear		2	1.990.000	1,48	2	1.990.000
Carvão Mineral	Carvão Mineral	13	3.389.465	2,52	13	3.389.465
Eólica		108	2.201.769	1,64	108	2.201.769
Importação	Paraguai		5.650.000	5,46		
	Argentina		2.250.000	2,17		
	Venezuela		200.000	0,19		
	Uruguai		70.000	0,07		8.170.000
Total		3.022	134.316.844	100	3.022	134.316.844

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2013).

O BIG relaciona, ainda, 147 empreendimentos em construção e mais 543 outorgadas, o que prevê a adição de mais 35.849.675 kW na capacidade de geração do país nos próximos anos.

Segundo o BIG, os Agentes de Geração no Brasil atualmente são 1.536, distribuídos entre concessionários de serviço público de geração, comercializadores, autoprodutores, autoprodutores com

comercialização de excedente, com registro e produtores independentes, de acordo com o quadro 12.

Quadro 12 – Empreendimentos em Construção e Outorgados

Empreendimentos em Construção			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
Central Geradora Hidrelétrica	1	848	0
Central Geradora Eólica	91	2.290.674	11,56
Pequena Central Hidrelétrica	30	330.013	1,67
Usina Hidrelétrica	7	14.060.800	70,96
Usina Termelétrica	17	1.783.230	9
Usina Termonuclear	1	1.350.000	6,81
Total	147	19.815.565	100
Empreendimentos Outorgados entre 1998 e 2013			
(não iniciaram sua construção)			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
Central Geradora Hidrelétrica	53	34.351	0,21
Central Geradora Undi-elétrica	1	50	0
Central Geradora Eólica	201	5.417.725	33,79
Pequena Central Hidrelétrica	141	1.936.016	12,07
Usina Hidrelétrica	15	3.040.442	18,96
Usina Termelétrica	132	5.605.526	34,96
Total	543	16.034.110	100

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2013).

Por ser um país de dimensões continentais, a geração e transmissão de energia elétrica no Brasil são feitas através do Sistema Interligado Nacional (SIN), que abrange a maior parte do território do país. Este sistema permite a troca de energia entre diferentes regiões e conecta o território pela adição ao sistema de uma capacidade instalada virtual 25% maior que a soma das plantas isoladas. Faz-se necessária uma operação coordenada para que se obtenha um efeito sinérgico. O Operador Nacional do Sistema (ONS) é o responsável por esta operação, que otimiza os custos e garante um custo mínimo de operação (MARRECO; CARPIO, 2006). O SIN se estende pelas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Em 2008, o SIN possuía aproximadamente 900 linhas de transmissão, somando 89,2 mil quilômetros (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

Entretanto, há ainda vários sistemas de menor porte, não-conectados ao SIN, chamados de Sistemas Isolados, que se concentram principalmente na região Amazônica, no Norte do país. Como as

características geográficas da região são de densa floresta e grandes rios, a construção de linhas de transmissão de conexão ao SIN foi dificultada.

A conexão e o atendimento ao consumidor são realizados pelas distribuidoras de energia elétrica. Além delas, cooperativas de eletrificação rural e entidades de pequeno porte, transmitem e distribuem energia elétrica exclusivamente para os associados. Segundo dados constantes no site da ANEEL em 2013, o mercado de distribuição de energia elétrica é formado por 63 concessionárias, cujo controle acionário pode ser estatal ou privado. As distribuidoras são empresas de grande porte e formam o elo entre o setor de energia elétrica e a sociedade, visto que suas instalações recebem das companhias de transmissão todo o suprimento destinado ao abastecimento do país. Os direitos e obrigações dessas companhias são estabelecidos no Contrato de Concessão celebrado com a União para a exploração do serviço público em sua área de concessão, e o cumprimento desse contrato é fiscalizado pela ANEEL. O objetivo da Agência Reguladora é assegurar ao consumidor o pagamento de um valor justo e o acesso a um serviço contínuo e de qualidade. A ANEEL também tem como objetivo garantir às distribuidoras o equilíbrio econômico-financeiro necessário ao cumprimento do Contrato de Concessão (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

4.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

O setor de Energia Elétrica tem passado por profundas transformações nas últimas décadas no Brasil. “O modelo institucional do setor de energia elétrica passou por duas grandes mudanças desde a década de 90” (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2012, p. 17). A primeira envolveu o início da privatização das companhias operadoras e teve início com a Lei nº 9.427/96, que, entre outras disposições instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a segunda ocorreu em 2004, com a introdução do Novo Modelo do Setor Elétrico, que teve como objetivos principais: garantir a segurança no suprimento; promover a modicidade tarifária; e promover a inserção social.

Segundo Pires (2000), “historicamente, a estrutura de decisões do setor elétrico brasileiro era bastante centralizada” (PIRES, 2000, p. 9). Até meados da década de 90, era constituído por cinco empresas federais, uma *holding* e quatro subsidiárias regionais, além de cerca de

60 empresas estaduais ou locais. A ELETROBRÁS, criada em 1962, detinha as funções de coordenação do planejamento e da operação e de agente financeiro, enquanto as quatro empresas regionais estavam voltadas principalmente para a geração e a transmissão: a ELETRONORTE, detentora da concessão de geração e transmissão nas Regiões Norte e Centro-Oeste; a CHESF, detentora da concessão de geração e transmissão na Região Nordeste; FURNAS, detentora da concessão de geração e transmissão nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste; e as Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL, detentora da concessão de geração e transmissão na Região Sul.

Este modelo institucional estatal, vigente desde 64, permaneceu praticamente inalterado nos 30 anos seguintes. Nesse período, o setor elétrico brasileiro conseguiu expandir a oferta, contando com as disponibilidades de autofinanciamento, recursos da União e financiamento externo. Porém, a partir dos anos 80, vários fatores desencadearam a exaustão desse modelo, estimulando a busca de alternativas (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Pires, Giambiagi e Sales (2002) afirmam que, em termos gerais, as causas da crise de oferta de energia dos anos 80 estão relacionadas a quatro motivos principais:

- a) esgotamento do modelo estatal, responsável pela expansão do setor desde os anos 1960;
- b) falhas no planejamento da transição do modelo estatal para o modelo privado;
- c) problemas contratuais e regulatórios;
- d) falta de coordenação entre os órgãos governamentais (PIRES; GIAMBIAGI; SALES 2002, p. 8).

Quanto ao esgotamento do modelo estatal, Pires, Giambiagi e Sales (2002) citam duas razões: primeiramente, a crise fiscal do Estado, com a incapacidade da União de investir nos níveis necessários para expansão do sistema; e em segundo lugar, um regime regulatório inadequado, que não motivava a busca da eficiência e do baixo custo na geração.

O agravamento da crise fiscal do Estado na década de 80 provocou a redução dos investimentos no setor, mas outros fatores contribuíram para o aprofundamento desse problema. Um deles foi a elevação do custo marginal de expansão do setor decorrente da distância dos novos aproveitamentos hidrelétricos em relação ao centro de carga.

Ou seja, proporcionalmente mais recursos tinham de ser investidos para construção da mesma quantidade de geração (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Outro fator foi a deterioração do valor real das tarifas, cujo preço deixou de refletir o aumento dos custos setoriais. As tarifas foram equalizadas para todo o País e muitas vezes serviram como instrumento de controle inflacionário. Tal situação trouxe como consequência a descapitalização e inadimplência dos diversos agentes setoriais (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Por fim, em função da maior abertura política e com o advento da estabilidade monetária, as demandas sociais impuseram aos governos a necessidade de maior critério na aplicação dos recursos da União. Desse modo, setores de infraestrutura passaram a concorrer com os recursos de setores como saúde e educação, o que resultou na falta de investimento das empresas estatais em relação às necessidades de crescimento da demanda no País (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Do ponto de vista regulatório, a falta de estímulos à eficiência fez com que as empresas não se esforçassesem em reduzir custos:

Havia um regime regulatório de remuneração garantida e, ao mesmo tempo, até 1993, as tarifas eram equalizadas em todo o País, fazendo com que empresas superavitárias e deficitárias compensassem, mediante transferências, os ganhos e perdas provenientes do esforço individual de cada uma delas (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002, p. 10).

Em 1993, com a aprovação da Lei 8.631, que promoveu um encontro de contas setorial e com a alteração de alguns pilares regulatórios inadequados, tais como a equalização tarifária e a remuneração garantida dos investimentos, esperava-se que o setor pudesse retomar uma trajetória bem-sucedida. Entretanto, a manutenção das tarifas desconectadas dos custos de expansão do sistema, as restrições fiscais e os elevados custos de acesso a recursos externos acarretaram a continuidade da queda dos investimentos ao longo da década de 1990 (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Em relação às falhas de transição do modelo estatal para o privado, ao iniciar as privatizações em meados de 1995, esperava-se que houvesse, por parte das empresas privatizadas, investimentos na expansão do parque gerador, o que não ocorreu.

Em 1995, por meio da Lei 9.074, foi finalmente regulamentada a chamada “Lei das Concessões” – Lei 8.987, que já havia sido aprovada em 1988. A regulamentação da Lei de Concessões deu início ao processo de privatização e reforma do setor, como afirmam os autores Pêgo e Campos Neto (2008). Segundo estes autores, além de criar condições para maior participação do capital privado, a nova Lei introduziu a competição na construção de novos projetos, mediante a regulamentação do regime de licitação das concessões, antes exclusivo às concessionárias estaduais e federais.

A reforma do setor teve prosseguimento com a aprovação do Decreto no 1.503, de 25 de maio de 1995, que incluiu o Sistema Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND) e orientou as privatizações nos segmentos de geração e distribuição. E, ainda de acordo com Pêgo e Campos Neto (2008), foi reforçada pela Lei no 9.074, de 07 de setembro de 1995, que estabeleceu as bases legais para que os grandes consumidores pudessem comprar energia livremente. Posteriormente, com o Decreto nº 2.003/1996, foi regulamentada a figura do produtor independente de energia, peça fundamental no novo sistema, além da autorização de venda da produção excedente do autoprodutor (PÊGO; CAMPOS NETO, 2008).

Em Dezembro de 1996, através da Lei nº 9.427, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica, mas como a legislação existente era insuficiente para estabelecer um marco regulatório consistente para atrair investimentos privados, nesse mesmo ano, o governo federal contratou uma consultoria internacional, a *Coopers & Lybrand*, para elaborar um novo modelo setorial (PIRES, 2002).

Como resultado das recomendações da consultoria internacional, o governo federal implantou o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (Projeto RE-SEB), sob coordenação do Ministério de Minas e Energia, tendo por objetivos estimular o investimento no setor elétrico e garantir a expansão da oferta de energia no país (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

Com o início da reestruturação do setor elétrico, as empresas de energia começam a ser desverticalizadas – separando seus segmentos de geração, transmissão e distribuição. Através do RE-SEB, foi finalizada também a minuta do anteprojeto de lei que criou o Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 2013). O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) deveria controlar de forma integrada toda a operação do sistema elétrico. Iniciou

seu funcionamento em Agosto de 1998. O Mercado Atacadista de Energia tratava-se de um ambiente para a realização das transações de compra e venda de energia elétrica. Começou a atuar, com muitas restrições, a partir de 2000. (OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, 2013).

“Em que pese a preocupação em se estabelecer um modelo regulatório adequado, ocorreram imperfeições de desenho, que também contribuíram para a crise de suprimento de eletricidade” (PIRES, 2002, p. 14). Como exemplo, o autor cita a forma de elaboração dos contratos iniciais firmados entre geradores e distribuidores. Tais contratos tinham problemas relacionados à margem de segurança para os geradores e falta de incentivo à contratação por parte dos distribuidores, já que 100% da demanda estava contratada, conforme os contratos anteriores; os valores da energia estavam superestimados; estabeleciam cláusulas para situações de racionamento porém, por outro lado, regras do MAE geravam controvérsias sobre a sua aplicabilidade (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Ainda referindo-se aos problemas contratuais e regulatórios, o sistema de auto-regulação estabelecido para o MAE e a presença de empresas estatais e privadas com regras e obrigações diferenciadas, geraram grande incerteza nos investidores privados, inibindo suas decisões de investimento (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Pires, Giambiagi e Sales (2002) citam também os problemas de coordenação entre o Ministério de Minas e Energia e os da área econômica e as agências responsáveis pela regulação de energia elétrica Agência Nacional de Energia Elétrica, transporte de gás natural Agência Nacional de Petróleo (ANP) e águas Agência Nacional de Águas (ANA), que camuflaram e prejudicaram a identificação, em tempo hábil, dos sinais de gravidade da crise energética (PIRES; GIAMBIAGI; SALES, 2002).

Por fim, o autor faz referência à falta de responsabilidades e procedimentos bem estabelecidos, tanto para a sinalização de problemas de suprimento quanto para a recomendação de medidas de redução do consumo.

Neste sentido, Goldenberg e Prado (2003) afirmam que o insucesso da reforma do setor elétrico aconteceu não apenas devido à falta de recursos externos ou às resistências políticas encontradas no próprio governo, mas, e principalmente, às falhas de gerenciamento estratégico, coordenação e planejamento do sistema elétrico. Tais falhas, conforme os citados autores, seriam decorrentes da adoção de uma

reforma baseada em experiências de outros países e inadequada às características do setor no Brasil.

Em 2001, devido às falhas no sistema, à insuficiência de investimentos em geração e transmissão e às condições hidrológicas bastante desfavoráveis nas regiões Sudeste e Nordeste (baixo volume de chuvas), o setor elétrico sofreu uma grave crise de abastecimento que culminou em um plano nacional de racionamento de energia elétrica para evitar um colapso. “Tanto pela intensidade quanto pela abrangência, o racionamento de 2001 foi o maior da história do país” (ELETROBRAS, 2013). De imediato, o governo determinou uma redução compulsória de 20% do consumo de eletricidade para impedir o completo esvaziamento dos reservatórios. O racionamento atingiu as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e parte da região Norte, perdurando até fevereiro de 2002 (ELETROBRAS, 2013).

O governo se concentrou na viabilização dos projetos de construção das usinas termelétricas e reforçou o orçamento de investimento das empresas estatais.

A crise energética de 2001 teve grande impacto sobre o setor elétrico e a vida econômica e social do país. Entre 2003 e 2004 o governo federal lançou as bases de um Novo Modelo para o Setor Elétrico Brasileiro (SEB), sustentado pelas Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, 2013).

O Novo Modelo definiu a criação de uma entidade responsável pelo planejamento do setor elétrico a longo prazo, a Empresa de Pesquisa Energética; uma instituição com a função de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE); e uma instituição para dar continuidade às atividades do Mercado Atacadista de Energia relativas à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, 2013).

Com referência à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebrar contratos de compra e venda: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia; e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

O Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu uma série de medidas a serem observadas pelos Agentes, tais como:

A exigência de contratação de totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres, nova metodologia de cálculo do lastro para venda de geração, contratação de usinas hidrelétricas e termelétricas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo de suprimento, bem como o monitoramento permanente da continuidade e da segurança de suprimento, visando detectar desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

Em termos de modicidade tarifária, o modelo previu a compra de energia elétrica pelas distribuidoras no ambiente regulado por meio de leilões, levando-se em consideração o critério de menor tarifa, com o objetivo de reduzir o custo de aquisição da energia elétrica a ser repassada para a tarifa dos consumidores (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013)

Observa-se no quadro 13 um resumo das principais mudanças ocorridas no setor elétrico brasileiro, que resultaram em transformações estruturais e institucionais e refletidas no modelo que existe atualmente.

Quadro 13 – Mudanças no Setor Elétrico Brasileiro

Mudanças no setor elétrico brasileiro			
Características	Modelo Antigo (até 1995)	Modelo de Livre Mercado (1995 a 2003)	Novo Modelo (2004)
<i>Financiamento</i>	Financiamento através de recursos públicos	Financiamento através de recursos públicos e privados	Financiamento através de recursos públicos e privados
<i>Estrutura das Empresas</i>	Empresas verticalizadas	Empresas divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição e comercialização	Empresas divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação.
<i>Relação Público vs Privado</i>	Empresas predominantemente Estatais	Abertura e ênfase na privatização das Empresas	Convivência entre Empresas Estatais e Privadas
<i>Estrutura de Mercado</i>	Monopólios - Competição inexistente	Competição na geração e comercialização	Competição na geração e comercialização
<i>Consumidores</i>	Consumidores Cativos	Consumidores Livres e Cativos	Consumidores Livres e Cativos
<i>Estrutura Tarifária</i>	Tarifas reguladas em todos os segmentos	Preços livremente negociados na geração e comercialização	No ambiente livre: Preços livremente negociados na geração e comercialização. No ambiente regulado: leilão e licitação pela menor tarifa
<i>Mercado</i>	Mercado Regulado	Mercado Livre	Convivência entre Mercados Livre e Regulado
<i>Planejamento da Expansão</i>	Planejamento Determinativo - Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS)	Planejamento Indicativo pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	Planejamento pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
<i>Contratação</i>	Contratação: 100% do Mercado	Contratação : 85% do mercado (até agosto/2003) e 95% mercado (até dez./2004)	Contratação: 100% do mercado + reserva
<i>Sobras/Déficits do Balanço Energético</i>	Sobras/déficits do balanço energético rateados entre compradores	Sobras/déficits do balanço energético liquidados no MAE	Sobras/déficits do balanço energético liquidados na CCEE. Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) para as Distribuidoras.

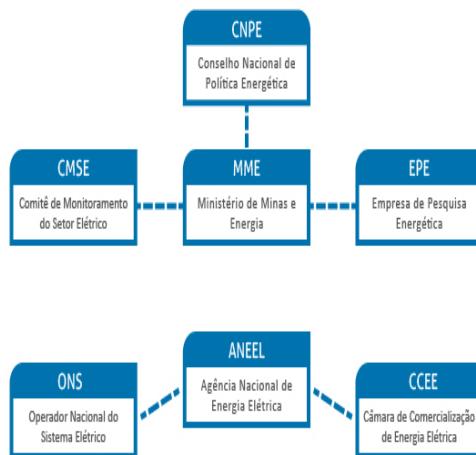
Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2013). Adaptado pela autora, 2014.

Sob o Novo Modelo, o Governo Federal definiu um conjunto de agentes institucionais e esta estrutura é apresentada a seguir.

4.2 A ESTRUTURA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

O atual modelo do setor elétrico brasileiro, implantado desde 2004, criou novas instituições e alterou funções de outras já existentes. A Figura 8 reproduz sua estrutura atual.

Figura 8 – Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2013).

- Agência Nacional de Energia Elétrica: - ANEEL**

A Aneel foi instituída pela Lei nº 9.427/96 e teve sua constituição normatizada pelo Decreto nº 2.335/97. É responsável pela regulamentação e fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Seu objetivo é garantir a qualidade dos serviços prestados, a universalização do atendimento e o estabelecimento de tarifas viáveis economicamente para os consumidores finais, mantendo o equilíbrio entre os agentes e a indústria (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

A partir de 2004 passou a ser responsável também pelos leilões para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN. Desde então, a Aneel tem delegado a operacionalização desses leilões à CCEE (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE**

O CMSE está subordinado diretamente ao Ministério de Minas e Energia (MME). Suas principais atribuições incluem:

Acompanhamento do desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica; avaliação das condições de abastecimento e de atendimento; realização periódica de análise integrada dessegurança de abastecimento e de atendimento; identificação de dificuldades e obstáculos que afetem a regularidade e a segurança de abastecimento e expansão do setor; e elaboração de propostas para ajustes e ações preventivas que possam restaurar a segurança no abastecimento e no atendimento elétrico (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013, p. 1).

Desde 2004, conforme estabelecido no decreto nº 5.175, a Câmara de Comercialização passou a compor a CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CMSE).

- **Conselho Nacional de Política Energética - CNPE**

O CNPE é um órgão de assessoria à Presidência da República cujas principais atribuições são: formulação de políticas e diretrizes de energia, revisão periódica das matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do país, “estabelecimento de diretrizes para programas específicos – como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear –, e por estabelecer diretrizes para a importação e a exportação de petróleo e gás natural” (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

- **Empresa de Pesquisa Energética - EPE**

A EPE foi criada pela Lei nº 10.847/2004, e foi regulamentada pelo Decreto nº 5.184/2004. Está vinculada ao Ministério de Minas e Energia e sua finalidade “é a prestação de serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético”

(CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013, p. 1). Entre suas principais atribuições estão:

A realização de estudos e projeções da matriz energética brasileira; a execução de estudos que propiciem o planejamento integrado de recursos energéticos; o desenvolvimento de estudos que propiciem o planejamento de expansão da geração e da transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazos; a realização de análises de viabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental de usinas; e a obtenção da licença ambiental prévia para aproveitamentos hidrelétricos e de transmissão de energia elétrica (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013, p. 1).

Em dezembro de 2010, a EPE firmou um acordo com a CCEE com o objetivo de formalizar procedimentos para o fluxo de informações sobre os leilões e os contratos de compra e venda de energia e de dados de mercado (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

- **Ministério de Minas e Energia - MME**

O MME é um órgão do governo federal. Está sob sua responsabilidade a condução das políticas energéticas do país. Dentre suas principais obrigações estão “a formulação e a implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE” (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013, p. 1).

Cabe também ao MME estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento do setor elétrico e definir ações preventivas no caso de desequilíbrio entre oferta e demanda de energia.

- **Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS**

“O ONS é a instituição responsável por operar, supervisionar e controlar a geração de energia elétrica no Sistema Integrado Nacional - SIN e por administrar a rede básica de transmissão de energia elétrica no Brasil” (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013, p. 1).

Seus objetivos principais são “o atendimento dos requisitos de carga, a otimização de custos e a garantia de confiabilidade do sistema”

Também é responsável pela “definição das condições de acesso à malha de transmissão em alta-tensão do país” (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013, p. 1).

Foi criado pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, com as alterações do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004.

Em 2010, houve um acordo operacional entre CCEE e ONS que estabeleceu diretrizes para a troca de informações e dados necessários ao desenvolvimento adequado de suas atividades, tendo em vista o aumento da eficiência do setor elétrico brasileiro (CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013).

5 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Este capítulo apresenta o resultado da análise dos relatórios de sustentabilidade que compõe a amostra dessa pesquisa, conforme a metodologia descrita no Capítulo 3. Os resultados são apresentados de acordo com as seguintes etapas: 1. Apresentação genérica das empresas pesquisadas, de acordo com as informações divulgadas no “Perfil Organizacional” demonstrado no Índice Remissivo da GRI dos relatórios de sustentabilidade; 2. Quadro Síntese dos Princípios de Conteúdo; 3. Análise dos Princípios de Conteúdo; 4. Quadro Síntese dos Princípios de Qualidade; 5. Análise dos Princípios de Qualidade; 6. Quadro Síntese Comparativo dos Princípios de Conteúdo e Qualidade; 7. Quadro Síntese do Grau de Aderência aos Indicadores Ambientais Essenciais da GRI; 8. Resultado da Análise Quantitativa e 9. Conclusões Referentes à Análise Quantitativa.

5.1 GRUPO CELESC

O início das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) foi no ano de 1955, quando foi autorizada a operar como empresa de eletricidade no Estado de Santa Catarina. Após alguns anos passou por uma reestruturação societária e patrimonial e consolidou-se como *Holding*, tornando-se um dos 100 maiores grupos empresariais do Brasil.

Atualmente, o Grupo Celesc é constituído de duas subsidiárias integrais (Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A.), detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócio minoritário da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica (ECTE) e da Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), assim como da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) e da Usina Hidrelétrica Cubatão, além de outras participações.

O Estado de Santa Catarina é seu acionista majoritário e possui 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total.

A Celesc é uma sociedade de economia mista, de grande porte, que atua nas áreas de geração e distribuição de energia brasileira. No ano de 2012 contava com mais de 3.500 empregados atuando em 16 agências regionais e 237 lojas e escritórios (pontos de atendimento) localizados no Estado de Santa Catarina. Sua sede administrativa fica no município de Florianópolis (SC).

O Grupo Celesc possui como subsidiárias as empresas Celesc Distribuição S.A e Celesc Geração S.A.

A Celesc Distribuição é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica. Está classificada como a sétima maior distribuidora de energia elétrica brasileira em volume de receita de fornecimento e volume de energia distribuída e a décima em número de unidades consumidoras. A área de concessão da empresa corresponde a 92% do Estado de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 262 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Estado do Paraná, onde atende mais de 2,5 milhões de unidades consumidoras. A empresa atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31municípios catarinenses.

A Celesc Geração é a empresa responsável pela operação, manutenção e expansão de parque gerador formado por 12 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), e com potência total instalada de 81,15 MW.

Nos últimos anos, seguindo o posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a empresa passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos e à diversificação da matriz energética, contemplando projetos de fonte hidráulica, eólica e biomassa.

Para garantir a disponibilidade e a confiabilidade de energia elétrica no curto e longo prazo, a Celesc Geração possui estrutura de operação e manutenção descentralizada, além da estrutura central na sede administrativa. As ocorrências são monitoradas diariamente, e programas de manutenção e inspeção preventivas são realizados periodicamente em todas as usinas.

Quanto ao relatório de Sustentabilidade, foi elaborado em 2012 utilizando pela primeira vez a metodologia da GRI, com informações referentes ao período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012. Foram seguidas as Diretrizes da versão G3.1 da GRI. Em consonância às boas práticas do mercado, que visam um Relatório Integrado, a Celesc incorporou ao Relatório de Sustentabilidade as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício 2012. O relatório possui 122 páginas.

Com nível de aplicação B, foram reportados 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil. No índice remissivo estão os indicadores reportados, indicando em quais páginas podem ser

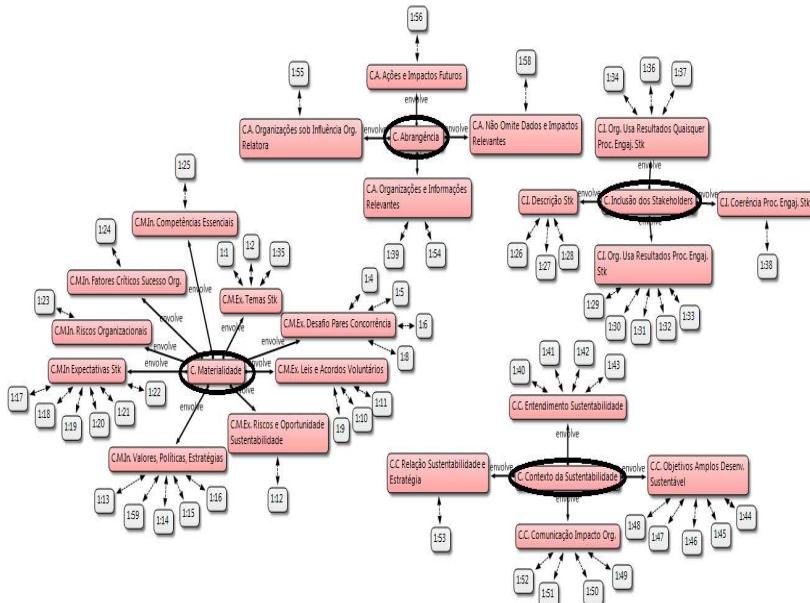
localizados. O relatório traz informações acerca do desempenho econômico, ambiental e social do Grupo Celesc, considerando a *Holding* e os negócios Distribuição e Geração. Em relação à Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), o relatório aborda informações sobre o seu desempenho econômico e operacional.

A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos *stakeholders*, além de fatos relevantes que ocorreram na Companhia durante o ano (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012).

5.1.1 Quadro síntese princípios de conteúdo – Grupo Celesc

A primeira parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de conteúdo da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade da Celesc. Os resultados são demonstrados na figura 9.

Figura 9 – Princípios de Conteúdo da GRI – Grupo Celeste



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 9, elaborada a partir do Atlas.Ti, demonstra a presença dos quatro princípios de conteúdo no relatório de sustentabilidade da Celesc. Observa-se que para os quatro princípios de conteúdo e seus respectivos fatores de relevância (que devem ser considerados no momento da elaboração do relatório), foram encontrados trechos de texto no relatório. As percepções acerca da presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir.

5.1.1.1 Materialidade

Segundo a GRI, a materialidade é o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos, entre os quais a missão geral e a estratégia competitiva da organização, preocupações expressas pelos *stakeholders*, expectativas sociais mais amplas e o raio de influência da organização sobre entidades. As expectativas expressas em normas e acordos

internacionais que a organização deve cumprir também deverão ser consideradas.

Conforme explicado no Capítulo 4, como não há uma correspondência direta entre os princípios e os indicadores, a GRI propõe um conjunto de testes para que a organização possa avaliar o uso desses princípios. Este conjunto de testes foi a base utilizada para a verificação dos princípios nos relatórios de sustentabilidade. As informações completas referentes ao conjunto de testes e suas respectivas “citações” encontram-se no (APÊNDICE C) dessa pesquisa. Como o objetivo é fundamentar e evidenciar a análise dos dados, somente as informações de maior relevância são consideradas para apresentação.

Inicialmente, pode-se observar na Figura 9, que o princípio da Materialidade se destaca em relação aos demais pelo número de fatores de relevância vinculados a ele (são nove itens) e consequentemente pela quantidade de informações encontradas no relatório correspondente a cada um dos fatores de relevância.

Inicia-se a análise das informações pelos fatores externos relacionados à Materialidade, que são: os temas levantados pelos *stakeholders*, os desafios relatados pelos pares e concorrência, os regulamentos, leis e acordos voluntários e os riscos e oportunidades de sustentabilidade.

Com relação aos temas levantados pelos *stakeholders*, verifica-se que a Celesc demonstra com clareza o processo de definição da materialidade ao mencionar a pesquisa realizada formalmente sobre a opinião e os interesses de seus *stakeholders* prioritários, definindo-os: “[...] o relatório é direcionado a clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores” (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 15). Esclarece que a partir da pesquisa realizada, quatro principais temas foram apontados como relevantes pelas partes interessadas e guiam o relatório de sustentabilidade:

[...] transparéncia e divulgação de resultados (78%), planejamento estratégico (63%), gestão de pessoas (58%) e pesquisa, inovação e desenvolvimento (58%) (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 15).

Em relação aos desafios para o setor, fica claro que a publicação da Medida Provisória nº 579 editada pelo Governo Federal com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para os consumidores é um grande desafio para a Celesc Geração, pois se trata de uma mudança no ambiente regulatório e exigiu mudanças no posicionamento estratégico da empresa.

Quanto aos regulamentos ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus *stakeholders*, a Celesc destaca a,

[...] construção da Política de Responsabilidade Social da empresa, documento elaborado com base na norma ISO 26000 e que estabelece diretrizes, normas e procedimentos que assegurem a busca por ações que promovam o desenvolvimento sustentável, por meio de inclusão social, viabilidade econômica e respeito ao meio ambiente, atendendo às necessidades das gerações atuais, sem comprometer a satisfação das gerações futuras, com envolvimento de todos os públicos com os quais se relaciona (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 102).

Outros dois fatos são mencionados: a retomada da Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE), responsável por estabelecer metas e diretrizes sobre consumo consciente, educação ambiental e eficiência energética, entre outros. E a recertificação da área comercial na ISO 9001:2008 por ter uma gestão orientada na qualidade e na melhoria contínua do serviço que oferece aos seus clientes.

Quando se refere aos impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade, o Grupo Celesc relata que:

[...] iniciou a elaboração de sua Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, cuja aprovação e consolidação foi realizada no início de 2013. [...] em 2012, a Celesc Distribuição iniciou a elaboração do seu primeiro Inventário de emissões de gases de efeito estufa (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 46).

A partir dessas informações, algumas inferências podem ser feitas:

1. O princípio da Materialidade busca estabelecer o limiar dos temas que merecem estar no relatório. Para tanto, é importante a organização definir seus *stakeholders* e os assuntos prioritários para esse público. A Celesc direciona o seu relatório para clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores. Os temas prioritários são quatro: “transparência e divulgação de resultados, planejamento estratégico, gestão de pessoa se pesquisa, inovação e desenvolvimento”. Com base nestes temas, foram reportados 58 indicadores de desempenho. Tais informações demonstram o atendimento ao princípio da Materialidade.

Porém, uma análise mais acurada revela que as partes interessadas são tantas, tão diversificadas e muitas vezes com interesses tão antagônicos, que se torna uma tarefa bastante complexa conseguir reunir e transmitir as informações de modo a satisfazer todos esses públicos. Mesmo demonstrando que fez uma pesquisa formal para conhecer quais os temas prioritários para seus *stakeholders*, fica difícil limitar e priorizar as informações relativas a esses temas frente a públicos tão diferenciados.

2. Apesar de atuar no setor elétrico há quase 60 anos, a Celesc está atualmente passando por um processo de mudança, que se reflete em diversos aspectos organizacionais, inclusive na decisão de elaborar o seu primeiro relatório de sustentabilidade nos padrões do método da GRI, conforme afirmação do seu Diretor-Presidente na “Mensagem do Presidente”. Levando-se em consideração essa situação, percebe-se que a organização não atende plenamente aos fatores de relevância do princípio de Materialidade relacionados a Regulamentos e Riscos ou Oportunidades de Sustentabilidade porque se encontra em fase de construção de Políticas, Planos e Projetos a serem implantados nos próximos anos. Tanto a Política de Responsabilidade Social quanto a Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos citadas no relatório são iniciativas recentes que irão produzir resultados nos próximos anos, o que dificulta a análise neste momento.

Como fatores internos relacionados à Materialidade, a GRI considera: os valores, políticas e estratégias, as expectativas dos *stakeholders*, os riscos organizacionais, os fatores críticos para o sucesso da organização e as competências essenciais.

No que tange aos valores, políticas e estratégias, é possível verificar que a Celesc define o que são valores como “preceitos essenciais e permanentes da organização, os valores traduzem aquilo em

que se acredita e devem se expressar em nossa atuação". (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 6). Posteriormente, apresenta suas Diretrizes, através de uma série de termos que se subdividem em um conjunto de palavras que expressam mais detalhadamente os interesses da organização:

Resultados: alto desempenho, eficácia, eficiência, melhoria contínua, aprimoramento de processos, solução de problemas (resultado obtido), superar as metas estabelecidas, profissionalismo, execução precisa de tarefas; **Inovação:** fazer a diferença, experimentar com responsabilidade, propor soluções (observar, perguntar, associar), compartilhar melhores práticas, inquietude;

Valorização das pessoas: integração, foco na equipe, relacionamento interpessoal, diálogo aberto, mérito e qualificação, simplicidade, políticas de RH que favoreçam o relacionamento com e entre empregados; **Comprometimento:** com colaboradores, meio ambiente, investidores, comunidade, clientes, honestidade, transparência;

Responsabilidade Socioambiental: comprometimento com programas sociais;

Ética: integridade profissional (empresa, fornecedores e clientes) na condução dos negócios, no cumprimento da lei, no compromisso com as melhores práticas de governança, na preservação da imagem, na utilização adequada de informações e dos recursos e meios;

Segurança: proteção ao ser humano e ao meio ambiente, segurança no trabalho, identificação, controle e monitoramento de riscos (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 6).

Quanto à estratégia, para a Celesc é alinhar a Companhia às empresas que são referência em crescimento e produtividade com base nas melhores práticas. Encontra-se mais referências à estratégia no trecho:

[...] Garantir que a Celesc seja uma organização que conserve o meio ambiente, gere trabalho saudável e renda, traga benefícios para as comunidades locais envolvidas, divisas para o

Estado e retorno para os investidores, esteja inserida em cadeias produtivas sustentáveis e forneça produtos sustentáveis para consumidores cada vez mais exigentes e conscientes (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 11).

A elaboração de um Plano Regulatório e um Plano Diretor (denominado Celesc 2030) para o Grupo Celesc são importantes marcos estratégicos destacados no relatório.

Os interesses/expectativas dos *stakeholders* são de grande importância para a Celesc, como se pode verificar pelo trecho a seguir, que explica que em 2012 foi elaborado:

O primeiro Plano Diretor da Companhia, denominado Celesc 2030, que contempla as aspirações dos principais *stakeholders* e apresenta balizadores estratégicos de longo prazo para a *Holding* e suas subsidiárias integrais (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 9).

Ser transparente com a população é uma das diretrizes estabelecidas pela Celesc, principalmente quando se trata da realização de investimentos que a impacta de alguma forma. A estrutura organizacional da empresa reforça essa aproximação com os *stakeholders*, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios [...] (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 46).

Em relação aos principais riscos organizacionais, a Celesc não os elenca no seu relatório. A menção que faz à palavra “riscos” está relacionada à elaboração de sua Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, que define conceitos e procedimentos para a gestão dos riscos e cuja aprovação e consolidação foi realizada no início de 2013.

Para demonstrar quais os fatores críticos para o sucesso da Celesc, há um trecho da Mensagem do Presidente que retrata o que faz com que a Celesc seja uma empresa bem sucedida:

Ao longo de sua trajetória de quase 60 anos de atuação no setor elétrico, a Celesc manteve sua gestão pautada pelo compromisso com a perenidade do seu negócio, com o desenvolvimento socioeconômico de sua área de concessão e com a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes, atendendo às expectativas e criando uma relação de confiança com os principais públicos de interesse: acionistas, empregados, consumidores, fornecedores e comunidades. Nossas ações influenciam a vida de milhões de pessoas. Geramos mais de 3 mil empregos diretos, somos a segunda maior arrecadadora de ICMS do Estado de Santa Catarina e levamos energia para uma população de 6 milhões de consumidores de energia elétrica, o equivalente a 3,3% da população brasileira, distribuídos por mais de 90% do território catarinense, área que abriga um mercado de forte dinamismo econômico, com atividades diversificadas e mão de obra qualificada, responsável pelo oitavo maior PIB nacional e pelo quarto maior PIB per capita. Por isso, cuidamos para que nossos clientes sejam atendidos com energia de qualidade e em quantidade suficiente para garantir a expansão desse mercado altamente diferenciado. Temos um sistema elétrico adequado à demanda; detemos os melhores índices de eletrificação rural do País, atendendo unidades consumidoras de forte potencial para o agronegócio; temos os menores índices de perdas comerciais entre as empresas do Setor; e figuramos entre as melhores do País no quesito qualidade do serviço prestado (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 46).

E para o item competências essenciais, a Celesc destaca a orientação estratégica do Plano Diretor Celesc 2030, que estabelece

metas financeiras, físicas e de sustentabilidade que deverão ser alcançadas até o ano de 2030:

Nossas metas financeiras preveem construir uma margem Ebitda de 17% e gerar Roce de 12% em 2017, com portfólio centrado na distribuição eficiente e complementado por participações minoritárias em geração de energia. Nossa meta física busca nos posicionar entre as top 5 distribuidoras do país e alcançar 1.000 MW de capacidade de geração. Já a nossa meta de sustentabilidade busca atuar em torno de quatro pilares (pessoas, sustentabilidade, governança corporativa e gestão pública), com foco na obtenção de prêmios de referência nacional e regional em cada um dos pilares ao longo do ciclo 2014-2030. Tais metas foram pactuadas nos Contratos de Gestão e de Resultados (CGR), que envolvem todos os empregados, e se concretizarão por meio do desdobramento do CGR para as diversas áreas, além de envolver o projeto Celesc de Eficiência Máxima. O projeto inicia-se em 2013 e prevê o endereçamento de cinco das 20 iniciativas estratégicas por meio de levantamento, quantificação e detalhamento de planos de ação de iniciativas de otimização por parte de 14 equipes, formadas por aproximadamente 80 empregados [...] (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 56).

O relatório destaca ainda que essas definições estão de acordo com

A linha estratégica da Celesc para a agregação de valor, o atendimento às demandas do ambiente e a eficiência operacional, conforme as diretrizes dos acionistas. Os resultados são monitorados em um sistema que permite o acompanhamento dos gestores (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 56).

A partir das informações do relatório, observa-se que:

1. Ao considerar como fatores relevantes para o princípio da Materialidade os **valores, políticas e estratégias** da organização, a GRI está trazendo à tona a responsabilidade principal da empresa, que é a sua atividade básica e as estratégias para que tenha sucesso nesta atividade.

Como foi visto no Capítulo 1 desta pesquisa, item 1.1, o grande desafio das empresas do setor de energia – e, particularmente, da energia elétrica - no século XXI, é a busca do desenvolvimento sustentável, conceito que incorpora a expansão da oferta, consumo consciente, preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008).

Portanto, percebe-se que a Celesc ao incluir nos seus valores, diretrizes e estratégias, termos como comprometimento com o meio ambiente, responsabilidade socioambiental, proteção ao meio ambiente, valorização do ser humano, benefícios para as comunidades locais envolvidas, compartilhar melhores práticas deixa claro que pretende atuar na direção do desenvolvimento sustentável e que reunirá seus esforços para alcançar aquilo a que se propôs.

A preocupação em estabelecer um Plano Diretor, o Celesc 2030, que contempla os interesses dos principais *stakeholders* e apresenta balizadores estratégicos de longo prazo para a Holding corrobora com a ideia da sustentabilidade no aspecto de aproximação com *stakeholders* e estabelecimento de objetivos estratégicos que contemplam o futuro.

Os fatores para o sucesso da organização foram destacados pelo Presidente da organização, com ênfase para a qualidade dos serviços prestados pela Celesc e sua importância para o estado de Santa Catarina em termos de geração de empregos, arrecadação de impostos, geração, distribuição de energia e atendimento à demanda.

Como no relatório não há menção específica às competências da organização, o contexto das colocações relacionadas ao Plano Diretor Celesc 2030 permitiu que a pesquisadora estabelecesse a relação entre o Plano, com suas metas financeiras, físicas e de sustentabilidade e as competências essenciais da organização. Segundo Prahalad e Hamel (1990), as competências essenciais das organizações são as suas forças particulares em relação a outras organizações do setor. Tais forças constituem a base fundamental para a agregação de valor. Segundo a Celesc, as metas do Plano Celesc 2030 apontam as estratégias da Celesc para a agregação de valor, o atendimento às demandas do ambiente e a eficiência operacional, conforme as diretrizes dos acionistas. Os resultados são monitorados em um sistema que permite o acompanhamento dos gestores.

É possível observar, com base nas citações, que a Celesc está passando por um processo de mudança e esta mudança está direcionada para uma atuação em longo prazo na direção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, percebe-se também que atualmente o relatório

divulga mais planos e projetos do que ações propriamente ditas. O Plano Celesc 2030, o primeiro da Companhia, é uma evidência dessa constatação: aparece no relatório como um importante marco estratégico, como um instrumento de atendimento aos interesses/expectativas dos *stakeholders* como uma competência essencial da empresa. O acompanhamento das ações relacionadas ao Plano é que irá demonstrar a sua eficiência no futuro.

5.1.1.2 Inclusão dos *Stakeholders*

Com o princípio da inclusão dos *stakeholders*, o objetivo da GRI é verificar se a organização relatora identifica os seus *stakeholders* e explica no relatório como atende aos seus interesses e expectativas. Tais informações devem ser documentadas para que o relatório seja passível de verificação. A empresa necessita documentar o processo de engajamento dos *stakeholders* para definir com quais se engajou, como, quando e de que modo esse engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da Companhia (GRI, 2006). Ao encontrar visões conflitantes entre seus *stakeholders*, a organização precisará explicar como buscou o equilíbrio nas decisões tomadas na elaboração do relatório (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Para a GRI (2006), os *stakeholders* são definidos como:

Organizações ou indivíduos que possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização e cujas ações possam afetar significativamente a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, p. 10, 2006).

Conforme a Figura 9, a GRI sugere quatro fatores relevantes que devem ser levados em consideração pela organização em relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders*: a descrição dos *stakeholders*, a utilização dos resultados dos processos de engajamento no conteúdo do relatório e nas atividades contínuas da organização, a utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento elaborados especificamente para a confecção do relatório e a coerência dos processos de engajamento com o escopo e limites do relatório.

Com relação à descrição dos *stakeholders*, a Celesc relata que considerou as expectativas dos *stakeholders* na definição da estrutura e do conteúdo e explica o processo, que foi realizado por uma consultoria terceirizada. Em um primeiro momento houve uma reunião com os gerentes da empresa, com os objetivos de identificar os *stakeholders* e aplicar critérios de priorização dos grupos. Como resultado, foram definidos os seguintes *stakeholders* prioritários: clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores.

Quanto à utilização dos resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders* no conteúdo do relatório, a Celesc demonstra que os utiliza, tanto nos procedimentos específicos para elaboração do relatório quanto nas suas atividades contínuas.

Para a elaboração do relatório, a Celesc explica que, inicialmente, foram definidos os *stakeholders* prioritários, conforme processo descrito nos parágrafos acima. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa formal com 3.039 pessoas, entre clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores. Desse total, 598 (19,7%) finalizaram o processo. Os quatro principais temas levantados, como já citado anteriormente, foram a transparência e divulgação de resultados (78%), planejamento estratégico (63%), gestão de pessoas (58%) e pesquisa, inovação e desenvolvimento (58%). O resultado da pesquisa foi apresentado à coordenação do projeto pela consultoria, houve um alinhamento entre os temas escolhidos pelos *stakeholders* e as prioridades estratégicas da Celesc, foram selecionados os indicadores de sustentabilidade que melhor representariam a empresa e o resultado desse trabalho foi apresentado aos empregados envolvidos no projeto, em um *workshop* de nivelamento conceitual das diretrizes da GRI.

O trecho a seguir demonstra que os temas que apareceram no resultado da pesquisa com os *stakeholders* são utilizados nas atividades contínuas da empresa:

Esses temas são fortemente trabalhados no dia a dia da Celesc, o que indica que os resultados desse processo vão ao encontro do posicionamento já adotado pela Companhia. Ao atender a expectativa de nossos *stakeholders* de relatar um desempenho consistente nesses relevantes temas aderentes à sustentabilidade empresarial, buscamos demonstrar também a efetividade de

nossas práticas de governança e comunicação corporativas (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 15).

As evidências da utilização dos resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders* nas atividades diárias da Celesc aparecem em outros trechos do relatório. Na citação abaixo a empresa enfatiza a transparência nos investimentos e a estrutura organizacional descentralizada:

Ser transparente com a população é uma das diretrizes estabelecidas pela Celesc, principalmente quando se trata da realização de investimentos que a impacta de alguma forma. A estrutura organizacional da empresa reforça essa aproximação com os *stakeholders*, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 46).

A empresa destaca ainda o Plano Diretor Celesc 2030, elaborado de forma participativa, considerando as expectativas dos *stakeholders*, e a aprovação, em 2012, de dois documentos importantes: a Política de Responsabilidade Social e a Política de relacionamento com Fornecedores. O objetivo de ambas é difundir o conceito de sustentabilidade, norteado na tríplice dimensão: econômica, social e ambiental.

Como uma maneira de dimensionar financeiramente as ações relacionadas aos seus *stakeholders*, a Celesc relata que:

Em 2012, aproximadamente 100% das operações incluíram programas de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento, disponibilizando um total de recursos para a população local de R\$ 271,9 milhões, incluindo ações de cultura, educação, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 102).

A coerência com o escopo e limite do relatório aparece de forma clara quando a Celesc escreve que

O relatório traz informações acerca do desempenho econômico, ambiental e social do Grupo Celesc, considerando a *Holding* e os negócios Distribuição e Geração. Em relação à Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), este relatório aborda informações sobre o seu desempenho econômico e operacional (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 14).

Diante do exposto, verifica-se que:

1. A Celesc atende aos requisitos estabelecidos pela GRI em relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders*, já que relata como ocorreu o processo de engajamento dos *stakeholders* e busca descrever como, quando e de que modo esse engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da Companhia.

Porém, um dos elementos considerados importantes pela GRI com relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders* é a documentação dos processos. Neste aspecto, o relatório não deixa claro para os leitores de que modo esses processos foram documentados e a forma como as decisões foram tomadas para que sejam passíveis de verificação. A Celesc informou que uma consultoria terceirizada conduziu o processo, que uma pesquisa foi realizada, descreveu os resultados da pesquisa, mas não demonstrou claramente como e se os *stakeholders* podem acessar esses processos.

2. A Celesc descreve os seus *stakeholders* prioritários, aqueles aos quais considera que deva prestar contas, que são: clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores. Como já mencionado nas inferências relacionadas ao princípio da materialidade, essa diversidade de partes interessadas dificulta a conciliação e o atendimento às expectativas dos *stakeholders*. A GRI faz menção, nas suas Diretrizes, às visões conflitantes que a organização poderá encontrar entre seus *stakeholder*s e sugere que a empresa explique como buscou o equilíbrio nas decisões tomadas na elaboração do relatório. É interessante observar que a própria GRI é bastante otimista quando afirma que a organização poderá encontrar visões conflitantes entre seus *stakeholders*. Ora, o simples fato de serem partes interessadas os empregados de uma organização e seus

acionistas já demonstra a existência de interesses diversos, para não dizer opostos. O que se pode dizer de *stakeholders* como bancos, sindicatos, investidores, sociedade civil, entre outros? Neste ponto o relatório da Celesc é falho, pois não menciona como equilibrou interesses e expectativas de grupos com interesses e preocupações tão divergentes.

3. Novamente percebe-se o processo de mudança pela qual a empresa está passando que se manifesta através da elaboração de Planos e Políticas que estabelecem metas e ações corporativas norteadas na tríplice dimensão: econômica, social e ambiental. E novamente surge a questão relacionada ao desafio que se apresenta para a Celesc nos próximos anos de efetivamente implantar essas Políticas, por meio de ações.

5.1.1.3 Contexto da sustentabilidade

Segundo a GRI (2006), a organização deve demonstrar o seu desempenho no contexto mais amplo da sustentabilidade. A organização deve deixar explícita a sua contribuição ou como pretende contribuir no futuro para a melhora ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global. Esse conceito é articulado de forma mais clara na área ambiental, em termos de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, mas também pode ser relevante no que diz respeito a metas sociais e econômicas, como os objetivos nacionais ou internacionais de desenvolvimento socioeconômico e sustentável.

Para tanto, conforme se pode observar na Figura 9, quatro fatores são considerados importantes: o entendimento de desenvolvimento sustentável para a organização, a apresentação de seu desempenho com referência a objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, a comunicação da magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados e a relação entre os temas de sustentabilidade e estratégia.

No que tange ao entendimento do significado de desenvolvimento sustentável para a Celesc, o seu relatório é rico em evidências. No (APÊNDICE C) se pode verificar que foram encontradas muitas citações fazendo referência ao conceito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ações e práticas sustentáveis, o que revela a preocupação da organização com o tema.

Como são muitas as citações, a pesquisadora selecionou alguns trechos que apresentam o que é a sustentabilidade e o entendimento da

Celesc sobre este tema e algumas ações representativas do seu desempenho no contexto mais amplo de desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, a Celesc apresenta no seu relatório um conceito amplo de sustentabilidade corporativa:

Sustentabilidade corporativa é um conceito sistêmico. Trata-se de uma visão de longo prazo, que incorpora as dimensões social e ambiental à estratégia de negócios da empresa, buscando garantir o resultado econômico e promover a elevação da qualidade de vida, a inclusão social e o combate efetivo à pobreza e à degradação ambiental (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p.11).

Em seguida, encontra-se uma afirmação de que a Celesc está “atenta a esse movimento, atuando fortemente em busca de alicercear suas ações de forma a garantir as melhores práticas relacionadas à conformidade socioambiental de seus empreendimentos.” O relatório destaca a atuação do Conselho de Administração, que “entende a relevância do tema e não tem medido esforços para garantir os meios necessários à consecução desses objetivos” (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 11). E é justamente na Mensagem do Conselho de Administração que pode ser encontrado o entendimento de desenvolvimento sustentável para a Celesc compatível com o conceito de sustentabilidade corporativa acima:

[...] Nossa papel é garantir que a Celesc seja uma organização que conserve o meio ambiente, gere trabalho saudável e renda, traga benefícios para as comunidades locais envolvidas, divisas para o Estado e retorno para os investidores, esteja inserida em cadeias produtivas sustentáveis e forneça produtos sustentáveis para consumidores cada vez mais exigentes e conscientes (CENTRAIS ELÉTRICA DE SANTA CATARINA, 2013, p. 11).

A criação do Comitê de Sustentabilidade e a formalização do Plano Diretor 2030 são citadas como motivadores para a intensificação das práticas sustentáveis da organização e a elaboração do primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da *Global Reporting*

Initiative (GRI), que permite medir, divulgar e prestar contas do desempenho organizacional de forma estruturada, constituindo-se ainda como importante ferramenta de gestão.

Ao apresentar o seu desempenho com referência a objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos e comunicando a magnitude de seu impacto em contextos geográficos apropriados, a Celesc destaca a sua influência sobre a vida de milhões de pessoas.

Geramos mais de 3 mil empregos diretos, somos a segunda maior arrecadadora de ICMS do Estado de Santa Catarina e levamos energia para uma população de 6 milhões de consumidores de energia elétrica, o equivalente a 3,3% da população brasileira [...]. Por isso, cuidamos para que nossos clientes sejam atendidos com energia de qualidade e em quantidade suficiente para garantir a expansão desse mercado altamente diferenciado. Temos um sistema elétrico adequado à demanda; detemos os melhores índices de eletrificação rural do País, atendendo unidades consumidoras de forte potencial para o agronegócio; temos os menores índices de perdas comerciais entre as empresas do Setor; e figuramos entre as melhores do País no quesito qualidade do serviço prestado. (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 9).

Como forma de reconhecimento do seu desempenho, a Celesc relata que em 2012 completou dez anos de adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo. Sua atuação empresarial foi reconhecida através de vários prêmios, entre eles o Prêmio Ética nos Negócios e pela inclusão no Cadastro Empresa Pró-Ética. Destaca ainda que:

As questões ambientais são consideradas em todas as decisões da Companhia, que utiliza diretrizes emanadas dos órgãos reguladores, considera as questões climáticas, as exigências dos órgãos licenciadores, as avaliações de desempenho feitas pelo mercado, novas tecnologias, os anseios de clientes, empregados, fornecedores, sociedade em geral, entre outros, em busca da melhoria contínua

do desempenho ambiental (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 74).

O que o relatório descreve em relação aos impactos ambientais da Celesc, tanto nos novos empreendimentos como nos empreendimentos em operação é que a empresa tem como valor organizacional a responsabilidade ambiental, buscando aperfeiçoar seus métodos e processos e incorporar novas tecnologias com o objetivo de minimizar os impactos.

A Celesc considera as questões ambientais em todas as fases de seus empreendimentos, da concepção à operação. Ainda na fase de viabilidade de novos negócios de geração e distribuição, são realizados estudos de Impacto Ambiental (EIA) para levantar potenciais impactos, apresentados no Relatório de Impacto de Meio Ambiente (Rima). Esse estudo contempla a identificação dos impactos ambientais, sociais e econômicos que podem ser gerados em decorrência do empreendimento e nos guia para elaborar e implementar ações mais eficientes ao considerar as características socioambientais dos locais onde operamos. Tais ações visam eliminar, minimizar e compensar impactos negativos por meio de programas ambientais. O controle dos programas ambientais é efetuado por uma equipe de supervisão ambiental, terceirizada, responsável por verificar a conformidade do empreendimento frente às licenças ambientais concedidas (p. 81). Na Celesc Geração, os principais impactos ocasionados pelas usinas em operação são: geração de resíduos, alteração de qualidade da água, proliferação de espécies de macrófitas aquáticas (algas) nos reservatórios, redução da ictiofauna (peixes), processos erosivos às margens dos reservatórios e assoreamento (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 81).

A Celesc ressalta sua atuação frente aos impactos socioambientais. Informa que são realizados estudos, ainda na fase de viabilização do empreendimento, para mapear as comunidades,

considerando suas características sociais, econômicas e culturais. A partir daí, são desenvolvidos projetos na área socioeconômica, “de acordo com a realidade local, sempre preservando recursos naturais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 105).

Ao buscar informações no relatório que descrevessem como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia da organização, a pesquisadora encontrou novamente trechos relacionados ao Plano Regulatório e ao Plano Diretor Celesc 2030, o que demonstra a importância que estes Planos têm para a Companhia e sua atuação em longo prazo,

O Plano regulatório é responsável por definir uma agenda com os temas regulatórios mais relevantes para a Celesc e indicar as principais diretrizes de posicionamento estratégico frente aos reguladores e demais agentes do mercado, a partir da análise de cenários e alternativas regulatórias, enquanto o Plano Diretor, denominado Celesc 2030, definiu os princípios e diretrizes para 5, 10 e 15 anos e serviu de base para o planejamento estratégico do Grupo nos cincoprémeiros anos. A orientação estratégica do Celesc 2030 contempla definições de metas financeiras, físicas e desustentabilidade a serem alcançadas até 2030, contribuindo para nos tornarmos mais fortes e sustentáveis [...]. (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 56).

A meta de sustentabilidade citada no Plano Celesc 2030 busca atuar em torno de quatro pilares (pessoas, sustentabilidade, governança corporativa e gestão pública), com foco na obtenção de prêmios de referência nacional e regional em cada um dos pilares ao longo do ciclo 2014-2030.

Esses Planos, que implicam em desdobramentos para diversas áreas, “direcionam a linha estratégica da Celesc para a agregação de valor, o atendimento às demandas do ambiente e a eficiência operacional, conforme as diretrizes dos acionistas”. O monitoramento dos resultados é realizado através de um sistema que permite o acompanhamento dos gestores.

Os trechos identificados no relatório permitem as seguintes reflexões:

1. Dentre todos os princípios estabelecidos pela GRI, o princípio do “contexto da sustentabilidade” é o mais amplo e provavelmente o mais difícil de ser identificado no relatório, pois em um relatório de sustentabilidade a organização busca incluir tudo o que se refere à sustentabilidade, o que faz com este princípio englobe praticamente o relatório completo. Portanto, o que a pesquisadora busca fazer é trazer aquelas citações que mais se aproximam dos fatores de relevância elencados pela GRI, deixando claro que são recortes de informações muito mais complexas.

Um ponto de partida para a avaliação do contexto da sustentabilidade foi identificar o conceito de sustentabilidade para a organização. A Celesc, ao demonstrar inicialmente o seu entendimento a respeito do conceito de sustentabilidade corporativa estabelece sua visão sobre o assunto e em seguida declara o que é a sustentabilidade para a própria Celesc. Esta maneira de se posicionar vai ao encontro do que foi visto na fundamentação teórica desta pesquisa: existem várias definições para sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e segundo Bellen (2006), essa variedade de concepções prejudica a implementação e a avaliação dos processos do desenvolvimento sustentável. Portanto, há a necessidade de definição concreta do conceito. Este ponto de vista encontra respaldo nos Princípios de Bellagio, que segundo Hardi e Zdan (1997), servem para incrementar a totalidade de avaliação de um processo, incluindo a escolha e o *design* de indicadores, sua interpretação e comunicação dos resultados. Hardi e Zdan (1997) explicam que o princípio 1 faz referência ao ponto inicial de qualquer avaliação: o estabelecimento de uma visão sobre o que é a sustentabilidade e existência de metas claras que permitam uma definição prática dessa visão na tomada de decisão.

O conceito apresentado pela Celesc condiz com a ideia de desenvolvimento sustentável mais utilizada nas empresas e nos discursos oficiais “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável” decorrente do Relatório *Brundtland*: desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (WCED, 1987 apud VEIGA, 2007, p. 67)”.

2. Quanto ao relato do desempenho da organização dentro de um contexto mais amplo de sustentabilidade, apesar da Celesc discorrer sobre os impactos ambientais e socioeconômicos das suas atividades em

níveis locais, regionais e nacionais, percebe-se que o foco do relato é bastante vinculado ao desempenho individual da Companhia e sua eficiência. Além disso, a empresa descreve ações que visam eliminar, minimizar e compensar impactos negativos por meio de programas ambientais, mas não distingue aquilo que é obrigada a fazer por força de lei daquilo que faz em consequência de uma preocupação real e maior com o contexto da sustentabilidade.

O assunto sustentabilidade e sua relação com a estratégia da Celesc remete o leitor mais uma vez ao Plano Celesc 2030 e suas definições de metas financeiras, físicas e de sustentabilidade.

Atuar em torno de quatro pilares (pessoas, sustentabilidade, governança corporativa e gestão pública), com foco na obtenção de prêmios de referência nacional e regional em cada um dos pilares ao longo do ciclo 2014-2030 (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 56).

Verifica-se que a meta de sustentabilidade citada neste Plano não reflete a importância do assunto para a organização e muito menos para seus *stakeholders*. Este foco na obtenção de prêmios de referência nacional e regional fica muito superficial e faz com que o leitor questione até que ponto a sustentabilidade é realmente uma questão crucial e estratégica para a organização e não uma mera escada que conduza aos prêmios almejados.

Conforme a *Global Reporting Initiative* (2006), o contexto da sustentabilidade nos relatórios das organizações deve ser articulado em termos de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, por exemplo, e também em relação a metas sociais e econômicas, como os objetivos nacionais ou internacionais de desenvolvimento socioeconômico e sustentável. Desse modo, verifica-se que a discussão do desempenho da organização no contexto da sustentabilidade exige um aprofundamento nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global. No relatório da Celesc este aprofundamento não foi alcançado.

5.1.1.4 Abrangência

O princípio da abrangência é composto principalmente por dimensões como escopo, limite e tempo (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006). Portanto, muitas das informações relevantes para este princípio coincidem com informações relacionadas ao princípio da materialidade. A abordagem dos temas e indicadores relevantes, bem como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Observando-se a Figura 9 percebe-se que, assim como nos princípios da inclusão dos *stakeholders* e do contexto da sustentabilidade, o princípio da abrangência possui quatro fatores de relevância: todas as informações e organizações relevantes para a empresa relatora foram consideradas na elaboração do relatório, todas as organizações sujeitas à influência da organização relatora foram incluídas no relatório, o relatório inclui ações significativas no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivas de eventos passados, dados relevantes que influenciariam decisões dos *stakeholders* não foram omitidos.

Os dois primeiros itens estão claramente identificados no relatório da Celesc, como se pode constatar a seguir:

O relatório traz informações acerca do desempenho econômico, ambiental e social do Grupo Celesc, considerando a Holding e os negócios Distribuição e Geração. Em relação à Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), este relatório aborda informações sobre o seu desempenho econômico e operacional (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

Atualmente, o Grupo Celesc é constituído de duas subsidiárias integrais (Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A.), detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócio minoritário da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica (ECTE) e da Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), assim como da Companhia Catarinense

de Água e Saneamento (Casan) e da Usina Hidrelétrica Cubatão, além de outras participações. Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total [...] (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

Quanto à inclusão de ações significativas ocorridas no período coberto pelo relatório, a Celesc informa que este é o primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da GRI, contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Em relação aos impactos futuros expressivos de eventos passados, não foi possível identificá-los claramente ao longo do relatório.

No que tange à omissão ou não de dados e impactos relevantes, a Celesc informa que busca atuar:

Aliada às boas práticas de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa), zelando pela qualidade no atendimento aos investidores, acionistas, analistas de mercado, imprensa especializada e demais públicos interessados, a Celesc está apta a fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda,atos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 70).

Com a reflexão sobre o princípio do contexto da sustentabilidade foi possível verificar que faltou no relatório da Celesc uma discussão mais profunda sobre os impactos setoriais, locais, regionais e globais decorrentes das suas atividades contínuas. A análise do princípio da abrangência permite a confirmação dessa percepção, tendo em vista que os impactos futuros de fatos ocorridos no passado e

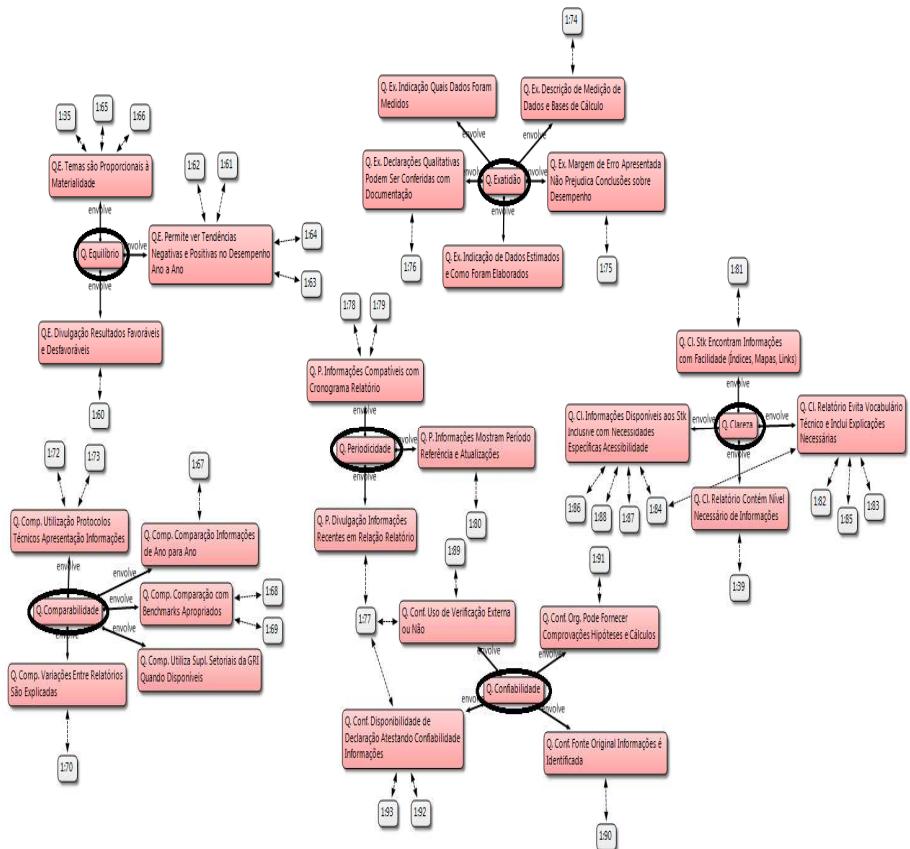
relato de impactos relevantes não aparecem claramente no texto do relatório.

Como ao princípio de abrangência são comuns muitas das questões discutidas nos princípios anteriores, já que está vinculado a dimensões como escopo, limite e tempo, não há motivo para que tais questões sejam novamente discutidas neste item.

5.1.2 Quadro síntese princípios de qualidade – Grupo Celesc

A segunda parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de qualidade da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade da Celesc. Os resultados são demonstrados na Figura 10.

Figura 10 – Princípios de Qualidade da GRI – Grupo Celeste



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 10, elaborada a partir do Atlas.Ti, demonstra a presença dos seis princípios de qualidade no relatório de sustentabilidade da Celesc. Observa-se que para os seis princípios de qualidade foram encontrados trechos de texto no relatório (APÊNDICE G), entretanto nem todos os fatores de relevância propostos pela GRI foram abordados. As percepções acerca da presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir.

5.1.2.1 Equilíbrio

O princípio do Equilíbrio propõe que a organização relatará divulgue tanto aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada por parte dos *stakeholders*.

Três fatores de relevância devem ser considerados: a divulgação de temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis, o formato que permita aos usuários avaliar o desempenho de ano para ano e a ênfase em diferentes temas proporcionalmente à materialidade do relatório.

No relatório da Celesc, a divulgação de temas favoráveis é muito presente. As informações negativas, por sua vez, são praticamente inexistentes. O trecho a seguir foi um dos pouquíssimos encontrados com referência a um problema que houve com a Celesc Distribuição.

Em dezembro de 2012, a Celesc Distribuição foi notificada por órgãos ambientais e estaduais em função do vazamento de 11.640 litros de óleo mineral isolante de um equipamento de uma subestação didática desativada, localizada no antigo centro de treinamento da empresa, no bairro Tapera, em Florianópolis. O vazamento ocorreu em função de um ato de vandalismo, e não por causa de falhas nos equipamentos ou na manutenção. Por esse motivo, a empresa entrou com recurso e está recorrendo da decisão das notificações. Mesmo com o processo em andamento, nós nos responsabilizamos em providenciar medidas de mitigação dos impactos ambientais e sociais ocasionados pelo incidente (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 82).

Quanto ao formato de apresentação das informações e a possibilidade de avaliação no desempenho da organização de ano para ano, a Celesc informa que este é o primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da GRI, com informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Portanto não há ainda como ver as tendências positivas e negativas de um ano para outro.

No que tange a proporcionalidade dos temas do relatório em relação à sua materialidade, conforme visto na análise do princípio da

materialidade, os temas abordados no relatório são os temas apontados pelos *stakeholders* em pesquisa realizada e guiam o texto do relatório de sustentabilidade.

Em relação ao princípio do Equilíbrio, depreende-se que:

1. As informações negativas são praticamente inexistentes no relatório. O equilíbrio entre as informações não existe, o que se verifica é uma descrição de boas práticas e novos planos e projetos para a empresa em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis. Quando alguma informação negativa é encontrada, a situação é superficialmente relatada. Não há grandes explicações sobre o que levou a resultados negativos ou sobre quais atitudes estão sendo tomadas para mudar o quadro.

5.1.2.2 Comparabilidade

Segundo a *Global Reporting Initiative* (2006, p. 14), “a comparabilidade é necessária para avaliação de desempenho.” Sugere consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas e apresentadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações.

Os fatores de relevância são cinco: o relatório e suas informações podem ser comparados de um ano para o outro, o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (*benchmarks*) apropriados, as variações significativas entre informações que estão nos relatórios podem ser identificadas e explicadas, o relatório utiliza protocolos para compilação, medição e apresentação de informações e o relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.

Verifica-se que o relatório da Celesc é o primeiro elaborado com base na metodologia da GRI, o que prejudica neste primeiro ano a sua comparação com outros anos. Mas a escolha pela GRI se deu justamente porque é uma metodologia:

Amplamente aceita por empresas do mundo inteiro que permite medir, divulgar e prestar contas do desempenho organizacional de forma estruturada, constituindo-se ainda como importante ferramenta de gestão. No contexto do Plano Diretor Celesc 2030, essa importante

ferramenta contribui decisivamente para o acompanhamento, ao longo do tempo, do alcance de metas e objetivos e, se necessário, das eventuais correções de rumo (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 11).

Para verificar se o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (*benchmarks*) apropriados, a pesquisadora encontrou referência novamente ao Plano Celesc 2030. A aprovação do Plano Celesc 2030 e das duas peças que o acompanham, o Plano Regulatório e o Plano Estratégico 2013-2017, são de grande importância para o alinhamento da Celesc às empresas que são referência em crescimento e produtividade com base nas melhores práticas. Assim, por reconhecerem a responsabilidade de suas ações, a Celesc decidiu elaborar o seu primeiro relatório de sustentabilidade nos padrões do método da GRI, o que permitirá um melhor acompanhamento do seu desempenho.

A utilização da GRI pela Celesc já demonstra o atendimento ao requisito da utilização de protocolos para compilação, medição e apresentação de informações:

Com nível de aplicação B, reportamos 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil. No índice remissivo estão os indicadores reportados, indicando em quais páginas podem ser localizados. Para conhecimento das diretrizes e dos indicadores GRI utilizados neste relato, acesse www.globalreporting.org.

(CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

Quanto às variações significativas entre informações que estão nos relatórios e sua identificação e explicação, o que se encontra no relatório da Celesc é a informação de que o relatório:

É um documento de periodicidade anual, que segue as diretrizes da versão G3.1 da GRI e outras técnicas de medição e/ou base de cálculos estão descritas ao longo dos textos, sempre que necessário para apoiar algum dado (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

Verificou-se que a Celesc não utiliza os suplementos setoriais da GRI.

A partir das constatações acima, percebe-se que a análise da Celesc em relação ao princípio da Comparabilidade fica prejudicada em função do seu relatório ser o primeiro a ser elaborado nos moldes da GRI e com informações referentes a um único período. Assim, não é possível a comparação do desempenho da organização ao longo dos anos. Entretanto, observa-se que quatro dos cinco fatores de relevância propostos pela GRI para este princípio foram atendidos pela Celesc. A exceção refere-se à não utilização dos suplementos setoriais da GRI. A Celesc não faz qualquer menção aos suplementos setoriais e não justifica a sua não utilização.

5.1.2.3 Exatidão

A GRI propõe este princípio para que a organização relatora utilize precisão e detalhamento adequado no relato das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.

Bem como na comparabilidade, no princípio da exatidão são cinco os fatores de relevância: o relatório indica quais dados foram medidos, as técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes, a margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar os *stakeholders* e suas conclusões sobre o desempenho, o relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas e as declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.

O atendimento aos dois primeiros fatores de relevância no relatório da Celesc se dá conforme o trecho a seguir:

Este documento, de periodicidade anual, segue as diretrizes da versão G3.1 da GRI. Outras técnicas de medição e/ou base de cálculos estão descritas ao longo dos textos, sempre que necessário para apoiar algum dado. Com nível de aplicação B, reportamos 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil (CENTRAIS

ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

Para atender ao requisito sobre a margem de erro para os dados quantitativos e sua influência sobre os *stakeholders*, a pesquisadora não encontrou especificamente nenhuma informação no relatório, mas numa interpretação um pouco mais ampla o trecho a seguir não deixa de ser uma resposta a este requisito, tendo em vista que a empresa declara ser transparente e possuir uma estrutura organizacional descentralizada, o que permite uma maior aproximação com os *stakeholders* e um melhor repasse e recebimento de informações sobre crescimento futuro e análises sobre o desempenho atual do sistema.

Ser transparente com a população é uma das diretrizes estabelecidas pela Celesc, principalmente quando se trata da realização de investimentos que a impacta de alguma forma. A estrutura organizacional da empresa reforça essa aproximação com os *stakeholders*, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios. Essa estrutura descentralizada atua diretamente com os órgãos públicos e privados, repassando e recebendo informações sobre crescimento futuro e análises sobre o desempenho atual do sistema, que são fatores que servem como base nas tomadas de decisão sobre necessidades e priorização de investimentos (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 46).

Com relação aos dados que foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas, a pesquisadora não encontrou nenhuma informação no relatório que pudesse ser vinculada a este fator de relevância.

Finalmente, em relação às declarações qualitativas do relatório e sua validação, a Celesc informa que:

[...] está apta a fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é

possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 70).

O relatório da Celesc não é claro em relação a dois dos cinco fatores de relevância vinculados ao princípio da exatidão, mas de um modo geral percebe-se que a empresa busca fornecer informações precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o seu desempenho.

5.1.2.4 Periodicidade

O princípio da periodicidade se refere à publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentais. O momento da divulgação se refere tanto à regularidade do relatório como à atualidade dos eventos nele descritos.

A GRI define três questões importantes para o princípio da periodicidade: as informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo relatório, a coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade e as informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.

O relatório da Celesc destaca que contém informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. A Declaração do Exame do Nível de Aplicação pela GRI é de 02 de julho de 2013. Não há data de publicação do relatório.

O trecho a seguir foi considerado pela pesquisadora aquele que melhor atende às três questões relevantes referentes à periodicidade:

Nesse cenário, as práticas sustentáveis foram intensificadas, nos motivando a elaborar o nosso primeiro relato de sustentabilidade com base na

metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Os objetivos são fortalecer a transparência de nossas práticas e mensurar indicadores, bem como identificar pontos de melhoria. Em consonância às boas práticas do mercado, que visam um Relatório Integrado, incorporamos ao Relatório de Sustentabilidade as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício 2012, que também podem ser acessadas no site: www.celesc.com.br/ri (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

O princípio da periodicidade determina que o relatório seja publicado regularmente para que os *stakeholders* possam integrá-lo eficazmente ao seu processo decisório. A Celesc publicou o seu primeiro relatório e mostrou claramente a que período ele se refere. Mas não há no relatório uma data de edição ou publicação. Assim, partindo-se do pressuposto que a “Declaração do Exame do Nível de Aplicação pela GRI”, documento que faz parte do relatório, foi feita após a conclusão do relatório, tem-se a data de julho de 2013. A GRI não esclarece quanto tempo deve transcorrer entre a conclusão do relatório e sua publicação para que as informações sejam consideradas “recentes” em relação ao período coberto pelo relatório, portanto, não é possível afirmar que a Celesc não cumpriu os requisitos do princípio.

5.1.2.5 Clareza

Com o princípio da Clareza, a *Global Reporting Initiative* (2006) pretende garantir a disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório.

Para tanto, destaca quatro aspectos importantes na elaboração do relatório: a manutenção do nível necessário de informações para atender às expectativas dos *stakeholders*, evitando detalhes excessivos e desnecessários, o uso de índices, mapas, links ou outras ferramentas para auxiliar na busca das informações, o uso de vocabulário técnico apenas em situações muito necessárias, já que tais termos tendem a ser pouco conhecidos pelos *stakeholders*, a inclusão de explicações ou glossário, a disponibilização dos dados e informações do relatório aos

stakeholders, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes).

Em relação aos dois primeiros aspectos relevantes, a Celesc demonstra que “a definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos *stakeholders*, além de fatos relevantes que ocorreram na Companhia durante o ano” (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2012, p. 14). Para auxiliar na busca das informações informa que utiliza o índice remissivo, onde estão os indicadores reportados, indicando em quais páginas podem ser localizados.

Já em relação aos dois aspectos seguintes, o trecho a seguir demonstra que a Celesc busca o contato com os *stakeholders* e se coloca à disposição para atendê-los, através de diversos canais de comunicação, que visam maior eficiência e agilidade nas respostas às dúvidas, sugestões e reclamações, inclusive para pessoas com necessidades especiais:

Este relatório foi publicado em português em versões impressa e online. Para manter uma relação de qualidade com seu público investidor e consumidor, a Celesc dispõe de diferentes meios de comunicação que visam maior eficiência e agilidade nas respostas às dúvidas, sugestões e reclamações. O atendimento aos acionistas pode ser realizado pessoalmente, por telefone, fax, e-mail e *Twitter*. Ademais, outras formas de comunicação são amplamente utilizadas. A Celesc mantém contato com seus clientes por meio de 219 lojas de atendimento presencial, pela *internet* – pelo portal www.celesc.com.br – e pelos canais telefônicos gratuitos para emergências (0800 480196), comercial (0800 480120) e da Ouvidoria (0800 483232). Há um número disponível para deficientes auditivos: 0800 6464050. Para se manifestar através da Ouvidoria, o consumidor pode optar também pelo portal ou pelo atendimento presencial. Por telefone, as manifestações podem ser registradas de segunda a sexta, das 08h às 18h, e, por meio do portal, também em feriados ou finais de semana. Nestes casos, o registro será efetuado na primeira hora do dia útil subsequente ao contato. As principais demandas à Companhia incluem solicitações de

alterações na fatura, religações, estabelecimento do fornecimento, consultas de desligamentos, impressão de segunda via da fatura, conferência do cadastro pessoal, reclamações e pedidos de informações. Desde 2010, nossos 9 mil clientes de alta tensão (AT), denominados Grandes Clientes, podem interagir com a empresa pelo portal de informações especializadas, no endereço www.celesc.com.br/grandes-clientes. Além disso, constantemente divulgamos notícias e comunicados, assim como publicidade legal e institucional na mídia (TV, rádio e jornais). A Celesc também mantém um relacionamento estratégico com associações, órgãos públicos, organizações nacionais e internacionais, além de entidades de classe (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 14).

A partir destas informações, percebe-se que a Celesc atende plenamente ao princípio da Clareza. Um ponto que merece ser revisto por parte da Celesc é em relação ao tamanho (numero de páginas) do relatório. O relatório possui 122 páginas, o que o torna bastante longo e é muito denso, já que possui uma grande quantidade de informações. Tais fatores podem prejudicar a leitura, o entendimento das informações e sua utilização por parte dos *stakeholders*.

5.1.2.6 Confiabilidade

A Confiabilidade consiste no registro das informações e processos usados na preparação do relatório, possibilitando a sua verificação por outras partes que não as que elaboraram o relatório (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Os *stakeholders* deverão ter a certeza de que o relatório poderá ser verificado para que seu conteúdo seja permeado pela confiabilidade e para que se saiba até que ponto os princípios da GRI foram aplicados (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Para tanto, são quatro os fatores de relevância considerados pela GRI: a identificação da abrangência da verificação externa, a fonte original das informações do relatório pode ser identificada pela organização, a organização pode fornecer comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos e a disponibilização de uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais,

atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.

A Celesc informa que não há verificação externa para o relatório, porém a GRI declara através da “Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI”, documento constante da página 112 do relatório, que a Celesc atende aos requisitos de Nível de Aplicação B. Isso significa que o conjunto e números de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas. Tal declaração confere confiabilidade ao relatório da Celesc.

Além disso, tanto em relação à fonte original das informações quanto ao fornecimento de comprovações de cálculos complexos, a Celesc se manifesta da seguinte forma:

De encontro às boas práticas de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa) e zelando pela qualidade no atendimento aos investidores, acionistas, analistas de mercado, imprensa especializada e demais públicos interessados, a Celesc está apta a fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 70).

Para verificar o atendimento ao último requisito do princípio da Confiabilidade, é possível encontrar no relatório da Celesc, nas páginas 9 e 11, uma Mensagem do Presidente e uma Mensagem do Conselho de Administração, que atestam a confiabilidade das informações do relatório.

A partir das informações encontradas, depreende-se que a Celesc atende plenamente ao princípio da Confiabilidade, com respaldo inclusivo da própria GRI.

5.2 TRACTEBEL ENERGIA

A Tractebel Energia atua desde 1998 na geração e comercialização de energia, por meio da implantação e operação de usinas. Sua sede é em Florianópolis (SC), mas está presente em todas as regiões do Brasil. É a maior geradora privada do País (TRACTEBEL ENERGIA, 2012).

A Tractebel Energia é controlada pela *Energy Latin America Participações Ltda.* (GSELA), que detém 68,71% das ações. Esta organização, por sua vez, é controlada pelo Grupo Franco Belga (GDF SUEZ), maior produtor independente de energia do mundo: sua capacidade instalada é superior a 118 GW e atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural.

A Tractebel Energia é controladora das seguintes empresas: Companhia Energética Estreito, Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta última é responsável, especificamente, pela intermediação e operação de compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia atua como consorciada em alguns empreendimentos de geração de energia, com as seguintes participações: 2,82% na Machadinho Energética S.A. (MAESA) e 19,28% no Consórcio Machadinho, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho; 40,07% no Consórcio Estreito Energia (CESTE), por meio da participação detida pela Companhia Energética Estreito, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Estreito; e 72,90% no Consórcio Andrade, responsável pela exploração da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, por meio da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A., da qual a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. detém 95,00% do capital social.

Além disso, a Tractebel Energia participa com 48,75% no controle compartilhado da Itá Energética S.A. (ITASA). A Itasa, por sua vez, possui 60,5% do Consórcio Itá, o qual detém a concessão da Usina Hidrelétrica Itá, e, neste, a Tractebel Energia tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua participação na Itasa e no Consórcio, a Companhia detém 68,99% da Usina Hidrelétrica Itá. O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas.

O parque gerador da Tractebel Energia soma 6.909 MW de capacidade instalada própria (considerando a capacidade plena da Usina Hidrelétrica Estreito), distribuída em 22 usinas, entre hidrelétricas (UHEs), termelétricas (UTEs) e complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas e a biomassa –, localizadas em 12 estados das cinco regiões do Brasil. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 18 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A potência total das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia é de 8.630 MW.

A Companhia vem concretizando um consistente planejamento estratégico de expansão em todas as regiões do Brasil, diversificando sua matriz energética e a participação nos diferentes mercados regionais. Assim, permanece com o firme propósito de continuar essa ampliação, principalmente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar.

O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia apresenta a gestão e o desempenho da Companhia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia.

O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*.

O modelo de relato adotado estabelece princípios de qualidade pautados por equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, transparência e confiabilidade.

O Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Companhia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento facilita a identificação dos temas mais relevantes sob a ótica da Tractebel Energia e a exposição de informações completas sobre cada um deles.

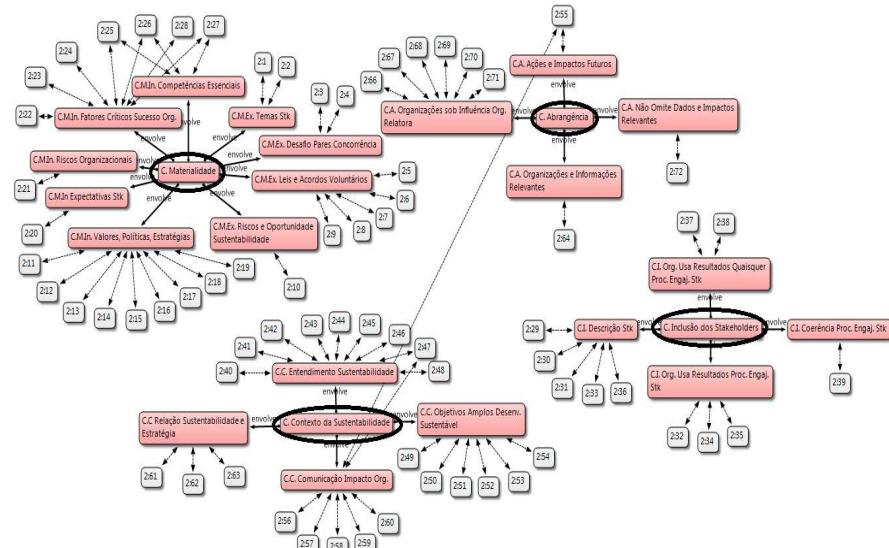
O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+).

Além do Relatório de Sustentabilidade, a Tractebel Energia publica o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2012 e de 2011.

5.2.1 Quadro síntese princípios de conteúdo – Grupo Tractebel

A primeira parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de conteúdo da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade da Tractebel Energia. Os resultados são demonstrados na figura 11.

Figura 11 – Princípios de Conteúdo da GRI – Tractebel Energia



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

5.2.1.1 Materialidade

Como visto na análise dos princípios da Celesc, a materialidade engloba assuntos como a missão geral e a estratégia competitiva da organização, preocupações expressas pelos *stakeholders*, expectativas sociais mais amplas e o raio de influência da organização sobre entidades. As expectativas expressas em normas e acordos internacionais que a organização deve cumprir também deverão ser consideradas.

Inicia-se a análise das informações pelos fatores externos relacionados à Materialidade, que são: os temas levantados pelos stakeholders, os desafios relatados pelos pares e concorrência, os

regulamentos, leis e acordos voluntários e os riscos e oportunidades de sustentabilidade.

Com relação aos temas levantados pelos *stakeholders*, verifica-se que a Tractebel já tem um processo consolidado de consulta aos *stakeholders*, levando-se em consideração que este já é o sexto ano consecutivo em que o relatório é desenvolvido com base nas Diretrizes da GRI.

Os *stakeholders* são consultados antes da elaboração do Relatório por meio de formulário eletrônico e no ano de 2012, analistas de mercado e investidores foram consultados por telefone. Os temas de maior interesse dos *stakeholders* foram:

Desempenho econômico; impactos econômicos indiretos; principais impactos dos serviços da Companhia no meio ambiente; gestão ambiental geral; geração de emprego e comunidade (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10).

Foram consultados os seguintes *stakeholders*: Empresas do setor, entidades sociais, ambientais e do setor, imprensa e sociedade, empregados e seus representantes, governo, fornecedores comunidade, clientes e acionistas (TRACTEBEL ENERGIA, 2012).

Em relação aos desafios para o setor, assim como para a Celesc, a edição da MP 579 representa um desafio para a Tractebel Energia:

[...] o setor elétrico terá entre os desafios de 2013 o restabelecimento de um ambiente regulatório capaz de garantir, em conjunto com a modicidade tarifária e a competitividade, a continuidade do suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades do País (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 9).

Quanto aos regulamentos ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus *stakeholders*, a Tractebel Energia destaca que a “conformidade legal é requisito fundamental para a empresa, que monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação da gestão ambiental” (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 68). Todas as usinas operadas pela Tractebel Energia possuem as autorizações e licenças ambientais exigidas pela legislação ambiental em vigor, bem como os requisitos para Saúde e Segurança no Trabalho e para Gestão Social.

Em relação aos compromissos voluntários, a Companhia ressalta a construção de Estreito como um importante marco no desenvolvimento econômico e social dos 12 municípios da região de abrangência do projeto. Além dos 33 programas oficiais, o projeto viabilizou vários programas voluntários, promovendo benefícios para a população local.

Outro destaque relacionado aos regulamentos e acordos internacionais foi a inclusão do Complexo Eólico Trairi no Mecanismo de Desenvolvimento Limplo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Quando se refere aos impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade, a Tractebel Energia informa que:

[...] o processo de análise de riscos e oportunidades empresariais é sistemático e está disseminado por toda a Companhia. A análise de riscos é um exercício que envolve os empregados, gerentes e diretores, incluindo o Diretor-Presidente da Tractebel Energia, além do Comitê de Gerenciamento de Riscos. O resultado é registrado no documento Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 43).

Em relação ao que foi descrito acima, pode-se fazer algumas inferências:

1. Os temas que merecem estar no relatório são definidos levando-se em consideração o princípio da Materialidade. Portanto, é importante que a organização defina e divulgue no seu relatório quem são os seus *stakeholders* e quais são os temas mais representativos e que devem ser abordados na publicação. A Tractebel Energia direciona o seu relatório para: Empresas do setor, entidades sociais, ambientais e do setor, imprensa e sociedade, empregados e seus representantes, governo, fornecedores, comunidade, clientes e acionistas (TRACTEBEL ENERGIA, 2012). São praticamente os mesmos *stakeholders* considerados pela Celesc. Diferentemente da Celesc, a Tractebel Energia destaca a imprensa e o governo.

Os temas de maior interesse dos *stakeholders* foram: “desempenho econômico; impactos econômicos indiretos; principais impactos dos serviços da Companhia no meio ambiente; gestão ambiental geral; geração de emprego e comunidade” (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10). Percebe-se um enfoque eminentemente

econômico e ambiental nestes temas, ao passo que na Celesc os temas são basicamente relacionados à transparência nos resultados e planejamento. O interesse pelo emprego e pelas pessoas é comum a ambas as empresas.

É interessante perceber essa diferença nos temas de interesse do público de relacionamento das empresas, já que teoricamente são os mesmos *stakeholders*. Numa primeira análise, é possível considerar que o fato de a Tractebel Energia ser um grupo privado e a Celesc uma empresa de economia mista influencie os *stakeholders* no momento da escolha dos temas que pretendem conhecer mais profundamente.

Novamente observa-se que, assim como na Celesc, as partes interessadas da Tractebel são muitas e igualmente diversificadas, o que dificulta o atendimento aos seus anseios em termos de informação.

2. Percebe-se que a Tractebel Energia, por já estar habituada a elaborar seu relatório conforme as Diretrizes da GRI, transmite com maior objetividade as informações e já possui procedimentos consolidados, ao contrário da Celesc, que está passando por um processo de construção de Políticas, Planos e Projetos a serem implantados nos próximos anos.

Frente às evidências relatadas, observa-se que a Tractebel Energia atende aos fatores de relevância externos relacionados ao princípio da Materialidade.

Os fatores internos relacionados à Materialidade, como já visto anteriormente, são: os valores, políticas e estratégias, as expectativas dos *stakeholders*, os riscos organizacionais, os fatores críticos para o sucesso da organização e as competências essenciais.

A Tractebel Energia define seus valores como “profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente, ética” (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 21).

A sua estratégia é relatada no trecho a seguir:

Com a visão de ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil, a Tractebel Energia se empenha para manter-se como a maior geradora privada do País e, com a missão de gerar energia para a vida, firmar-se como referência em sustentabilidade no setor em que atua (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 31).

A Tractebel Energia destaca a utilização de um Sistema de Gestão Operacional que abrange todas as 22 usinas operadas pela Companhia e inclui um recurso de Tecnologia da Informação (TI), o *Quality-Plan*, software responsável pelo controle da documentação, tais como manuais, procedimentos, processos, registros, formulários, instruções de trabalho, requisitos legais, cronogramas, programas de auditorias, comunicações com partes interessadas e outros.

Além dos valores e estratégia, a Tractebel Energia define também os objetivos empresariais anuais, que abordam aspectos de gestão ambiental e respectiva melhoria contínua e se desdobram em metas para os empregados encarregados.

A Tractebel Energia possui vários documentos que detalham suas Políticas e Diretrizes de Gestão: Estatuto Social, Manual de Organização, Manual de Gestão, Código de Meio Ambiente, Políticas e Diretrizes de Comunicação, Código de Ética, Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável (TRACTEBEL ENERGIA, 2012). Esses documentos estão disponíveis no website e na intranet da Companhia e todos os empregados são orientados quanto ao uso desses instrumentos normativos.

Os interesses/expectativas dos *stakeholders* são fundamentais para a Tractebel Energia, como se pode verificar pelo trecho a seguir:

Com 22 usinas, distribuídas em todas as regiões do País, e atuando em um setor essencial para a sociedade, o relacionamento com *stakeholders* é fundamental para a Tractebel Energia, que se empenha em desenvolver relacionamentos de longo prazo com todos os seus públicos. A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus *stakeholders* por meio de canais específicos no website da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema *Quality-Plan*, entre outros (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 90).

A Tractebel Energia é bastante específica ao expor os principais riscos organizacionais, demonstrando experiência e preocupação com o assunto ao descrever cada um dos riscos, conforme trecho a seguir:

Risco de mercado: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto, com impacto nos volumes e preços da energia. **Risco regulatório:** evolução adversa da regulação do setor elétrico. **Risco tributário:** evolução adversa da legislação tributária e da atuação dos órgãos arrecadadores. **Risco de fatores econômicos:** alteração nas variáveis econômicas como juros, câmbio, preço das commodities, crescimento econômico e inflação, com impacto nos negócios da Companhia. **Risco de quebra de contrato:** descumprimento de disposições constantes dos contratos de venda e compra de energia firmados pela Companhia, e das regras de comercialização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **Risco socioambiental das usinas em operação:** evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação. **Risco no desenvolvimento e implantação de novos projetos:** ocorrência de eventos no desenvolvimento e na implantação de projetos que causem atraso no cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou na operação da usina. **Risco de indisponibilidade de energia:** indisponibilidade da garantia física das usinas próprias e da energia comprada. **Risco de sinistro de grandes proporções:** acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais e humanas, envolvendo a implantação de projetos, a operação das usinas e a administração da Companhia. **Risco de recursos humanos:** indisponibilidade de pessoal, em função da não contratação e treinamento em tempo hábil para atender a expansão da Companhia e reposição do quadro; aumento de custos por concorrência por recursos humanos em função do crescimento econômico; e acidentes de trabalho. **Risco de tecnologia da informação:** a indisponibilidade e a falta de segurança dos recursos de tecnologia da informação podem impactar negativamente as operações e a imagem da Companhia (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 45).

Ao buscar evidências para o item fatores críticos para o sucesso organizacional, a pesquisadora encontrou no relatório da Tractebel Energia o capítulo 3, que trata da Estratégia e das Vantagens Competitivas da Companhia.

Como vantagens competitivas, a empresa destaca as pessoas e gestão, a sinergia, tradição corporativa e potencial de crescimento, o foco na geração, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (*payout*) e a atratividade para o mercado de capitais (TRACTEBEL ENERGIA, 2012).

Cada um destes itens é explicado e subdividido em outros fatores que contribuem para demonstrar o sucesso da organização.

E finalmente para evidenciar as competências essenciais da Companhia, são elencados os seus princípios de estratégia, elementos definidos como fundamentais para que a empresa consiga articular sua estratégia e alcançar seus objetivos. Os princípios são: ética e responsabilidade, motivação e alinhamento, eficiência operacional, portfólio eficiente de clientes e crescimento sustentável com disciplina financeira (TRACTEBEL ENERGIA, 2012). Assim como faz em relação às vantagens competitivas, faz com os princípios de estratégia, explicando-os detalhadamente.

A partir das informações acima, observa-se que:

1. A Tractebel Energia atende amplamente aos requisitos do princípio da Materialidade. É uma empresa que apresenta muita maturidade e objetividade ao tratar de temas como valores, políticas, estratégias, riscos organizacionais, relacionamento com *stakeholders*, competências essenciais. A leitura do relatório proporciona essa interpretação. Os conceitos já estão internalizados, as políticas definidas, as práticas sustentáveis são uma realidade, o processo de controle está estabelecido, os manuais, códigos e estatutos existem e estão disponíveis, os principais riscos organizacionais são conhecidos, percebe-se muita segurança e profissionalismo na Companhia. Isso não significa que a Companhia esteja pronta e imóvel, muito pelo contrário, é possível perceber que está atenta, pretende expandir-se ainda mais e demonstra ter flexibilidade para enfrentar os desafios. Observa-se que a sua trajetória lhe proporciona grande experiência, que por sua vez, é fortemente considerada nas suas decisões.

A sustentabilidade é um tema presente na estratégia, visão, missão, princípios e valores da empresa. É interessante observar que esse tema aparece nas Políticas e Diretrizes e é disseminado em todas as

regiões em que a Companhia atua, permitindo a implantação e as práticas relacionadas ao tema e sua divulgação no relatório.

2. Analisando as informações fornecidas pela Tractebel Energia e pela Celesc em seus relatórios de sustentabilidade e em relação às questões debatidas neste item, levando-se em consideração que são empresas completamente diferentes, é possível verificar que ambas estão em busca do desenvolvimento sustentável, já que o tema está presente em suas estratégias, valores, políticas, competências essenciais e relacionamento com os *stakeholders*. Percebe-se que a diferença entre as empresas está no nível de maturidade e de atuação em relação ao tema.

A Tractebel Energia, até porque elaborou o seu relatório pelo sexto ano consecutivo seguindo as Diretrizes da GRI, demonstra um caminho consolidado e em expansão em direção à sustentabilidade. A Celesc, por sua vez, produziu seu relatório pela primeira vez conforme as Diretrizes da GRI e demonstra que está em processo de mudança, criando os caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável.

Outra diferença que se destaca é a menção aos riscos organizacionais. O relatório da Tractebel Energia é bastante consistente ao divulgá-los, o que mais uma vez demonstra experiência e conhecimento, enquanto no relatório da Celesc a palavra riscos é citada menos de dez vezes e quando é mencionada refere-se a riscos internos ou específicos riscos ambientais.

5.2.1.2 Inclusão dos *Stakeholders*

Segundo a *Global Reporting Initiative* (2006), a empresa necessita documentar o processo de engajamento dos *stakeholders* para definir com quais se engajou, como, quando e de que modo esse engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da Companhia. Ao encontrar visões conflitantes entre seus *stakeholders*, a organização precisará explicar como buscou o equilíbrio nas decisões tomadas na elaboração do relatório (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Conforme a Figura 11, a GRI sugere quatro fatores relevantes que devem ser levados em consideração pela organização em relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders*: a descrição dos *stakeholders*, a utilização dos resultados dos processos de engajamento no conteúdo do relatório e nas atividades contínuas da organização, a utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento elaborados

especificamente para a confecção do relatório e a coerência dos processos de engajamento com o escopo e limites do relatório.

Sobre a descrição dos *stakeholders*, a Tractebel Energia informa que em 2008 promoveu um *workshop* multidisciplinar com o objetivo de “[...] identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negócio e avaliar o grau desse impacto do ponto de vista social, ambiental e econômico-financeiro” (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 90).

A partir daí, são feitas consultas online anualmente para a definição dos temas que serão abordados no relatório. Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2012, houve consulta por telefone a investidores e analistas de mercado.

Os *stakeholders* consultados em 2012 foram: empresas do setor; entidades sociais, ambientais e do setor; imprensa e sociedade; empregados e seus representantes; governo; fornecedores; comunidade; clientes e acionistas (TRACTEBEL ENERGIA, 2012).

A Tractebel Energia possui preceitos e diretrizes que envolvem os *stakeholders* e norteiam as suas ações e o planejamento da infraestrutura e da oferta de energia da Companhia. Tais preceitos são fundamentados na transparéncia do relacionamento com clientes, acionistas e governo, na participação junto com a Comunidade em audiências públicas para avaliação dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à instalação e operação de usinas, no acompanhamento dos empregados no dia a dia do negócio da Tractebel Energia, na informação para a sociedade sobre as iniciativas da empresa em relação ao atendimento das necessidades atuais e futuras de suprimento de energia de modo sustentável.

Em relação à utilização dos resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders* no conteúdo do relatório, a Tractebel Energia demonstra que os utiliza, ao estabelecer e gerenciar a comunicação com seus *stakeholders* por meio de canais específicos no website da Companhia e através do módulo “Comunicação com Partes Interessadas” do sistema *Quality-Plan*. A Companhia relata que durante a implantação de novos empreendimentos são desenvolvidos programas específicos de comunicação para o engajamento de partes interessadas com o objetivo de fornecer todas as informações possíveis sobre o projeto, identificar as expectativas da comunidade e procurar atender às demandas de maior relevância, dentro do âmbito de possibilidades e obrigações da Companhia.

A empresa destaca também um mapeamento que fez em 2010 das partes interessadas do entorno das usinas em operação, que incluiu análises “[...] dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário[...].” (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 90).

Em 2012, novamente esses *stakeholders* foram consultados e suas principais demandas no tocante à gestão e ao desempenho da Companhia são apresentadas no decorrer do relatório.

Quanto à utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento de *stakeholders* no conteúdo do relatório, o trecho a seguir resume o modo de atuação da empresa:

O Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Companhia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento facilita a identificação dos temas mais relevantes sob a ótica da Tractebel Energia e a exposição de informações completas sobre cada um deles. Ademais, a Companhia consulta seus públicos de relacionamento antes da elaboração do Relatório, por meio de formulário eletrônico, sobre quais temas eles consideram mais representativos e que devem ser abordados com maior profundidade na publicação (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10).

A coerência com o escopo e limite do relatório aparece de forma clara quando a Tractebel Energia relata que “os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais têm participação em consórcios em todo o Brasil [...]” (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 111).

Frente ao exposto, fazem-se as seguintes reflexões:

1. A Tractebel Energia evidencia através dos trechos destacados que os requisitos estabelecidos pela GRI em relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders* são atendidos.

Mais uma vez percebe-se que a Companhia possui processos consolidados de consulta aos *stakeholders*, com definição de princípios de atuação e meios de comunicação estabelecidos.

Entretanto, assim como ocorre com o relatório da Celesc, no relatório da Tractebel Energia (2012, p. 41) não fica claro como esses

processos de consulta aos *stakeholders* são documentados, tampouco como e se podem ser acessados para verificação. A Companhia menciona que “[...] canais de comunicação permanente com os *stakeholders*, pesquisas e consultas permitem identificar e avaliar as expectativas relacionadas às operações da Companhia, bem como a percepção de sua imagem pelo público [...]”, mas essa é uma fraca evidência.

2. A Tractebel Energia, assim como faz a Celesc, descreve os seus *stakeholders*. Como já mencionado nas inferências relacionadas ao princípio da materialidade, essa diversidade de partes interessadas dificulta a conciliação e o atendimento às expectativas dos *stakeholders*. A GRI faz menção, nas suas Diretrizes, às visões conflitantes que a organização poderá encontrar entre seus *stakeholders* e sugere que a empresa explique como buscou o equilíbrio nas decisões tomadas na elaboração do relatório. É interessante observar que a própria GRI é bastante otimista quando afirma que a organização poderá encontrar visões conflitantes entre seus *stakeholders*.

A Tractebel Energia, ao estabelecer preceitos e diretrizes que envolvem os públicos da Companhia e norteiam suas ações, tomadas de decisão e planejamento da infraestrutura, avança no sentido de buscar equilíbrio e suplantar as divergências entre os *stakeholders*.

É interessante observar que a Tractebel Energia desenvolve programas de comunicação específicos durante a implantação de novos empreendimentos para informar sobre o projeto e obter informações sobre a comunidade local. A realização de mapeamentos das partes interessadas do entorno das usinas em operação, que inclui análises dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia e pode ser atualizado sempre que necessário é mais uma forte evidência do atendimento aos requisitos do princípio da inclusão dos *stakeholders*.

3. De um modo geral, percebe-se que tanto a Tractebel Energia como a Celesc atendem aos fatores de relevância do princípio da inclusão dos *stakeholders* quase em sua totalidade. Porém, é visível a diferença em relação às ações já implantadas. A Tractebel vem atuando fortemente no caminho da sustentabilidade há no mínimo seis anos, que foi quando elaborou seu relatório de sustentabilidade pela primeira vez segundo as Diretrizes da GRI. A divulgação de suas ações reflete esse amadurecimento.

A Celesc, por sua vez, está construindo o seu caminho e o seu relatório divulga as suas intenções, através da elaboração de planos e políticas.

5.2.1.3 Contexto da Sustentabilidade

Para a identificação do princípio do contexto da sustentabilidade, como se pode observar na Figura 11, quatro fatores são considerados importantes: o entendimento de desenvolvimento sustentável para a organização, a apresentação de seu desempenho com referência a objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, a comunicação da magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados e a relação entre os temas de sustentabilidade e estratégia.

Assim como no relatório da Celesc, o relatório da Tractebel Energia apresenta muitas evidências do significado de desenvolvimento sustentável para a Companhia. No (APÊNDICE D) se pode verificar que existem muitas citações relacionadas à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ações e práticas sustentáveis, o que revela a preocupação da organização com o tema.

Na página 2 do relatório da Tractebel Energia (2012, p. 210) encontra-se a primeira visão sobre o conceito de sustentabilidade, conforme o trecho a seguir:

A Tractebel Energia progride na sua missão de gerar energia para a vida, implantando projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País. Com a mesma dedicação e os mesmos valores do início das suas atividades na Região Sul, atualmente opera usinas em 12 estados, sempre com a visão de ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 210).

.

Em seguida, são apresentados os aspectos considerados no relatório: governança corporativa, econômico, social e ambiental, além da descrição do perfil da Companhia. O relatório foi elaborado pelo sexto ano consecutivo com base nas Diretrizes da GRI.

O trecho a seguir reforça o entendimento da organização sobre o tema:

A Companhia tem como foco permanente buscar o equilíbrio entre suas atividades e a conservação do meio ambiente, mitigando impactos ambientais e promovendo o uso racional de recursos naturais,

contribuindo para o desenvolvimento sustentável (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 68).

Ao apresentar o seu desempenho com referência aos objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, o relatório destaca que pelo oitavo ano consecutivo, a Tractebel Energia se manteve no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Outro destaque menciona que:

[...] as 22 usinas operadas pela Tractebel Energia receberam o Selo Energia Sustentável, concedido pelo Instituto Acende Brasil. Esse selo certifica a adesão, em diferentes níveis, aos princípios e compromissos de empresas de geração de energia elétrica com o Código de Ética Socioambiental do Instituto Acende Brasil (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 66).

Nessa primeira edição, a Tractebel Energia foi a única geradora do Brasil a obter o selo, que é valido para 2012 e 2013.

Mais um êxito foi conseguir viabilizar o financiamento concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) das primeiras usinas eólicas destinadas exclusivamente ao mercado livre, as do Complexo Eólico Trairi, no Ceará. Posteriormente, mais um reconhecimento importante: a inclusão do Complexo Eólico no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Organização das Nações Unidas.

A inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito, na divisa de Tocantins e Maranhão – empreendimento no qual a Tractebel Energia participa com 40,07%, sendo a empresa líder do consórcio, representou um importante marco no desenvolvimento econômico e social dos 12 municípios da região de abrangência do projeto em decorrência dos programas oficiais e voluntários que trouxeram benefícios para a população.

Outra iniciativa de relevância para ampliar as perspectivas futuras do uso de energias renováveis é o projeto de pesquisa e desenvolvimento – realizado em parceria com outras instituições – de um parque de energia solar para conexão ao

Sistema Nacional Interligado, com capacidade de pico de 3 MW (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 8).

Para comunicar a magnitude de seu impacto em contextos geográficos apropriados, a Tractebel Energia relata que:

Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel Energia são identificados e classificados quanto à significância, sendo então estabelecidos controles operacionais e programas de gestão, para a mitigação dos impactos caracterizados como negativos (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 68).

A Companhia é responsável pela área dos reservatórios das suas usinas hidrelétricas em operação e seus entornos relacionados às Áreas de Preservação Permanente (APPs), mantém contratos com empresas especializadas em vigilância ambiental e sócio patrimonial, além de acordos de cooperação com a Polícia Ambiental para os trabalhos de fiscalização. O uso múltiplo dessas áreas pelas comunidades é incentivado, através de parcerias com órgãos do governo e outras instituições, para atividades como irrigação, criação de praias artificiais, pesca, prática de esportes, entre outros.

Em relação à gestão ambiental, a organização informa que define metas de gestão ambiental por usina, anualmente ou por demandas específicas e os prazos, recursos e responsáveis pelo seu alcance são determinados conforme a complexidade dos assuntos envolvidos e as necessidades locais ou regionais, sem que se perca o foco da gestão corporativa.

Em certas condições, de acordo com a relevância do tema, são definidas metas ambientais corporativas, como ocorreu para a eliminação dos equipamentos e resíduos contaminados com óleo Ascarel em 2008. Em 2012 foi estabelecida a meta de aumentar em 10,0% o índice de recuperação de resíduos na Tractebel Energia como um todo. Os resultados são apresentados no Relatório (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 70).

O mapeamento dos *stakeholders* do entorno das usinas em operação, que inclui análises dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário, é mais uma evidência da importância de se conhecer os impactos da organização em seus contextos geográficos apropriados.

Para evidenciar o relacionamento de temas de sustentabilidade com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, a pesquisadora encontrou diversos trechos enfatizando a busca permanente da Companhia pela contribuição com o desenvolvimento sustentável nas regiões onde se localizam a sede e as usinas.

Para isso, a empresa estabelece ampla comunicação com a comunidade, forma parcerias com agentes locais, como universidades e organizações do terceiro setor e prioriza a contratação e formação de profissionais e fornecedores locais.

[...] Confirmando sua política de contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, em 2012, foram mantidos 83 contratos com 67 empresas com mão de obra local de cada região, que representam 36% do orçamento total de serviços. Isso equivale a R\$ 52,9 milhões de um total de R\$ 147,2 milhões, para serviços locais de manutenção, gestão ambiental, utilidades, vigilância, limpeza, informática e infraestrutura. Os empregados dispõem de um programa de benefícios em caráter permanente, composto por planos de saúde e odontológico. Esse programa, no qual a Tractebel Energia investiu R\$ 1,5 milhão em 2012, se aplica a contratos de prestação de serviços com mais de dois anos de duração (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 98).

Tais ações ratificam o empenho da Tractebel Energia de atuar como promotora do desenvolvimento sustentável.

Em decorrência dos trechos identificados no relatório, percebe-se que:

1. Como visto na análise do relatório da Celesc em relação ao princípio do contexto da sustentabilidade, a amplitude deste princípio prejudica sua identificação, pois se tratando de um relatório de sustentabilidade a organização busca incluir tudo o que se refere à

sustentabilidade, o que faz com este princípio englobe praticamente o relatório completo. Portanto, a pesquisadora realiza alguns recortes das citações que mais se aproximam dos fatores de relevância elencados pela GRI, deixando claro que as informações são muito mais complexas.

Partindo da identificação do conceito de sustentabilidade, a Tractebel Energia demonstra concretamente sua visão sobre o assunto, corroborando com o que define o primeiro princípio dos Princípios de Bellagio, conforme explicam Hardi e Zdan (1997), já citados na análise do relatório da Celesc.

O conceito apresentado pela Tractebel Energia, assim como o da Celesc, condiz com a idéia de desenvolvimento sustentável mais utilizada nas empresas e nos discursos oficiais “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável” decorrente do Relatório *Brundtland* (WCED, 1987 apud VEIGA, 2007).

2. A Tractebel Energia destaca seu sucesso na trajetória em direção ao desenvolvimento sustentável ao mencionar que se manteve no ISE pelo oitavo ano consecutivo, que suas 22 usinas receberam o Selo Energia Sustentável, que sua expansão na utilização das energias renováveis foi reconhecida frente a inclusão do Complexo de Energia Eólica de Trairi no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU. Destaca também a inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito e neste ponto é pertinente que se faça uma observação: a Companhia diferencia os programas oficiais (determinados por lei ou resultantes de acordos de compensação ambiental) dos programas voluntários (desenvolvidos voluntariamente pela organização), demonstrando ao leitor que a empresa está relamente empenhada com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades do entorno, pois além de cumprir o que é legalmente definido, acrescenta suas ações voluntariamente.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento também são destacados como instrumentos de grande relevância para ampliar a possibilidade de uso das energias renováveis, o que demonstra que a Tractebel Energia atua simultaneamente em várias frentes de trabalho para alcançar seus objetivos.

3. Quanto à comunicação dos impactos causados pela Tractebel Energia, percebe-se claramente a sua postura no sentido de buscar identificar e classificar os impactos de acordo com sua “significância” e mapear os *stakeholders* do entorno das usinas em operação, para analisar os impactos e atuar sobre eles. Há procedimentos e controles estabelecidos, metas, pessoas e recursos definidos, levando-se em

consideração as necessidades, locais, regionais ou globais, sem perder o foco na gestão corporativa.

É interessante perceber que, assim como a Celesc, a Tractebel Energia também relata sobre os impactos ambientais e socioeconômicos das suas atividades com foco no seu desempenho individual e sua eficiência. Mas, diferentemente da Celesc, a Tractebel Energia transcende o aspecto individual e demonstra o seu desempenho em relação a conceitos mais amplos de sustentabilidade, como por exemplo o seu firme propósito de continuar sua expansão principalmente por meio de fontes renováveis de energia.

Ao evidenciar o relacionamento de temas de sustentabilidade com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, fica claro, inclusive através dos dados financeiros apresentados pela Companhia, que há uma forte parceria com a comunidade e com agentes locais, com prioridade para a contratação e formação de profissionais e fornecedores da localidade.

Por fim, observa-se que a discussão do desempenho da Tractebel Energia no contexto da sustentabilidade possui um aprofundamento nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global, permitindo que se registre o atendimento aos requisitos do princípio do contexto da sustentabilidade.

5.2.1.4 Abrangência

O princípio da abrangência é composto principalmente por dimensões como escopo, limite e tempo (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006). Portanto, muitas das informações relevantes para este princípio coincidem com informações relacionadas ao princípio da materialidade, já discutido anteriormente.

Observando-se a Figura 11 percebe-se que o princípio da abrangência possui quatro fatores de relevância: todas as informações e organizações relevantes para a empresa relatora foram consideradas na elaboração do relatório, todas as organizações sujeitas à influência da organização relatora foram incluídas no relatório, o relatório inclui ações significativas no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, dados relevantes que influenciariam decisões dos *stakeholders* não foram omitidos.

Os dois primeiros itens estão claramente identificados no relatório da Tractebel Energia, conforme os trechos a seguir:

Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p.10).

Os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais tem participação em consórcios em todo o Brasil. Na página 14 é apresentado organograma com todas as empresas controladas pela Companhia que compõem o escopo desse relatório (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p.111).

Considerando a capacidade plena da Usina Hidrelétrica Estreito, o parque gerador da Tractebel Energia soma 6.909 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 22 usinas, entre hidrelétricas (UHEs), termelétricas (UTEs) e complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas e a biomassa –, localizadas em 12 estados das cinco regiões do Brasil. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 18 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A potência total das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia é de 8.630 MW. Os principais dados dessas usinas são apresentados, por região do Brasil (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p.15).

Quanto à inclusão de ações significativas ocorridas no período coberto pelo relatório e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, como foi visto no princípio do contexto da sustentabilidade, no item comunicação do impacto da organização em contextos geográficos apropriados, a Tractebel Energia informa que:

Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel Energia são identificados e classificados quanto à significância, sendo então estabelecidos controles

operacionais e programas de gestão para a mitigação dos impactos caracterizados como negativos (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 68).

No que tange à omissão ou não de dados e impactos relevantes, a Tractebel Energia informa que busca atuar:

Ao lançar a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, em 2010, a Companhia realizou um mapeamento das partes interessadas do entorno das usinas em operação. Esse mapeamento inclui análises dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário. Também em 2010, a Política foi compartilhada presencialmente nas mesmas regiões. Esse trabalho complementou o workshop multidisciplinar realizado pela Tractebel Energia em 2008, que contou com a participação de diversas unidades da Companhia, para avaliar o grau de impacto exercido e sofrido por todos os seus públicos em relação ao seu negócio, do ponto de vista social, ambiental e econômico-financeiro. Em 2012, esses públicos foram novamente consultados (conforme apresentado no capítulo “Sobre o Relatório de Sustentabilidade”) e suas principais demandas no tocante à gestão e ao desempenho da Companhia são apresentadas no decorrer deste Relatório (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 90).

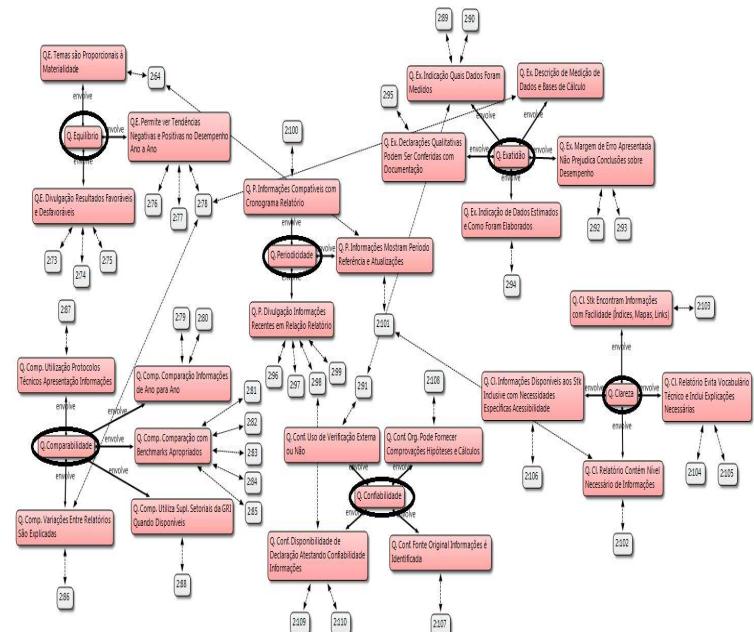
O princípio da Abrangência aparece quase como uma consequência dos três primeiros princípios. Suas dimensões, que são escopo, limite e tempo, também fazem parte do princípio da materialidade, discutido anteriormente e dos princípios de qualidade, que são tratados detalhadamente no próximo item dessa pesquisa. O escopo se refere à variedade de temas de sustentabilidade contidos no relatório. O limite se refere às unidades de negócios cujo desempenho é declarado pelo relatório e o tempo se refere à necessidade de as informações selecionadas estarem completas em relação ao período especificado no relatório.

Portanto, conforme demonstrado através das citações extraídas do relatório e na seção dos princípios de qualidade, a Tractebel Energia atende aos requisitos do princípio da abrangência.

5.2.2 Quadro síntese princípios de qualidade – Tractebel Energia

A segunda parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de qualidade da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade da Tractebel Energia. Os resultados são demonstrados na Figura 12.

Figura 12– Princípios de Qualidade da GRI – Tractebel Energia



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 12, elaborada a partir do Atlas. Ti, demonstra a presença dos seis princípios de qualidade no relatório de sustentabilidade da Tractebel Energia. Observa-se que para os seis princípios de qualidade foram encontrados trechos de texto no relatório (APÊNDICE H), entretanto nem todos os fatores de relevância propostos pela GRI foram abordados. Outra observação é que alguns trechos destacados do relatório atendem aos requisitos de mais de um

princípio, portanto aparecem citados mais de uma vez nas análises realizadas. As percepções acerca da presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir.

5.2.2.1 Equilíbrio

O princípio do Equilíbrio propõe que a organização relatora divulgue tanto aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada por parte dos *stakeholders*.

Três fatores de relevância devem ser considerados: a divulgação de temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis, o formato que permita aos usuários avaliar o desempenho de ano para ano e a ênfase em diferentes temas proporcionalmente à materialidade do relatório.

No relatório da Tractebel Energia (2012, p. 8), a divulgação de temas favoráveis é muito presente e há a divulgação de algumas informações negativas, como se percebe no trecho a seguir:

Nossas 22 usinas em operação, descontadas as paradas programadas, alcançaram em 2012 uma disponibilidade de 96,9%, 1,4 ponto percentual inferior aos 98,3% obtidos em 2011 e 2010. Problemas como limitações de uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, a inoperância de um transformador na Usina Termelétrica William Arjona e uma falha de contenção da vazão do Rio Tocantins na Usina Hidrelétrica Estreito, antes da sua inauguração, foram fatores que contribuíram para essa pequena redução (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 8).

Quanto ao formato de apresentação das informações e a possibilidade de avaliação no desempenho da organização de ano para ano, a Tractebel Energia informa que utiliza as Diretrizes da GRI na elaboração do seu relatório de sustentabilidade.

As Diretrizes da GRI estimulam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos na Companhia e permitam comparação entre organizações de

todos os setores de atividade [...] (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10).

Além do Relatório de Sustentabilidade, a Tractebel Energia publica o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2012 e de 2011.

Em relação à proporcionalidade dos temas do relatório em relação à sua materialidade, a Tractebel Energia apresenta a sua gestão e desempenho (e de suas controladas) durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia.

Em relação ao princípio do Equilíbrio, depreende-se que:

1. As informações positivas são notadamente mais presentes no relatório do que as negativas. Mas, em relação ao relatório da Celesc, o relatório da Tractebel Energia apresenta mais informações negativas. O trecho citado inclusive explica o porquê de uma pequena variação no percentual de disponibilidade das usinas em 2012. Porém, ainda não se pode falar em equilíbrio entre as informações. A ênfase do relatório é nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis.

5.2.2.2 Comparabilidade

O princípio da comparabilidade consiste na apresentação das informações de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Os fatores de relevância são cinco: o relatório e suas informações podem ser comparados de um ano para o outro, o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (*benchmarks*) apropriados, as variações significativas entre informações que estão nos relatórios podem ser identificadas e explicadas, o relatório utiliza protocolos para compilação, medição e apresentação de informações e o relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.

A Tractebel Energia desenvolveu seu relatório pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da GRI, padrão internacional de relatos de sustentabilidade. Para a companhia,

[...] O modelo de relato adotado estabelece princípios de qualidade pautados por equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, transparência e confiabilidade. As diretrizes da GRI estimulam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos na Companhia e permitam comparação entre organizações de todos os setores de atividade [...] (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10).

Para verificar se o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (*benchmarks*) apropriados e se o relatório utiliza protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes, foram encontradas várias referências:

Desde 2011, a Companhia vem elaborando seu Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol e submetendo o mesmo à asseguração limitada por parte independente (terceira parte). Em 2012 foi realizado o segundo Inventário da Companhia, em cumprimento a uma das premissas básicas da Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 74).

O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade. O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (TRACTEBEL ENERGIA, 2012).

Para melhorar a gestão social da Companhia são utilizadas diretrizes, recomendações e indicadores como os da GRI e do Instituto *Ethos*, bem como os da norma NBR ISO 26000 e os que norteiam o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE).

A Companhia busca manter uma remuneração compatível com os melhores padrões do mercado e um programa diferenciado de benefícios. Informa que participa de associações setoriais para compartilhar com outras empresas assuntos de interesse comum e atua em consórcio em alguns empreendimentos, como nas Usinas Hidrelétricas Machadinho, Itá e Estreito e na Usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética.

Quanto às variações significativas entre informações que estão nos relatórios e sua identificação e explicação, o que se encontra no relatório da Tractebel Energia é a informação de que:

Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto. [...] Não houve mudanças significativas no escopo, limite ou métodos de medida em relação ao relatório anterior (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 111).

A Tractebel Energia utiliza os Indicadores Setoriais de Energia Elétrica da GRI.

As informações acima permitem verificar que a Tractebel Energia atende aos cinco requisitos propostos para o princípio da comparabilidade, ainda mais que este é o sexto relatório elaborado conforme as Diretrizes da GRI. Para os *stakeholders* essa possibilidade de acompanhar e analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e fazer comparações com outras organizações é muito importante e confere legitimidade à atuação da empresa.

5.2.2.3 Exatidão

O princípio da exatidão busca a precisão e detalhamento no relato das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização. Possui cinco fatores de relevância: o relatório indica quais dados foram medidos, as técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes, a margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar os *stakeholders* e suas conclusões sobre o desempenho, o relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas e as

declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.

O atendimento aos dois primeiros fatores de relevância no relatório da Tractebel Energia se dá conforme os trechos a seguir:

Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10).

O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 11).

Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 111).

O fator de relevância sobre a margem de erro para os dados quantitativos e sua influência sobre os *stakeholders* não é especificamente informado no relatório, mas uma interpretação extensiva permite perceber que a comunicação é uma importante ferramenta de tomada de decisão e a Companhia estabelece canais específicos no seu *website* e através do módulo “Comunicação com Partes Interessadas do sistema *Quality-Plan*” para gerenciar a troca de informações com seus *stakeholders* e esclarecer eventuais dúvidas (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 90).

Com relação aos dados que foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas, a pesquisadora não encontrou nenhuma informação no relatório que pudesse ser vinculada a este fator de relevância.

Finalmente, em relação às declarações qualitativas do relatório e sua validação, a Tractebel Energia informa que:

Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações, que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa; e informa fatos relevantes, conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, oferecendo aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destaca-se: Informações Trimestrais; Release e apresentação de resultados; Demonstrações Contábeis; Comunicados ao Mercado; Avisos aos Acionistas; Fatos Relevantes; e Relatório de Sustentabilidade. Outros veículos de comunicação das informações corporativas são a revista Boas Novas, voltada ao público externo e também encaminhada aos empregados, o informativo interno Conexão e boletins eletrônicos, veiculados pela área de Recursos Humanos (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 22).

A pesquisadora não encontrou no relatório da Tractebel Energia trechos que correspondessem exatamente a três dos cinco fatores de relevância vinculados ao princípio da exatidão, mas isso não quer dizer que o relatório não apresenta informações precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o seu desempenho. Isso significa que a empresa não escreveu especificamente sobre aqueles fatores, mas de um modo geral percebe-se que o relatório apresenta as informações de forma clara e com consistência.

5.2.2.4 Periodicidade

O princípio da periodicidade se refere à publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentais. A GRI define três questões importantes para o princípio da periodicidade: as informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em

relação ao período coberto pelo relatório, a coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade e as informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.

O relatório da Tractebel Energia apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012. Não há data de publicação no relatório, mas a Asseguração Independente – Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 – é de 29 de Abril de 2013.

O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo, demonstrando que alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+).

O trecho a seguir foi considerado pela pesquisadora aquele que melhor atende às três questões relevantes referentes à periodicidade:

O Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia. [...] O objetivo desta publicação é a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus *stakeholders* (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 10).

A publicação regular do relatório é importante para que os *stakeholders* possam integrá-lo eficazmente ao seu processo decisório. A Tractebel Energia já está na sexta publicação seguindo as Diretrizes da GRI, diferentemente da Celesc que publicou pela primeira vez o relatório. Porém, em ambos os relatórios não há uma data de edição ou publicação. Assim, partindo-se do pressuposto que a “Asseguração Independente”, documento que faz parte do relatório, foi feita após a conclusão do relatório, tem-se a data de 29 de abril de 2013. A GRI não

esclarece quanto tempo deve transcorrer entre a conclusão do relatório e sua publicação para que as informações sejam consideradas “recentes” em relação ao período coberto pelo relatório, portanto, não é possível afirmar que a Tractebel não cumpriu com esse requisito do princípio.

5.2.2.5 Clareza

Com o princípio da Clareza, a GRI (2006) pretende garantir que o relatório seja compreensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório.

Para tanto, destaca quatro aspectos importantes: a manutenção do nível necessário de informações para atender às expectativas dos *stakeholders*, evitando detalhes excessivos e desnecessários, o uso de índices, mapas, links ou outras ferramentas para auxiliar na busca das informações, o uso de vocabulário técnico apenas em situações muito necessárias, já que tais termos tendem a ser pouco conhecidos pelos *stakeholders*, a inclusão de explicações ou glossário, a disponibilização dos dados e informações do relatório aos *stakeholders*, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes).

Em relação ao primeiro aspecto, a Tractebel Energia (2012, p. 10) demonstra que o seu objetivo com o relatório é “a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus *stakeholders*”.

Para o segundo aspecto, esclarece que:

A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus *stakeholders* por meio de canais específicos no website da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema *Quality-Plan*, entre outros (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 90).

Já em relação aos dois aspectos seguintes, a Tractebel Energia informa que as contas e informações são prestadas com clareza e equidade a todos os públicos. O relacionamento com a sociedade, de maneira geral, é feito por meio de seu *website* e de veículos de comunicação, divulgando assuntos e posicionamentos pertinentes às

suas atividades que sejam de interesse público, tais como fatos relevantes, publicações legais, campanhas educativas em prol da sustentabilidade às quais vincula sua marca e também por anúncios de propaganda e *marketing*.

Observa-se que a Tractebel Energia atende plenamente ao princípio da Clareza. Um ponto que merece ser revisto por parte da Tractebel Energia, assim como a Celesc, é em relação ao tamanho (numero de páginas) do relatório. O relatório possui 211 páginas. É muito extenso. Isso pode prejudicar a leitura, o entendimento das informações e sua utilização por parte dos *stakeholders*.

5.2.2.6 Confiabilidade

A Confiabilidade está fortemente vinculada à possibilidade de verificação do conteúdo do relatório por outras partes que não as que o elaboraram. Quatro fatores de relevância devem ser considerados: a identificação da abrangência da verificação externa, a identificação da fonte original das informações do relatório pela organização, o fornecimento de comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos e a disponibilização de uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.

A identificação da abrangência da verificação externa aparece no trecho a seguir:

O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 11).

Quanto ao fornecimento de comprovações que embasam os cálculos e a disponibilização de uma declaração atestando a confiabilidade do relatório, destaca-se a conclusão da empresa de Auditores Independentes que elaborou o relatório de asseguração limitada sobre as informações socioambientais do relatório de sustentabilidade 2012 da Tractebel Energia, documento que consta do relatório e que foi a seguinte:

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 da Tractebel Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios e diretrizes do GRI-G3 (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 132).

Tal declaração confere confiabilidade ao relatório da Celesc.

Além disso, em relação à fonte original das informações, a Tractebel Energia se manifesta da seguinte forma:

Fatos Relevantes, Avisos aos Acionistas, Comunicados ao Mercado e o desempenho trimestral da Companhia, bem como o Relatório de Sustentabilidade, podem ser encontrados no espaço “Investidor” do website da Tractebel Energia. O Departamento de Relações com Investidores promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, reuniões com investidores e analistas de investimentos – como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), e participa de conferências e seminários dos principais bancos de investimentos e corretoras (TRACTEBEL ENERGIA, 2012, p. 98).

Para conferir ainda mais confiabilidade ao relatório, há na página 8 uma Mensagem da Administração atestando a veracidade das informações do relatório.

A partir das informações encontradas, depreende-se que a Tractebel Energia atende plenamente ao princípio da Confiabilidade.

5.3 BAESA S. A.

A BAESA – Energética Barra Grande S/A – foi constituída em 14 de maio de 2001, quando obteve a concessão da Usina Hidrelétrica Barra Grande, empreendimento construído entre os municípios de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS, no leito do rio Pelotas. (BAESA, 2013).

A BAESA é uma sociedade anônima de capital aberto, responsável pela construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Barra Grande, formada por cinco investidores: Alcoa Alumínio S/A (42,18%), Companhia Paulista de Força e Luz (25%), Companhia Brasileira de Alumínio(15%), Intergement (9%) e DME Energética Ltda. (8,82%) (BAESA, 2013).

Sua sede é em Florianópolis e a unidade operacional está localizada no município de Pinhal da Serra/RS. A empresa ainda dispõe de um Centro de Atendimento à População, na cidade de Anita Garibaldi/SC (BAESA, 2013).

Junto com outras usinas com acionistas em comum, a BAESA faz parte de uma Central de Serviços Compartilhados, que auxilia na implantação das ferramentas, programas e processos com o objetivo de obter ganhos de escala e melhores práticas (BAESA, 2013).

O início da construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande foi em 27 de junho de 2001 e as estruturas foram concluídas em 18 de junho de 2005. No dia 4 de julho de 2005, o IBAMA emitiu a Licença de Operação, autorizando o fechamento dos túneis de desvio e a consequente formação do reservatório. Em 1º de novembro de 2005, a Usina iniciou sua operação comercial (BAESA, 2013).

O reservatório formado para a operação da Usina ocupou uma área de 95 quilômetros quadrados, abrangendo parcialmente terras rurais de nove municípios: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages, em Santa Catarina; e Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, sendo 12,8 quilômetros quadrados correspondentes ao leito original do rio Pelotas (BAESA, 2013).

Sua potência instalada é de 690 megawatts. São três unidades de geração com potência de 230 megawatts cada uma. A energia assegurada é de 380,6 MW médios, que corresponde a 3.334.056 MWH/ano (BAESA, 2013).

O Relatório de Sustentabilidade da BAESA é elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010.

O Relatório de 2011/2012 adota pela primeira vez as Diretrizes da GRI, com classificação B+, que exige o atendimento a todos os indicadores de perfil e, ao menos, um indicador de cada uma das áreas, totalizando, no mínimo, 20 indicadores, com avaliação por auditoria externa (BAESA, 2013).

A consulta às partes interessadas ocorreu através da realização de duas oficinas de trabalho, com o objetivo de ouvir colaboradores da

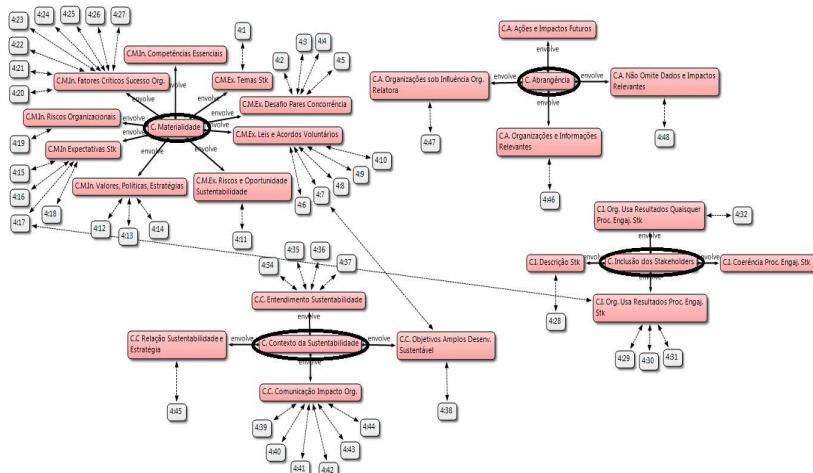
empresa, representantes de órgãos públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande e com as quais mantêm parcerias voltadas ao desenvolvimento local e regional. A coleta de informações foi complementada com a aplicação de um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores (BAESA, 2013).

O relatório aborda aspectos de gestão econômica, ambiental, social e compromisso com a melhoria contínua.

5.3.1 Quadro síntese princípios de conteúdo – BAESA

A primeira parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de conteúdo da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade da BAESA. Os resultados são demonstrados na figura 13.

Figura 13 – Princípios de Conteúdo da GRI – BAESA



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 13, elaborada a partir do Atlas.Ti, demonstra a presença dos quatro princípios de conteúdo no relatório de sustentabilidade da BAESA. Observa-se que nem todos os quatro princípios de conteúdo e seus respectivos fatores de relevância possuem vinculação com trechos de texto no relatório. As percepções acerca da

presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir. Conforme descrito no (APÊNDICE E).

5.3.1.1 Materialidade

Como visto na análise dos princípios da Celesc e Tractebel Energia, a materialidade relaciona-se com assuntos como a missão geral e a estratégia competitiva da organização, preocupações expressas pelos *stakeholders*, expectativas sociais mais amplas e o raio de influência da organização sobre entidades. As expectativas expressas em normas e acordos internacionais que a organização deve cumprir também deverão ser consideradas.

Os fatores externos relacionados à Materialidade são: os temas levantados pelos *stakeholders*, os desafios relatados pelos pares e concorrência, os regulamentos, leis e acordos voluntários e os riscos e oportunidades de sustentabilidade.

A BAESA realizou duas reuniões com partes interessadas para definição de temas de interesse. Os assuntos escolhidos foram: perfil da BAESA e da Usina Hidrelétrica Barra Grande; desempenho econômico-financeiro; biodiversidade e programas de gestão ambiental; investimentos em projetos e ações sociais; interação com a comunidade e compromisso com o desenvolvimento local e regional (BAESA, 2013).

Em relação aos desafios para o setor, a BAESA destaca a busca pela consolidação das parcerias com instituições locais, poder público e comunidade para melhorar o desenvolvimento local e regional:

A BAESA entende que o conjunto de iniciativas e ações integradas do poder público, setor privado e da mobilização social são fundamentais para a melhoria gradual da região dos lagos. Dentro de um contexto regional de esforços coletivos, em dez anos, todas as cidades do entorno do empreendimento subiram da categoria “desenvolvimento regular” para a categoria “desenvolvimento moderado (BAESA, 2013, p. 37).

Quanto aos regulamentos ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus *stakeholders*, a BAESA relata que nos dois últimos anos, implantou novos sistemas,

ferramentas e controles que demonstram o compromisso constante com a melhoria contínua e o desenvolvimento local e regional:

Destaque para a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) [na Usina Hidrelétrica Barra Grande], que possibilitou a ratificação da certificação ISO 14001, obtida em 2010, e a conquista, em 2012, da certificação OHSAS 18001, norma mundial que atesta a adoção de procedimentos voltados à identificação e à redução dos riscos relacionados com saúde e segurança no ambiente de trabalho (BAESA, 2013, p. 4).

Outra linha de atuação da BAESA está em converter em apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis previstos em leis de incentivos fiscais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). Suas linhas estratégicas para apoiar projetos sociais estão alinhadas com os 8 Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) e contribuem para a formação do capital construído, social, humano e ambiental.

Em termos de impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade, a pesquisadora identificou no relatório da BAESA a importância da auditoria externa conduzida pela *Bureau Veritas Certification* (BVC):

No final de 2012, auditoria externa conduzida pela *Bureau Veritas Certification* (BVC), com base nos requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da *International Hydropower Association* (IHA - Associação Internacional de Barragens), atestou que as práticas adotadas pela BAESA em relação à sustentabilidade vão além da conformidade legal. A BAESA teve pontuação máxima de 5 em 12 temas e pontuação 4 nos outros seis temas avaliados, alcançando 84 pontos em um total de 90 possíveis. Esse desempenho colocou a empresa como uma das primeiras operadoras de hidrelétricas no Brasil a atender os requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da IHA. A auditoria foi realizada por meio de verificação documental, verificações de campo e entrevistas com empregados, lideranças, representantes das

comunidades e de instituições sociais. O Protocolo de Sustentabilidade da IHA foi desenvolvido por um fórum de sustentabilidade composto por várias instituições internacionais, que definiu os temas relevantes de sustentabilidade para usinas hidrelétricas nas fases de implantação e operação (BAESA, 2013, p. 46).

A seguir são feitas algumas reflexões sobre o que foi descrito acima:

1. Os temas que merecem estar no relatório são definidos levando-se em consideração o princípio da Materialidade. Portanto, é importante que a organização defina e divulgue no seu relatório quem são os seus *stakeholders* e quais são os temas mais representativos e que devem ser abordados na publicação.

A BAESA relata que antes de publicar o seu relatório de sustentabilidade, realizou duas oficinas de trabalho com colaboradores da empresa, representantes de órgãos públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Barra Grande. Além disso, aplicou um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores. É interessante notar que, em termos amplos, os *stakeholders* considerados pela BAESA são praticamente os mesmo considerados pela Celesc e Tractebel Energia. Percebe-se que a BAESA está mais voltada aos interessados locais e regionais. As diferenças que chamam a atenção estão relacionadas à amplitude da abordagem aos *stakeholders* e ao momento da sua realização. A Celesc e a Tractebel realizam consultas amplas com seus públicos de relacionamento antes da **elaboração** do relatório e os temas considerados mais importantes norteiam a sua confecção e são abordados com maior profundidade na publicação. A BAESA realizou oficinas de trabalho antes da **publicação** do relatório e acrescentou ao relatório informações consideradas relevantes pelas partes interessadas.

Os temas prioritários selecionados pelos *stakeholders* da BAESA (2013, p. 7) foram:

Perfil da BAESA e da Usina Hidrelétrica Barra Grande; desempenho econômico-financeiro; biodiversidade e programas de gestão ambiental; investimentos em projetos e ações sociais; interação com a comunidade e compromisso com o desenvolvimento local e regional (BAESA, 2013, p. 7).

Percebe-se claramente as três dimensões mais comuns (econômica, ambiental e social) do desenvolvimento sustentável nestes temas. O que chega a ser curioso é o interesse pelo perfil da BAESA e da Usina Hidrelétrica Barra Grande.

Mais uma vez observa-se que, assim como ocorre com a Celesc e com a Tractebel Energia, os *stakeholders* da BAESA são numerosos e diversificados, prejudicando o atendimento aos seus anseios em termos de informação.

2. A BAESA, apesar de estar constituída há mais de dez anos e com a Usina Barra Grande funcionando desde 2005, elaborou pela primeira vez o seu relatório de sustentabilidade (2011/2012) conforme as Diretrizes da GRI. Entretanto, é possível constatar através dos trechos extraídos do relatório que a sustentabilidade não é assunto novo para a organização, que vem evoluindo na sua maneira de atuação. Em 2012, uma importante conquista para a BAESA foi a classificação como uma das primeiras operadoras de hidrelétricas no Brasil a atender os requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da IHA, após verificação de seus procedimentos, programas, ferramentas e iniciativas por uma auditoria independente.

Frente às evidências relatadas, observa-se que a BAESA atende aos fatores de relevância externos relacionados ao princípio da Materialidade.

Os fatores internos relacionados à Materialidade, como já visto anteriormente, são: os valores, políticas e estratégias, as expectativas dos *stakeholders*, os riscos organizacionais, os fatores críticos para o sucesso da organização e as competências essenciais.

Os valores da BAESA são destacados a seguir:

Tratamento digno e justo com todas as pessoas; valorização dos colaboradores, fornecedores e parceiros; atuação ética e transparente; excelência nos serviços prestados; responsabilidade social e respeito ao meio ambiente (BAESA, 2013, p. 16).

Sua visão é “ser uma referência no setor energético pela qualidade de seus serviços, pela competência de seus colaboradores e por sua atuação socialmente responsável” (BAESA, 2013, p. 16). Como missão busca:

Gerar energia elétrica utilizando recurso natural renovável, valorizando a preservação ambiental e

as comunidades da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Barra Grande, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região e a superar as expectativas dos acionistas, colaboradores e sociedade (BAESA, 2013, p. 16).

Como estratégia, a BAESA prioriza as práticas socioambientais que contribuem para o desenvolvimento dos municípios localizados no entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande.

Suas linhas de atuação e as de seus acionistas são focadas em projetos de geração de renda, preservação ambiental e promoção da saúde e segurança. Além disso, a BAESA procura converter em apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis previstos em leis de incentivos fiscais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). As linhas estratégicas definidas pela BAESA para apoiar projetos sociais estão alinhadas com os 8 Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>) e contribuem para a formação do capital construído, social, humano e ambiental (BAESA, 2013, p. 30).

Em relação aos interesses/expectativas dos *stakeholders*, a BAESA busca atuar em conjunto com lideranças e instituições locais para promover o desenvolvimento local e regional, como se pode verificar pelo trecho a seguir:

Os investimentos realizados pela BAESA nos municípios da região são debatidos com grupos representativos da população. A participação da comunidade é considerada fundamental para orientar o aporte de recursos e a execução de obras. Em 2012, foram criados fóruns permanentes para o fortalecimento do tecido social. Os Grupos de Atitude Sustentável (GAS) nas cidades de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS evidenciam o interesse em envolver representantes da população na definição de ações

e programas para os municípios. O GAS é uma entidade que atua como conselho consultivo para discutir, analisar e incentivar iniciativas empreendedoras para a região. É formado por pessoas que atuam em áreas importantes, como Poder Público, Comércio, Área Social e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. [...]. O Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC, é um local, especialmente construído pela BAESA para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos (BAESA, 2013, p. 38).

A BAESA, diferentemente da Tractebel Energia, não trata especificamente dos riscos organizacionais, mas através do trecho citado a seguir, é possível identificar sua preocupação com o desenvolvimento do tecido social dos municípios da área abrangente e com a agregação de renda, já que uma oposição da sociedade à presença da organização na região causa instabilidade e pode inviabilizar os projetos da empresa no local.

A análise crítica vem revelando necessidades de buscar o foco das ações no fortalecimento e desenvolvimento do tecido social dos municípios da área de abrangência da Usina. Os Grupos Atitude Sustentável (GAS), implantados em 2012 nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (mencionados na página 38), são exemplos decorrentes da necessidade do aprimoramento do capital social. Com relação ao desempenho dos projetos sociais, a partir de 2012 a BAESA vem monitorando as ações apoiadas. As oportunidades de melhorias têm sido identificadas em projetos que envolvem a geração de renda. Como resultado dessa reflexão, foi adotada a necessidade da apresentação de planos de negócios para todo projeto que tenha foco na agregação de renda. Outra necessidade observada e que vem sendo trabalhada pela BAESA é o envolvimento na concepção de projetos sociais, objetivando evitar o apoio a projetos não sustentáveis ou que venham a se configurar em problemas relacionados com a

própria gestão do projeto pela instituição proponente (BAESA, 2013, p. 49).

O item fatores críticos para o sucesso organizacional não é diretamente abordado no relatório da BAESA, mas a pesquisadora encontrou várias evidências que permitem apontar os elementos relevantes para o sucesso da organização. São relevantes os avanços nos sistemas, ferramentas e controles da Usina Hidrelétrica Barra Grande, principalmente a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que possibilitou a ratificação da certificação ISO 14001, obtida em 2010, e a conquista, em 2012, da certificação OHSAS 18001, norma mundial que atesta a adoção de procedimentos voltados à identificação e à redução dos riscos relacionados com saúde e segurança no ambiente de trabalho (BAESA, 2013).

A formalização do Programa de Responsabilidade Socioambiental, com regras mais claras e objetivas para a concessão de apoio a projetos sociais e com um novo sistema informatizado para controle dos processos, apresentou expressivos resultados:

[...] em dois anos, a BAESA aprovou 70 projetos, com investimento superior a R\$ 2 milhões, proveniente de recursos próprios, incentivados e de parceiros, além de ter apoiado 93 ações da comunidade, que somaram aproximadamente R\$ 340 mil (BAESA, 2013, p. 5).

Outro destaque é a consolidação das parcerias com instituições locais, poder público e comunidade, que proporcionam o aprimoramento do capital social e causam transformações que auxiliam o desenvolvimento local e regional e fortalecem a organização.

As competências essenciais da BAESA também não são diretamente descritas no relatório, mas ao longo do texto é possível identificá-las. Os programas ambientais desenvolvidos na região da Usina Hidrelétrica Barra Grande têm proporcionado conquistas para a conservação da natureza e vão além do que exige a legislação; o foco em projetos de geração de renda, preservação ambiental e promoção da saúde e segurança e o apoio a projetos sociais têm feito a diferença para a atuação da BAESA e para o desenvolvimento da região. Dispor de um corpo funcional capacitado é uma das premissas básicas adotadas pela BAESA para alcançar a excelência no setor em que atua. A empresa investe em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) não apenas

para cumprir a determinação legal (Lei 9.991/2000), mas para participar de projetos com grande relevância para o setor elétrico.

Com base no que foi descrito com referência à BAESA (2013), observa-se que:

1. A BAESA, assim como a Celesc e a Tractebel Energia atende aos requisitos do princípio da Materialidade. Percebe-se que sua atuação é fundamentada em preceitos previamente estabelecidos e fortemente voltada ao desenvolvimento da região onde a Usina Hidrelétrica Barra Grande está inserida.

A BAESA demonstra muito interesse em formalizar procedimentos e adequar suas práticas aos protocolos e normas internacionais de sustentabilidade com o objetivo de obter certificações segundo as melhores práticas.

Apesar de já atuar buscando o desenvolvimento sustentável desde o início das suas atividades, evidências do relatório indicam que nos últimos dois anos houve grandes avanços em termos de controle de informações e programas de apoio a projetos sociais.

A sustentabilidade é um tema presente na estratégia, visão, missão e valores da empresa, permitindo a implantação das práticas relacionadas ao tema e sua divulgação no relatório.

2. Analisando as informações fornecidas pela Celesc, Tractebel Energia e BAESA em seus relatórios de sustentabilidade e em relação às questões debatidas neste item, levando-se em consideração que são empresas completamente diferentes, mas que a utilização das Diretrizes da GRI permite a comparação entre as empresas, é possível verificar que as três organizações estão em busca do desenvolvimento sustentável, já que o tema está presente em suas estratégias, valores, políticas, competências essenciais e relacionamento com os *stakeholders*. Percebe-se que a diferença entre as empresas está no nível de maturidade e de atuação em relação ao tema.

A Tractebel Energia, até porque elaborou o seu relatório pelo sexto ano consecutivo seguindo as Diretrizes da GRI, demonstra um caminho consolidado e em expansão em direção à sustentabilidade. A Celesc produziu seu relatório pela primeira vez conforme as Diretrizes da GRI e demonstra que está em processo de mudança, criando os caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável. A BAESA, por sua vez, informa que é a terceira vez que elabora um relatório de sustentabilidade, mas o relatório de 2011/2012 é o primeiro em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o seu interesse em aprimorar sua comunicação.

Outra diferença refere-se ao foco da BAESA em atender aos anseios da comunidade da região onde a Usina Hidrelétrica Barra Grande está em operação, enquanto a Celesc e a Tractebel Energia, até por serem empresas maiores, possuem um limite de atuação mais amplo.

Destaca-se também em relação à BAESA a questão dos riscos organizacionais, que não é muito explorada no relatório, assim como ocorre no relatório da Celesc e diferentemente do relatório da Tractebel Energia.

5.3.1.2 Inclusão dos *Stakeholders*

Segundo a *Global Reporting Initiative* (2006), a empresa necessita documentar o processo de engajamento dos *stakeholders* para definir com quais se engajou, como, quando e de que modo esse engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da Companhia.

Os fatores de relevância em relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders* são: a descrição dos *stakeholders*, a utilização dos resultados dos processos de engajamento no conteúdo do relatório e nas atividades contínuas da organização, a utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento elaborados especificamente para a confecção do relatório e a coerência dos processos de engajamento com o escopo e limites do relatório.

Sobre a descrição dos *stakeholders*, a BAESA (2013, p. 7). relata que realizou duas oficinas de trabalho para ouvir,

[...] os colaboradores da empresa, representantes de órgãos públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande e com as quais mantêm parcerias voltadas ao desenvolvimento local e regional. A coleta de informações foi complementada com a aplicação de um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores (BAESA, 2013, p. 7).

Em relação à utilização dos resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders* no conteúdo do relatório, para a BAESA a comunicação é ferramenta primordial. Utiliza publicações impressas, mídia eletrônica, diálogo e troca de informações para fortalecer a

transparência, credibilidade e alcançar seus diversos públicos. A participação da comunidade é fundamental na orientação do aporte de recursos e execução de obras. Em 2012, foram criados fóruns permanentes para o fortalecimento do tecido social, os Grupos de Atitude Sustentável (GAS) nas cidades de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS.

O GAS é uma entidade que atua como conselho consultivo para discutir, analisar e incentivar iniciativas empreendedoras para a região. É formado por pessoas que atuam em áreas importantes, como Poder Público, Comércio, Área Social e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (BAESA, 2013, p. 38).

Outra iniciativa para estar em contato com a comunidade se concretiza através do Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC, um local especialmente construído pela BAESA para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos.

Mais oportunidades de obter informações que ajudem a implementar as ações desejadas pela população são conhecidas através das pesquisas realizadas pelo Ibope, reuniões com lideranças e participação em eventos.

Quanto à utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento de *stakeholders* no conteúdo do relatório e a coerência com o seu escopo e limite, o trecho a seguir resume o modo de atuação da empresa:

A elaboração deste Relatório de Sustentabilidade demonstra a evolução da BAESA, retratada em sua decisão de fazer da transparência e da comunicação ferramentas de gestão imprescindíveis para uma organização que se deseja sustentável. Esta é a terceira edição do Relatório de Sustentabilidade, e a primeira em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o interesse da BAESA em aprimorar sua comunicação. O conteúdo desta publicação – ressalte-se – foi definido em dois encontros com partes interessadas, convidadas a sugerir quais informações deveriam estar contidas neste Relatório. A meta foi alcançar o nível B+ do

padrão GRI, que consiste na apresentação de, no mínimo, 20 indicadores de desempenho, selecionados dentre sete aspectos principais: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto. Posteriormente, o conteúdo foi avaliado por auditoria independente, de modo a conferir legitimidade ao documento (BAESA, 2013, p. 4).

Frente ao exposto, as seguintes reflexões são feitas:

1. A BAESA evidencia através dos trechos destacados que o engajamento dos *stakeholders* é importante para a atuação da empresa. Procura demonstrar que existem vários meios de comunicação com os *stakeholders*. Porém, assim como ocorre com o relatório da Celesc e o da Tractebel Energia, igualmente no relatório da BAESA não fica evidente como os processos de consulta aos *stakeholders* são documentados e como (e se) podem ser acessados para verificação. Também não há clareza quanto à maneira de influência do engajamento dos *stakeholders* no conteúdo do relatório.

2. A BAESA, assim como faz a Celesc e a Tractebel Energia, descreve os seus *stakeholders*. Como já mencionado nas inferências relacionadas ao princípio da materialidade, essa diversidade de partes interessadas dificulta a conciliação e o atendimento às expectativas dos *stakeholders*. A GRI faz menção, nas suas Diretrizes, às visões conflitantes que a organização poderá encontrar entre seus *stakeholders* e sugere que a empresa explique como buscou o equilíbrio nas decisões tomadas na elaboração do relatório. É interessante observar que a própria GRI é bastante otimista quando afirma que a organização poderá encontrar visões conflitantes entre seus *stakeholders*.

A BAESA relata que procura estar sempre em contato com as partes interessadas, mas não explica como encontra o equilíbrio e como ultrapassa as eventuais divergências existentes entre os *stakeholders*.

É interessante observar que a BAESA estimula o desenvolvimento do tecido social. A criação do GAS e do CAP são bons exemplos dessa prática. Porém, os resultados decorrentes dessas iniciativas não são detalhados no relatório. O detalhamento dos resultados poderia aprofundar a contribuição dos *stakeholders* ao conteúdo do relatório.

3. De um modo geral, percebe-se que a BAESA atende aos fatores de relevância do princípio da inclusão dos *stakeholders*, mas

com ressalvas. Para que haja participação efetiva dos *stakeholders* na elaboração do relatório, a própria GRI sugere que a consulta deva ser realizada antes da confecção do relatório e não antes da publicação, como a BAESA fez. O relatório deve refletir os assuntos prioritários escolhidos pelas partes interessadas em sua totalidade. A participação do público interessado não pode ser um mero complemento de informações já produzidas pela empresa. Essa discussão precisa ser aprofundada para ser efetiva.

5.3.1.3 Contexto da sustentabilidade

Para a identificação do princípio do contexto da sustentabilidade, quatro fatores são considerados importantes: o entendimento de desenvolvimento sustentável para a organização, a apresentação de seu desempenho com referência a objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, a comunicação da magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados e a relação entre os temas de sustentabilidade e estratégia.

Tal como nos relatórios da Celesc e Tractebel Energia, o relatório da BAESA apresenta muitas evidências do significado de desenvolvimento sustentável para a empresa, o que revela a sua preocupação com o tema.

No relatório da BAESA (2013, p. 9) encontra-se a sua visão sobre o conceito de sustentabilidade, conforme o trecho a seguir:

Para a BAESA, sustentabilidade é gerar energia utilizando recurso natural renovável e atuar de forma participativa no cotidiano da comunidade onde a Usina Hidrelétrica Barra Grande está inserida, desenvolvendo e apoiando ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região, priorizando o respeito ao meio ambiente, aos valores sociais, históricos e culturais.

Os temas abordados no relatório são: gestão econômica, ambiental e social e compromisso com a melhoria contínua. O relatório foi elaborado pela primeira vez com base nas Diretrizes da GRI.

Ao apresentar o seu desempenho com referência aos objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, o relatório destaca a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que possibilitou a

ratificação da certificação ISO 14001, obtida em 2010, e a conquista, em 2012, da certificação OHSAS 18001, norma mundial relacionada à adoção de procedimentos voltados à redução dos riscos relacionados com saúde e segurança no ambiente de trabalho. Na área ambiental, a BAESA conquistou em 2012: a aprovação do Plano de Conservação Ambiental e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório (PCAU) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), após a realização de duas consultas públicas, e o lançamento do Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP), com o objetivo de premiar moradores lindeiros que desenvolvem ações para proteção do meio ambiente. Os temas relevantes voltados à Sustentabilidade, ações, processos, práticas, sistemas e iniciativas da BAESA foram verificados por auditoria independente, que constatou o atendimento e a conformidade com o protocolo de sustentabilidade da *International Hydropower Association* (IHA).

Para comunicar a magnitude de seu impacto em contextos geográficos apropriados, a BAESA (2013, p. 19) relata que:

Com relação ao investimento nas comunidades, no biênio 2011/2012, a BAESA e parceiros aplicaram R\$ 2.507.051,56 em projetos sociais, que somado aos investimentos dos acionistas/instituto dos acionistas, alcançam o montante de R\$ 4.986.092,56, aportados em 70 projetos sociais e 93 ações de patrocínio [...].

Informa também que no biênio 2011/2012, a Usina Hidrelétrica Barra Grande repassou um total de R\$ 29.474.979,54 a título de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). São recursos transferidos mensalmente para os municípios da área de abrangência do empreendimento, estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e órgãos do Governo Federal em decorrência do uso da água para a geração da energia.

A BAESA explica que não está preocupada somente com a realização dos projetos, mas também com seus resultados e busca mensurar sua eficiência, eficácia e efetividade.

A cada três anos, a BAESA realiza pesquisas de opinião para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do

empreendimento. As informações coletadas são fundamentais para definir novas ações e aprimorar o trabalho desenvolvido. Em 2011, a BAESA recebeu os resultados de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) sobre sua atuação. Foram entrevistados moradores dos seis municípios mais próximos da Usina: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Capão Alto, em Santa Catarina, e Pinhal da Serra e Esmeralda, no Rio Grande do Sul, cujos principais resultados são apresentados no relatório (BAESA, 2013, p. 40).

O respeito ao meio ambiente é um dos valores da BAESA as ações desenvolvidas em defesa da biodiversidade ultrapassam as exigências legais, garantindo a conformidade legal ambiental e a não ocorrência de notificações, multas ou sanções disciplinares.

Para a BAESA, os empreendimentos hidrelétricos no Brasil têm impulsionado o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridos e a implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande não foi diferente. Contribuiu para melhorias nas áreas de saúde, educação, esporte, segurança pública, infraestrutura e geração de renda.

[...] Desde o início da construção do empreendimento, em 2001, a BAESA executou diversas obras nos municípios da região, como reforma de postos de saúde e unidades hospitalares, melhorias em creches, ampliação de escolas, pavimentação de rodovias, aquisição de equipamentos para instituições sociais e construção das sedes do Batalhão da Polícia Militar, Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros (BAESA, 2013, p. 30).

Tais investimentos e o apoio a projetos de geração de emprego e renda contribuem para o aumento do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nos municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Para a BAESA, essa atuação em conjunto de iniciativas e ações integradas do poder público, setor privado e da mobilização social são fundamentais para a melhoria da região.

[...] Dentro de um contexto regional de esforços coletivos, em dez anos, todas as cidades do entorno do empreendimento subiram da categoria “desenvolvimento regular” para a categoria “desenvolvimento moderado”. O município catarinense de Cerro Negro, por exemplo, aumentou seu IFDM em quase 60% nesse período, saltando de 0,3911 para 0,6171 (BAESA, 2013, p. 30).

Para evidenciar o relacionamento de temas de sustentabilidade com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, a pesquisadora retoma uma citação já utilizada no princípio da materialidade (fatores internos), ao tratar de valores, políticas e estratégias, que enfatiza a estratégia da empresa e sua relação com a sustentabilidade:

A BAESA prioriza seu trabalho socioambiental em ações e parcerias que contribuam para o desenvolvimento dos municípios localizados no entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Suas linhas de atuação e as de seus acionistas são focadas em projetos de geração de renda, preservação ambiental e promoção da saúde e segurança. Além disso, a BAESA procura converter em apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis previstos em leis de incentivos fiscais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). As linhas estratégicas definidas pela BAESA para apoiar projetos sociais estão alinhadas com os oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) (<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>) e contribuem para a formação do capital construído, social, humano e ambiental (BAESA, 2013, p. 30).

Em decorrência dos trechos identificados no relatório, percebe-se que:

1. Como visto nas análises das duas empresas anteriores em relação ao princípio do “contexto da sustentabilidade”, a amplitude deste

princípio faz referência a praticamente todo o relatório e desse modo prejudica sua identificação. Portanto, a pesquisadora realiza alguns recortes das citações que mais se aproximam dos fatores de relevância elencados pela GRI, deixando claro que as informações são muito mais complexas.

Partindo da identificação do conceito de sustentabilidade, a BAESA demonstra concretamente sua visão sobre o assunto, corroborando com o que define o primeiro princípio dos Princípios de Bellagio, conforme explicam Hardi e Zdan (1997), já citados na análise dos relatórios da Celesc e Tractebel Energia.

Sustentabilidade, para a BAESA, é:

Gerar energia utilizando recurso natural renovável e atuar de forma participativa no cotidiano da comunidade onde a Usina Hidrelétrica Barra Grande está inserida, desenvolvendo e apoiando ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região, priorizando o respeito ao meio ambiente, aos valores sociais, históricos e culturais (BAESA, 2013, p. 9).

O conceito apresentado pela BAESA, assim como o da Celesc e da Tractebel Energia, condiz com a idéia de desenvolvimento sustentável mais utilizada nas empresas e nos discursos oficiais “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável” decorrente do Relatório *Brundtland* (WCED, 1987, apud VEIGA, 2007, p. 67). Porém, percebe-se um viés fortemente relacionado ao desenvolvimento da região onde encontra-se a Usina Hidrelétrica Barra Grande.

2. A BAESA destaca seu sucesso na trajetória em direção ao desenvolvimento sustentável ao mencionar as certificações ISO 14001 e OHSAS 18001, a aprovação do Plano de Conservação Ambiental e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório (PCAU) pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o lançamento do Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP). Além disso, destaca a conformidade com o protocolo de sustentabilidade da *International Hydropower Association*.

Assim como a Tractebel Energia, a BAESA relata que suas ações ultrapassam as exigências legais, demonstrando ao leitor que a

empresa está realmente empenhada com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades do entorno, pois além de cumprir o que é legalmente definido, acrescenta suas ações voluntariamente.

3. Em relação à comunicação dos impactos causados, a BAESA pela BAESA divulga montantes investidos nas comunidades e relata que a mensuração da eficiência, eficácia e efetividade do trabalho realizado é importante. Para tanto, pesquisas são realizadas para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do empreendimento. As informações coletadas são fundamentais para definir novas ações e aprimorar o trabalho desenvolvido. Como o foco é no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região, a informação de que em um contexto regional de esforços coletivos, em dez anos, todas as cidades do entorno do empreendimento subiram da categoria desenvolvimento regular para a categoria desenvolvimento moderado é bastante interessante.

Observa-se que, assim como a Celesc e a Tractebel Energia, a BAESA também relata sobre os impactos ambientais e socioeconômicos das suas atividades com foco no seu desempenho individual e sua eficiência. A BAESA demonstra muita preocupação ao atendimento de normas internacionais de sustentabilidade, mas para tanto volta-se excessivamente para o desenvolvimento de controles, ferramentas e sistemas internos. É claro que tais procedimentos auxiliam na conquista de resultados em termos mais amplos de sustentabilidade, mas neste relatório essa situação não ficou evidenciada.

Ao descrever o relacionamento de temas de sustentabilidade com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, fica claro o foco de incremento social que a BAESA pretende alcançar.

Por fim, observa-se que os requisitos do princípio do contexto da sustentabilidade são atendidos, mas a discussão do desempenho da BAESA no contexto mais amplo da sustentabilidade requer um aprofundamento nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global.

5.3.1.4 Abrangência

O princípio da abrangência é composto principalmente por dimensões como escopo, limite e tempo (*Global Reporting Initiative, 2006*). Portanto, muitas das informações relevantes para este princípio

coincidem com informações relacionadas ao princípio da materialidade, já discutido anteriormente.

O princípio da abrangência possui quatro fatores de relevância: todas as informações e organizações relevantes para a empresa relatora foram consideradas na elaboração do relatório, todas as organizações sujeitas à influência da organização relatora foram incluídas no relatório, o relatório inclui ações significativas no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, dados relevantes que influenciariam decisões dos *stakeholders* não foram omitidos.

Os dois primeiros itens estão claramente identificados no relatório da BAESA, conforme os trechos a seguir:

O Relatório de Sustentabilidade 2011/2012 da BAESA, elaborado conforme o padrão internacional da GRI, contém dados e informações sobre o desempenho social, ambiental e econômico da BAESA – Energética Barra Grande S/A – no referido biênio. Destaca também as ações, ferramentas, projetos e programas sociais, ambientais e culturais que possuem relação direta com temas voltados à sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos [...] (BAESSA, 2013, p. 4).

Periodicamente, a BAESA divulga informações relevantes por meio de seu Relatório de Sustentabilidade, elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010. A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes GRI, organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade (BAESSA, 2013, p. 6).

Quanto à inclusão de ações significativas ocorridas no período coberto pelo relatório e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, a pesquisadora não encontrou evidências no relatório que pudessem ser vinculadas a este fator de relevância.

No que tange à omissão ou não de dados e impactos relevantes, a pesquisadora foi remetida novamente ao trecho referente à participação dos *stakeholders* no relatório, com a realização de duas

oficinas de trabalho visando acrescentar ao relatório informações relevantes.

A publicação do Relatório de Sustentabilidade foi precedida da realização de duas oficinas de trabalho com partes interessadas da BAESA. O objetivo foi ouvir colaboradores da empresa, representantes de órgãos públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande e com as quais mantêm parcerias voltadas ao desenvolvimento local e regional. A coleta de informações foi complementada com a aplicação de um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores. A realização de consultas públicas com partes interessadas da BAESA foi importante para acrescentar a este Relatório de Sustentabilidade informações consideradas relevantes pelos públicos com os quais a empresa se comunica e se relaciona (BAESA, 2013, p. 7).

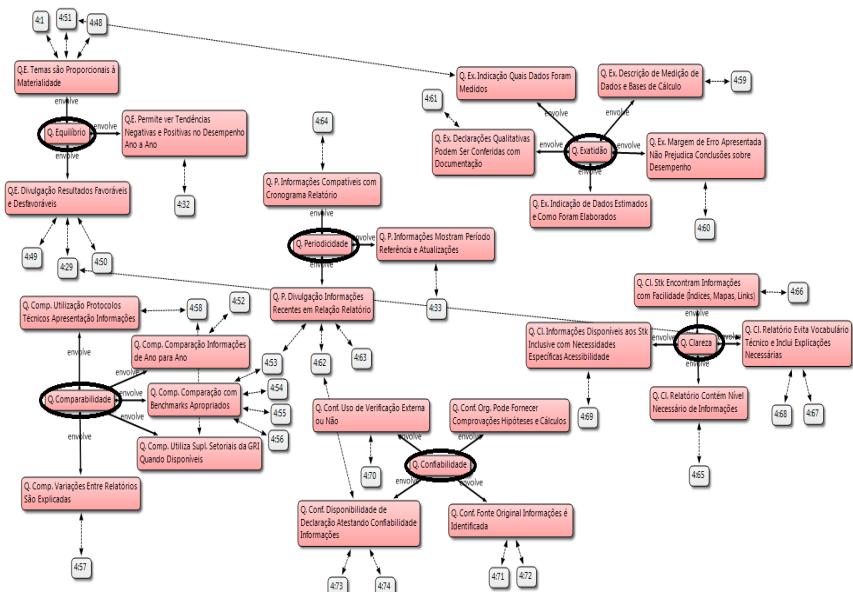
O princípio da Abrangência aparece quase como uma consequência dos três primeiros princípios. Suas dimensões, que são escopo, limite e tempo, também fazem parte do princípio da materialidade, discutido anteriormente e dos princípios de qualidade, que são tratados detalhadamente no próximo item dessa pesquisa. O escopo se refere à variedade de temas de sustentabilidade contidos no relatório. O limite se refere às unidades de negócios cujo desempenho é declarado pelo relatório e o tempo se refere à necessidade de as informações selecionadas estarem completas em relação ao período especificado no relatório.

Portanto, conforme demonstrado através das citações extraídas do relatório e na seção dos princípios de qualidade, a BAESA atende a três dos quatro requisitos do princípio da abrangência.

5.3.2 Quadro síntese princípios de qualidade – BAESA

A segunda parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de qualidade da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade da BAESA. Os resultados são demonstrados na Figura 14.

Figura 14 – Princípios de Qualidade da GRI – BAESA



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 14, elaborada a partir do Atlas. Ti, demonstra a presença dos seis princípios de qualidade no relatório de sustentabilidade da BAESA. Observa-se que para os seis princípios de qualidade foram encontrados trechos de texto no relatório (APÊNDICE I), entretanto nem todos os fatores de relevância propostos pela GRI foram abordados. Outra observação é que alguns trechos destacados do relatório atendem aos requisitos de mais de um princípio, portanto aparecem citados mais de uma vez nas análises realizadas. As percepções acerca da presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir.

5.3.2.1 Equilíbrio

O princípio do Equilíbrio propõe que a organização relatora divulgue tanto aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada por parte dos stakeholders.

Três fatores de relevância devem ser considerados: a divulgação de temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis, o formato que permita aos usuários avaliar o desempenho de ano para ano e a ênfase em diferentes temas proporcionalmente à materialidade do relatório.

No relatório da BAESA, a divulgação de temas favoráveis é muito presente e há a divulgação de algumas informações negativas, como se percebe no trecho a seguir:

Em 2011, a Usina Hidrelétrica Barra Grande registrou excelente performance, com geração de 4.075 GWh – equivalente a 122,2% da energia assegurada e índice de disponibilidade médio de 94,68%. Já a geração durante o ano de 2012 ficou abaixo da média histórica em função das condições hidrológicas desfavoráveis. Como resultado, o volume de geração ficou em 1.832 GWh, representando 55% da energia assegurada. Apesar disso, o índice de Disponibilidade médio alcançou 94,56%, muito acima dos 85,31% exigidos no contrato de concessão (BAESSA, 2013, p. 12).

Quanto ao formato de apresentação das informações e a possibilidade de avaliação no desempenho da organização de ano para ano, a BAESA (2013, p. 4) demonstra que decidiu fazer da transparência e da comunicação ferramentas de gestão imprescindíveis. Informa que “esta é a terceira edição do Relatório de Sustentabilidade, e a primeira em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o interesse da BAESA em aprimorar sua comunicação”.

Em relação à proporcionalidade dos temas do relatório em relação à sua materialidade, a BAESA apresenta a sua gestão e desempenho no biênio 2011/2012, levando em consideração os aspectos de gestão econômica, ambiental, social e compromisso com a melhoria contínua.

Em relação ao princípio do Equilíbrio, depreende-se que:

1. Assim como nos relatórios da Celesc e da Tractebel Energia, igualmente na BAESA as informações positivas são notadamente mais presentes no relatório do que as negativas. O trecho citado inclusive explica o porquê de uma pequena variação na performance da geração de energia da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Porém, não se pode falar em equilíbrio entre as informações. A ênfase do relatório é nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis.

5.3.2.2 Comparabilidade

O princípio da comparabilidade consiste na apresentação das informações de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Os fatores de relevância são cinco: o relatório e suas informações podem ser comparados de um ano para o outro, o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados, as variações significativas entre informações que estão nos relatórios podem ser identificadas e explicadas, o relatório utiliza protocolos para compilação, medição e apresentação de informações e o relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.

A BAESA desenvolveu seu relatório pela primeira vez com base nas diretrizes da GRI.

Periodicamente, a BAESA divulga informações relevantes por meio de seu Relatório de Sustentabilidade, elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010. A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da GRI, organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade (BAESA, 2013, p. 6).

Para verificar se o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados e se o relatório utiliza protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes, foram encontradas várias referências:

Com relação à segurança física da barragem principal e das demais estruturas da Usina, controles e monitoramentos realizados por 120 instrumentos existentes ao longo da barragem e estruturas civis asseguram integridade física e

adoção de medidas preventivas e corretivas. Além disso, inspeções periódicas promovidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) revelam conformidade com seus padrões de segurança (BAESA, 2013, p. 13).

A atenção redobrada aos aspectos relacionados com saúde e segurança no trabalho resultou em conquista relevante: desde março de 2008, a Usina Hidrelétrica Barra Grande não registra acidentes com lesão. São 1,6 milhão de horas em que os serviços de Operação e Manutenção, e também as atividades de campo, são realizados sem a ocorrência de doenças ocupacionais e acidentes com lesão que tenham resultados em tratamento médico, restrição ao trabalho ou afastamento. Esse bom desempenho deve-se, em grande parte, à implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Usina Hidrelétrica Barra Grande, que possibilitou a obtenção da Certificação OHSAS 18001 (BAESA, 2013, p. 44).

Dispor de um corpo funcional capacitado é uma das premissas básicas adotadas pela BAESA para alcançar a excelência no setor em que atua. Um bom exemplo disso foi a participação e a aprovação de todos os operadores em um processo de avaliação aplicado pela CPFL Geração, respondendo 50 questões formuladas sobre equipamentos e sistemas da Usina, e também procedimentos de rede do NOS (BAESA, 2013, p. 47).

Quanto às variações significativas entre informações que estão nos relatórios e sua identificação e explicação, o que se encontra no relatório da BAESA é novamente a informação de que esta é a terceira edição do relatório de sustentabilidade, sendo a primeira em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o interesse da BAESA em aprimorar sua comunicação. As informações contidas no relatório refletem a participação de partes interessadas.

A BAESA utiliza os Indicadores Setoriais de Energia Elétrica da GRI.

As informações acima permitem verificar que a BAESA atende aos cinco requisitos propostos para o princípio da comparabilidade, apesar de este ser o primeiro relatório elaborado conforme as Diretrizes da GRI, o que prejudica num primeiro momento o acompanhamento e análise das mudanças no desempenho da organização. Entretanto, a metodologia da GRI permite que se faça comparações com outras organizações do setor, o que é bastante interessante na análise do desempenho da empresa.

5.3.2.3 Exatidão

O princípio da exatidão busca a precisão e detalhamento no relato das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização. Possui cinco fatores de relevância: o relatório indica quais dados foram medidos, as técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes, a margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar os *stakeholders* e suas conclusões sobre o desempenho, o relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas e as declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.

O atendimento aos dois primeiros fatores de relevância no relatório da BAESA se dá conforme os trechos a seguir:

A apresentação de tais temas seguiu a distribuição em quatro áreas: Gestão Econômica, Gestão Ambiental, Gestão Social e Compromisso com a Melhoria Contínua. Ao longo do texto, à medida que os indicadores são informados, há a citação numérica correspondente, cuja descrição pode ser consultada na tabela das páginas 50 a 53 (BAESA, 2013, p. 9).

“As técnicas de medição de dados e bases para cálculos estão descritas próximo de tabelas e gráficos” (BAESA, 2013, p. 50).

O fator de relevância sobre a margem de erro para os dados quantitativos e sua influência sobre os *stakeholders* não é especificamente informado no relatório, mas uma interpretação extensiva permite perceber que a comunicação é ferramenta primordial

no relacionamento da empresa com as partes interessadas, que estabelece ações criativas e canais específicos para alcançar seus diversos públicos.

Com relação aos dados que foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas, a pesquisadora não encontrou nenhuma informação no relatório que pudesse ser vinculada a este fator de relevância.

Finalmente, em relação às declarações qualitativas do relatório e sua validação, a BAESA informa que:

Com a identificação, controle e mitigação das principais interferências da Usina Hidrelétrica Barra Grande na região, o empreendimento alcançou momento de estabilidade e constata boas oportunidades para concretizar potencialidades e fortalecer sua atuação socioambiental e sua imagem institucional. A empresa tem se baseado em pesquisas realizadas pelo Ibope, reuniões com lideranças e participação em eventos para obter informações que ajudem a implementar ações desejadas pela população. O diálogo constante com as partes interessadas é uma das ferramentas utilizadas pela BAESA para nortear seu trabalho e sua conduta (BAESA, 2013, p. 49).

A pesquisadora não encontrou no relatório da BAESA trechos que correspondessem exatamente a três dos cinco fatores de relevância vinculados ao princípio da exatidão, mas isso não quer dizer que o relatório não apresenta informações precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o seu desempenho. Isso significa que a empresa não escreveu especificamente sobre aqueles fatores, mas de um modo geral percebe-se que o relatório apresenta as informações de forma clara e com consistência.

5.3.2.4 Periodicidade

O princípio da periodicidade se refere à publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentais. A GRI define três questões importantes para o princípio da periodicidade: as informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em

relação ao período coberto pelo relatório, a coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade e as informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.

O relatório da BAESA (2013) apresenta a gestão e o desempenho da BAESA e da Usina Hidrelétrica Barra Grande no biênio 2011/2012. Não há data de publicação no relatório, mas a Declaração de Verificação Independente da *Bureau Veritas Certification Brasil* (*Bureau Veritas*) é de Agosto de 2013.

O Relatório de Sustentabilidade da BAESA (2013) atende ao nível B+ da metodologia do GRI, que exige o atendimento a todos os indicadores de perfil e, ao menos, um indicador de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico (EC), Ambiental (EN), Direitos Humanos (HR), Práticas Trabalhistas (LA), Sociedade (SO), Responsabilidade pelo Produto (PR) e Indicadores Setoriais – Energia (EU), totalizando, no mínimo, 20 indicadores. Posteriormente, o conteúdo foi avaliado por auditoria externa, fato que confere legitimidade ao documento.

A publicação regular do relatório é importante para que os *stakeholders* possam integrá-lo eficazmente ao seu processo decisório. A BAESA, assim como a Celesc, publicou pela primeira vez o relatório conforme as Diretrizes da GRI. Nenhum dos relatórios analisados possui uma data de edição ou publicação. Assim, partindo-se do pressuposto que a “Declaração de Verificação Independente”, documento que faz parte do relatório, foi feita após a conclusão do relatório, tem-se a data de 29 de Agosto de 2013. A GRI não esclarece quanto tempo deve transcorrer entre a conclusão do relatório e sua publicação para que as informações sejam consideradas “recentes” em relação ao período coberto pelo relatório, portanto, não é possível afirmar que a BAESA não cumpriu com esse requisito do princípio.

5.3.2.5 Clareza

Com o princípio da Clareza, a *Global Reporting Initiative* (2006) pretende garantir que o relatório seja comprehensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório.

Para tanto, destaca quatro aspectos importantes: a manutenção do nível necessário de informações para atender às expectativas dos *stakeholders*, evitando detalhes excessivos e desnecessários, o uso de

índices, mapas, links ou outras ferramentas para auxiliar na busca das informações, o uso de vocabulário técnico apenas em situações muito necessárias, já que tais termos tendem a ser pouco conhecidos pelos *stakeholders*, a inclusão de explicações ou glossário, a disponibilização dos dados e informações do relatório aos *stakeholders*, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes).

Em relação ao primeiro aspecto, a BAESA (2013) informa que a realização de consultas públicas com partes interessadas foi importante para acrescentar ao relatório informações consideradas relevantes pelos *stakeholders*.

Para o segundo aspecto, esclarece que:

Este Relatório de Sustentabilidade foi publicado em versão impressa e distribuída entre os públicos de interesse. O conteúdo está disponível também no site www.baesa.com.br. Em caso de dúvidas, sugestões ou críticas, convidamos o leitor a entrar em contato conosco pelo e-mail: contato@baesa.com.br (BAESA, 2013, p. 9).

Já em relação aos dois aspectos seguintes, a BAESA (2013, p. 38) relata que a comunicação com as partes interessadas é muito importante para a empresa. Por isso,

[...] a BAESA vale-se da elaboração de publicações impressas (Jornal Institucional Informativo Barra Grande e Relatório da Administração), mídia eletrônica, diálogo constante e troca de informações para fortalecer a transparência e a credibilidade.

Outra iniciativa para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos foi a construção do Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC. A BAESA busca manter relações corporativas com entidades públicas que representam municípios do entorno da Usina, como a Associação para o Desenvolvimento da Região dos Lagos (ADREL), Associação dos Municípios da Serra Catarinense (AMURES) e a Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (AMUCSER).

Observa-se que a BAESA atende plenamente ao princípio da Clareza. O relatório da BAESA possui 58 páginas, sendo de leitura acessível, o que facilita a leitura, o entendimento das informações e sua utilização por parte dos *stakeholders*.

5.3.2.6 Confiabilidade

A Confiabilidade está fortemente vinculada à possibilidade de verificação do conteúdo do relatório por outras partes que não as que o elaboraram. Quatro fatores de relevância devem ser considerados: a identificação da abrangência da verificação externa, a identificação da fonte original das informações do relatório pela organização, o fornecimento de comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos e a disponibilização de uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.

A identificação da abrangência da verificação externa aparece no trecho a seguir:

“[...] O conteúdo foi avaliado por auditoria independente, de modo a conferir legitimidade ao documento”. (BAESA, 2013, p. 4).

Quanto à identificação da fonte original das informações, a BAESA informa que os acionistas realizam auditorias e verificações constantes para medir o desempenho da gestão organizacional. Internamente, a empresa conduz auditorias e monitoramentos preventivos para avaliar processos e procedimentos nas áreas financeira, tributária, meio ambiente e segurança do trabalho.

O terceiro fator de relevância refere-se ao fornecimento de comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos e a pesquisadora não encontrou nenhuma referência no relatório a este fator de relevância.

Quanto à disponibilidade de uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis, destaca-se a conclusão da empresa de Auditores Independentes que elaborou a declaração de verificação independente, documento que consta do relatório e que foi a seguinte:

Com base em nossa verificação concluímos que o Relatório foi elaborado seguindo os critérios de conteúdo e qualidade da Diretriz GRI-G3, atende aos Princípios nela estabelecidos e apresenta de

forma adequada os indicadores necessários, o que confere à BAESA o nível de aplicação B+ (BAESA, 2013, p. 57).

Tal declaração confere confiabilidade ao relatório da BAESA (2013).

Para conferir ainda mais confiabilidade ao relatório, há na página 4 uma Mensagem da Administração atestando a veracidade das informações do relatório.

A partir das informações encontradas, depreende-se que a BAESA atende plenamente ao princípio da Confiabilidade.

5.4 CONSÓRCIO MACHADINHO E MAESA

O Consórcio Machadinho é uma empresa privada, de capital fechado, criado em 1997 por empresas que atuam no segmento de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como na prestação de serviços de valor agregado. Para a implantação da Usina Hidrelétrica Machadinho, as integrantes do Consórcio constituíram uma empresa de propósito específico, a Machadinho Energética S.A. (MAESA), voltada à tomada de empréstimos financeiros para a realização da obra. Tanto o Consórcio, quanto a Maesa têm sede em Florianópolis (SC) (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Em 1998 teve início a construção da Usina Hidrelétrica Machadinho, cuja concessão foi dada ao Consórcio Machadinho até o ano de 2032, podendo ser renovada. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

A Usina Hidrelétrica Machadinho está localizada na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – entre o município gaúcho Maximiliano de Almeida e o catarinense Piratuba. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

O empreendimento começou a operar em 2002 e realiza o aproveitamento hidrelétrico das águas do Rio Pelotas, principal afluente do Rio Uruguai, que forma uma das maiores bacias hidrográficas do Sul do Brasil. Além de Piratuba e Maximiliano de Almeida, outros oito municípios integram a área de abrangência do reservatório: Capinzal, Zortéa, Celso Ramos, Campos Novos e Anita Garibaldi, em Santa Catarina, e Machadinho, Barracão e Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

A Usina Hidrelétrica Machadinho possui três unidades geradoras de 380 MW com potência instalada total de 1.140 MW,

suficiente para atender aproximadamente 15% da demanda de energia elétrica somada dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A produção da UHE Machadinho integra o Sistema Interligado Nacional (SIN). (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Comparada a outros empreendimentos do setor, a capacidade de geração da UHE Machadinho é considerada elevada em relação à área de seu reservatório, que tem 500 quilômetros de perímetro. A barragem tem 700 metros de comprimento e 126 metros de altura. Uma casa de força do tipo abrigada aloja as três unidades de geração. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Em 2011, a Usina registrou a maior produção de energia desde que começou a operar: 7.214 GWh. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

O Relatório de Sustentabilidade 2011 do Consórcio Machadinho e da MAESA segue as Diretrizes da GRI pela primeira vez e responde aos indicadores necessários para classificá-lo como nível C (autodeclarado). Os indicadores da GRI são apresentados ao final da publicação, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica (EC), ambiental (EN), social (SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto/serviço (PR). (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

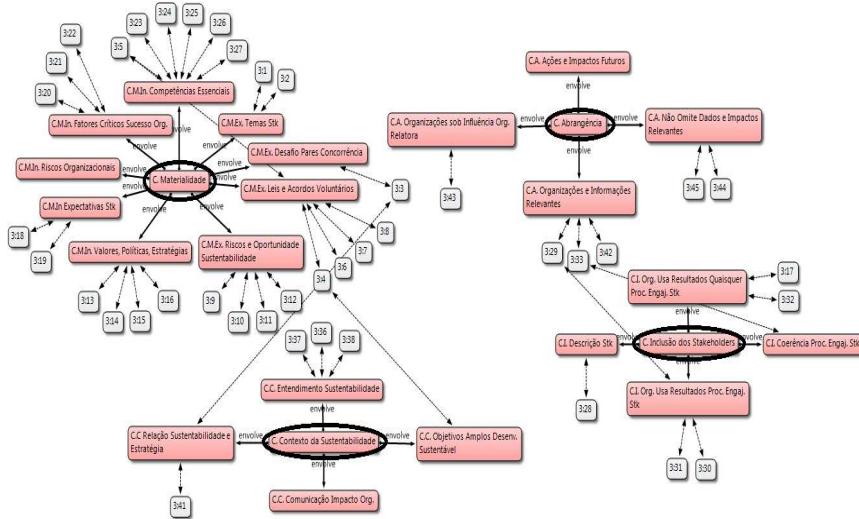
A fim de identificar demandas de informação de seus principais *stakeholders*, as empresas consultaram representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram os seguintes temas como prioritários para abordagem no Relatório: perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho; estrutura de governança corporativa de Consórcio Machadinho e MAESA; políticas e programas de gestão ambiental; programa de Educação Ambiental; investimentos em programas e ações sociais e gestão de pessoas. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Os participantes da consulta foram os colaboradores, comunidade, imprensa, fornecedores, acionistas, entidades representativas e empresas do setor elétrico.

5.4.1 Quadro síntese princípios de conteúdo – Consórcio Machadinho e Maesa

A primeira parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de conteúdo da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade do Consórcio Machadinho e Maesa. Os resultados são demonstrados na figura 15.

Figura 15 – Princípios de Conteúdo da GRI – Consórcio Machadinho e Maesa



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 15, elaborada a partir do Atlas.Ti, demonstra a presença dos quatro princípios de conteúdo no relatório de sustentabilidade do Consórcio Machadinho e Maesa. Observa-se que nem todos os quatro princípios de conteúdo e seus respectivos fatores de relevância possuem vinculação com trechos de texto no relatório. (APÊNDICE F). As percepções acerca da presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir.

5.4.1.1 Materialidade

Como visto na análise dos princípios da Celesc, Tractebel Energia e BAESA, a materialidade relaciona-se com assuntos como a missão geral e a estratégia competitiva da organização, preocupações expressas pelos *stakeholders*, expectativas sociais mais amplas e o raio de influência da organização sobre entidades. As expectativas expressas em normas e acordos internacionais que a organização deve cumprir também deverão ser consideradas.

Os fatores externos relacionados à Materialidade são: os temas levantados pelos *stakeholders*, os desafios relatados pelos pares e

concorrência, os regulamentos, leis e acordos voluntários e os riscos e oportunidades de sustentabilidade.

As empresas (Consórcio Machadinho e Maesa) relatam que consultaram representantes de seus públicos interessados, através de um questionário, com o objetivo de identificar demandas de informação. Os seguintes temas foram considerados como prioritários para abordagem no Relatório: perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho; estrutura de governança corporativa de Consórcio Machadinho e Maesa; políticas e programas de gestão ambiental; programa de educação ambiental; investimentos em programas e ações sociais e gestão de pessoas MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Em relação aos desafios para o setor, as empresas destacam a construção do caminho para o desenvolvimento sustentável com a agregação de mais e mais parcerias, conforme se verifica pelo trecho a seguir extraído da Mensagem da Administração no relatório:

[...] Assim construiremos um futuro mais justo, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. Agradecemos a todos que nos acompanham nessa jornada, em especial aos colaboradores, acionistas e parceiros, por toda dedicação e comprometimento. Temos a certeza de que, juntos, estamos preparados para os desafios dos próximos 10 anos (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 7).

Quanto aos regulamentos ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus *stakeholders*, as empresas relatam que seus avanços nas conquistas operacionais reforçam a qualidade das práticas relacionadas à conservação ambiental. Em 2011, esse esforço foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que retificou a Licença Ambiental de Operação da Usina, reduzindo o número de condicionantes necessárias à sua renovação e permitindo o ajuste das mesmas.

Além das ações junto aos órgãos ambientais, a parceria com a comunidade para proteger o meio ambiente é destacada pelas empresas. Os mutirões de limpeza nas margens do Rio Uruguai e a formação de pessoas da comunidade para atuarem como agentes ambientais,

exercendo o papel de multiplicadores, são exemplos de parcerias que contribuem para a construção de uma sociedade mais consciente.

O desenvolvimento social da região da UHE Machadinho também é foco das ações de parceria. Por meio de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades representativas da comunidade, o Consórcio Machadinho, a Maesa, o Instituto Alcoa e a Tractebel Energia investiram R\$ 2 milhões em 23 projetos nas áreas de educação, saúde, segurança e desenvolvimento sócio-cultural. O Consórcio Machadinho desenvolve um Programa de Educação Ambiental em parceria com a Tractebel Energia, considerado estratégico para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável. A área do reservatório da UHE Machadinho conta com equipes de vigilância ambiental e sócio-patrimonial. A fiscalização ambiental é realizada por meio de acordos de cooperação firmados com a Polícia Ambiental dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em termos de impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade, as empresas apostam no monitoramento de aspectos relacionados à água, clima, solo, fauna e flora na região da Usina “para garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades [...]” (MACHADINHO ENERGIA S.A., 2011, p. 29).

O trecho a seguir demonstra como ocorre esse monitoramento e como os seus resultados foram reconhecidos por entidades normativas certificadoras nacionais e internacionais:

[...] Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho) (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 29).

Uma das principais ações desenvolvidas pelo Consórcio Machadinho na região é o Programa de Educação Ambiental em

parceria com a Tractebel Energia, com o objetivo de fortalecer o relacionamento da empresa com a comunidade e avançar rumo ao desenvolvimento sustentável.

A partir do que foi visto, algumas reflexões podem ser feitas:

1. Os temas que merecem estar no relatório são definidos levando-se em consideração o princípio da Materialidade. Portanto, é importante que a organização defina e divulgue no seu relatório quem são os seus *stakeholders* e quais são os temas mais representativos e que devem ser abordados na publicação.

O Consórcio Machadinho e Maesa relatam que consultaram representantes de seus públicos de interesse, por meio de um questionário, para obtenção de informações sobre os temas de interesse de seus principais *stakeholders*. Os seguintes temas foram considerados como prioritários para abordagem no Relatório: perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho; estrutura de governança corporativa de Consórcio Machadinho e Maesa; políticas e programas de gestão ambiental; programa de educação ambiental; investimentos em programas e ações sociais e gestão de pessoas (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Participaram da consulta: colaboradores, comunidade, imprensa, fornecedores, acionistas, entidades representativas e empresas do setor elétrico.

Quanto aos temas abordados no relatório, percebe-se claramente a presença da dimensão ambiental e social, mas não há menção à dimensão econômica, o que contrasta com o interesse dos *stakeholders* da Tractebel Energia, por exemplo, cujo interesse por informações econômicas é bastante claro. Percebe-se que o Consórcio Machadinho e Maesa têm foco na gestão ambiental e na formação de parcerias para o desenvolvimento social.

Novamente um fato curioso é o interesse dos *stakeholders* pelo perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho, assim como na BAESA e Usina Hidrelétrica Barra Grande. Outro tema que não havia sido mencionado como prioritário para os *stakeholders* das outras três empresas analisadas e que foi mencionado no relatório do Consórcio Machadinho e MAESA foi a estrutura de governança corporativa das empresas.

Assim como foi percebido em relação à Celesc, à Tractebel Energia e à BAESA, é interessante o fato de que, em termos amplos, os *stakeholders* considerados pelo Consórcio Machadinho e Maesa são praticamente os mesmos mencionados pelas outras três empresas.

Observa-se que no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa as informações referentes à consulta aos *stakeholders* são bastante objetivas e sem maiores explicações ou detalhes. Também não há informações referentes ao momento da realização da consulta, se antes ou durante a elaboração do relatório.

Mais uma vez observa-se que, assim como ocorre com a Celesc, com a Tractebel Energia e com a BAESA, os *stakeholders* do Consórcio Machadinho e MAESA são numerosos e diversificados, prejudicando o atendimento aos seus anseios em termos de informação.

2. O relatório (2011) do Consórcio Machadinho e Maesa também foi elaborado pela primeira vez conforme as Diretrizes da GRI, assim como os relatórios da Celesc e BAESA. Entretanto, é possível constatar através dos trechos extraídos do relatório que a sustentabilidade não é assunto novo para as empresas, que vêm evoluindo na sua maneira de atuação. Em 2011, a retificação da Licença Ambiental de Operação da Usina pelo IBAMA, com a redução do número de condicionantes e seu ajuste foi uma importante conquista no campo ambiental.

As certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho) que a UHE Machadinho possui também evidenciam a atuação sustentável das empresas.

Os investimentos na ordem de R\$ 2 milhões em 23 projetos nas áreas de educação, saúde, segurança e desenvolvimento sócio-cultural por meio de convênios firmados entre o Consórcio Machadinho, a Maesa, o Instituto Alcoa e a Tractebel Energia com prefeituras municipais e entidades representativas da comunidade, demonstram a busca ao atendimento das demandas prioritárias da comunidade, tendo como maior objetivo a melhoria das condições de vida das pessoas.

Frente às evidências relatadas, observa-se que o Consórcio Machadinho e Maesa atendem aos fatores de relevância externos relacionados ao princípio da Materialidade.

Os fatores internos relacionados à Materialidade, como já visto anteriormente, são: os valores, políticas e estratégias, as expectativas dos *stakeholders*, os riscos organizacionais, os fatores críticos para o sucesso da organização e as competências essenciais.

O Consórcio Machadinho e Maesa escrevem sobre seus valores em trechos diversos do relatório, sendo que pesquisadora identificou os seguintes valores como fundamentais: a ética e transparência, o respeito ao meio ambiente e a valorização do capital humano.

As empresas também não descrevem especificamente os conceitos de visão, missão e estratégia. É possível identificar ao longo do relatório Machadinho Energética S.A. (2011, p.17) que as empresas “têm como base o compartilhamento de decisões e a busca contínua por eficiência na administração”; que a ética permeia a condução dos negócios em todas as suas esferas; que as empresas atuam em um processo contínuo de conscientização da comunidade do entorno quanto à necessidade de proteger e conservar os recursos naturais; que “a valorização do capital humano é um princípio fundamental à conduta dos negócios de Consórcio Machadinho e Maesa” (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 48).

Em relação aos interesses/expectativas dos *stakeholders*, o Consórcio Machadinho e Maesa buscam gerar resultados para a comunidade do entorno e manter a transparência nas relações com seus públicos de interesse, como se pode verificar pelos trechos a seguir:

A Usina Hidrelétrica Machadinho gera resultados para a comunidade de entorno por meio do pagamento de impostos, da criação de empregos, de gestão ambiental, do desenvolvimento econômico e da promoção de ações focadas em responsabilidade social. Em parceria com órgãos públicos e entidades de terceiro setor dos municípios da área de abrangência, Consórcio Machadinho e Maesa promovem, patrocinam e apoiam diversos projetos de iniciativa das comunidades (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 41).

Para manter a transparência nas relações com seus públicos de interesse, o Consórcio Machadinho investe em ferramentas eficientes de comunicação, que incluem a manutenção de uma Assessoria de Comunicação na área do empreendimento, onde estão concentrados seus principais *stakeholders*. Por meio da Assessoria, são periodicamente oferecidas informações aos veículos de comunicação, em especial aos dos municípios da área de abrangência. Em complemento às informações divulgadas pela imprensa, o Consórcio Machadinho utiliza meios de comunicação direta com seus públicos, como informativos, *folders* e programas institucionais

de rádio (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 48).

Em relação ao fator de relevância principais riscos para a organização, a pesquisadora não encontrou no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa nenhum trecho consistente que pudesse ser vinculado a este item. As empresas demonstram ao longo do seu relatório, de modo esparsa, que os riscos organizacionais existem e são conhecidos, mas a falta de um item específico ou uma citação mais objetiva relacionada a este assunto impediu a evidenciação. A palavra riscos, inclusive é citada apenas duas vezes no relatório, sendo uma vez ao explicar que:

[...] O lubrificação de bombas e tanques de drenagem da Usina é realizada por meio de um sistema que utiliza água, em vez de óleo mineral, evitando, assim, riscos de derramamentos ou vazamentos de óleo (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 36).

A segunda é utilizada no trecho a seguir: “Em relação à segurança no local do trabalho, o Consórcio desenvolve uma série de ações e programas focados na prevenção e controle de riscos” (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 50).

Os fatores críticos para o sucesso organizacional não são diretamente abordados no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa, mas a pesquisadora encontrou um trecho na Mensagem da Administração que evidencia tais fatores:

[...] O sucesso conquistado pelo empreendimento ao longo da última década é resultado de um processo contínuo de melhoria, construído ano após ano. [...] Em 2011, a Usina alcançou seu recorde de geração: foram 7.214 GWh produzidos, um incremento de 16% em relação a 2010. O índice de disponibilidade se manteve acima da meta prevista, alcançando 97,42%. Além de um regime de chuvas favorável, contribuíram de forma decisiva para esse desempenho a moderna infraestrutura tecnológica da Usina e, especialmente, a equipe altamente qualificada que opera e gerencia o empreendimento. À medida

que avançamos nas conquistas operacionais, buscamos conferir ainda mais qualidade às práticas focadas em conservação ambiental [...]. Além das ações junto aos órgãos ambientais, contamos sempre com a parceria da comunidade para proteger o meio ambiente. [...] Também com base em parcerias desenvolvemos, em 2011, uma série de ações focadas no desenvolvimento social da região da UHE Machadinho [...] (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 6-7).

As competências essenciais das empresas também não são diretamente descritas no relatório, mas ao longo do texto é possível identificá-las. A capacidade de formar parcerias com o poder público, com representantes da comunidade e outras empresas do setor elétrico conduz a uma série de ações vinculadas ao desenvolvimento social da região da UHE Machadinho. O trabalho em conjunto com a comunidade, “cada vez mais ciente de que uma empresa não deve substituir o Estado”, resulta em projetos que trazem benefícios reais às pessoas e ao meio ambiente. (MACHADINHO ENERGIA S.A., 2011, p. 7). O Programa de Educação Ambiental, em parceria com a Tractebel Energia, é um diferencial estratégico “para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável” (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 30).

Outro destaque é a consciência corporativa quanto à responsabilidade socioambiental e a utilização da força de trabalho regional, que corresponde à maioria dos colaboradores.

Com base no que foi descrito com referência ao Consórcio Machadinho e Maesa, observa-se que:

1. Em relação ao princípio da Materialidade, a pesquisadora percebeu que o Consórcio Machadinho e Maesa, mesmo não tendo expressamente respondido a alguns dos fatores de relevância propostos pela GRI, atenderam aos requisitos do princípio. Essa afirmação é possível em função das informações encontradas ao longo do relatório referentes à Materialidade. Percebe-se que a atuação do Consórcio Machadinho e Maesa é voltada para a formação de parcerias e para o desenvolvimento social e ambiental da região onde a Usina Hidrelétrica Machadinho está inserida.

Assim como a BAESA, observa-se que o Consórcio Machadinho e Maesa demonstram grande interesse em formalizar

parcerias e adequar suas práticas aos protocolos e normas internacionais de sustentabilidade com o objetivo de obter certificações segundo as melhores práticas. Uma grande conquista foi a retificação da Licença Operacional da Usina pelo IBAMA, com a redução do número de condicionantes e seus ajustes.

A ausência de conceitos específicos referentes à estratégia, visão, missão e valores da empresa não significa que tais itens não existam nas empresas. A pesquisadora conseguiu identificá-los em vários trechos do relatório e estão relacionados à ética e transparência, respeito ao meio ambiente, valorização do ser humano e formação de parcerias.

2. Analisando as informações fornecidas pela Celesc, Tractebel Energia, BAESA e Consórcio Machadinho e Maesa em seus relatórios de sustentabilidade e em relação às questões debatidas neste item, levando-se em consideração que são empresas completamente diferentes, mas que a utilização das Diretrizes da GRI permite a comparação entre as empresas, é possível verificar que as quatro organizações estão em busca do desenvolvimento sustentável, já que o tema está presente em seus relatórios de sustentabilidade, que por sua pretendem ser um reflexo dos projetos e ações de sustentabilidade das empresas.

O Consórcio Machadinho e Maesa produziram seu relatório pela primeira vez seguindo as Diretrizes da GRI com o propósito de monitorar as informações e comunicar seu desempenho relacionado à sustentabilidade.

Percebe-se que o relatório do Consórcio Machadinho e Maesa é direto e conciso, diferentemente dos relatórios da Celesc e Tractebel Energia que, até por serem empresas maiores, possuem um relatório bem mais detalhado e extenso.

Destaca-se também em relação ao Consórcio Machadinho e Maesa a questão dos riscos organizacionais, que não é explorada no relatório, assim como ocorre no relatório da BAESA e Celesc e diferentemente do relatório da Tractebel Energia.

5.4.1.2 Inclusão dos *Stakeholders*

Segundo a *Global Reporting Initiative* (2006), a empresa necessita documentar o processo de engajamento dos *stakeholders* para definir com quais se engajou, como, quando e de que modo esse

engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da Companhia.

Os fatores de relevância em relação ao princípio da inclusão dos *stakeholders* são: a descrição dos *stakeholders*, a utilização dos resultados dos processos de engajamento no conteúdo do relatório e nas atividades contínuas da organização, a utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento elaborados especificamente para a confecção do relatório e a coerência dos processos de engajamento com o escopo e limites do relatório.

Sobre a descrição dos *stakeholders*, o Consórcio Machadinho e Maesa informam que seus principais públicos de interesse são:

Colaboradores, comunidade, imprensa, fornecedores, governo, acionistas, entidades sociais e ambientais, instituições financeiras e empresas do setor elétrico (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 9).

Em relação à utilização dos resultados dos processos de engajamento dos *stakeholders* no conteúdo do relatório, o Consórcio Machadinho e Maesa relatam que têm por objetivo transmitir informações qualificadas sobre suas atividades e da Usina Hidrelétrica Machadinho (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011).

Para fortalecerem sua relação com diferentes públicos, as empresas desenvolvem programas e projetos sociais em regiões consideradas prioritárias para atuação, mediante a utilização de recursos próprios ou incentivos de leis federais e estaduais de apoio à cultura, ao esporte e à inclusão social.

A transparência é considerada elemento fundamental para um bom relacionamento com seus públicos de interesse e por isso o Consórcio Machadinho investe em ferramentas eficientes de comunicação, que incluem a manutenção de uma Assessoria de Comunicação na área do empreendimento, onde estão concentrados seus principais *stakeholders*. A Assessoria informa os veículos de comunicação, com atenção especial aos dos municípios da área de abrangência. Além disso, o Consórcio Machadinho utiliza meios de comunicação direta com seus públicos, como informativos, folderes e programas institucionais de rádio.

Quanto à utilização dos resultados de quaisquer processos de engajamento de *stakeholders* no conteúdo do relatório e a coerência com o seu escopo e limite, além de publicarem o relatório de sustentabilidade

tendo consultado seus principais públicos de interesse, as empresas apontam os Centros de Atendimento à População (CAPs) como instrumentos que permitem a aproximação e o diálogo entre o Consórcio Machadinho e as comunidades de entorno. Com um CAP localizado no município de Piratuba (SC) e outro no município de Barracão (RS), a UHE Machadinho se dispõe a ouvir os integrantes da comunidade e buscar soluções conjuntas.

O relatório do Consórcio Machadinho e da Maesa segue as Diretrizes da GRI pela primeira vez em 2011 e já responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado). Os dados fornecidos pelo relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa). Publicado em português, presta contas do exercício de 2011, tendo periodicidade anual.

Frente ao exposto, fazem-se as seguintes reflexões:

1. O Consórcio Machadinho e Maesa evidenciam através das informações relatadas que o engajamento dos *stakeholders* é importante para a atuação da empresa. Procuram demonstrar que existem vários meios de comunicação com os *stakeholders*. Porém, assim como ocorre com o relatório da Celesc, Tractebel Energia e BAESA, igualmente no relatório das empresas não fica evidente como os processos de consulta aos *stakeholders* são documentados e como (e se) podem ser acessados para verificação. Também não há clareza quanto à maneira de influência do engajamento dos *stakeholders* no conteúdo do relatório.

2. O Consórcio Machadinho e Maesa relacionam quem consideram que são os seus *stakeholders*. Como já mencionado nas inferências relacionadas ao princípio da materialidade, essa diversidade de partes interessadas dificulta a conciliação e o atendimento às expectativas dos *stakeholders*. A GRI faz menção, nas suas Diretrizes, às visões conflitantes que a organização poderá encontrar entre seus *stakeholders* e sugere que a empresa explique como buscou o equilíbrio nas decisões tomadas na elaboração do relatório. É interessante observar que a própria GRI é bastante otimista quando afirma que a organização “poderá” encontrar visões conflitantes entre seus *stakeholders*.

O Consórcio Machadinho e Maesa relatam que procuram estar sempre em contato com as partes interessadas, mas não explicam como encontram o equilíbrio e como ultrapassam as eventuais divergências existentes entre os *stakeholders*.

Assim como demonstrado no relatório da BAESA, o Consórcio Machadinho menciona que os CAPs são bons instrumentos de

comunicação com a comunidade. Porém, assim como ocorre no relatório da BAESA, o Consórcio Machadinho não relata os resultados dessas iniciativas. O detalhamento dos resultados poderia aprofundar a contribuição dos *stakeholders* ao conteúdo do relatório.

3. De um modo geral, percebe-se que o Consórcio Machadinho e Maesa atendem aos fatores de relevância do princípio da inclusão dos *stakeholders*. A abordagem desse tema no relatório poderia ser mais aprofundada para que os *stakeholders* pudessem realmente sentir que estão participando e que essa participação é fundamental para a comunidade e para o sucesso das organizações.

5.4.1.3 Contexto da Sustentabilidade

Para a identificação do princípio do contexto da sustentabilidade, quatro fatores são considerados importantes: o entendimento de desenvolvimento sustentável para a organização, a apresentação de seu desempenho com referência a objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, a comunicação da magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados e a relação entre os temas de sustentabilidade e estratégia.

O relatório do Consórcio Machadinho e Maesa não apresenta claramente o conceito de desenvolvimento sustentável para a organização, mas vários trechos do relatório ajudam a entender o seu significado:

Dessa forma, temos trabalhado com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região que acolhe a Usina Hidrelétrica Machadinho. Nossa meta, para 2012 e para os próximos anos, é agregar cada vez mais parceiros a essa corrente do bem. Assim construiremos um futuro mais justo, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social [...] (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 7).

Os temas abordados no relatório estão conforme os indicadores da GRI, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica, ambiental, social, trabalhista, direitos humanos e responsabilidade pelo produto/serviço. O relatório foi elaborado pela primeira vez com base nas Diretrizes da GRI.

Em termos práticos, as empresas demonstram através de alguns trechos do relatório qual a sua visão de sustentabilidade:

A Usina Hidrelétrica Machadinho gera resultados para a comunidade de entorno por meio do pagamento de impostos, da criação de empregos, de gestão ambiental, do desenvolvimento econômico e da promoção de ações focadas em responsabilidade social. Em parceria com órgãos públicos e entidades de terceiro setor dos municípios da área de abrangência, Consórcio Machadinho e Maesa promovem, patrocinam e apoiam diversos projetos de iniciativa das comunidades. Para direcionar recursos a áreas fundamentais ao desenvolvimento sustentável da região, o Consórcio Machadinho foca seus investimentos, prioritariamente, em projetos relacionados à saúde, educação, segurança e desenvolvimento sociocultural (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 41).

Ao apresentar o seu desempenho com referência aos objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, o relatório destaca a retificação da Licença Ambiental de Operação da Usina pelo IBAMA, reduzindo e ajustando o número de condicionantes necessárias à sua renovação. Os mutirões de limpeza e atividades do Programa de Educação Ambiental, com a participação de diversas pessoas nas margens do Rio Uruguai, também são destacados. Em 2011, houve a implantação do projeto Ecoa, do Instituto Alcoa, que forma pessoas da comunidade para atuarem como agentes ambientais, exercendo o papel de multiplicadores.

Para comunicar a magnitude de seu impacto em contextos geográficos apropriados, o Consórcio Machadinho e Maesa relatam que a Usina Hidrelétrica Machadinho destinou à CFURH um total de R\$ 32 milhões somente em 2011. Desse valor, R\$ 13,1 milhões foram repassados aos municípios da área de abrangência, R\$ 13,1 milhões aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e R\$ 6,5 milhões a órgãos do Governo Federal.

Com o objetivo de garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes das atividades da Usina, alguns aspectos como água, clima, solo, fauna e flora são constantemente monitorados na região.

Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho) (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 29).

Para evidenciar o relacionamento de temas de sustentabilidade com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, a pesquisadora retoma uma citação já utilizada no princípio da materialidade (fatores externos) e no princípio do contexto da sustentabilidade (entendimento de desenvolvimento sustentável), que enfatiza a meta das empresas para os próximos anos em relação à sustentabilidade:

Nossa meta, para 2012 e para os próximos anos, é agregar cada vez mais parceiros a essa corrente do bem. Assim construiremos um futuro mais justo, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. Agradecemos a todos que nos acompanham nessa jornada, em especial aos colaboradores, acionistas e parceiros, por toda dedicação e comprometimento. Temos a certeza de que, juntos, estamos preparados para os desafios dos próximos 10 anos (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 7).

Outra condição considerada pelas empresas como essencial ao exercício da responsabilidade socioambiental é a preparação de diferentes grupos da sociedade para um futuro sustentável. Assim, as empresas investem no desenvolvimento social das comunidades de entorno da Usina Hidrelétrica Machadinho evoluindo dia a dia na construção de “um relacionamento sólido e transparente com pessoas e instituições”. (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 41).

Em decorrência dos trechos identificados no relatório, percebe-se que:

1. Assim como foi visto nas análises dos relatórios das outras três empresas, a amplitude do princípio “contexto da sustentabilidade” prejudica a sua identificação, pois praticamente todo o relatório diz respeito a este princípio. Portanto, a pesquisadora realiza alguns recortes das citações que mais se aproximam dos fatores de relevância elencados pela GRI, deixando claro que as informações são muito mais complexas.

O conceito de sustentabilidade no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa não está tão claro quanto no relatório da Celesc ou da BAESA, por exemplo, mas é possível identificar o entendimento das empresas sobre o assunto, corroborando com o que define o primeiro princípio dos Princípios de Bellagio, conforme explicam Hardi e Zdan (1997), já citados na análise dos relatórios da Celesc e Tractebel Energia.

Consórcio Machadinho e Maesa referem-se às três dimensões da sustentabilidade, assim como os conceitos apresentados pela Celesc, Tractebel Energia e BAESA. Tais entendimentos são condizentes com a idéia de desenvolvimento sustentável mais utilizada nas empresas e nos discursos oficiais “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável” decorrente do Relatório *Brundtland* (WCED, 1987 apud VEIGA, 2007, p. 67). Porém, em relação ao Consórcio e Maesa percebe-se um viés fortemente relacionado ao desenvolvimento da região onde encontra-se a Usina Hidrelétrica Machadinho.

2. O Consórcio Machadinho e Maesa destacam seu sucesso na trajetória em direção ao desenvolvimento sustentável ao mencionar a retificação da Licença Ambiental de Operação da Usina pelo Ibama, a realização dos mutirões de limpeza com a participação da comunidade nas margens do Rio Uruguai, a implantação do Projeto Ecoa, que forma agentes ambientais com pessoas da região. As certificações ISO 9001, ISO 14001e OHSAS 18001 da Usina Hidrelétrica Machadinho também são destacadas.

Para comunicar a magnitude de seu impacto, o Consórcio Machadinho e Maesa relatam que a Usina Hidrelétrica Machadinho destinou à CFURH um total de R\$ 32 milhões somente em 2011. Desse valor, R\$ 13,1 milhões foram repassados aos municípios da área de abrangência, R\$ 13,1 milhões aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e R\$ 6,5 milhões a órgãos do Governo Federal.

O monitoramento da água, clima, solo, fauna e flora da região também são citados com o objetivo de minimização de possíveis impactos ao meio ambiente.

Assim como a Tractebel Energia e a BAESA, o Consórcio Machadinho e Maesa relatam que suas ações ultrapassam as exigências legais, mas não demonstram ao leitor o que é cumprimento de determinação legal e o que é ação voluntária, o que pode induzir os *stakeholders* a entendimentos equivocados.

3. O Consórcio Machadinho e Maesa relatam que se preocupam com a comunidade e buscam a construção de um relacionamento sólido e transparente, mas não há menção no relatório de métodos para mensurar a eficiência, eficácia e efetividade do trabalho realizado. Tanto a Celesc, como a Tractebel Energia e a BAESA informam que realizam pesquisas regularmente para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do empreendimento. Entretanto, no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa não há informações relacionadas a esse assunto.

Observa-se que, assim como a Celesc, a Tractebel Energia e a BAESA, o Consórcio Machadinho e Maesa também relatam sobre os impactos ambientais e socioeconômicos das suas atividades com foco no seu desempenho individual e sua eficiência. O desempenho em relação aos termos mais amplos da sustentabilidade, como propõe a GRI, fica aquém do esperado. A GRI cita como exemplo em relação à discussão do desempenho da organização em termos amplos de sustentabilidade o seguinte:

[...] o relacionamento dos níveis dos salários e benefícios sociais dos empregados aos níveis de renda mínima e média nacionais e à capacidade das redes de proteção social de absorver os miseráveis ou os que vivem próximo da linha de pobreza (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006, p. 11).

Nestes termos realmente o relatório ainda tem muito a evoluir.

Por fim, observa-se que os requisitos do princípio do contexto da sustentabilidade são atendidos, mas a discussão do desempenho das empresas no contexto mais amplo da sustentabilidade requer um aprofundamento nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global.

5.4.1.4 Abrangência

O princípio da abrangência é composto principalmente por dimensões como escopo, limite e tempo (*Global Reporting Initiative*, 2006). Portanto, muitas das informações relevantes para este princípio coincidem com informações relacionadas ao princípio da materialidade, já discutido anteriormente.

O princípio da abrangência possui quatro fatores de relevância: todas as informações e organizações relevantes para a empresa relatora foram consideradas na elaboração do relatório, todas as organizações sujeitas à influência da organização relatora foram incluídas no relatório, o relatório inclui ações significativas no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, dados relevantes que influenciariam decisões dos *stakeholders* não foram omitidos.

Os dois primeiros fatores estão claramente identificados no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa, conforme os trechos a seguir:

O Relatório de Sustentabilidade 2011 do Consórcio Machadinho e da Maesa segue as Diretrizes da GRI, organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho relacionado à sustentabilidade. [...]. Os indicadores da GRI são apresentados ao final desta publicação, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica (EC), ambiental (EN), social (SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto/ serviço (PR). Parte dessas informações já é monitorada pelo Consórcio Machadinho e pela Maesa e o restante o será nos próximos anos [...]. Ao publicarem este relatório, Consórcio Machadinho e Maesa têm por objetivo oferecer informações qualificadas a respeito de suas atividades, bem como das operações da Usina Hidrelétrica Machadinho (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 8).

Quanto à inclusão de ações significativas ocorridas no período coberto pelo relatório e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, a pesquisadora não encontrou evidências no relatório que pudessem ser vinculadas a este fator de relevância.

No que tange à omissão ou não de dados e impactos relevantes, a pesquisadora foi remetida novamente ao trecho referente à participação dos *stakeholders* no relatório, com a realização de uma consulta aos representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram temas prioritários para abordagem no Relatório. Participaram da consulta colaboradores, comunidade, imprensa, fornecedores, acionistas, entidades representativas e empresas do setor elétrico.

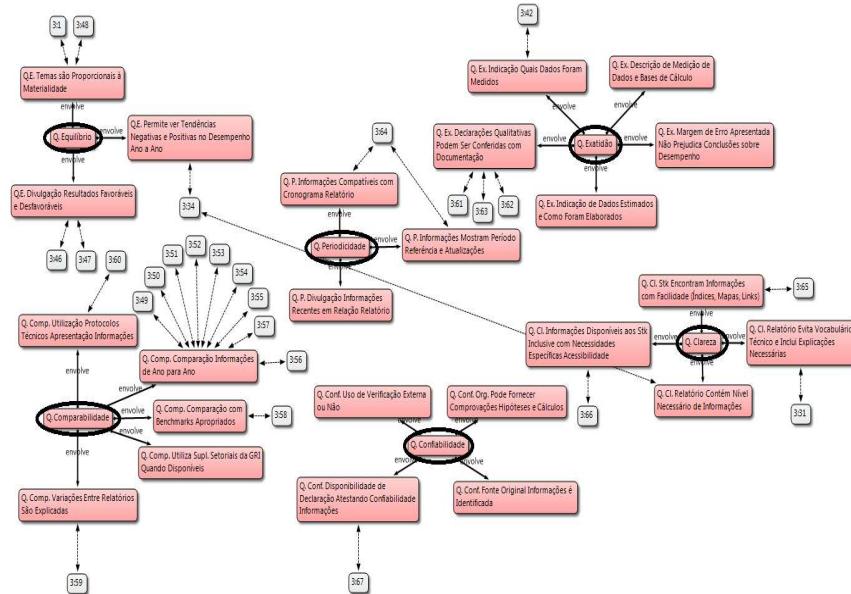
O princípio da Abrangência aparece quase como uma consequência dos três primeiros princípios. Suas dimensões, que são escopo, limite e tempo, também fazem parte do princípio da materialidade, discutido anteriormente e dos princípios de qualidade, que são tratados detalhadamente no próximo item dessa pesquisa. O escopo se refere à variedade de temas de sustentabilidade contidos no relatório. O limite se refere às unidades de negócios cujo desempenho é declarado pelo relatório e o tempo se refere à necessidade de as informações selecionadas estarem completas em relação ao período especificado no relatório.

Portanto, conforme demonstrado através das citações extraídas do relatório e como é visto na seção dos princípios de qualidade, o Consórcio Machadinho e Maesa atendem a três dos quatro requisitos do princípio da abrangência.

5.4.2 Quadro síntese princípios de qualidade – Consórcio Machadinho e Maesa

A segunda parte da análise tem como objetivo verificar se os princípios de qualidade da GRI estão presentes no relatório de sustentabilidade do Consórcio Machadinho e Maesa. Os resultados são demonstrados na Figura 16.

Figura 16 – Princípios de Qualidade da GRI – Consórcio Machadinho e Maesa



Fonte: Atlas ti.6 Tour Rápido (2011) adaptado pela autora, 2014.

A Figura 16, elaborada a partir do Atlas. Ti, demonstra a presença dos seis princípios de qualidade no relatório de sustentabilidade do Consórcio Machadinho e Maesa. Observa-se que para os seis princípios de qualidade foram encontrados trechos de texto no relatório (APÊNDICE J), entretanto nem todos os fatores de relevância propostos pela GRI foram abordados. Outra observação é que alguns trechos destacados do relatório atendem aos requisitos de mais de um princípio, portanto aparecem citados mais de uma vez nas análises realizadas. As percepções acerca da presença destes princípios no relatório são apresentadas a seguir.

5.4.2.1 Equilíbrio

O princípio do Equilíbrio propõe que a organização relata divulgue tanto aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada por parte dos stakeholders.

Três fatores de relevância devem ser considerados: a divulgação de temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis, o formato que permita aos usuários avaliar o desempenho de ano para ano e a ênfase em diferentes temas proporcionalmente à materialidade do relatório.

No relatório do Consórcio Machadinho e Maesa, a divulgação de temas favoráveis é muito presente e há a divulgação de algumas informações negativas, como se percebe no trecho a seguir:

Em 2011, após ter atingido zero no ano anterior, a taxa de falha da Usina Hidrelétrica Machadinho foi 1,37 – muito próxima da meta do ano, que era igual ou inferior a 1,2. A elevação da taxa se deve a um desligamento não programado ocorrido no dia 15 de março de 2011, em função de uma falha técnica. Todos os fatores que levaram à falha foram identificados e corrigidos, a fim de evitar que o ocorrido se repita. Em 2012, a meta foi mantida em 1,2 (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 22).

Outro dado interessante é que os CAPs, que são instrumentos que permitem a aproximação e o diálogo entre o Consórcio Machadinho e as comunidades de entorno, centralizam pleitos de diversas naturezas, inclusive relativos a problemas e informações negativas. Em 2011, o CAP de Piratuba registrou o recebimento de 160 pleitos, enquanto o CAP de Barracão contabilizou 104 pleitos.

Quanto ao formato de apresentação das informações e a possibilidade de avaliação no desempenho da organização de ano para ano, o Consórcio Machadinho e Maesa informam que estão seguindo as diretrizes pela primeira vez e responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado).

Em relação à proporcionalidade dos temas do relatório e sua materialidade, as empresas consultaram representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram os seguintes temas como prioritários para abordagem no Relatório: perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho; estrutura de governança corporativa de Consórcio Machadinho e Maesa; políticas e programas de gestão ambiental; programa de educação ambiental; investimentos em programas e ações sociais; gestão de pessoas.

Em relação ao princípio do Equilíbrio, depreende-se que:

1. Assim como nos relatórios da Celesc, Tractebel Energia e BAESA, igualmente no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa as informações positivas estão mais presentes no relatório do que as negativas. O trecho citado inclusive explica o porquê de uma pequena variação na taxa de falha da Usina Hidrelétrica Machadinho. Porém, não se pode falar em equilíbrio entre as informações. A ênfase do relatório é nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis.

5.4.2.2 Comparabilidade

O princípio da comparabilidade consiste na apresentação das informações de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006).

Os fatores de relevância são cinco: o relatório e suas informações podem ser comparados de um ano para o outro, o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (*benchmarks*) apropriados, as variações significativas entre informações que estão nos relatórios podem ser identificadas e explicadas, o relatório utiliza protocolos para compilação, medição e apresentação de informações e o relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.

O Consórcio Machadinho e Maesa desenvolveram seu relatório pela primeira vez com base nas diretrizes da GRI, mas apresentam vários dados que permitem a comparação com anos anteriores, como observa-se no trecho a seguir:

Os direitos de utilização da energia gerada pela UHE Machadinho pertencem aos acionistas da Maesa, que arrenda aos sócios o ativo imobilizado no empreendimento. Em 2011, as receitas de arrendamento totalizaram R\$ 155 milhões, valor 64% superior ao registrado no ano anterior. O lucro operacional bruto também registrou crescimento. Foram R\$ 110,7 milhões, ante R\$ 55 milhões obtidos em 2010. O lucro líquido, que havia sido de R\$ 11 milhões no exercício de 2010, alcançou R\$ 53,3 milhões em 2011 (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 24-25).

Para verificar se o desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (*benchmarks*) apropriados e se o relatório utiliza protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes, foi encontrada a seguinte referência:

Água, clima, solo, fauna e flora são alguns dos aspectos monitorados na região da Usina, a fim de garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades. Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho). Em paralelo ao monitoramento constante de diversos indicadores, a UHE Machadinho investe no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental que envolvam colaboradores, visitantes da Usina e comunidades dos municípios da área de abrangência (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 24-29).

Quanto às variações significativas entre informações que estão nos relatórios e sua identificação e explicação, os dados fornecidos no relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa), prestam contas do exercício de 2011 e o relatório foi publicado em português com periodicidade anual. Não utiliza os Indicadores Setoriais de Energia Elétrica da GRI.

As informações acima permitem verificar que o Consórcio Machadinho e Maesa atendem a quatro dos cinco requisitos propostos para o princípio da comparabilidade, apesar de este ser o primeiro relatório elaborado conforme as Diretrizes da GRI, o que prejudica num primeiro momento o acompanhamento e análise das mudanças no desempenho da organização. Entretanto, a metodologia da GRI permite

que se faça comparações com outras organizações do setor, o que é bastante interessante na análise do desempenho da empresa.

Apesar da informação de que o relatório é publicado com periodicidade anual, o último relatório publicado foi o de 2011 e desde então não houve mais publicações.

5.4.2.3 Exatidão

O princípio da exatidão busca a precisão e detalhamento no relato das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização. Possui cinco fatores de relevância: o relatório indica quais dados foram medidos, as técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes, a margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar os *stakeholders* e suas conclusões sobre o desempenho, o relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas e as declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.

O atendimento aos primeiro fator de relevância no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa se dá conforme os trechos a seguir:

Os indicadores da GRI são apresentados ao final desta publicação, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica (EC), ambiental (EN), social (SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto/serviço (PR). Parte dessas informações já é monitorada pelo Consórcio Machadinho e pela Maesa e o restante o será nos próximos anos (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 8).

Quanto ao segundo e terceiro itens, a pesquisadora não encontrou informações no relatório, tampouco quaisquer informações que pudesse ser interpretadas mais amplamente e relacionadas a estes fatores.

Da mesma forma, com relação ao quarto item, referente aos dados que foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser

encontradas, a pesquisadora não encontrou informação no relatório que pudesse ser vinculada a este fator de relevância.

Finalmente, em relação às declarações qualitativas do relatório e sua validação, utilizando uma interpretação mais ampla é possível identificar no trecho destacado o reconhecimento por parte da comunidade de um trabalho desenvolvido Pelo Consórcio Machadinho em parceria com a Tractebel Energia:

Reconhecida como uma eficaz ferramenta para a conservação dos recursos naturais, a Educação Ambiental está entre as principais ações desenvolvidas pelo Consórcio Machadinho na região em que atua. Por meio da transmissão de conhecimento, o Consórcio busca fortalecer a relação de parceria construída junto aos moradores das áreas de influência da UHE Machadinho. Para isso, o Consórcio Machadinho desenvolve um Programa de Educação Ambiental em parceria com a Tractebel Energia. A realização desse programa junto às comunidades dos municípios abrangidos pela Usina é considerada estratégica para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável. O público-alvo prioritário do programa são as comunidades dos municípios de Capinzal, Anita Garibaldi, Zortéa, Campos Novos, Celso Ramos e Piratuba, no estado de Santa Catarina, além de Barracão, Machadinho, Pinhal da Serra e Maximiliano de Almeida, no Rio Grande do Sul. O Programa de Educação Ambiental da UHE Machadinho tem como objetivo fornecer informação à população por meio de diversas atividades, como palestras, pesquisas e projetos de extensão dos programas socioambientais [...] (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 29-30).

A pesquisadora não encontrou no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa trechos que correspondessem exatamente a três dos cinco fatores de relevância vinculados ao princípio da exatidão, mas isso não quer dizer que o relatório não apresenta informações precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o seu desempenho.

Isso significa que a empresa não escreveu especificamente sobre aqueles fatores, mas de um modo geral percebe-se que o relatório apresenta as informações de forma clara e com consistência.

5.4.2.4 Periodicidade

O princípio da periodicidade se refere à publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentais. A GRI define três questões importantes para o princípio da periodicidade: as informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo relatório, a coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade e as informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.

As informações encontradas no relatório do Consórcio Machadinho e Maesa que evidenciam o princípio da periodicidade são as seguintes: os dados fornecidos no relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa), prestam contas do exercício de 2011 e sua periodicidade é anual. Não há data de publicação no relatório.

A publicação regular do relatório é importante para que os *stakeholders* possam integrá-lo eficazmente ao seu processo decisório. O Consórcio Machadinho e Maesa publicaram o seu relatório prestando contas do exercício de 2011, mas após este relatório não houve mais publicações. Como o relatório de 2011 utilizou pela primeira vez as Diretrizes da GRI, o atendimento ao princípio da periodicidade fica prejudicado.

5.4.2.5 Clareza

Com o princípio da Clareza, a *Global Reporting Initiative* (2006) pretende garantir que o relatório seja comprehensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório.

Para tanto, destaca quatro aspectos importantes: a manutenção do nível necessário de informações para atender às expectativas dos *stakeholders*, evitando detalhes excessivos e desnecessários, o uso de índices, mapas, links ou outras ferramentas para auxiliar na busca das

informações, o uso de vocabulário técnico apenas em situações muito necessárias, já que tais termos tendem a ser pouco conhecidos pelos *stakeholders*, a inclusão de explicações ou glossário, a disponibilização dos dados e informações do relatório aos *stakeholders*, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes).

Em relação ao primeiro aspecto, o Consórcio Machadinho e Maesa informam que responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado), uma importante conquista em relação à sustentabilidade.

Para o segundo aspecto, esclarece que:

O relatório foi publicado na íntegra em versão impressa, distribuída entre os principais *stakeholders* e seu conteúdo também está disponível no site www.machadinho.com.br (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 9).

Já em relação aos dois aspectos seguintes, as empresas relatam que a transparência nas relações com seus públicos de interesse é muito importante. Por isso,

Para manter a transparência nas relações com seus públicos de interesse, o Consórcio Machadinho investe em ferramentas eficientes de comunicação, que incluem a manutenção de uma Assessoria de Comunicação na área do empreendimento, onde estão concentrados seus principais *stakeholders*. Por meio da Assessoria, são periodicamente oferecidas informações aos veículos de comunicação, em especial aos dos municípios da área de abrangência. Em complemento às informações divulgadas pela imprensa, o Consórcio Machadinho utiliza meios de comunicação direta com seus públicos, como informativos, *folders* e programas institucionais de rádio (MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., 2011, p. 48).

Observa-se que o Consórcio Machadinho e Maesa atendem ao princípio da Clareza. O seu relatório possui 56 páginas, sendo de leitura

acessível, o que facilita o entendimento das informações e sua utilização por parte dos *stakeholders*.

5.4.2.6 Confiabilidade

A Confiabilidade está fortemente vinculada à possibilidade de verificação do conteúdo do relatório por outras partes que não as que o elaboraram. Quatro fatores de relevância devem ser considerados: a identificação da abrangência da verificação externa, a identificação da fonte original das informações do relatório pela organização, o fornecimento de comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos e a disponibilização de uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.

Para o relatório do Consórcio Machadinho e Maesa não houve verificação externa, a classificação como nível C foi autodeclarada.

Quanto à identificação da fonte original das informações e fornecimento de comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos, a pesquisadora não encontrou referências que correspondessem a estes fatores de relevância no relatório.

Quanto à disponibilidade de uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis, destaca-se a Mensagem da Administração na página 6 do relatório.

Dos quatro fatores de relevância para o princípio da Confiabilidade, o atendimento aos requisitos não ocorreu em três. Tal fato torna fraco o atendimento a esse princípio por parte do Consórcio Machadinho e Maesa.

5.4.2.7 Quadro Síntese Comparativo dos Princípios de Conteúdo e de Qualidade

Para uma melhor compreensão das informações obtidas a partir da análise dos princípios de conteúdo e de qualidade nos relatórios de sustentabilidade das empresas participantes da pesquisa e com o objetivo de comparar os dados, apresenta-se os quadros 14 e 15.

Quadro 14 – Princípios de Conteúdo

Princípios de Conteúdo	Celesc	Tractebel Energia	BAESA	Conselho Machadinho e Maesa S.A.
Materialidade	1º Relatório GRI. Organização está em processo de mudança. Muitos Planos e Projetos. Plano 2030: funciona como importante marco estratégico, instrumento atendendo aos stakeholders e competência essencial da empresa. Não elenca riscos organizacionais. Diversidade de stakeholders é um problema. Enfase na transparéncia e planejamento.	6º Relatório GRI. Organização tem processos consolidados. Objetividade nas informações. Objetivos e metas definidas e controladas. Riscos organizacionais detalhados. Diversidade de stakeholders é um problema. Processos sustentáveis fortalecidos. Enfase eminentemente econômico e ambiental.	1º Relatório GRI. Organização evoluindo na comunicação da sustentabilidade. Interesse em formalizar procedimentos e adequar práticas aos protocolos e normas internacionais de sustentabilidade. Riscos organizacionais pouco citados. Interesse em consolidar parcerias com comunidades locais. Diversidade de stakeholders é um problema. Enfase eminentemente local e regional.	1º Relatório GRI. Evolução no tema da sustentabilidade. Interesse em formalizar parcerias e adequar suas práticas aos protocolos e normas internacionais de sustentabilidade. Diversidade de stakeholders é um problema. Enfase eminentemente ambiental e social, local e regional.
Inclusão dos Stakeholders	Falta documentação dos processos com stakeholders e se podem ser acessados. Não menciona como equilíbrio interesses e expectativas de grupos com interesses e preocupações tão divergentes. Planos para o futuro. Caminho incipiente para a sustentabilidade.	Princípios de atuação e meios de comunicação estabelecidos juntos aos stakeholders. Falta documentação dos processos com stakeholders e se podem ser acessados. Avança na questão do equilíbrio das expectativas de grupos com interesses divergentes ao estabelecer preceitos e diretrizes que norteiam suas ações, tomadas de decisão e planejamento infraestrutura. Caminho para a sustentabilidade fortalecido e amadurecido.	Falta documentação dos processos com stakeholders e se podem ser acessados. Melhorar detalhamento de informações referentes aos resultados dos processos de desenvolvimento do tecido social. Consulta aos stakeholders deve ser antes da elaboração do relatório; a participação do público interessado não pode ser um mero complemento de informações já produzidas pela empresa. Essa discussão precisa ser profundada para ser efetiva.	Falta documentação dos processos com stakeholders e se podem ser acessados. Melhorar detalhamento de informações referentes aos resultados dos processos de desenvolvimento do tecido social. Não explicitam como encontram o equilíbrio e como ultrapassam as eventuais divergências existentes entre os stakeholders. Aprofundar discussão sobre a participação dos stakeholders na organização.
Contexto da Sustentabilidade	Princípio muito amplo. Foco individual, falta aprofundamento das discussões sobre os impactos. Os objetivos de sustentabilidade a longo prazo da organização não condizem com importância do assunto. Não diferencia programas oficiais (determinados por lei ou resultantes de acordos de compensação ambiental) dos voluntários (desenvolvidos voluntariamente pela organização). Realizam pesquisas regularmente para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do empreendimento.	Princípio muito amplo. Transcede foco individual em relação aos impactos. Firme propósito de investir em fontes renováveis de energia. Demonstra maturidade, processos estabelecidos. Diferencia os programas oficiais (determinados por lei ou resultantes de acordos de compensação ambiental) dos programas voluntários (desenvolvidos voluntariamente pela organização). Investimentos em P&D, atuação em várias frentes de trabalho. Realizam pesquisas regularmente para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do empreendimento.	Princípio muito amplo. Foco no desempenho individual. Atuação local e regional. Preocupação no atendimento de normas internacionais de sustentabilidade. Atuação voltada para o desenvolvimento de controles, ferramentas e sistemas internos. Diferencia os programas oficiais (determinados por lei ou resultantes de acordos de compensação ambiental) dos programas voluntários (desenvolvidos voluntariamente pela organização). Requer um aprofundamento nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global. Realizam pesquisas regularmente para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do empreendimento.	Princípio muito amplo. Entendimento de sustentabilidade não está expresso. Foco no desempenho individual. Atuação local e regional. Preocupação no atendimento de normas internacionais de sustentabilidade. Não demonstram ao leitor o que é cumprimento de determinação legal e o que é ação voluntária. Discussão do desempenho no contexto mais amplo da sustentabilidade requer um aprofundamento nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global. Não há menção no relatório de métodos para mensurar a eficiência, eficácia e efetividade do trabalho realizado.
Abrangência	Confirma percepção sobre falta de discussão mais profunda sobre os impactos setoriais, locais, regionais e globais decorrentes das suas atividades contínuas.	Impactos ambientais classificados quanto à significância. Estabelecimento de controles operacionais e programas para mitigação dos impactos negativos.	Ausência de estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados.	Ausência de estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados.

Fonte: Produção da própria autora, 2014.

Quadro 15 – Princípios de Qualidade

Princípios de Qualidade	Celesc	Tractebel Energia	BAESA	Consórcio Machadinho e Maesa S.A.
Equilíbrio	Não há equilíbrio. Ênfase nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis.	Há um pouco mais de informações negativas do que a Celesc, mas não há como se falar em equilíbrio. Ênfase do relatório nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis.	Não há como se falar em equilíbrio. A ênfase do relatório é nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis	Não há como se falar em equilíbrio. A ênfase do relatório é nas boas práticas em detrimento da divulgação de resultados desfavoráveis.
Comparabilidade	Por ser primeiro relatório a comparabilidade fica prejudicada	Sexto relatório conforme as Diretrizes da GRI. Stakeholders tem possibilidade de acompanhar e analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo. Possibilidade de fazer comparações com outras organizações confere legitimidade.	Por ser primeiro relatório a comparabilidade fica prejudicada.	Por ser primeiro relatório a comparabilidade fica prejudicada.
Exatidão	A empresa busca fornecer informações precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o seu desempenho	A empresa busca fornecer informações precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o seu desempenho.	A empresa busca fornecer informações precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o seu desempenho	A empresa busca fornecer informações precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o seu desempenho
Periodicidade	1º Relatório. Não há data publicação do relatório. Informações de Jan a Dez publicadas em Julho (recentes?).	6º Relatório. Periodicidade atendida. Não há data publicação do relatório. Informações de Jan a Dez publicadas em Abril (recentes?).	1º Relatório. Não há data publicação do relatório. Informações de Jan a Dez publicadas em Agosto (recentes?).	1º Relatório. Não há data publicação do relatório. Não houve mais relatórios publicados após 2011, o que prejudica a periodicidade.
Clareza	Relatório extenso (122 páginas)	Relatório extenso (211 páginas)	O relatório da BAESA possui 58 páginas, sendo de leitura acessível, o que facilita o entendimento das informações e sua utilização por parte dos stakeholders.	O relatório possui 56 páginas, sendo de leitura acessível, o que facilita o entendimento das informações e sua utilização por parte dos stakeholders.
Confiabilidade	Respaldo da GRI.	Respaldo da verificação externa.	Respaldo da auditoria independente.	Não houve verificação externa.

Fonte: Produção da própria autora, 2014.

O próximo item apresenta os resultados da análise quantitativa realizada a partir da aplicação da fórmula do grau de aderência plena aos indicadores da GRI.

5.5 RESULTADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA

O quadro 16 proporciona uma visão da utilização dos indicadores ambientais pelas empresas estudadas. Ele apresenta um ranking no qual as empresas são classificadas conforme o seu grau de aderência aos indicadores ambientais do GRI. Dos trinta indicadores ambientais propostos pela GRI, dezessete são considerados essenciais e treze, adicionais. O grau de aderência aos indicadores essenciais ambientais da GRI entre as empresas variou de 6,25% a 35,71%.

Quadro 16 – Análise Grau de Aderência aos Indicadores Ambientais Essenciais da GRI

R a n k i n g	Indicadores de Desempenho	Ambiental		GRAU DE ADERÊNCIA PLENA AOS INDICADORES ESSENCIAIS DA GRI
	Empresas	E	A	
1º	Tractebel Energia	17	13	35,71%
2º	Celesc	17	13	29,41%
3º	BAESA	17	13	11,76%
4º	Consórcio Machadinho e Maesa	17	13	6,25%

Fonte: Produzido pela própria autora, 2014.

Observações:

E=Essencial

A=Adicional

5.5.1 Tractebel Energia

A posição da Tractebel Energia como a primeira no ranking de aderência aos indicadores ambientais essenciais da GRI, com 35,71% de aderência, corrobora com o seu nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI, que é o nível “A+”, ou seja, o nível mais avançado com utilização de verificação externa. Ressalte-se que neste cálculo são considerados apenas os indicadores essenciais ambientais. Os adicionais não fazem parte do cálculo. O grau de aderência da Tractebel Energia é considerado baixo, já que a porcentagem vai de 0% a 100%. Uma das justificativas para tal resultado pode ser a rigidez da pesquisadora na análise das informações prestadas pela empresa em comparação à solicitação do protocolo da GRI. Para obtenção de aderência plena a empresa deveria informar tudo o que o protocolo solicitava. E as solicitações dos protocolos dos indicadores são bastante complexas. Ocorre que a Tractebel Energia informou de forma incompleta em relação ao protocolo e foi classificada como aderência parcial em 4 indicadores essenciais, o que prejudicou o seu resultado.

É interessante observar que, apesar de apresentar uma baixa porcentagem, o grau de aderência reflete a experiência da Tractebel Energia na elaboração do relatório, já que sua colocação no ranking foi o primeiro lugar. Este foi o seu sexto ano consecutivo utilizando as

diretrizes da GRI e o documento foi classificado como A+ pelo quinto ano consecutivo.

A Tractebel Energia é a única empresa que utiliza todos os 30 indicadores ambientais, omitindo com justificativa apenas 2 indicadores, sendo 1 essencial. Nenhum indicador é omitido sem justificativa. Considera que 5 indicadores não são aplicáveis com justificativa, sendo 3 essenciais e por fim, 2 indicadores são considerados não disponíveis com justificativa, sendo 1 essencial.

Continuando a análise da Tractebel Energia, observa-se que dos 17 indicadores ambientais essenciais, a Companhia utilizou 12, sendo que destes: quatro tiveram aderência plena, quatro aderência parcial, um estava dúvida e três apresentaram inconsistências. Um exemplo de indicador essencial publicado de forma plena é o EN 22, que solicita a identificação da quantidade de resíduos gerada pela organização por "Resíduos Perigosos" e "Resíduos Não Perigosos", com o relato da quantidade total de resíduos em tonelada por tipo para cada um dos métodos de disposição (compostagem, reutilização, reciclagem, recuperação, incineração, aterro sanitário, injeção subterrânea de resíduos, armazenamento no local, outros) e do relato de como o método de disposição foi determinado. A Tractebel Energia informou que classificou os Resíduos em Perigosos e Não Perigosos, relatou a quantidade total de resíduos em tonelada por tipo para cada um dos métodos de disposição e informou que a gestão de resíduos obedece as normas da Organização das Nações Unidas (ONU), legislação e regulamentação aplicáveis.

Em relação à aderência parcial, um exemplo é o EN 16, que solicita a identificação da metodologia de conversão para cálculo do volume de emissões de gases de efeito estufa por fonte, com identificação das emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa resultantes da organização relatora. A organização realizou a identificação e cálculo das emissões diretas. Porém, não foi realizada a medição das emissões indiretas de gases de efeito estufa resultantes da organização e nada foi informado a esse respeito.

A dubiedade apareceu no indicador EN 20, que solicita a identificação das emissões atmosféricas significativas e cálculo do seu peso, com indicação da metodologia usada para seus cálculos e relato do peso de emissões atmosféricas significativas para cada uma das categorias: NOx; SOx; Poluentes orgânicos persistentes (POP); Compostos orgânicos voláteis (VOC); Poluentes atmosféricos perigosos (HAP); Emissões de chaminé e fugitivas; Material particulado (PM);

Outras categorias-padrão de emissões atmosféricas identificadas em regulamentos. A Companhia relatou o Índice de Emissão de NOx, SO2, Material Particulado e CO2. Não fez menção às outras categorias requeridas no protocolo do indicador. Fica a dúvida se não fez menção porque não há a emissão de outras substâncias, se há, mas não são medidas ou ainda se há, mas não são significativas.

Quanto às inconsistências encontradas, um exemplo refere-se ao EN 12, que solicita a identificação dos impactos diretos e indiretos significativos causados pela organização na biodiversidade de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas com o relato em relação a um ou mais dos seguintes aspectos: construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transporte; poluição; introdução de espécies invasoras; organismos nocivos e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitat; mudanças em processos ecológicos fora do nível natural de variação. E acrescenta o relato dos impactos diretos e indiretos significativos em relação a: espécies afetadas; extensão das áreas impactadas; duração dos impactos; reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos. O indicador requer informações qualitativas e estruturadas. A Companhia forneceu informações genéricas sobre os programas para conservação da fauna, flora e ictiofauna sem apresentar o detalhamento exigido pelo protocolo do indicador.

5.5.2 Celesc

Em segundo lugar no ranking aparece a Celesc, com 29,41% de grau de aderência. O nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI no seu relatório é “B”, um nível intermediário e não houve verificação externa.

O resultado de aderência aos indicadores ambientais essenciais da Celesc é igualmente baixo. Um dos fatores para esse resultado pode ser o fato de a Celesc ter omitido 8 indicadores essenciais sem justificativa. Assim, dos 17 indicadores essenciais, a empresa utilizou somente 9: destes, apenas 5 foram considerados com aderência plena. Os 4 restantes foram considerados com aderência parcial. Omissão com justificativa não houve, tampouco a apresentação de indicadores não aplicáveis. Um exemplo de indicador essencial publicado de forma plena é o EN 23, que requer a identificação e contagem de todos os derramamentos significativos registrados e seu volume, com o relato das seguintes informações para cada um dos derramamentos: localização do derramamento; seu volume; categorização do material derramado e

relato dos impactos de derramamentos significativos. A Celesc informou que:

Em dezembro de 2012, a Celesc Distribuição foi notificada por órgãos ambientais e estaduais em função do vazamento de 11.640 litros de óleo mineral isolante de um equipamento de uma subestação didática desativada, no bairro Taperá, em Florianópolis. O vazamento ocorreu em função de um ato de vandalismo, e não por causa de falhas nos equipamentos ou na manutenção. Por esse motivo, a empresa entrou com recurso e está recorrendo da decisão das notificações. Mesmo com o processo em andamento, a empresa se responsabilizou em providenciar medidas de mitigação dos impactos ambientais e sociais ocasionados pelo incidente e relata as medidas tomadas (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, 2013, p. 82).

Em relação à aderência parcial, um exemplo é o indicador EN 22, que solicita a identificação da quantidade de resíduos gerada pela organização por Resíduos Perigosos e Resíduos Não Perigosos, com o relato da quantidade total de resíduos em tonelada por tipo para cada um dos métodos de disposição (compostagem, reutilização, reciclagem, recuperação, incineração, aterro sanitário, injeção subterrânea de resíduos, armazenamento no local, outros) e do relato de como o método de disposição foi determinado. A Companhia classificou os Resíduos em Perigosos e Não Perigosos, relatou a quantidade total de resíduos em tonelada, mas não informou cada um dos métodos de disposição e como foi determinado. A Companhia informou que a gestão de resíduos obedece às normas da NBR 10004, que a Celesc Distribuição iniciou, em 2012, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e que a empresa também possui um Programa de Minimização e Gerenciamento dos Resíduos de Construção, além do Projeto Energia do Lixo.

A Celesc não apresentou indicadores dúbios ou com inconsistências.

5.5.3 BAESA

Após a Celesc aparece a BAESA, com 11,76% de grau de aderência. Seu relatório também foi considerado nível “B”, sendo que no caso da BAESA houve o (+) porque foi utilizada verificação externa.

O resultado de aderência aos indicadores ambientais essenciais da BAESA é ainda mais baixo do que a Celesc. A BAESA omitiu 10 indicadores essenciais sem justificativa. Assim, dos 17 indicadores essenciais, a empresa utilizou somente 7: destes, apenas 2 foram considerados com aderência plena. Dos 5 restantes, 4 foram considerados com aderência parcial e um foi considerado “dúbio”. Omissão com justificativa não houve, tampouco a apresentação de indicadores não aplicáveis. Um exemplo de indicador essencial publicado de forma plena é o EN 28 que solicita a identificação das sanções administrativas ou judiciais impostas à organização por descumprimento a leis ou regulamentos ambientais. Quando não houver nenhuma não-conformidade com leis e regulamentos, uma breve declaração sobre esse fato será suficiente. A BAESA relata que a adoção de ferramentas, procedimentos e programas focados na implantação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 tem garantido a conformidade legal ambiental e a não ocorrência de notificações, multas ou sanções disciplinares.

O indicador EN 8 foi classificado como “aderência parcial”. Requer a identificação do volume total de água retirada de qualquer fonte de água pela organização ou por intermediários, com relato do volume total de água retirada em metros cúbicos por ano discriminado pelas seguintes fontes: águas de superfície; água subterrânea; água de chuva diretamente coletada e armazenada; efluentes de outra organização; abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água. A BAESA relatou que:

[...] uma das ações provenientes do SGI, identificada por meio do Banco de Ideias, consiste no aproveitamento da água que penetra espaços intersticiais do maciço rochoso da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Essa água é utilizada pelos colaboradores dentro da própria Usina. Ao todo, são consumidos 1.825 m³/ano. (BAESA, 2013, p. 43).

Não informou sobre as águas de superfície; água de chuva diretamente coletada e armazenada; efluentes de outra organização; abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água.

A dubiedade foi constatada no indicador EN 19, cujo enunciado é o seguinte:

As substâncias destruidoras da camada de ozônio contidas em produtos ou emitidas por eles durante seu uso e disposição não são abrangidas por esse indicador. [...] Identificação emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio que usam as seguintes fórmulas: 1. Emissões = Produção + Importações - Exportações de Substâncias; 2. Produção = Substâncias Produzidas - Substâncias Destruídas por Tecnologia - Substâncias usadas totalmente como *feedstock* na fabricação de outras substâncias químicas. [...] Relato das emissões de substâncias específicas destruidoras da camada de ozônio em toneladas e toneladas equivalentes de CFC-11 (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2011, p. 26).

O indicador se refere a fontes de emissão e de produção de substâncias destruidoras da camada de ozônio. A Usina Barra Grande relata que não possui equipamentos com fontes estacionárias de emissão de poluentes atmosféricos ou destruidores da camada de ozônio. Os veículos da Usina são cobertos por um programa de manutenção preventiva e de monitoramento das emissões de CO₂. Para o uso de substâncias químicas, os procedimentos de aquisições estabelecidos impedem a utilização de produtos contendo elementos destruidores da camada de ozônio. Entretanto, a BAESA não faz menção à produção de substâncias e não apresenta o peso das emissões solicitado no indicador, deixando dúvida em relação a estes aspectos.

5.5.4 Consórcio Machadinho e Maesa

O Consórcio Machadinho e Maesa apresentaram um grau de aderência aos indicadores ambientais essenciais do GRI de 6,25%, sendo a menor conformidade com a GRI. O relatório das empresas foi considerado nível “C” e não houve verificação externa.

O Consórcio Machadinho e Maesa omitiram 12 indicadores essenciais sem justificativa. Assim, dos 17 indicadores essenciais, a empresa utilizou somente 5: destes, apenas 1 foi considerado com aderência plena. Dos 4 restantes, 2 foram considerados com aderência parcial, um foi considerado inconsistente e um as empresas apresentaram como “não aplicável”. Omissão com justificativa não houve. O indicador essencial publicado de forma plena é o EN 28 que solicita a identificação das sanções administrativas ou judiciais impostas à organização por descumprimento a leis ou regulamentos ambientais. Quando não houver nenhuma não-conformidade com leis e regulamentos, uma breve declaração sobre esse fato será suficiente. O Consórcio Machadinho e Maesa não registraram multas ou sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Em relação à aderência parcial, um exemplo é o indicador EN 26, que solicita a,

Descrição e relato quantitativo de iniciativas visando mitigar os impactos ambientais mais significativos de grupos de produtos/serviços em relação a: uso de materiais, uso de água, emissões, efluentes, poluição sonora, resíduos. Esse indicador exclui os seguintes impactos: Recuperação de produtos (EN27); Impactos na biodiversidade (EN12) (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012, p. 131).

O indicador requer a descrição e relato quantitativo de iniciativas visando mitigar os impactos ambientais mais significativos de grupos de produtos/serviços em relação a: uso de materiais, uso de água, emissões, efluentes, poluição sonora, resíduos. As empresas não apresentam um relato quantitativo. As empresas relatam que água, clima, solo, fauna e flora são alguns dos aspectos monitorados na região da Usina, a fim de garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades. Explicam que a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001

(Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho). Em paralelo ao monitoramento constante de diversos indicadores, a UHE Machadinho investe no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental que envolvam colaboradores, visitantes da Usina e comunidades dos municípios da área de abrangência. Ou seja, não apresenta a quantificação das suas iniciativas, atendendo parcialmente ao indicador.

A inconsistência foi encontrada no indicador EN 11. O indicador solicita a

Identificação de unidades operacionais próprias, arrendadas, administradas, localizadas dentro das áreas legalmente protegidas, que contenham as referidas áreas ou sejam adjacentes a elas, assim como áreas de alto índice de biodiversidade fora de áreas protegidas. Relato das seguintes informações para cada unidade operacional identificada: localização geográfica; solo subsuperficial e/ou subterrâneo; posição em relação à área protegida; tipo de operação; tamanho da unidade operacional em km²; valor da biodiversidade caracterizado por atributo da área protegida e da área de alto índice de biodiversidade fora da área protegida e classificação pelo estado de conservação (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012, p. 103).

As empresas fornecem informações relacionadas à restauração ecológica da faixa ciliar do reservatório. A identificação das áreas que ainda se encontram sem cobertura florestal apontou a necessidade de restaurar cerca de 150 hectares, o equivalente a 10% da Área de Preservação Permanente (APP) adjacente à Usina, que totaliza 1,5 mil hectares. As empresas informam outra coisa, que não é a solicitação do indicador.

5.6 CONCLUSÕES REFERENTES À ANÁLISE QUANTITATIVA

A análise geral sobre o grau de aderência das quatro empresas analisadas aos indicadores ambientais essenciais da GRI revela uma variação de 6,25% a 35,71%. Isto demonstra que as empresas encontram-se em diferentes níveis de amadurecimento na utilização dos

indicadores. Tal informação vai ao encontro dos níveis de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI que as próprias empresas autodeclararam.

Observa-se que o grau de aderência plena foi prejudicado pelo número de indicadores com aderência parcial, bem como de indicadores com informações dúbiais ou inconsistentes com o protocolo solicitado pela GRI para cada indicador. O grande número de indicadores essenciais que foram omitidos sem justificativa também prejudicou as organizações já que diminuiu o número de indicadores úteis para a análise. Isso evidencia que as organizações precisam aprofundar o conhecimento em relação aos protocolos dos indicadores para apresentarem as informações da maneira mais completa possível. A GRI é bastante detalhista nos seus protocolos de indicadores com o intuito de proporcionar aos *stakeholders* a melhor e mais completa informação. Se uma empresa autodeclara no seu relatório um determinado nível de atendimento à Estrutura de Relatório da GRI fica claro para o leitor que as informações prestadas estão em conformidade com aquelas exigidas para o atendimento daquele nível. O que a análise do grau de aderência plena aos indicadores ambientais essenciais demonstrou é que a realidade não é exatamente assim.

É importante ressaltar que a presente pesquisa considerou apenas os indicadores ambientais, que são 30. Dos 30 indicadores, somente os 17 essenciais fizeram parte da fórmula do GAPIE – GRI. Outra consideração necessária é em relação à subjetividade no momento da análise do indicador. A pesquisadora seguiu à risca os critérios de classificação dos indicadores definidos na metodologia: o indicador foi considerado de aderência plena somente “quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização”. Ou seja, quando o indicador não apresentava todas, ou praticamente todas as informações do protocolo, a pesquisadora já não o classificava como “aderência plena”. Este rigor na análise pode ter prejudicado os resultados das empresas.

Uma informação que merece destaque é a fragilidade que a fórmula apresenta em relação aos indicadores omitidos com justificativa. Quando a omissão de indicadores com justificativa é elevada, o grau de aderência plena permanece alto. Isso implica em dizer que, se uma empresa omitir com justificativa os 17 indicadores essenciais, o seu grau de aderência plena será tão alto quanto o grau de uma empresa que apresentar de fato todos os 17 indicadores com informações exatamente em conformidade com a solicitação do protocolo. Desta forma, fica comprovado que, quando a omissão de indicadores com justificativa é relevante, pode ser alterado o

entendimento quanto à qualidade do relatório de sustentabilidade publicado pelas empresas.

Com base nas considerações relatadas, observa-se que mesmo com os esforços da GRI em desenvolver diretrizes de qualidade para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, as empresas que adotam esse modelo ainda precisam evoluir no atendimento às informações e sua comunicação, para que assim os *stakeholders* possam usufruir de um relatório mais transparente, padronizado e menos enviesado.

6 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desenvolvida nesta pesquisa teve seu início a partir de questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e seus impactos nas organizações, que por sua vez, estão gradativamente mais empenhadas em avaliar seu desempenho em relação à sustentabilidade. Para tanto, elaboram e divulgam relatórios com informações qualitativas e quantitativas, apresentadas em formato de dados monetários e não monetários, no transcurso do tempo e com o indicativo de metas (CARNEIRO, 2012). Estes relatórios têm como objetivo proporcionarem maior transparência organizacional, devido às exigências de vários agentes, tais como, consumidores, fornecedores, empregados, agências reguladoras nacionais e internacionais, bancos, companhias de seguros, acionistas, associações comerciais e comunidade. Permitir a comparação de desempenho de sustentabilidade entre as organizações também é uma das razões para a elaboração de relatórios.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os princípios e os indicadores ambientais apresentados pelas empresas de geração de energia elétrica de Santa Catarina nos seus relatórios de sustentabilidade em relação aos requisitos da GRI.

Verificou-se que dentre as organizações que são bastante pressionadas para se tornarem ambientalmente responsáveis, as empresas de energia elétrica se destacam, por estarem em um setor classificado como indústria sensível, já que, ao mesmo tempo em que esse setor é gerador de desenvolvimento econômico, ele produz um nível alto de impactos ambientais e sociais (BRAGA et al., 2011).

Nesse contexto, para acompanhar as ações de sustentabilidade que desenvolvem, as empresas do setor elétrico no Brasil utilizam certificações, modelos de gestão e orientações internacionais e nacionais (CARNEIRO et. al., 2012). Dentre os padrões de relatoria e índices internacionais e nacionais mais conhecidos, destaca-se a estrutura para Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, uma organização sem fins lucrativos, que promove a elaboração de relatórios de sustentabilidade que podem ser utilizados por todas as organizações. A GRI foi a estrutura de relatório de sustentabilidade escolhida para ser objeto de estudo nesta pesquisa, já que possui indicadores que contemplam os aspectos econômicos, sociais e ambientais e um grupo de indicadores específicos para o setor de energia elétrica.

Entretanto, ao fazer um levantamento sobre as principais pesquisas publicadas relacionadas ao tema utilização da Estrutura GRI na elaboração de relatórios de sustentabilidade, a pesquisadora se deparou com resultados que demonstram que existe uma discrepância entre o que as empresas informam em seus relatórios de sustentabilidade e o que a GRI efetivamente requer em seus indicadores de desempenho.

Estes estudos foram desenvolvidos com diversas organizações dos mais variados setores, nos Estados Unidos, Canadá, América Latina, América do Sul e Brasil, entre outros. Os estudos realizados no Brasil analisaram muitas empresas de vários estados brasileiros, mas observou-se que o estado de Santa Catarina não foi objeto de pesquisas desse gênero.

Por outro lado, a pesquisadora tomou conhecimento de uma pesquisa realizada por Alperstedt (2009) com 276 indústrias de Santa Catarina, que mostrou que 98% delas estão preocupadas com a sustentabilidade nas perspectivas econômica, ambiental e social, sendo que 56,5% afirmaram que a política ambiental faz parte do planejamento estratégico ou está sendo formalizada e 56,2% informaram que não divulgam relatório de ações.

Portanto, o presente estudo contribui com a discussão do desenvolvimento sustentável e elaboração de relatórios de sustentabilidade no estado de Santa Catarina, através da análise do que vem sendo apresentado pelas empresas do setor de energia elétrica em termos de GRI e ao mesmo tempo colabora para incrementar o conhecimento do assunto da sustentabilidade, já que esse assunto é uma preocupação para a maioria das indústrias de Santa Catarina.

Isto posto, foram definidos quatro objetivos específicos para alcançar o objetivo geral definido.

O primeiro objetivo específico foi descrever a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa documental que resultou na descrição dos aspectos históricos da GRI, sua situação no Brasil e proporcionou uma análise da estrutura GRI concebida para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Esta Estrutura, que inclui as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios, consiste em um conjunto de princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2012). A pesquisa foi realizada com foco no conjunto de princípios e nos indicadores ambientais. Os indicadores ambientais (denominados EN), abrangem o desempenho relacionado a sistemas naturais vivos e

não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água, biodiversidade, conformidade ambiental, gastos com meio ambiente e impactos de produtos e serviços (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006). Abordam nove aspectos do relatório distribuídos em 30 indicadores. Uma informação interessante foi apresentada por Camargos (2012) através de um gráfico com a divisão entre as dimensões dos indicadores da GRI. Os indicadores Sociais (que, em conjunto, correspondem por pouco mais de 50% dos indicadores existentes) e Ambientais (38%) se sobressaem em relação aos indicadores Econômicos (responsáveis por apenas 12% dos indicadores totais). Segundo Camargos (2012), esta situação deve-se ao fato de que muitos dos indicadores econômicos já são utilizados nos relatórios financeiros tradicionais.

Ainda em relação às Diretrizes para Elaboração de Relatórios foram abordados aspectos relacionados aos protocolos de indicadores, níveis de aplicação da GRI e suplementos setoriais.

A partir deste levantamento teórico sobre a GRI, partiu-se para o segundo objetivo específico, que foi a verificação da presença dos princípios estabelecidos pela GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de geração de energia de Santa Catarina.

Primeiramente, foram escolhidas as empresas que participaram da pesquisa. Neste estudo foram avaliadas somente as empresas de geração de energia elétrica do tipo UHE (Usina Hidrelétrica) em operação no Estado de Santa Catarina, que eram oito na época da pesquisa. Das oito usinas existentes, verificou-se que nem todas possuíam relatórios de sustentabilidade. Foram então definidos critérios para serem usados em função da ausência dos relatórios, que resultou na permanência de quatro relatórios na pesquisa, referentes às seguintes empresas: Tractebel Energia, Grupo Celesc, BAESA S.A e Consórcio Machadinho e Maesa. Destas empresas foram selecionados os seguintes documentos: relatórios de sustentabilidade do ano de 2012 para Tractebel Energia e Grupo Celesc, relatório de sustentabilidade do biênio 2011/2012 para BAESA e relatório de 2011 para Consórcio Machadinho e Maesa.

Para verificar a presença dos princípios nos relatórios foi utilizado o conjunto de testes com fatores de relevância propostos pela própria GRI. Para analisar os dados coletados utilizou-se a metodologia da Análise de Conteúdo com auxílio do software Atlas. ti. A Análise de Conteúdo permitiu encontrar os significados para as expressões textuais. O software Atlas. ti permitiu a visualização e interligação dos segmentos de informação. Portanto, os relatórios foram lidos e de acordo com palavras-chave relacionadas aos princípios e aos fatores de relevância,

houve a seleção de trechos de texto que demonstrassem a presença dos princípios estabelecidos pela GRI nos relatórios.

Cabe esclarecer que essa verificação de presença dos princípios da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica já havia sido objeto de estudo anterior, de autoria de Camargos (2012). Porém, Camargos (2012) restringiu sua análise a quatro princípios da GRI e trabalhou com doze empresas dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do território brasileiro.

A presente pesquisa inovou em relação ao estudo de Camargos (2012), já que verificou se os dez princípios da GRI estão presentes nos relatórios de sustentabilidade das quatro empresas selecionadas em Santa Catarina. Outras inovações em relação ao estudo de Camargos (2012) dizem respeito à maneira como a pesquisadora buscou a presença dos princípios nos relatórios e como os dados coletados foram analisados. Além disso, neste estudo, buscou-se identificar o grau de aderência das empresas selecionadas aos indicadores ambientais essenciais.

A análise dos resultados relativos à verificação da presença dos princípios estabelecidos pela GRI nos relatórios de sustentabilidade demonstrou que os relatórios das empresas pesquisadas apresentam trechos de texto correspondentes à maioria dos fatores de relevância vinculados aos princípios, tanto aos princípios de conteúdo quanto aos de qualidade. Na maior parte dos relatórios, as citações encontradas não informam expressamente sua relação com os princípios, mas a sua interpretação permite identificar o vínculo com os fatores de relevância descritos pela GRI. Esta constatação vai de encontro ao trabalho de Camargos (2012) que encontrou a presença de somente quatro princípios (contexto da sustentabilidade, equilíbrio, comparabilidade e clareza) nos relatórios que analisou.

A GRI (2006) explica que para avaliação dos princípios, não interessa o nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI, já que os princípios buscam descrever os resultados que o relatório deverá alcançar e servem como orientação para a tomada de decisões sobre o conteúdo a ser relatado e de que forma esse conteúdo será apresentado.

Entretanto, na análise dos princípios, é possível perceber que a Tractebel Energia, por exemplo, que possui nível A+ atende com mais consistência a praticamente todos os requisitos dos princípios. É claro que o fato de estar no sexto relatório elaborado conforme as diretrizes da GRI é uma variável a ser considerada. Já o Consórcio Machadinho e

Maesa, que possuem o nível C e elaboraram o relatório pela primeira vez conforme as Diretrizes da GRI, não atendem a vários requisitos. Isso demonstra que o nível de aplicação da Estrutura de Relatórios influencia no atendimento aos princípios e que as fases de amadurecimento em relação ao uso dos indicadores refletem-se no uso dos princípios.

Outra constatação interessante foi relacionada às informações fornecidas em “resposta” aos fatores de relevância dos princípios. A GRI, nas suas Diretrizes, define os princípios, explica detalhadamente o que cada um significa, que tipo de informação a organização deverá obter ao utilizar aquele princípio, fornece exemplos e para cada princípio define vários fatores de relevância que chegam a ser exaustivos em termos de “resposta”. Entretanto, as empresas interpretam aqueles princípios e seus fatores de relevância de maneiras diferentes e “respondem” aos fatores de relevância de maneiras bem diversificadas. Isso dificulta a uniformização das informações e consequentemente prejudica a comparabilidade entre as empresas, que é um dos objetivos destacados pela GRI. Camargos (2012) também faz esta constatação em sua pesquisa afirmando que a disponibilidade da Estrutura de Relatórios da GRI para o uso por qualquer organização e a falta de exigência de verificação externa acaba por permitir muita liberdade na criação do relatório. Camargos considera que essa é a principal falha da estrutura GRI, já que as empresas selecionam quais informações serão relatadas e omitem os resultados desfavoráveis. “Essa liberdade talvez explique o fato de o uso da estrutura GRI ser tão heterogêneo entre as empresas” (CAMARGOS, 2012, p. 77), o que prejudica a comparabilidade entre os relatórios.

Nesta pesquisa, esta situação é visível em relação ao princípio do Contexto da Sustentabilidade, por exemplo, que é um princípio bastante amplo e que permite um enorme leque de respostas aos seus fatores de relevância, inviabilizando a comparação entre as empresas.

Um dos fatores de relevância para o princípio do Contexto da Sustentabilidade é a apresentação do entendimento de sustentabilidade pela organização. Ainda que não de maneira expressa, os quatro relatórios divulgaram qual o entendimento de sustentabilidade das organizações. As “respostas” demonstram que as empresas utilizam o tripé sociedade, meio ambiente e economia. É perceptível que organizações como BAESA e Consórcio Machadinho e Maesa concentram o foco de atuação em uma ou duas áreas deste tripé, como a área social e ambiental, em práticas voltadas para os locais onde as Usinas estão inseridas e sua região. Daí surge outra constatação, comum às quatro empresas: o foco no desempenho individual da organização,

com uma clara preocupação com a apresentação de eficiência e eficácia nos resultados, em detrimento de uma discussão do desempenho no contexto mais amplo da sustentabilidade, nos temas relativos aos limites dos recursos ambientais ou sociais em nível setorial, local, regional ou global.

Todavia, é possível encontrar nos relatórios uma situação contrária à da diversificação de interpretações. Observou-se a presença de “dificuldades” relacionadas às solicitações da GRI que são comuns a todas as empresas. Um exemplo ocorre com o princípio da Inclusão dos *Stakeholders*. A GRI explica que,

Para que o relatório seja passível de verificação, o processo de engajamento terá de ser documentado [...]. A organização relatora precisa documentar sua abordagem para definir com quais *stakeholders* se engajou, como e quando, e de que modo esse engajamento influenciou o conteúdo do relatório e as atividades de sustentabilidade da organização [...]. A organização poderá encontrar visões conflitantes ou expectativas distintas entre seus *stakeholders* e precisará explicar como buscou equilibrar esses fatores nas decisões tomadas na elaboração do relatório (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006, p. 10).

Verificou-se que as empresas até informam como foi realizado o processo de engajamento dos *stakeholders*, com quais partes se engajaram e o conteúdo do relatório/atividades de sustentabilidade da organização que decorrem deste engajamento. Porém, não demonstram **como** isso ocorre e não mostram a documentação referente a esse processo de engajamento. Em relação à visão conflitante mencionada pela GRI, a situação é ainda mais inquietante: as organizações definem uma vasta gama de *stakeholders* e precisam demonstrar nas decisões sobre o conteúdo do relatório que as preocupações e pontos de vista dos *stakeholders* foram consideradas. Entretanto, esses *stakeholders* podem possuir visões conflitantes ou expectativas distintas e a organização precisa explicar como buscou equilibrar esses fatores nas decisões tomadas na elaboração do relatório. Neste ponto, os quatro relatórios analisados foram inconsistentes: adotaram a visão romântica de ignorar os conflitos e demonstrar apenas as melhores práticas.

Tal observação foi corroborada através da análise de outro princípio: o do Equilíbrio (princípio de qualidade). O Equilíbrio orienta

a organização para que inclua no relatório resultados tanto favoráveis quanto desfavoráveis, evitando escolhas, omissões ou formatos de apresentação que influenciem indevidamente uma decisão do leitor. Na leitura dos quatro relatórios ficou claro que o princípio do Equilíbrio não é levado em consideração, já que as empresas apresentam suas melhores práticas, seus planos para o futuro, suas iniciativas, ignorando os aspectos negativos do desempenho da organização.

Frente ao exposto, percebe-se que, mesmo com a presença da maioria dos princípios da GRI nos relatórios das organizações pesquisadas e apesar do esforço da GRI em desenvolver um modelo de qualidade de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade ainda precisa evoluir bastante para que os *stakeholders* possam ter acesso ao real nível de responsabilidade econômica e socioambiental das organizações.

O terceiro objetivo específico buscou identificar o grau de aderência das empresas selecionadas aos indicadores ambientais essenciais. Para tanto, inicialmente fez-se uma comparação do que foi informado pelas quatro empresas referente aos trinta indicadores ambientais com o que o protocolo produzido pela GRI para aqueles indicadores realmente solicitava.

Em seguida, com base no quadro desenvolvido por Dias, Siqueira e Rossi (2006), os indicadores foram classificados em “apresentado” ou “não apresentado” e dentro dessa classificação foram divididos em categorias de acordo com critérios definidos pelos referidos autores. Ressalte-se que todos os trinta indicadores ambientais foram analisados e classificados, mas para o cálculo da aderência foram utilizados apenas os indicadores essenciais, que são dezessete.

Após a classificação dos indicadores informados pela empresa, fez-se o cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI, cuja sigla de denominação é GAPIE-GRI.

Este cálculo permite que se perceba o percentual de aderência de cada empresa ao que foi solicitado pela GRI, podendo este ser de 0% a 100%. A forma de cálculo seguiu o que foi utilizado em pesquisa de Dias, Siqueira e Rossi (2006, p. 8), com a seguinte fórmula:

$$\text{GAPIE - GRI} = \frac{\text{Total dos indicadores com aderência plena} + \text{Total dos indicadores omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores não aplicáveis}}$$

Os resultados foram analisados e foram demonstrados em um ranking no qual as empresas foram classificadas conforme o seu grau de

aderência. Os resultados revelaram que a Tractebel Energia foi classificada como a primeira no *ranking* de aderência aos indicadores ambientais essenciais da GRI, com 35,71% de aderência plena, o que corrobora com o seu nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI, que é o nível “A+”, ou seja, o nível mais avançado com utilização de verificação externa.

Em segundo lugar no ranking apareceu a Celesc, com 29,41% de grau de aderência plena. O nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI no seu relatório é “B”, um nível intermediário e não houve verificação externa.

Após a Celesc apareceu a BAESA, com 11,76% de aderência plena, cujo relatório também foi considerado nível “B”, sendo que no caso da BAESA houve o (+) porque foi utilizada verificação externa.

O Consórcio Machadinho e Maesa apresentaram um grau de aderência plena aos indicadores ambientais essenciais do GRI de 6,25%, sendo a menor conformidade com a GRI. O relatório das empresas foi considerado nível “C” e não houve verificação externa.

Tais resultados demonstraram que as empresas encontram-se em diferentes níveis de amadurecimento na utilização dos indicadores, o que é refletido também nos níveis de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI que as próprias empresas autodeclararam. Esses resultados corroboram com as pesquisas de Dias (2006), Carvalho e Siqueira (2007), Costa, Gallon e Torres (2011). Entretanto, nas suas pesquisas foram analisados todos os indicadores essenciais de desempenho econômico, ambiental e social.

Uma conclusão que ficou latente a partir desta análise foi a de que as organizações precisam aprofundar o seu conhecimento em relação aos protocolos dos indicadores para apresentarem as informações da maneira mais completa possível. A GRI é muito detalhista e exigente nos seus protocolos de indicadores. Se uma empresa autodeclara no seu relatório um determinado nível de atendimento à Estrutura de Relatório da GRI fica claro para o leitor que as informações prestadas estão em conformidade com aquelas exigidas para o atendimento daquele nível. O que a análise do grau de aderência aos indicadores ambientais essenciais demonstrou é que a realidade não é exatamente assim.

O quarto e último objetivo específico foi propor ações para aperfeiçoar o relatório das empresas em relação aos requisitos da GRI. O cumprimento deste objetivo encontra-se no próximo item desta pesquisa, denominado Proposições da Pesquisa.

Finalmente, a partir de todas as informações descritas neste capítulo, neste momento a pesquisadora tem a ousadia e a coragem de tecer algumas considerações acerca do que estudou e pesquisou nestes dois anos e meio de Mestrado Profissional, aliando a esta experiência a sua própria experiência profissional, principalmente aquela que obteve ao trabalhar na BAESA exercendo a função de analista financeira na área de planejamento econômico financeiro no período de 2007 a 2009. É claro que são percepções limitadas pelo tempo de trabalho, por ter sido em apenas uma empresa e pela própria função exercida pela pesquisadora. Há também a questão do limite do conhecimento científico da pesquisadora, tão mínimo em uma área tão vasta da ciência. Mas a pesquisadora crê que é possível dar a sua contribuição através de algumas observações pessoais que de algum modo podem auxiliar na construção de um mundo mais sustentável.

Num primeiro momento a pesquisadora quer desmistificar a ideia de que parece ser fácil afirmar que uma empresa atende ou não atende aos princípios e indicadores de uma Estrutura para Relatórios de Sustentabilidade como a da GRI. Fazer julgamentos de valor e apontar descaminhos pode parecer fácil para quem está avaliando de fora. Porém, a experiência profissional da pesquisadora permite afirmar que para quem está dentro das empresas trabalhando a situação não é bem esta. O empenho para buscar os melhores caminhos existe e as páginas de um relatório de sustentabilidade mal conseguem traduzir um pouquinho do que vem sendo feito nas organizações em termos de sustentabilidade. Reunir em uma publicação todas as informações sobre projetos socioambientais, impactos, estratégias, desempenho, práticas sustentáveis, de modo transparente e com a participação ativa de tantas partes interessadas não é uma tarefa fácil. Muitas pessoas trabalham diariamente para expor as informações conforme o método escolhido pela organização. E aqui surge um questionamento: como escolher a melhor estrutura para elaborar o relatório de sustentabilidade?

Nesta pesquisa foram estudadas quatro empresas que utilizam a Estrutura da GRI. É uma estrutura bastante completa, cujo objetivo é criar uma linguagem comum entre as organizações para que seja cada vez mais prático estabelecer comparações e acompanhar o seu desempenho ao longo do tempo. Como é uma estrutura que possui as dimensões mínimas determinadas pela ANEEL e aborda os indicadores e informações com as especificidades do setor elétrico, tem sido adotada como a Estrutura padrão para todas as empresas do setor. Porém, a partir dos resultados deste estudo, a pesquisadora se pergunta se a GRI é realmente a melhor estrutura para as organizações pesquisadas

comunicarem seus resultados e despertarem o interesse dos seus *stakeholders*.

Este questionamento surge em função das especificidades dos princípios e dos indicadores de desempenho da GRI. A GRI oferece uma estrutura bastante completa, mas é muito complexa também. Exige das empresas uma dedicação diferenciada para que todos os seus aspectos sejam compreendidos. O nível de detalhamento das informações constantes dos protocolos técnicos dos indicadores de desempenho é impressionante. Para empresas maiores, com mais recursos, como a Tractebel Energia e a Celesc, talvez seja realmente a melhor estrutura de relatórios. Mas para empresas menores, como a BAESA e Consórcio Machadinho e Maesa, talvez o esforço em cumprir os requisitos da estrutura do relatório demande uma frente de trabalho tão grande que seria melhor mobilizar estas pessoas para produzirem ações sustentáveis necessárias em termos locais e requisitadas pelas partes interessadas.

Ao questionar se a GRI é realmente a melhor estrutura para as organizações pesquisadas, a pesquisadora retoma Meadows (1998) quando esta autora destaca algumas armadilhas no processo de escolha e uso dos indicadores. Dentre várias armadilhas citadas pela autora, a pesquisadora escolhe algumas para melhor justificar a sua dúvida: “a medição do que é mensurável, ao invés do que é importante; o desvio da atenção para os indicadores em prejuízo da experiência direta; excesso de confiança nos indicadores; perda da noção de que os indicadores não são o sistema real”. Para Meadows (1998, p. 5), “a escolha dos indicadores é uma determinante crítica para o comportamento de um sistema”.

Para a pesquisadora, o fato de organizações como a BAESA e Consórcio Machadinho e Maesa utilizarem as diretrizes da GRI nos seus relatórios faz com que caiam na armadilha de “desviar sua atenção para os indicadores em prejuízo da experiência direta”. As organizações se perdem na imensidão de detalhes solicitados pelos indicadores ao invés de se concentrarem no que é realmente importante para a sua gestão. Como ficou constatado na presente pesquisa, tais organizações possuem o foco de ação na região onde a usina está inserida. As usinas estão inseridas em regiões rurais, com fortes carências nas áreas de saúde, educação, esporte, segurança pública, infraestrutura e geração de renda. É possível que o nível de detalhamento dos indicadores da GRI não represente as necessidades destas regiões. Portanto, é claro que é importante que a empresa e seus *stakeholders* conheçam “o volume total

de água retirada de qualquer fonte de água pela organização ou por intermediários, com o relato do volume total de água retirada em metros cúbicos por ano discriminado pelas seguintes fontes: águas de superfície; água subterrânea; água de chuva diretamente coletada e armazenada; efluentes de outra organização; abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água” (indicador ambiental EN8). Mas, tanto para a empresa como para os *stakeholders* talvez seja mais importante saber que “a BAESA, por meio de uma ideia do Banco de Ideias, faz o aproveitamento da água que penetra espaços intersticiais do maciço rochoso da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Essa água é utilizada pelos colaboradores dentro da própria Usina. Ao todo, são consumidos 1.825 m³/ano”. Na presente pesquisa, com referência a este indicador, o fato de a BAESA não ter informado sobre as águas de superfície; água de chuva diretamente coletada e armazenada; efluentes de outra organização; abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água, fez com que sua aderência a este indicador fosse considerada parcial, o que contribuiu para diminuir o seu grau de aderência plena. Entretanto, a ideia do aproveitamento da água é de extrema importância para as práticas sustentáveis da empresa. A questão que a pesquisadora levanta é: o que as empresas podem fazer de melhor em termos de desenvolvimento sustentável conforme as necessidades da sua localidade, região, país e globalmente falando? Como irão comunicar suas ações? Como irão se aproximar do seu público? A pesquisadora acredita que essas questões devem guiar as empresas no momento da escolha de uma metodologia para comunicar o seu desempenho.

Camargos (2012, p. 78) em seu trabalho entrevistou um jornalista, Dal Marcondes, que em poucas palavras resumiu o que a pesquisadora vem tentando dizer. Segundo ele:

Os relatos empresariais deveriam oferecer aos leitores uma visão da complexidade da gestão e de seus dilemas, o que pensam os executivos e como é a percepção, de fato, que os seus principais públicos têm da corporação. O ideal, segundo o jornalista, seria que as empresas se oferecessem para uma reportagem, algo mais próximo do jornalismo do que do *marketing*, o que daria maior credibilidade às informações publicadas.

Por fim, uma das coisas que a pesquisadora aprendeu com esta pesquisa é que a GRI é uma estrutura ampla, detalhada, interessante, que muito pode incrementar o relacionamento das empresas para com o seu público de interesse. Além disso, mostra-se um modelo capaz de reforçar a importância do desenvolvimento sustentável e a necessidade de sua avaliação pelas organizações. Porém, assim como outros instrumentos, se não for bem utilizado e se as informações não forem confiáveis e repletas de veracidade, poderá se tornar apenas mais um amontoado de informações sem importância para a sociedade.

6.2 PROPOSIÇÕES DA PESQUISA

A partir das conclusões deste trabalho, algumas proposições podem ser feitas às organizações para que possam adequar os seus relatórios de sustentabilidade aos requisitos da GRI.

Inicia-se pela questão dos *stakeholders*. As organizações conseguem citar em seus relatórios quem são os seus *stakeholders*, porém a articulação desta definição no conteúdo do relatório é fraca. As empresas não distinguem quem são seus *stakeholders* prioritários e percebe-se que têm dificuldade na conjugação dos interesses de partes interessadas tão diversificadas. Portanto, as empresas precisam aprofundar a discussão deste tema. Não faz sentido afirmarem que todos os segmentos da sociedade são *stakeholders*. É importante a definição de *stakeholders* prioritários, que são aqueles que realmente influenciarão no conteúdo dos relatórios. O conteúdo do relatório precisa demonstrar como essa participação ocorre. A preparação, por parte das empresas, de um método de consulta confiável para conseguir a participação ativa dos *stakeholders* prioritários é fundamental para a elaboração de um relatório consistente. Outro ponto controverso verificado nos resultados da pesquisa é a falta de divulgação dos processos de consulta aos *stakeholders*. A própria GRI recomenda que os processos sejam documentados e colocados à disposição dos interessados. A partir do momento que as organizações conseguirem legitimar esse relacionamento com seus *stakeholders*, estarão aptas a evoluir na questão da definição de temas e indicadores relevantes. Às organizações cabe a difícil tarefa de selecionar os indicadores que realmente irão refletir o seu desempenho em termos de desenvolvimento sustentável, que sejam úteis e proporcioneem o acompanhamento da evolução da organização no caminho da sustentabilidade. Ao fazerem as suas escolhas, as organizações precisam explicar quais os indicadores

serão utilizados. Para aqueles que não serão usados, a organização deve apresentar justificativas, caso contrário será penalizada no caso de uma verificação externa.

Como foi visto, a falta de um método sistematizado para a definição de *stakeholders* e a ausência de divulgação referente a esse método coloca em dúvida a credibilidade de todo o conteúdo do relatório e sua real vinculação com os interesses dos *stakeholders*. Assim, verifica-se a necessidade de as empresas desenvolverem um método com etapas bem definidas para acessarem os seus *stakeholders*, conseguirem sua participação, explicarem como as decisões foram tomadas, como visões conflitantes foram equilibradas. Nesta etapa, os meios como a mídia, a comunidade científica ou as atividades colaborativas são importantes para o entendimento de seus interesses e documentação do processo para posterior divulgação.

Outro tema que precisa ser abordado pelas organizações diz respeito ao conhecimento em profundidade das Diretrizes da GRI. Se as organizações optam por usar a GRI, precisam conhecer a fundo a estrutura para relatórios da GRI. Às organizações cabe “destrinchar” as Diretrizes, interpretar seus princípios, indicadores, protocolos técnicos, suplementos setoriais, atualizações, mudanças. Isso pode ser colocado em prática através da promoção de treinamentos, workshops, reuniões, palestras, estudos dirigidos, interação com outras organizações que já utilizam as Diretrizes, entre outros. Um exemplo do que uma análise detalhada pode revelar ocorreu com o princípio do Contexto da Sustentabilidade. Verificou-se nesta pesquisa que o princípio do Contexto da Sustentabilidade é tão amplo que a proposição inicial relacionada a este princípio feita pela pesquisadora é para a própria GRI, no sentido de redução das informações requisitadas, concentrando-se nas informações que realmente importam para as organizações e para o desenvolvimento sustentável, sob o risco de não conquistar seu objetivo em relação a este princípio.

Sugere-se que as organizações transcendam o foco no seu desempenho individual e passem para discussões sobre o seu desempenho no contexto mais amplo da sustentabilidade. Para tanto, é necessário investimentos em transmissão de conhecimento nas organizações. Investimentos em projetos de P&D que proporcionem esse tipo de conhecimento e sua divulgação são uma das maneiras de colocar esta ideia em prática.

Outra lacuna encontrada nos relatórios e que merece atenção por parte das organizações diz respeito à divulgação das suas ações voluntárias de modo diferenciado da divulgação de ações que são

obrigatórias por determinação legal ou acordo judicial. Apresentar uma distinção clara e precisa entre ações voluntárias e ações oficiais surge como uma boa prática fundamental para a transparência dos relatórios e para que os *stakeholders* não se sintam "enganados".

Um resultado que merece destaque diz respeito ao interesse manifestado pelas organizações em desenvolver e aplicar outros métodos para mensurar periodicamente a eficiência e os impactos de atuação da organização na região onde está inserida. A implantação de sistemas de avaliação de impactos que incluam a possibilidade de criação de cenários relacionados às várias dimensões da sustentabilidade é uma proposta que merece atenção. Isto reforça a idéia de que as organizações precisam reavaliar o uso da GRI para verificar se os esforços empreendidos para o cumprimento dos indicadores não estão se tornando um fim ao invés de um meio para o alcance de objetivos maiores.

Observou-se que os relatórios das organizações são pródigos em divulgar boas notícias e suas melhores práticas. Entretanto, este tipo de abordagem faz com que percam sua credibilidade, pois os *stakeholders* têm conhecimento de que o mundo não é um "mar de rosas" como as organizações querem fazer transparecer. Percebe-se que os relatórios adquirirão mais confiabilidade e deixarão de ser instrumentos burocráticos a partir do momento em que forem divulgadas além das melhores práticas das organizações, as suas dificuldades, desafios, resultados desfavoráveis, crises.

Para demonstrar comprometimento com a divulgação das informações conforme as Diretrizes da GRI, é necessária a organização das informações de modo que possam ser comparadas de um ano para o outro. Mesmo quando se trata da elaboração do primeiro relatório é possível buscar dados e organizá-los para que algum histórico de informações possa existir e parâmetros de avaliação possam ser utilizados. Aliado a isso, as organizações precisam definir metodologias de cálculo e demonstrá-las ao longo do relatório. Essas informações precisam ser uniformes, bem descritas, incluindo margem de erro, descrição de estimativas, como requerem as Diretrizes da GRI.

Uma medida simples e que pode ajudar na avaliação das informações do relatório é a inclusão de uma data de publicação. Porque sem data de publicação os *stakeholders* não têm como avaliar se aqueles acontecimentos são recentes ou se já aconteceram há muito tempo. Além disso, se a organização informa que a periodicidade do relatório é

anual, precisa se comprometer com essa informação e publicar o relatório anualmente.

Uma curiosidade da pesquisadora, que apareceu também para as organizações como uma questão a ser respondida refere-se ao fato de saber quem são os leitores de relatórios de sustentabilidade e que uso fazem dele. Em função dos próprios princípios da GRI, verificou-se que relatórios muito extensos e técnicos não são “bem vistos”, pois afastam os leitores, enquanto relatórios muito produzidos, com muitas fotos e pouca informação acabam parecendo peças de marketing. Um desafio para as organizações está na busca de um meio termo para que as informações que divulgam sejam realmente utilizadas e para que haja eficácia na relação com os *stakeholders*.

Uma última questão a ser levantada refere-se à verificação externa, que atualmente não é uma obrigação e que por isso mesmo tem se revelado um problema. A não-obrigatoriedade de verificação externa revela-se como um caminho para que as empresas se autodeclarem com um determinado nível de aplicação das diretrizes sem apresentarem todos os indicadores referentes a este nível. Este fato prejudica a comparabilidade, um dos objetivos da GRI. Uma alternativa para essa situação seria tornar a verificação externa obrigatória, mas a questão não é tão simples assim visto que os custos de uma verificação externa teriam que ser acessíveis para todas as organizações que optassem pela utilização das Diretrizes GRI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA **Manual de elaboração do relatório anual de responsabilidade socioambiental das empresas de energia elétrica.** Brasília: ANEEL, 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Parte 1 energia no Brasil e no mundo:** características gerais. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par1_cap1.pdf>. Acesso em: 04 maio 2012.

_____. **Atlas de energia elétrica do Brasil.** 3. ed. Brasília, DF: ANEEL, 2008.

ALPERSTEDT, G. D. **Estratégia organizacional e gestão ambiental.** Projeto de Pesquisa. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UDESC, 2009.

ALPERSTEDT, G. D; QUINTELLA, R.; SOUZA, L. Estratégias de Gestão Ambiental e seus fatores determinantes: uma análise institucional. **RAE**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 170-186, abr/jun., 2010.

ATLAS TI.6 TOUR RÁPIDO. **Manual Atlas.ti 6 Tour Rápido:** Quick Tour. 2011. Disponível em: <http://www.atlasti.com/uploads/media/QuickTour_a6_pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BAESA. **Energia:** o grande desafio. Barra Grande: Usina Hidrelétrica Barra Grande, 2007.

_____. **Relatório de sustentabilidade2011-2012.** Disponível em: <http://www.baesa.com.br/baesa/publicacoes/relat_sust_11_12/index.html#>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2004.

BELLEN, H. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BÖHM, S.; BREI, V. **Marketing the hegemony of development: of pulp fictions and green deserts.** *Marketing Theory*, v. 8, n. 4, p 339-366, 2008. Disponível em:< <http://mtq.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/4/339>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BM& BOVESPA. Índice de sustentabilidade Empresarial.

Disponível em:< <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em 10 dez. 2013.

BRAGA, C. et. al. Fatores determinantes no nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil, **Advances in Scientific and Applied Accounting** v. 4, n. 2, p. 230-262,2011.

BRÜSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em 04 dez. 2012.

CALLADO, A. L. C.; FENSTERSEIFER, J. E. **Indicadores de sustentabilidade:** uma abordagem empírica a partir de uma perspectiva de especialistas. 2010. Disponível em:<www.simpoi.fgv.br/arquivo/2010/.../E2010_T00146_PCN40018.pdf>. Acesso em: 5 maio 2012.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disclosure ambiental: relatórios contábeis versus internet. **Contabilidade & Finanças USP**, São Paulo, p. 84-95, Jun., 2007.

CAMARGO, A.; UGAYA, C.; AGUDELO, L. Proposta de definição de indicadores de sustentabilidade para geração de energia elétrica. **Revista Educação & Tecnologia**. Curitiba, v.8, p. 111 – 128, 2004. Disponível em: <<http://www.pessoal.utfpr.edu.br>>. Acesso em: 05 maio 2012.

CAMARGOS, M. R. **Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do relatório de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no Brasil.** 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos)-Universidade

Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Disponível em:
<www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000870214>. Acesso em: 6 ago. 2013.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

Setor Elétrico. Disponível em:

<http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/com_quem_se_relaciona?_afrLoop=557156923736000##40%3F_afrLoop%3D557156923736000%26_adf.ctrl-state%3Ddxomgeux4_75> Acesso em: 18 dez. 2013.

CARNEIRO, C. et. al. A divulgação ambiental no setor de energia brasileiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 8., 2012. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg8/anais/T12_0498_2597.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2012.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* nos relatórios sociais e empresas latino-americanas. Pensar contábil, v. 9, n. 38, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/113/113>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3” da Global Reporting Initiative nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica Sul Americano. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 12., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00130_PCN91368.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA. **Relatório anual e de sustentabilidade CELESC 2012.** Disponível em: <http://celesc.firebaseio.com/wp-content/uploads/2013/06/relatorio-celesc-28-06-13-baixa-resolucao_03.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013

CORAL, E. E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial.** 2002. 275 f. Tese (Doutorado)-

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82705/189235.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

CORRÊA, R.; RIBEIRO, H.; SOUSA, M. T. Disclosure Ambiental: informações sobre GEEE das empresas brasileiras que declararam no nível A+ da GRI. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 15., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...**Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00015_PC_N27484.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

COSTA, M. I.; GALLON, A. V.; TORRES, L. S. Análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., São Paulo, FGV-EAESP, **Anais ...** São Paulo, FGV-EAESP, 2011. p. 1-16.

DIAS, L. N. S. **Análise da utilização dos indicadores da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras.** 2006. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; ROSSI, M. G. Z. Balanço Social: a utilização dos indicadores do Global Reporting initiative (GRI) em empresas Brasileiras. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 30., Salvador, BA, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsc-0303.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2013.

ELETROBRÁS. **Histórias da Eletrobrás:** o racionamento de 2001. Disponível em: <www.eletrobras.com.br/Em_Biblioteca.../interno_96-02.asp?id=6>. Acesso em: 18 dez. 2013.

FREEMAN, R. E.; REED, D. E. Stockholders and stakeholders: a new perspective on corporate governance. **California Management Review**, v. 25, n. 3, p. 88-103, 1983. Disponível em: <<http://trebucq.u-bordeaux4.fr/Stock&stakeholders.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Diagnóstico da Indústria Catarinense:** estratégica e gestão ambiental . Disponível em: <<http://www.fiescnet.com.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a systems approach. **Environmental Modeling and Assessment**, v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996.

GASPARINO, M. Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador, BA. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsc-2673.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/PortugueseBrazil/Pages/Ela-bora%C3%A7%C3%A3o-de-relat%C3%B3rios-de-sustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 24 jun 2014.

_____. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade**. [S.L]: Eden, 2006. Disponível em: <<http://www.invepar.com.br/mídias/conteúdo/pdf/GRI%20G3%20-%20portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 24 jundez. 2014.

_____. **Relatórios de Sustentabilidade da GRI**: quanto vale essa jornada?. [S.L]: Eden, 2012. Séries de aprendizagem da GRI. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourceLibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade & suplemento setorial de serviços financeiros**. 2011. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourceLibrary/Brazilian-Portuguese-FSSS-Complete.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

GOLDENBERG, J.; PRADO, L. T. S.Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 2019-235,

nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a09v15n2.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 508–532, set., 2012.

HAMMOND, A. et al. Environmental Indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington: World Resources Institute, 1995.

HARDI, P.; ZDAN, T. **Assessing sustainable development**: principles in practice. Canada. The International Institute for Sustainable Development, 1997. Disponível em: <<http://www.iisd.org/pdf/bellagio.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

HART, V.; GREINER, T.; CRUMBLEY, C. Indicators for measuring environmental sustainability: a case study of the pharmaceutical industry. *Benchmarking: an International Journal*, v. 10, n. 2, p 107-119, 2003. Disponível em:<www.emeraldinsight.com/1463-57771.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

HODGE, A.; HARDI, P.; BELL, D. Seeing Change Through the Lens of Sustainability. Workshop "Beyond Delusion: Science and Policy Dialogue on Designing Effective Indicators of Sustainable Development". **The International Institute For Sustainable Development**, Costa Rica, 1999. Disponível em: <<http://www.iisd.org/pdf/background.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

IBASE. **Balanço social**: publique seu balanço social. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Indicadores_2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis.** Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.UzvoIqhdWMF>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

JACOBI, P. R.O Brasil depois da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, p. 19–29, 2002. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/19-29.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

JANNUZZI, G. **Políticas Públicas para eficiência Energética e Energia Renovável no Novo Contexto de Mercado:** uma análise da experiência recente dos EUA e do Brasil. São Paulo: Autores Autorizados, 2000.

_____. **Energia e Meio Ambiente.**
<http://www.comciencia.br/reportagens/energiaeletrica/energia12.htm>.
Acesso em 18.12.2013

LEIS, H. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organização**, São Paulo, v. 3, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/107>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MACHADINHO ENERGIA S. A. **Relatório de sustentabilidade 2011.** Disponível em: <http://www.machadinho.com.br/uploads/files/Consorcio%20Machadinho_Relatorio%20de%20Sustentabilidade%2011%2017-05%20-%20baixa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MARRECO, J. M., CAPIO, L. G. T, Flexibility valuation in the Brazilian power system: A real options approach. **Energy Policy**.,v. 34, p. 3749-3756, 2006.

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MEADOWS, D. **Indicators and Information System for Sustainable Development.** 1998. Disponível em: <http://www.iisd.org/pdf/s_ind_2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

NAVARRO, P.; DÍAZ, C. Análisis de contenido. In: DELGADO, J. M.; GUTIERREZ, J. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales.** Madrid: Síntesis, 1994.

NESS, B. Categorising tools for sustainability assessment. **Ecological Economics**, v. 60, n. 3, p. 498–508, Jan. 2007.

NOSSA, V. **Disclousure Ambiental:** uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 f. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/pt-br.php>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. Principais marcos. Disponível em: <http://www.ons.org.br/download/biblioteca_virtual/relatorios_anuais/documentos/2003/principais_marcos.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PÊGO, B.; CAMPOS NETO, C. A. S. **O PAC e o setor elétrico:** desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010) Brasília: IPEA, 2008.

PIRES, J. C.; GIAMBIAGI, F.; SALES, A. F. **As perspectivas do setor elétrico após o Racionamento.** Brasília: BNDES. 2002.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, n. 3, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Os objetivos de desenvolvimento do milênio: 8 objetivos para 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, jan./jul., de 1999.

- REED, M. S.; FRASER, E. D.G.; DOUGILL, A. J. An adaptive learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, v.59, n. 4, p. 406–418, out., 2006.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. São Paulo. Atlas, 2007.
- ROOME, N.; BERGIN, R. Sustainable development in an industrial enterprise: the case of Ontario Hydro. **Business Process Management Journal**. v. 12, n. 6, p. 696-721, 2006.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SAVAGE, G. T. et al. Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. **Academy of Management Executive**, v. 5, n. 2, p. 61-75. 1991.
- SCHENINI, P. C. (Org.). **Gestão empresarial socioambiental**. Florianópolis: (s.n.), 2005.
- S&P DOW JONES INDECES. **Dow Jones Sustainability Indexes**: overview. Disponível em: <<http://www.djindexes.com/sustainability/>>. Acesso em 12 dez. 2013.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.
- TRACTEBEL ENERGIA. **Relatório de sustentabilidade**. 2012. Disponível em:<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/cd1c712a-7c9a-4eb2-a7a8_4054e10e509f/RS_2012_Tracbel_03062013.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **What is the UN Global Compact?** Disponível em:<<http://www.unglobalcompact.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- VEIGA, J. **A emergência socioambiental**. São Paulo, SENAC, 2007.

VERGARA, S. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo:
Atlas, 2005.

APÊNDICE A – Princípios Conteúdo da CELESC

CELESC - CLASSIFICAÇÃO "B"	
PRINCÍPIOS DE CONTEÚDO: MATERIALIDADE, INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS, CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE, ABRANGÊNCIA	
1. MATERIALIDADE	
<p>É o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos e seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos. Impactos significativos são aqueles que geram uma preocupação permanente por parte dos especialistas ou que foram identificados através de ferramentas específicas.</p>	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
Fatores Externos:	
<p>1. Principais temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos stakeholders.</p>	<p>O Relatório é direcionado a: clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores (p. 14). O processo de definição da materialidade de temas tratados no relatório foi realizado com uma ampla pesquisa formal sobre a opinião e os interesses de nossos stakeholders prioritários. A pesquisa foi enviada a 3.039 pessoas, entre clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores. Desse total, 598 (19,7%) finalizaram o processo. Transparência e divulgação de resultados (78%), planejamento estratégico (63%), gestão de pessoas (58%) e pesquisa, inovação e desenvolvimento (58%) foram os quatro principais temas apontados por nossas partes interessadas e guiam o texto do nosso atual relatório de sustentabilidade. Esses temas são fortemente trabalhados no dia a dia da Celesc, o que indica que os resultados desse processo vão ao encontro do posicionamento já adotado pela Companhia (p. 14 e 15).</p>
<p>2. Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência</p>	<p>A Celesc mantém um relacionamento estratégico com associações, órgãos públicos, organizações nacionais e internacionais, além de entidades de classe (p. 48 e 49). Em 2012, o setor (elétrico) sofreu importantes mudanças e passou a ter novas regras para prorrogação das concessões. O Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579, que permite aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017 a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas (p. 52). Para a Celesc, essa mudança do ambiente regulatório é vista como um grande desafio. A Celesc Distribuição não sofreu alterações significativas e foi a primeira empresa a</p>

	<p>solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma estratégica, as determinações da MP nº 579. Com base no indicativo da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das suas usinas Bracinho, Garcia, Cedros, Salto, Ivo Silveira, Palmeiras e Pery, pertencentes à subsidiária Celesc Geração. A empresa ainda busca solução para investimentos realizados nas obras de repotenciação da Pequena Central Hidrelétrica Pery, não contemplada na política de indenização de ativos prevista pela MP. Em 2013, a MP nº 579 foi convertida na Lei Federal nº 12.783 (p. 52 e 53).</p>
<p>3. Regulamentos, leis, acordos internacionais ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus stakeholders</p>	<p>A Celesc procura assumir princípios e compromissos em parceria com diferentes entidades, de forma a ampliar nossa atuação social e desenvolver processos de melhoria contínua na nossa gestão. Dessa forma, nos tornamos solidários e ativos nos temas relevantes ao desenvolvimento da sustentabilidade no setor em que atuamos, assim como em outros (p. 36). A construção da Política de Responsabilidade Social da Celesc contou com a participação de 70 pessoas, em um processo que durou cerca de três meses e foi finalizado com uma consulta pública. O documento foi elaborado com base na norma ISO 26000 e estabelece diretrizes, normas e procedimentos que assegurem a busca por ações que promovam o desenvolvimento sustentável, por meio de inclusão social, viabilidade econômica e respeito ao meio ambiente, atendendo às necessidades das gerações atuais, sem comprometer a satisfação das gerações futuras, com envolvimento de todos os públicos com os quais se relaciona, e se desdobra em sete princípios: Direitos humanos, Comportamento ético, Prestação de contas, Transparência, Respeito pelos interesses das partes interessadas, Respeito pelo Estado de Direito e Respeito pelas normas internacionais de comportamento. Merece destaque a retomada da Comissão Interna de Conservação de Energia (Cice), responsável por estabelecer metas e diretrizes sobre consumo consciente, educação ambiental e eficiência energética, entre outros (p. 102). Em 2012, a área comercial da Celesc foi recertificada na ISO 9001:2008 por ter uma gestão orientada na qualidade e na melhoria contínua do serviço que oferece aos seus clientes. Para manter o certificado, a Celesc criou uma comissão formada por empregados do Departamento de Gestão de Clientes e Receita e das Agências Regionais, que trabalha para garantir o cumprimento das diretrizes e a</p>

	validação do selo (p. 108).
4. Impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade avaliados de forma adequada (como aquecimento global, HIV-aids, pobreza), identificados por meio de pesquisa confiável, feita por especialistas de renome ou por órgãos especializados com credibilidade no setor	Em 2012, o Grupo Celesc iniciou a elaboração de sua Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, cuja aprovação e consolidação foi realizada no início de 2013. A Política define os conceitos para gestão dos riscos na companhia e indica os procedimentos que deverão ser desdobrados para o gerenciamento dos riscos e controles internos (p. 46). Em 2012, a Celesc Distribuição iniciou a elaboração do seu primeiro Inventário de emissões de gases de efeito estufa. Com base na metodologia GHG Protocol, o documento será finalizado em 2013 e integrará o Inventário emissões de gases de efeito estufa do Governo do Estado de Santa Catarina (p. 80).
Fatores Internos:	Respostas Diretas
1. Principais valores, políticas e estratégias	Valores: preceitos essenciais e permanentes da organização, os Valores traduzem aquilo em que se acredita e devem se expressar em nossa atuação (p. 6). Diretrizes: Resultados: alto desempenho, eficácia, eficiência, melhoria contínua, aprimoramento de processos, solução de problemas (resultado obtido), superar as metas estabelecidas, profissionalismo, execução precisa de tarefas; Inovação: fazer a diferença, experimentar com responsabilidade, propor soluções (observar, perguntar, associar), compartilhar melhores práticas, inquietude; Valorização das pessoas: integração, foco na equipe, relacionamento interpessoal, diálogo aberto, mérito e qualificação, simplicidade, políticas de RH que favoreçam o relacionamento com e entre empregados; Comprometimento: com colaboradores, meio ambiente, investidores, comunidade, clientes, honestidade, transparéncia; Responsabilidade Socioambiental: comprometimento com programas sociais; Ética: integridade profissional (empresa, fornecedores e clientes) na condução dos negócios, no cumprimento da lei, no compromisso com as melhores práticas de governança, na preservação da imagem, na utilização adequada de informações e dos recursos e meios; Segurança: proteção ao ser humano e ao meio ambiente, segurança no trabalho, identificação, controle e monitoramento de riscos. Estratégias: alinhar a Companhia às empresas que são referência em crescimento e produtividade com base nas melhores práticas (p. 9). Garantir que a Celesc seja uma organização que conserve o meio ambiente, gere trabalho saudável e renda, traga benefícios para as comunidades locais envolvidas, divisa para o Estado e retorno para os investidores, esteja inserida em cadeias produtivas sustentáveis e forneça produtos sustentáveis para consumidores

	<p>cada vez mais exigentes e conscientes (p. 11). O trabalho realizado ao longo do ano de 2012 resultou em importantes conquistas para o Grupo Celesc. A aprovação do novo Estatuto Social da Celesc Holding culminou na elaboração de um Plano Regulatório e de um Plano Diretor para o Grupo. O Plano regulatório é responsável por definir uma agenda com os temas regulatórios mais relevantes para a Celesc e reivindicar as principais diretrizes de posicionamento estratégico frente aos reguladores e demais agentes do mercado, a partir da análise de cenários e alternativas regulatórias, enquanto o Plano Diretor, denominado Celesc 2030, definiu os princípios e diretrizes para 5, 10 e 15 anos e serviu de base para o planejamento estratégico do Grupo nos cinco primeiros anos. A orientação estratégica do Celesc 2030 contempla definições de metas financeiras, físicas e de sustentabilidade a serem alcançadas até 2030, contribuindo para nos tornarmos mais fortes e sustentáveis (p. 56).</p>
2. Interesses/expectativas de stakeholders envolvidos	<p>Com a perspectiva de atender as mais diversas demandas do mercado de energia elétrica, tornou-se imperativa, para nós, a participação de nossos stakeholders nos processos decisórios da Companhia, aqueles que envolvem o presente e alinham o futuro, considerando os interesses de cada um. A Celesc que queremos é uma companhia financeiramente forte, adequada na prestação de serviços e transparente nas suas ações e decisões. Em 2012, esse esforço culminou na elaboração do primeiro Plano Diretor da Companhia, denominado Celesc 2030, que contempla as aspirações dos principais stakeholders e apresenta balizadores estratégicos de longo prazo para a Holding e suas subsidiárias integrais (p. 9). Ser transparente com a população é uma das diretrizes estabelecidas pela Celesc, principalmente quando se trata da realização de investimentos que a impacta de alguma forma. A estrutura organizacional da empresa reforça essa aproximação com os stakeholders, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios (p. 46). A Celesc Distribuição tem por princípio, principalmente por ser uma empresa estatal e alinhada com as diretrizes do governo estadual, ser muito aberta a realizar contatos frequentes com os stakeholders, buscando informações para alinhamento sobre as decisões tomadas quanto ao planejamento energético e outros processos que os afetem. A empresa se mostra presente em audiências públicas nas câmaras municipais, prefeituras e Assembleia</p>

	Legislativa, participando de decisões no âmbito regional ou estadual, bem como em reuniões com lideranças, comunidades e associações comerciais e industriais ou outros entes representativos em todas as regiões do Estado de Santa Catarina (p. 46). Para manter uma relação de qualidade com seu público investidor e consumidor, a Celesc dispõe de diferentes meios de Comunicação que visam maior eficiência e agilidade nas respostas às dúvidas, sugestões e reclamações. O atendimento aos acionistas pode ser realizado pessoalmente, por telefone, fax, e-mail, Twitter e website. A Celesc mantém contato com seus clientes por meio de 219 lojas de atendimento presencial, pela internet – pelo portal www.celesc.com.br – e pelos canais telefônicos gratuitos para emergências (0800 480196), comercial (0800 480120) e da Ouvidoria (0800 483232). Há um número disponível para deficientes auditivos: 0800 6464050 (p. 47).
3. Principais riscos para a organização	Em 2012, o Grupo Celesc iniciou a elaboração de sua Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, cuja aprovação e consolidação foi realizada no início de 2013. A Política define os conceitos para gestão dos riscos na companhia e indica os procedimentos que deverão ser desdobrados para o gerenciamento dos riscos e controles internos (p. 46).
4. Fatores críticos para o sucesso organizacional	Ao longo de sua trajetória de quase 60 anos de atuação no setor elétrico, a Celesc manteve sua gestão pautada pelo compromisso com a perenidade do seu negócio, com o desenvolvimento socioeconômico de sua área de concessão e com a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes, atendendo às expectativas e criando uma relação de confiança com os principais públicos de interesse: acionistas, empregados, consumidores, fornecedores e comunidades. Nossas ações influenciam a vida de milhões de pessoas. Geramos mais de 3 mil empregos diretos, somos a segunda maior arrecadadora de ICMS do Estado de Santa Catarina e levamos energia para uma população de 6 milhões de consumidores de energia elétrica, o equivalente a 3,3% da população brasileira, distribuídos por mais de 90% do território catarinense, área que abriga um mercado de forte dinamismo econômico, com atividades diversificadas e mão de obra qualificada, responsável pelo oitavo maior PIB nacional e pelo quarto maior PIB per capita. Por isso, cuidamos para que nossos clientes sejam atendidos com energia de qualidade e em quantidade suficiente para garantir a expansão desse mercado altamente diferenciado. Temos um sistema elétrico adequado à demanda; detemos os melhores índices de eletrificação rural do

	<p>País, atendendo unidades consumidoras de forte potencial para o agronegócio; temos os menores índices de perdas comerciais entre as empresas do Setor; e figuramos entre as melhores do País no quesito qualidade do serviço prestado (p. 9).</p>
5. Competências essenciais da organização e a forma como contribuem para o desenvolvimento sustentável.	<p>A orientação estratégica do Celesc 2030 contempla definições de metas financeiras, físicas e de sustentabilidade a serem alcançadas até 2030, contribuindo para nos tornarmos mais fortes e sustentáveis. Nossas metas financeiras preveem construir uma margem Ebitda de 17% e gerar Roce de 12% em 2017, com portfólio centrado na distribuição eficiente e complementado por participações minoritárias em geração de energia. Nossa meta física busca nos posicionar entre as top 5 distribuidoras do país e alcançar 1.000 MW de capacidade de geração. Já a nossa meta de sustentabilidade busca atuar em torno de quatro pilares (pessoas, sustentabilidade, governança corporativa e gestão pública), com foco na obtenção de prêmios de referência nacional e regional em cada um dos pilares ao longo do ciclo 2014-2030. Tais metas foram pactuadas nos Contratos de Gestão e de Resultados (CGR), que envolvem todos os empregados, e se concretizarão por meio do desdobramento do CGR para as diversas áreas, além de envolver o projeto Celesc de Eficiência Máxima. O projeto inicia-se em 2013 e prevê o endereçamento de cinco das 20 iniciativas estratégicas por meio de levantamento, quantificação e detalhamento de planos de ação de iniciativas de otimização por parte de 14 equipes, formadas por aproximadamente 80 empregados. Os objetivos principais do projeto são garantir a sustentabilidade da Companhia e projetá-la a novos patamares de rentabilidade. Esses instrumentos direcionam a linha estratégica da Celesc para a agregação de valor, o atendimento às demandas do ambiente e a eficiência operacional, conforme as diretrizes dos acionistas. Os resultados são monitorados em um sistema que permite o acompanhamento dos gestores (p. 56)</p>
2. INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS	
Identificação dos stakeholders e explicação sobre quais medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas. O processo de engajamento dos stakeholders deverá ser documentado pela organização e passível de verificação.	
1. A organização pode descrever os stakeholders aos quais considera que deva prestar contas	<p>A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos stakeholders, além de fatos relevantes que ocorreram na Companhia durante o ano. Esse processo foi realizado por consultoria terceirizada e ocorreu da forma descrita a seguir: Levantamento de stakeholders junto ao nível gerencial da companhia - inicialmente, foi realizada</p>

	<p>uma reunião com os gerentes da Celesc, com os objetivos de identificar os stakeholders e aplicar critérios de priorização dos grupos. Os critérios de priorização foram definidos com base na análise dos impactos causados pela empresa sobre os grupos de stakeholders, bem como dos impactos causados pelos diversos stakeholders sobre a Companhia. Como resultado dessa reunião, foram definidos e validados junto ao nível gerencial da Companhia todos os grupos de stakeholders considerados prioritários para o processo de consulta e aos quais este relatório é direcionado: clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores. Mapeamento e priorização de temas e indicadores - consulta aos stakeholders para construção da materialidade. (p. 14)</p>
<p>2. O conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos stakeholders usados pela organização em suas atividades contínuas, conforme exigido pela estrutura legal e institucional dentro da qual ela opera</p>	<p>Ser transparente com a população é uma das diretrizes estabelecidas pela Celesc, principalmente quando se trata da realização de investimentos que a impacta de alguma forma. A estrutura organizacional da empresa reforça essa aproximação com os stakeholders, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios. Essa estrutura descentralizada atua diretamente com os órgãos públicos e privados, repassando e recebendo informações sobre crescimento futuro e análises sobre o desempenho atual do sistema, que são fatores que servem como base nas tomadas de decisão sobre necessidades e priorização de investimentos (p. 46). A Celesc Distribuição tem por princípio, principalmente por ser uma empresa estatal e alinhada com as diretrizes do governo estadual, ser muito aberta a realizar contatos frequentes com os stakeholders, buscando informações para alinhamento sobre as decisões tomadas quanto ao planejamento energético e outros processos que os afetem. A empresa se mostra presente em audiências públicas nas câmaras municipais, prefeituras e Assembleia Legislativa, participando de decisões no âmbito regional ou estadual, bem como em reuniões com lideranças, comunidades e associações comerciais e industriais ou outros entes representativos em todas as regiões do Estado de Santa Catarina (p. 46). Com o slogan “Apixonados por desafios”, lançamos em 2012 nosso Plano Diretor Celesc 2030. O material foi elaborado de forma participativa, considerando as expectativas dos nossos stakeholders (gestores, empregados, acionistas, governo, mercado, clientes e fornecedores). O Plano traduz a</p>

	<p>Visão, a Missão e os Valores da Companhia e está baseado em três aspirações, que visam garantir sua sustentabilidade econômico-financeira: potenciar a geração de valor, criação de valor com crescimento e transformar o Grupo por meio dos empregados (p. 57). Mantemos diálogos constantes com nossas partes interessadas, o que nos proporciona tomar decisões mais assertivas com relação às suas expectativas. Foi assim que, em 2012, construímos e aprovamos dois importantes documentos: Política de Responsabilidade Social e Política de relacionamento com Fornecedores. Ambas têm como objetivo difundir o conceito de sustentabilidade, que pressupõe planejamento estratégico na definição de metas e ações corporativas, norteado na tríplice dimensão: econômica, social e ambiental. Temos como desafio para os próximos anos implantar a Política efetivamente, por meio de planos de ação. Ademais, foram incluídas metas relacionadas a ações de responsabilidade social, atreladas à participação de lucros e resultados, via contratos de gestão e de resultados, visando à melhoria de indicadores de eficiência e transparência, entre outros, e à ampliação do desenvolvimento de projetos sociais por Agências Regionais. Em 2012, aproximadamente 100% das operações incluíram programas de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento, disponibilizando um total de recursos para a população local de R\$ 271,9 milhões, incluindo ações de cultura, educação, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras (p. 102).</p>
3. O conteúdo do relatório utiliza os resultados de quaisquer processos de engajamento de stakeholders empreendidos especificamente para sua confecção;	<p>O processo de definição da materialidade de temas tratados no relatório foi realizado com uma ampla pesquisa formal sobre a opinião e os interesses de nossos stakeholders prioritários. A pesquisa foi enviada a 3.039 pessoas, entre clientes, bancos, sociedade civil, sindicato, investidores, público interno (diferentes níveis funcionais) e fornecedores. Desse total, 598 (19,7%) finalizaram o processo. Transparência e divulgação de resultados (78%), planejamento estratégico (63%), gestão de pessoas (58%) e pesquisa, inovação e desenvolvimento (58%) foram os quatro principais temas apontados por nossas partes interessadas e guiam o texto do nosso atual relatório de sustentabilidade (p. 14). Esses temas são fortemente trabalhados no dia a dia da Celesc, o que indica que os resultados desse processo vão ao encontro do posicionamento já adotado pela Companhia. Ao atender a expectativa de nossos stakeholders de relatar um desempenho</p>

	<p>consistente nesses relevantes temas aderentes à sustentabilidade empresarial, buscamos demonstrar também a efetividade de nossas práticas de governança e comunicação corporativas (p. 15). Apresentação e discussão do resultado da pesquisa - o resultado da pesquisa foi apresentado à coordenação do projeto pela consultoria responsável. Nessa reunião, ocorreu um alinhamento entre os temas apontados como materiais pelos stakeholders e as prioridades estratégicas da Celesc no ano. Após o nivelamento das priorizações, iniciou-se o trabalho de correlação para apontar quais indicadores de sustentabilidade que melhor representariam a Celesc. O resultado desse trabalho foi apresentado aos empregados envolvidos no projeto, em um workshop de nivelamento conceitual das diretrizes da GRI (p. 15).</p>
4. Os processos de engajamento de stakeholders que subsidiam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite	<p>O relatório traz informações acerca do desempenho econômico, ambiental e social do Grupo Celesc, considerando a Holding e os negócios Distribuição e Geração. Em relação à Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), este relatório aborda informações sobre o seu desempenho econômico e operacional. A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos stakeholders, além de fatos relevantes que ocorreram na Companhia durante o ano (p. 14).</p>
3. CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	
	<p>Demonstração do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. A organização deve deixar explícita a sua contribuição ou como pretende contribuir no futuro para a melhora ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global. Esse conceito é articulado de forma mais clara na área ambiental, em termos de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, mas também pode ser relevante no que diz respeito a metas sociais e econômicas, como os objetivos nacionais ou internacionais de desenvolvimento socioeconômico e sustentável.</p>
1. A organização apresenta seu entendimento de desenvolvimento sustentável e utiliza as melhores informações e medidas de desenvolvimento sustentável disponíveis para os temas abordados no relatório	<p>Sustentabilidade corporativa é um conceito sistêmico. Trata-se de uma visão de longo prazo, que incorpora as dimensões social e ambiental à estratégia de negócios da empresa, buscando garantir o resultado econômico e promover a elevação da qualidade de vida, a inclusão social e o combate efetivo à pobreza e à degradação ambiental. À Celesc não compete simplesmente se limitar a comprar e vender energia elétrica. Atenta a esse movimento, a companhia vem atuando fortemente em busca de alicercear suas ações de forma a garantir as melhores práticas relacionadas à conformidade socioambiental de seus empreendimentos. Essa atuação, há anos, tem sido apresentada no Relatório de Responsabilidade Socioambiental da subsidiária Celesc Distribuição e no Relatório Anual do Grupo. Nesse ano, optamos por apresentar nossas ações em</p>

um relatório, que une as demonstrações financeiras e nossas ações sustentáveis, com base em uma sólida metodologia, amplamente aceita por empresas do mundo inteiro, a Global Reporting Initiative (GRI), que permite medir, divulgar e prestar contas do desempenho organizacional de forma estruturada, constituindo-se ainda como importante ferramenta de gestão. No contexto do Plano Diretor Celesc 2030, essa importante ferramenta contribui decisivamente para o acompanhamento, ao longo do tempo, do alcance de metas e objetivos e, se necessário, das eventuais correções de rumo. O Conselho de Administração da Celesc entende a relevância do tema e não tem medido esforços para garantir os meios necessários à consecução desses objetivos. Nossa papel é garantir que a Celesc seja uma organização que conserve o meio ambiente, gere trabalho saudável e renda, traga benefícios para as comunidades locais envolvidas, divisas para o Estado e retorno para os investidores, esteja inserida em cadeias produtivas sustentáveis e forneça produtos sustentáveis para consumidores cada vez mais exigentes e conscientes (p. 11). Em 2011, criamos o Comitê de Sustentabilidade e formalizamos os aspectos que envolvem o tema no nosso Plano Diretor. Nesse cenário, as práticas sustentáveis foram intensificadas, nos motivando a elaborar o nosso primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Os objetivos são fortalecer a transparência de nossas práticas e mensurar indicadores, bem como identificar pontos de melhoria. Em consonância às boas práticas do mercado, que visam um Relatório Integrado, incorporamos ao Relatório de Sustentabilidade as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício 2012, que também podem ser acessadas no site: www.celesc.com.br/ri. A Celesc procura assumir princípios e compromissos em parceria com diferentes entidades, de forma a ampliar nossa atuação social e desenvolver processos de melhoria contínua na nossa gestão. Dessa forma, nos tornamos solidários e ativos nos temas elevantes ao desenvolvimento da sustentabilidade no setor em que atuamos, assim como em outros (p. 38). A empresa aderiu ao Programa Luz para Todos em 2004 e, desde então, tem cumprido o objetivo de levar energia elétrica a comunidades do meio rural, priorizando as cidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média do Estado. O intuito é que a energia elétrica seja

	<p>utilizada como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar, assim como garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos do meio rural, melhorar a prestação de serviços à população beneficiada, intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados (p. 51). Nossa gestão ambiental consiste em práticas corporativas padronizadas, aplicadas em todo o Grupo, por meio de normas e procedimentos formais. Ao encontro com nossos valores organizacionais, que primam pela responsabilidade ambiental, buscamos aperfeiçoar nossos métodos e processos, bem como incorporar novas tecnologias, constantemente, visando minimizar os impactos ambientais tanto nos novos empreendimentos como nos empreendimentos em operação. Tais valores estão incorporados na gestão da Companhia e foram reforçados com os princípios da Política Ambiental, instituídos em 2006. São princípios da Política Ambiental Empresarial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integrar o conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa; • Desenvolver a competência e a mobilização do quadro funcional por uma ética partilhada de desenvolvimento sustentável; • Trabalhar em parceria com instituições públicas, privadas e comunidades por uma melhor qualidade de vida, buscando o equilíbrio do interesse das partes; • Buscar o melhoramento contínuo da performance ambiental de obras e serviços mediante o aperfeiçoamento de métodos e processos e a incorporação de novas tecnologias; • Oferecer à sociedade serviços que incorporem de forma permanente as variáveis socioambientais; • Fomentar o uso racional da energia elétrica entre seus clientes e as sociedades em geral; • Exigir de contratados e fornecedores atitudes ambientais coerentes com esse conjunto de princípios. Os princípios da Política são disponibilizados a todos os empregados por meio da intranet e são abordados em treinamentos internos (p. 75).
2. A organização apresenta seu desempenho com referência a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, conforme aparecem em publicações setoriais,	Nossas ações influenciam a vida de milhões de pessoas. Geramos mais de 3 mil empregos diretos, somos a segunda maior arrecadadora de ICMS do Estado de Santa Catarina e levamos energia para uma população de 6 milhões de consumidores de energia elétrica, o equivalente a 3,3% da população

loais, regionais e/ou globais de destaque.	brasileira, distribuídos por mais de 90% do território catarinense, área que abriga um mercado de forte dinamismo econômico, com atividades diversificadas e mão de obra qualificada, responsável pelo oitavo maior PIB nacional e pelo quarto maior PIB per capita. Por isso, cuidamos para que nossos clientes sejam atendidos com energia de qualidade e em quantidade suficiente para garantir a expansão desse mercado altamente diferenciado. Temos um sistema elétrico adequado à demanda; detemos os melhores índices de eletrificação rural do País, atendendo unidades consumidoras de forte potencial para o agronegócio; temos os menores índices de perdas comerciais entre as empresas do Setor; e figuramos entre as melhores do País no quesito qualidade do serviço prestado (p. 9). É dessa forma que seguimos firmes no compromisso de alinhar nossa Companhia às empresas que são referência em crescimento e produtividade com base nas melhores práticas. Assim, por reconhecermos a responsabilidade de nossas ações, decidimos elaborar nosso primeiro relatório de sustentabilidade nos padrões do método da Global Reporting Initiative, o que nos permitirá gerir nossa companhia com ainda mais perspicácia no acompanhamento do nosso desempenho (p. 10). Nesse ano, optamos por apresentar nossas ações em um relatório, que une as demonstrações financeiras e nossas ações sustentáveis, com base em uma sólida metodologia, amplamente aceita por empresas do mundo inteiro, a Global Reporting Initiative (GRI), que permite medir, divulgar e prestar contas do desempenho organizacional de forma estruturada, constituindo-se ainda como importante ferramenta de gestão (11). A Celesc possui um modelo de governança corporativa que alinha controle estatal a uma gestão voltada ao mercado. Em 2012, a Companhia aprovou o novo Estatuto Social, indutor de uma série de mudanças estruturais que permeiam todas as atividades da Companhia. As mudanças estatutárias abriram caminho para planejarmos a Celesc do futuro, com base nas mais diversas variáveis do setor e melhores práticas da atualidade. As principais mudanças estatutárias incluem a previsão do Plano Diretor da Companhia, denominado “Celesc 2030” que contempla o Plano Estratégico e o Plano Regulatório. Além disso, o novo estatuto prevê a adoção do quórum qualificado para aprovação de assuntos de cunho estratégico e para eleição e destituição de diretores. No mesmo ano, completamos dez anos de adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São
--	---

	<p>Paulo, e a excelência em nossa atuação empresarial foi reconhecida pelo Prêmio Ética nos Negócios e pela inclusão no Cadastro Empresa Pró-Ética (p. 42). As questões ambientais são consideradas em todas as decisões da Companhia, que utiliza diretrizes emanadas dos órgãos reguladores, considera as questões climáticas, as exigências dos órgãos licenciadores, as avaliações de desempenho feitas pelo mercado, novas tecnologias, os anseios de clientes, empregados, fornecedores, sociedade em geral, entre outros, em busca da melhoria contínua do desempenho ambiental (p. 74).</p>
<p>3. A organização apresenta seu desempenho de modo a comunicar a magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados</p>	<p>Nossa gestão ambiental consiste em práticas corporativas padronizadas, aplicadas em todo o Grupo, por meio de normas e procedimentos formais. Ao encontro com nossos valores organizacionais, que primam pela responsabilidade ambiental, buscamos aperfeiçoar nossos métodos e processos, bem como incorporar novas tecnologias, constantemente, visando minimizar os impactos ambientais tanto nos novos empreendimentos como nos empreendimentos em operação. Tais valores estão incorporados na gestão da Companhia e foram reforçados com os princípios da Política Ambiental, instituídos em 2006 (p. 75). A Celeste considera as questões ambientais em todas as fases de seus empreendimentos, da concepção à operação. Ainda na fase de viabilidade de novos negócios de geração e distribuição, são realizados estudos de Impacto Ambiental (EIA) para levantar potenciais impactos, apresentados no Relatório de Impacto de Meio Ambiente (Rima). Esse estudo contempla a identificação dos impactos ambientais, sociais e econômicos que podem ser gerados em decorrência do empreendimento e nos guia para elaborar e implementar ações mais eficientes ao considerar as características socioambientais dos locais onde operamos. Tais ações visam eliminar, minimizar e compensar impactos negativos por meio de programas ambientais. O controle dos programas ambientais é efetuado por uma equipe de supervisão ambiental, terceirizada, responsável por verificar a conformidade do empreendimento frente às licenças ambientais concedidas (p. 81). Na Celeste Geração, os principais impactos ocasionados pelas usinas em operação são: geração de resíduos, alteração de qualidade da água, proliferação de espécies de macrófitas aquáticas (algas) nos reservatórios, redução da ictiofauna (peixes), processos erosivos às margens dos reservatórios e assoreamento. Nas obras da ampliação da Usina Pery, registramos a ocorrência de processos erosivos, alteração da qualidade da água e supressão de vegetação. Por</p>

	<p>causa desse impacto, a empresa, em 2012, restaurou, com auxílio de consultoria, uma área de 10.575 m² da obra de ampliação da Usina Pery, localizada no município de Curitibanos (SC) (p. 82). Desde a fase de implantação de um empreendimento, a Celesc disponibiliza meios de comunicação para as comunidades onde atua com intuito de conhecê-las, assim como oferecer a oportunidade de manifestarem críticas, sugestões e esclarecerem dúvidas. Todas as iniciativas da Companhia são apresentadas à população, seja na forma de consulta pública, seja na forma de folhetos explicativos, linha direta ou ferramentas eletrônicas disponíveis no site. Por meio de estudos de impactos socioambientais, realizados ainda na fase de viabilização do empreendimento, é realizado um mapeamento das comunidades, considerando suas características sociais, econômicas e culturais. Com base nessas características, desenvolvemos projetos de desenvolvimento socioeconômico, de acordo com a realidade local, sempre preservando recursos naturais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (p. 105)</p>
<p>4. O relatório descreve como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo temas da cadeia de suprimentos.</p>	<p>O trabalho realizado ao longo do ano de 2012 resultou em importantes conquistas para o Grupo Celesc. A aprovação do novo Estatuto Social da Celesc Holding culminou na elaboração de um Plano Regulatório e de um Plano Diretor para o Grupo. O Plano regulatório é responsável por definir uma agenda com os temas regulatórios mais relevantes para a Celesc e indicar as principais diretrizes de posicionamento estratégico frente aos reguladores e demais agentes do mercado, a partir da análise de cenários e alternativas regulatórias, enquanto o Plano Diretor, denominado Celesc 2030, definiu os princípios e diretrizes para 5, 10 e 15 anos e serviu de base para o planejamento estratégico do Grupo nos cinco primeiros anos. A orientação estratégica do Celesc 2030 contempla definições de metas financeiras, físicas e de sustentabilidade a serem alcançadas até 2030, contribuindo para nos tornarmos mais fortes e sustentáveis. Nossas metas financeiras preveem construir uma margem Ebitda de 17% e gerar Roce de 12% em 2017, com portfólio centrado na distribuição eficiente e complementado por participações minoritárias em geração de energia. Nossa meta física busca nos posicionar entre as top 5 distribuidoras do país e alcançar 1.000 MW de capacidade de geração. Já a nossa meta de sustentabilidade busca atuar em torno de quatro pilares (pessoas, sustentabilidade, governança corporativa e gestão pública), com foco</p>

	<p>na obtenção de prêmios de referência nacional e regional em cada um dos pilares ao longo do ciclo 2014-2030. Tais metas foram pactuadas nos Contratos de Gestão e de Resultados (CGR), que envolvem todos os empregados, e se concretizarão por meio do desdobramento do CGR para as diversas áreas, além de envolver o projeto Celesc de Eficiência Máxima. O projeto inicia-se em 2013 e prevê o endereçamento de cinco das 20 iniciativas estratégicas por meio de levantamento, quantificação e detalhamento de planos de ação de iniciativas de otimização por parte de 14 equipes, formadas por aproximadamente 80 empregados. Os objetivos principais do projeto são garantir a sustentabilidade da Companhia e projetá-la a novos patamares de rentabilidade. Esses instrumentos direcionam a linha estratégica da Celesc para a agregação de valor, o atendimento às demandas do ambiente e a eficiência operacional, conforme as diretrizes dos acionistas. Os resultados são monitorados em um sistema que permite o acompanhamento dos gestores (p. 56).</p>
4. ABRANGÊNCIA	
	<p>A abordagem dos temas e indicadores relevantes, bem como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado.</p> <p>Abrange dimensões como escopo, limite e tempo.</p>
<p>1. O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações upstream e downstream e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos stakeholders.</p> <p>2. O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.</p>	<p>O relatório traz informações acerca do desempenho econômico, ambiental e social do Grupo Celesc, considerando a Holding e os negócios Distribuição e Geração. Em relação à Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), este relatório aborda informações sobre o seu desempenho econômico e operacional. A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos stakeholders, além de fatos relevantes que ocorreram na Companhia durante o ano (p. 14)</p> <p>Atualmente, o Grupo Celesc é constituído de duas subsidiárias integrais (Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A.), detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócio minoritário da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica (ECTE) e da Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), assim como da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan) e da Usina Hidrelétrica Cubatão, além de outras participações. Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 31 de dezembro de 2012 está apresentada no gráfico da pág. 22 do relatório (p. 22).</p>

<p>3. As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.</p>	<p>Em 2011, criamos o Comitê de Sustentabilidade e formalizamos os aspectos que envolvem o tema no nosso Plano Diretor. Nesse cenário, as práticas sustentáveis foram intensificadas, nos motivando a elaborar o nosso primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Os objetivos são fortalecer a transparência de nossas práticas e mensurar indicadores, bem como identificar pontos de melhoria. Em consonância às boas práticas do mercado, que visam um Relatório Integrado, incorporamos ao Relatório de Sustentabilidade as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas explicativas referentes ao Exercício 2012, que também podem ser acessadas no site: www.celesc.com.br/ri (p. 14).</p>
<p>4. O relatório não omite dados relevantes que influenciam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.</p>	<p>De encontro às boas práticas de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa) e zelando pela qualidade no atendimento aos investidores, acionistas, analistas de mercado, imprensa especializada e demais públicos interessados, a Celesc está apta a fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros. Para garantir a transparência em suas ações, em 2012, o Grupo Celesc aprovou, no Conselho de Administração, uma nova Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações, em conformidade com as instruções da CVM e o Regulamento de Listagem no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa (p. 70).</p>

APÊNDICE B – Princípios Conteúdo da Tractebel

TRACTEBEL - CLASSIFICAÇÃO "A+"	
PRINCÍPIOS DE CONTEÚDO: MATERIALIDADE, INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS, CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE, ABRANGÊNCIA	
1. MATERIALIDADE	
<p>É o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos e seus impactos econômicos</p>	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
Fatores Externos:	
1. Principais temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos stakeholders.	1. A Companhia consulta seus públicos de relacionamento antes da elaboração do Relatório por meio de formulário eletrônico. No ano de 2012, buscando maior participação dos seus públicos, analistas de mercado e investidores foram consultados por telefone. Os temas de maior interesse dos stakeholders, segundo consulta, foram: Desempenho econômico; Impactos econômicos indiretos; Principais impactos dos serviços da Companhia no meio ambiente; Gestão ambiental geral; Geração de emprego; e Comunidade (p. 10 e 11)
2. Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência	2. Após a edição da MP 579, o setor elétrico terá entre os desafios de 2013 o restabelecimento de um ambiente regulatório capaz de garantir, em conjunto com a modicidade tarifária e a competitividade, a continuidade do suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades do País (p. 9). O relacionamento da Tractebel Energia com as empresas do setor - geradoras, transmissoras, comerciais e distribuidoras – é pautado pelo Código de Ética da Companhia. A Tractebel Energia participa de associações setoriais, compartilhando com as demais empresas os assuntos de interesse comum, e atua em consórcio em alguns empreendimentos, como nas Usinas Hidrelétricas Machadinho, Itá e Estreito e na Usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética (p. 99)
3. Regulamentos, leis, acordos internacionais ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus stakeholders	3. A conformidade legal é requisito fundamental para a Tractebel Energia, que monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação da gestão ambiental. Para cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume, a Companhia avalia e ajusta operações e procedimentos sempre que necessário. Todas as usinas operadas pela Tractebel Energia possuem as autorizações e licenças ambientais exigidas pela legislação ambiental em vigor. O mesmo enunciado é válido para Saúde e Segurança no Trabalho e para Gestão Social (p. 68, 86 e 89). A construção de Estreito foi um importante marco no desenvolvimento econômico e social dos 12 municípios da região de abrangência do projeto, pois,

	além dos 33 programas oficiais, o projeto viabilizou vários programas voluntários implementados por seus sócios, promovendo benefícios tangíveis para a população local (p.8). O êxito da nossa estratégia de expansão majoritariamente por fontes renováveis obteve um importantes reconhecimento: a inclusão do Complexo Eólico Trairi no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Organização das Nações Unidas (ONU) (p. 8).
4. Impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade avaliados de forma adequada (como aquecimento global, HIV-aids, pobreza), identificados por meio de pesquisa confiável, feita por especialistas de renome ou por órgãos especializados com credibilidade no setor	4. Na Tractebel Energia, o processo de análise de riscos e oportunidades empresariais é sistemático e está disseminado por toda a Companhia. A análise de riscos é um exercício que envolve os empregados, gerentes e diretores, incluindo o Diretor-Presidente da Tractebel Energia, além do Comitê de Gerenciamento de Riscos. O resultado é registrado no documento Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais (p.43).
Fatores Internos:	Respostas Diretas
1. Principais valores, políticas e estratégias	1. Valores: Profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente, ética (p. 4). Documentos que detalham suas Políticas e Diretrizes de Gestão: Estatuto Social, Manual de Organização, Manual de Gestão, Código de Meio Ambiente, Políticas e Diretrizes de Comunicação, Código de Ética, Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável. Estratégia: Com a visão de ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil, a Tractebel Energia se empenha para manter-se como a maior geradora privada do País e, com a missão de gerar energia para a vida, firmar-se como referência em sustentabilidade no setor em que atua (p. 4). Sistema de Gestão Operacional: O Sistema Integrado de Gestão Qualidade, do Meio Ambiente, da Responsabilidade Social e da Saúde no Trabalho (SIG) abrange as mesmas dimensões da Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável (todas as 22 usinas operadas pela Companhia seguem essa política), sendo uma ferramenta de gestão operacional e de melhoria contínua (p. 65). O Sistema inclui um recurso de Tecnologia da Informação (TI), o Quality-Plan, software responsável pelo controle da documentação, tais como manuais, procedimentos, processos, registros, formulários, instruções de trabalho, requisitos legais, cronogramas, programas de auditorias, comunicações com partes interessadas e outros (p. 65). Os Objetivos Empresariais anuais incluem aspectos de gestão ambiental e respectiva melhoria contínua, que se desdobram em metas para os empregados encarregados (p. 70). Vários planos de ação que emergem do exercício de análise de riscos transformam-se em objetivos empresariais e são acompanhados ao longo do ano. Após a aprovação desses objetivos pela

	Diretoria, são definidas metas para os empregados de carreira gerencial, que terão sua remuneração variável atrelada ao grau de alcance dessas metas (p. 43). Anualmente, a Companhia estabelece as Metas Tractebel Energia de Sustentabilidade, as quais são desdobradas em ações com indicadores previamente definidos (p. 100).
2. Interesses/expectativas de stakeholders envolvidos	2. Com 22 usinas, distribuídas em todas as regiões do País, e atuando em um setor essencial para a sociedade, o relacionamento com stakeholders é fundamental para a Tractebel Energia, que se empenha em desenvolver relacionamentos de longo prazo com todos os seus públicos. A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus stakeholders por meio de canais específicos no website da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema Quality-Plan, entre outros (p. 90).
3. Principais riscos para a organização	Risco de mercado: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto, com impacto nos volumes e preços da energia. Risco regulatório: evolução adversa da regulação do setor elétrico. Risco tributário: evolução adversa da legislação tributária e da atuação dos órgãos arrecadadores. Risco de fatores econômicos: alteração nas variáveis econômicas como juros, câmbio, preço das commodities, crescimento econômico e inflação, com impacto nos negócios da Companhia. Risco de quebra de contrato: descumprimento de disposições constantes dos contratos de venda e compra de energia firmados pela Companhia, e das regras de comercialização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Risco socioambiental das usinas em operação: evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação. Risco no desenvolvimento e implantação de novos projetos: ocorrência de eventos no desenvolvimento e na implantação de projetos que causem atraso no cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou na operação da usina. Risco de indisponibilidade de energia: indisponibilidade da garantia física das usinas próprias e da energia comprada. Risco de sinistro de grandes proporções: acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais e humanas, envolvendo a implantação de projetos, a operação das usinas e a administração da Companhia. Risco de recursos humanos: indisponibilidade de pessoal, em função da não contratação e treinamento em tempo hábil para atender a expansão da Companhia e reposição do quadro; aumento de custos por concorrência por recursos

	<p>humanos em função do crescimento econômico; e acidentes de trabalho. Risco de tecnologia da informação: a indisponibilidade e a falta de segurança dos recursos de tecnologia da informação podem impactar negativamente as operações e a imagem da Companhia (p. 45)</p>
4. Fatores críticos para o sucesso organizacional	<p>4. Pessoas e Gestão: Executivos experientes e comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa compõem a Administração da Tractebel Energia. Seus empregados são preparados para aliar à base técnica que possuem uma visão estratégica e gerencial do negócio da Companhia (p. 34). Sinergia, Tradição Corporativa e Potencial de Crescimento: O controle acionário da Tractebel Energia pertence à GDF SUEZ, maior produtora independente de energia do mundo, que tem no Brasil uma de suas prioridades de investimento. De 1998 a 2012, a capacidade instalada própria da Tractebel Energia cresceu 86%, passando de 3.719 MW em 1998 para 6.909 MW em 2012. A parte desse crescimento formada por novas usinas hidrelétricas baseou-se no modelo de negócio que prevê a transferência do controle acionário da Controladora para a Tractebel Energia após a mitigação dos principais riscos de implantação. Para reforçar a transparência desse modelo, desde 2010, a transferência do controle acionário passa pela avaliação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, composto, em sua maioria, por representantes dos acionistas minoritários que integram o Conselho de Administração (p. 34). Foco na Geração: Por estar focada na geração, não atuando na distribuição nem na transmissão de energia, a Tractebel Energia evita possíveis sobreposições de interesses e, ao mesmo tempo, maximiza o potencial de seu capital humano na prospecção, avaliação e desenvolvimento de oportunidades de novos negócios nesse segmento (p. 34). Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (Payout): Os critérios de payout foram aperfeiçoados em 2005, quando a Companhia realizou a oferta secundária de ações que resultou no seu ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa. A definição do valor a ser distribuído depende das condições macroeconômicas, da condição financeira e das perspectivas de investimento Tractebel Energia. Sua Administração tem como compromisso o pagamento mínimo equivalente a 55% do lucro líquido ajustado no ano, que é superior aos 30% previstos em seu Estatuto Social, já acima dos 25% previstos na Lei das S.A. Em 2012, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou payout de 100% (p. 34). Atratividade para o Mercado de Capitais: Desde o ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa em</p>

	<p>2005, as ações da Companhia têm apresentado valorização superior ao Ibovespa. Além das vantagens competitivas já mencionadas, alguns fatores contribuem para esse desempenho, tais como: Atuação em setor estratégico, de perfil defensivo em tempos de crise; Financiamento em condições atrativas, com excelente classificação de risco - o rating corporativo e das debêntures em 2012 foram classificados como “braAA” pela Standard & Poors e “AAA(bra)” pela Fitch, ambos em escala nacional, e “BBB(bra)” em escala global, pela Fitch; Desempenho financeiro estável, com forte geração de caixa, margem EBITDA média superior a 60%, lucro líquido consistente, baixa exposição cambial e ativa gestão financeira; Liderança no setor, posicionada como a maior geradora privada de energia no Brasil; Valor de mercado de R\$ 21,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012; Clara estratégia comercial, com alto nível de contratação nos próximos anos e contratos indexados à taxa de inflação; Previsibilidade do fluxo de caixa; e Base geradora hídrica, com diversificação em térmicas e eólicas (p. 35).</p>
<p>5. Competências essenciais da organização e a forma como contribuem para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Ética e Responsabilidade: A Companhia compartilha seus princípios éticos com todos os públicos com os quais se relaciona. Seu Código de Ética está disponível no website e é distribuído a todos os empregados. A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável reafirma seus valores, e sua dimensão Responsabilidade Social ratifica de forma explícita a ética e a integridade como elementos da gestão social da Tractebel Energia. Motivação e Alinhamento: A Companhia compartilha seus valores e busca estabelecer uma cultura de confiança e coesão, aliada à devida capacitação. Dessa forma, tem contado ao longo da sua trajetória com a motivação e o alinhamento de seus empregados para o alcance dos objetivos empresariais. Eficiência Operacional: A Tractebel Energia investe em Pesquisa e Desenvolvimento e na modernização do seu parque gerador, contando com equipes altamente preparadas para operar e manter seus sistemas e equipamentos, bem como para a gestão estratégica, comercial, técnica e administrativa de seu negócio. Portfólio Eficiente de Cliente: a Tractebel Energia tem por princípio estratégico formar um eficiente portfólio de clientes, a partir dos seguintes princípios: Diversificação do portfólio, que tem como objetivo principal a diluição de riscos entre os diferentes mercados; o regulado, composto por distribuidoras, e o livre, formado por comercializadoras, consumidores livres (com demandas superiores a 3,0 MW), e consumidores especiais (com demandas superiores a 0,5 MW). A diversificação também se dá entre diferentes setores</p>

	<p>industriais em que atuam os consumidores livres e especiais (químico e petroquímico, automobilístico, mineração, gases industriais, papel e celulose, supermercados, entre outros). A Tractebel Energia é pioneira na prospecção sistemática de clientes livres. Mais 31 novos clientes ingressaram no portfólio da Companhia e 21 contratos foram renovados em 2012. Análise de crédito, que permite à Tractebel Energia manter índices de adimplência muito próximos a 100%. Garantia de suprimento, que tem como base a diversificação da matriz do parque gerador, a alta disponibilidade das usinas, a forte geração de caixa, a solidez econômico-financeira, o domínio dos aspectos regulatórios e a experiência de mercado, entre outros. Flexibilidade de negociação, que possibilita customizar os contratos de fornecimento de energia para atender às necessidades específicas de cada cliente. Fidelização, formada a partir do alinhamento com os valores, a missão e a visão da Tractebel Energia, contribuindo para a consolidação de relacionamentos duradouros (p. 32).</p>
2. INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS	
	<p>Identificação dos stakeholders e explicação sobre quais medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas. O processo de engajamento dos stakeholders deverá ser documentado pela organização e passível de verificação.</p>
1. A organização pode descrever os stakeholders aos quais considera que deva prestar contas	<p>1. Em 2008, a Tractebel Energia realizou um workshop multidisciplinar que contou com a participação de diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negócio e avaliar o grau desse impacto do ponto de vista social, ambiental e econômico-financeiro (p. 90). Esses públicos fazem parte da consulta online anual que a Tractebel Energia conduz para definir os temas materiais do Relatório (p. 90). Como parte do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia realiza anualmente o engajamento e consulta aos stakeholders. Para isso, aplica a todos os públicos e simultaneamente uma pesquisa online. Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2012, buscando maior participação dos seus públicos, analistas de mercado e investidores da Tractebel Energia foram consultados por telefone (p. 10). Stakeholders Consultados: Empresas do Setor; Entidades Sociais, Ambientais e do Setor; Imprensa e Sociedade; Empregados e seus Representantes; Governo; Fornecedores; Comunidade; Clientes; Acionistas (p. 10 e 11). Canais de comunicação permanente com os stakeholders, pesquisas e consultas permitem identificar e avaliar as expectativas relacionadas às operações da Companhia, bem como a percepção de sua imagem pelo público (p. 41). As ações desenvolvidas, bem como a tomada de decisões e o planejamento da infraestrutura e da oferta de energia</p>

	<p>da Companhia, envolvem os públicos da Tractebel Energia com base nos seguintes preceitos e diretrizes: Clientes, acionistas e governo - Transparéncia em relação à identificação e gestão de demandas, bem como de oportunidades de mercado. Comunidades - Consultas e audiências públicas para avaliação dos aspectos socioeconómicos e ambientais relacionados à instalação e operação da usina, além da participação em fóruns de desenvolvimento regional e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sociocultural e melhoria ambiental. Empregados - Acompanhamento e participação direta no dia a dia do negócio da Tractebel Energia – sua estrutura, modo de operação de cada unidade organizacional, perspectivas em análise e novos empreendimentos. Sociedade - Informação, por meio da mídia, sobre as iniciativas da Tractebel Energia para contribuir de modo sustentável com o atendimento às necessidades atuais e futuras de suprimento de energia (p. 90).</p>
<p>2. O conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos stakeholders usados pela organização em suas atividades contínuas, conforme exigido pela estrutura legal e institucional dentro da qual ela opera</p>	<p>2. A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus stakeholders por meio de canais específicos no website da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema Quality-Plan, entre outros. Durante a implantação de novos empreendimentos, como o Complexo Eólico Trairi, no Ceará, programas de comunicação para o engajamento de partes interessadas são desenvolvidos de modo a: fornecer informações sobre aspectos e impactos positivos e negativos do projeto; identificar as expectativas da comunidade local; e procurar atender às demandas de maior relevância, que sejam compatíveis com as possibilidades e obrigações da Companhia. Ao lançar a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, em 2010, a Companhia realizou um mapeamento das partes interessadas do entorno das usinas em operação. Esse mapeamento inclui análises dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário. Também em 2010, a Política foi compartilhada presencialmente nas mesmas regiões. Esse trabalho complementou o workshop multidisciplinar realizado pela Tractebel Energia em 2008, que contou com a participação de diversas unidades da Companhia, para avaliar o grau de impacto exercido e sofrido por todos os seus públicos em relação ao seu negócio, do ponto de vista social, ambiental e econômico-financeiro. Em 2012, esses públicos foram novamente consultados e suas principais demandas no tocante à gestão e ao</p>

	desempenho da Companhia são apresentadas no decorrer do Relatório (p. 90).
3. O conteúdo do relatório utiliza os resultados de quaisquer processos de engajamento de stakeholders empreendidos especificamente para sua confecção;	3. O Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Companhia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento facilita a identificação dos temas mais relevantes sob a ótica da Tractebel Energia e a exposição de informações completas sobre cada um deles. Ademais, a Companhia consulta seus públicos de relacionamento antes da elaboração do Relatório, por meio de formulário eletrônico, sobre quais temas eles consideram mais representativos e que devem ser abordados com maior profundidade na publicação (p. 10)
4. Os processos de engajamento de stakeholders que subsidiam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite	4. Os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais tem participação em consórcios em todo o Brasil (p. 111)
3. CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	
Demonstração do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. A organização deve deixar explícita a sua contribuição ou como pretende contribuir no futuro para a melhoria ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global. Esse conceito é articulado de forma mais clara na área ambiental, em termos de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, mas também pode ser relevante no que diz respeito a metas sociais e econômicas, como os objetivos nacionais ou internacionais de desenvolvimento socioeconômico e sustentável.	
1. A organização apresenta seu entendimento de desenvolvimento sustentável e utiliza as melhores informações e medidas de desenvolvimento sustentável disponíveis para os temas abordados no relatório	1. A Tractebel Energia progride na sua missão de gerar energia para a vida, implantando projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País. Com a mesma dedicação e os mesmos valores do início das suas atividades na Região Sul, atualmente opera usinas em 12 estados, sempre com a visão de ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil (p. 2). Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia. O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade. O modelo de relato adotado estabelece princípios de qualidade pautados por equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, transparência e confiabilidade. As diretrizes da GRI estimulam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos na Companhia e permitam comparação entre organizações de todos os setores de atividade (p. 10). Pelo oitavo ano consecutivo, a Tractebel Energia se manteve no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa

	<p>(ISE). “O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa” (p. 23). A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável abrange a Qualidade, o Meio Ambiente, a Saúde e Segurança no Trabalho e a Responsabilidade Social, sendo aplicada em todas as 22 usinas em operação e se encontra disponível no website www.tractebelenergia.com.br. (p. 65). As 22 usinas operadas pela Tractebel Energia receberam o Selo Energia Sustentável, concedido pelo Instituto Acende Brasil. Esse selo certifica a adesão, em diferentes níveis, aos princípios e compromissos de empresas de geração de energia elétrica com o Código de Ética Socioambiental do Instituto Acende Brasil. O processo de avaliação, baseado em documentos dos anos de 2011 e 2012, assegurado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), ocorreu no último trimestre de 2012. Nessa primeira edição, a Tractebel Energia foi a única geradora do Brasil a obter o selo, que é válido para 2012 e 2013 (p. 66). A Companhia tem como foco permanente buscar o equilíbrio entre suas atividades e a conservação do meio ambiente, mitigando impactos ambientais e promovendo o uso racional de recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (p. 68). Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel Energia são identificados e classificados quanto à significância, sendo então estabelecidos controles operacionais e programas de gestão para a mitigação dos impactos caracterizados como negativos (p. 68). Metas de gestão ambiental por usina são definidas para os empreendimentos certificados. Essas metas são estabelecidas anualmente ou por demandas específicas, quando necessário, e os prazos, recursos e responsáveis pelo seu alcance são determinados conforme a complexidade dos assuntos envolvidos e as necessidades locais ou regionais, sem que se perca o foco da gestão corporativa (p. 70).</p>
<p>2. A organização apresenta seu desempenho com referência a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, conforme aparecem em publicações setoriais, locais, regionais e/ou globais de destaque.</p>	<p>Oferecendo uma sólida estrutura de garantias, a Companhia conseguiu viabilizar o financiamento das primeiras usinas eólicas destinadas exclusivamente ao mercado livre - as do Complexo Eólico Trairi, no Ceará -, concedido pelo BNDES. Em outra frente, medidas de preparação da Tractebel Energia para a aquisição da participação da GDF SUEZ no projeto da Usina Hidrelétrica Jirau, como a ampliação dos limites de financiamento resultante da revisão dos covenants e a racionalização do endividamento da Companhia, iniciadas em 2011, foram concluídas em 2012. E, pelo</p>

	<p>oitavo ano consecutivo, a Tractebel Energia manteve-se no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa (p. 8). Em 17 de outubro, com 97,3% da energia assegurada e sete das oito unidades geradoras em pleno funcionamento, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Estreito, na divisa de Tocantins e Maranhão – empreendimento no qual a Tractebel Energia participa com 40,07%, sendo a empresa líder do consórcio (p. 8). Além da grandiosidade da obra de engenharia em si, a construção de Estreito foi um importante marco no desenvolvimento econômico e social dos 12 municípios da região de abrangência do projeto, pois, além dos 33 programas oficiais, o projeto viabilizou vários programas voluntários implementados por seus sócios, promovendo benefícios tangíveis para a população local. A implantação dos parques eólicos no Nordeste seguiu em curso, apesar de alguns entraves de licenciamento, já superados. O êxito da estratégia de expansão majoritariamente por fontes renováveis obteve um importante reconhecimento: a inclusão do já mencionado Complexo Eólico Trairi no Mecanismo de Desenvolvimento Limpido da organização das Nações Unidas (ONU). Outra iniciativa de relevância para ampliar as perspectivas futuras do uso de energias renováveis é o projeto de pesquisa e desenvolvimento – realizado em parceria com outras instituições – de um parque de energia solar para conexão ao Sistema Nacional Interligado, com capacidade de pico de 3 MW (p. 8). Em 2012, foi iniciado o projeto de modernização e revitalização das usinas hidrelétricas Salto Santiago, Passo Fundo e Ponte de Pedra. Além disso, foram realizadas melhorias em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, reduzindo a quantidade de combustível para a geração de energia, o que também traz benefícios ao meio ambiente (p. 9).</p>
<p>3. A organização apresenta seu desempenho de modo a comunicar a magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados</p>	<p>Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel Energia são identificados e classificados quanto à significância, sendo então estabelecidos controles operacionais e programas de gestão, para a mitigação dos impactos caracterizados como negativos (p. 68). A área dos reservatórios das usinas hidrelétricas que a Tractebel Energia opera e seus entornos relacionados às Áreas de Preservação Permanente (APPs) são de responsabilidade jurídica da Companhia. A Tractebel Energia mantém contratos com empresas especializadas em vigilância ambiental e sociopatrimonial, além de acordos de cooperação com a Polícia Ambiental para os trabalhos de fiscalização. A Companhia incentiva o uso múltiplo dessas áreas pelas comunidades, por meio de parcerias com órgãos do governo e outras instituições, para atividades tais</p>

	<p>como irrigação, criação de praias artificiais e áreas reservadas à pesca, prática de motonáutica e outras formas de lazer (p. 68). Metas de gestão ambiental por usina são definidas para os empreendimentos certificados. Essas metas são estabelecidas anualmente ou por demandas específicas, quando necessário, e os prazos, recursos e responsáveis pelo seu alcance são determinados conforme a complexidade dos assuntos envolvidos e as necessidades locais ou regionais, sem que se perca o foco da gestão corporativa. Em certas condições, de acordo com a relevância do tema, são definidas metas ambientais corporativas, como ocorreu para a eliminação dos equipamentos e resíduos contaminados com óleo Ascarel em 2008. Em 2012 foi estabelecida a meta de aumentar em 10,0% o índice de recuperação de resíduos na Tractebel Energia como um todo. Os resultados são apresentados no Relatório (p. 70). Ao lançar a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, em 2010, a Companhia realizou um mapeamento das partes interessadas do entorno das usinas em operação. Esse mapeamento inclui análises dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário (p. 90).</p>
<p>4. O relatório descreve como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo temas da cadeia de suprimentos.</p>	<p>A Companhia busca, permanentemente, ampliar sua inserção e contribuir para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde se localizam a sede e as usinas. Para isso, mantém um diálogo aberto com a comunidade, forma parcerias com agentes locais, tais como universidades e organizações do terceiro setor, e prioriza a contratação e formação de profissionais e fornecedores locais (p. 95). A Tractebel Energia se empenha em atuar como promotora do desenvolvimento sustentável. A Companhia possui programas de capacitação e avaliação de desempenho de fornecedores com foco no comprometimento e engajamento com os direitos humanos, a responsabilidade social, a Saúde e Segurança no Trabalho e o meio ambiente. Um destaque é o Projeto Parcerias Sustentáveis, que em 2012 capacitou 12 fornecedores na região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em gestão empresarial de modo sustentável (p. 98). Confirmando sua política de contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, em 2012, foram mantidos 83 contratos com 67 empresas com mão de obra local de cada região, que representam 36% do orçamento total de serviços. Isso equivale a R\$ 52,9 milhões de um total de R\$ 147,2 milhões, para serviços locais de manutenção, gestão ambiental, utilidades, vigilância, limpeza, informática e infraestrutura. Os empregados dispõem de um programa de benefícios em caráter</p>

	permanente, composto por planos de saúde e odontológico. Esse programa, no qual a Tractebel Energia investiu R\$ 1,5 milhão em 2012, se aplica a contratos de prestação de serviços com mais de dois anos de duração (p. 98).
4. ABRANGÊNCIA	
	A abordagem dos temas e indicadores relevantes, bem como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado.
	Abrange dimensões como escopo, limite e tempo.
1. O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações upstream e downstream e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos stakeholders.	Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia (p. 10). O objetivo desta publicação é a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus stakeholders (p. 10).
2. O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.	Os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais tem participação em consórcios em todo o Brasil. Na página 14 é apresentado organograma com todas as empresas controladas pela Companhia que compõem o escopo desse relatório (p. 14). Considerando a capacidade plena da Usina Hidrelétrica Estreito, o parque gerador da Tractebel Energia soma 6.909 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 22 usinas, entre hidrelétricas (UHEs), termelétricas (UTEs) e complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas e a biomassa –, localizadas em 12 estados das cinco regiões do Brasil. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 18 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A potência total das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia é de 8.630 MW. Os principais dados dessas usinas são apresentados, por região do Brasil (p. 15).
3. As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.	Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel Energia são identificados e classificados quanto à significância, sendo então estabelecidos controles operacionais e programas de gestão para a mitigação dos impactos caracterizados como negativos (p. 68).
4. O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos	Ao lançar a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, em 2010, a Companhia realizou um mapeamento das partes interessadas do entorno das usinas em operação. Esse mapeamento inclui análises

econômicos, ambientais e sociais significativos.	dos impactos positivos e negativos das atividades da Companhia sobre as comunidades das áreas de abrangência dos empreendimentos e pode ser atualizado pontualmente sempre que necessário. Também em 2010, a Política foi compartilhada presencialmente nas mesmas regiões. Esse trabalho complementou o workshop multidisciplinar realizado pela Tractebel Energia em 2008, que contou com a participação de diversas unidades da Companhia, para avaliar o grau de impacto exercido e sofrido por todos os seus públicos em relação ao seu negócio, do ponto de vista social, ambiental e econômico-financeiro. Em 2012, esses públicos foram novamente consultados (conforme apresentado no capítulo “Sobre o Relatório de Sustentabilidade”) e suas principais demandas no tocante à gestão e ao desempenho da Companhia são apresentadas no decorrer deste Relatório (p. 90)
--	---

APÊNDICE C – Princípios Conteúdo da BAESA

BAESA - CLASSIFICAÇÃO "B+"	
PRINCÍPIOS DE CONTEÚDO: MATERIALIDADE, INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS, CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE, ABRANGÊNCIA	
1. MATERIALIDADE	
<p>É o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos e seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos. Impactos significativos são aqueles que geram uma preocupação permanente por parte dos especialistas ou que foram identificados através de ferramentas específicas.</p>	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
Fatores Externos:	
1. Principais temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos stakeholders.	Os temas prioritários selecionados pelos públicos de interesse foram os seguintes: • Perfil da BAESA e da Usina Hidrelétrica Barra Grande; • Desempenho econômico-financeiro; • Biodiversidade e programas de gestão ambiental; • Investimentos em projetos e ações sociais; • Intereração com a comunidade e compromisso com o desenvolvimento local e regional (p. 7)
2. Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência	Outra conquista relevante é a consolidação das parceiras com instituições locais, poder público e comunidade. Aos poucos, o capital social vai sendo aprimorado, afloram os benefícios dos projetos sociais, resultando em transformações que contribuem para o desenvolvimento local e regional. É dessa forma, atuando em conjunto com lideranças e instituições locais, que estamos construindo uma organização cada vez mais sólida e atuante, motivo de orgulho para nossos acionistas, colaboradores e a comunidade (p. 5). Junto com outras usinas com acionistas em comum, a BAESA conta com o apoio de uma Central de Serviços Compartilhados, que auxilia na implantação das ferramentas, programas e processos, de forma a obter ganhos de escala e melhores práticas (p. 11). A BAESA entende que o conjunto de iniciativas e ações integradas do poder público, setor privado e da mobilização social são fundamentais para a melhoria gradual da região dos lagos. Dentro de um contexto regional de esforços coletivos, em dez anos, todas as cidades do entorno do empreendimento subiram da categoria “desenvolvimento regular” para a categoria “desenvolvimento moderado” (p. 37). Em 2011, a BAESA apoiou dois projetos de P&D Estratégico com grande relevância para o setor elétrico: efeito das mudanças climáticas no regime hidrológico de bacias hidrográficas e na energia assegurada de aproveitamentos hidrelétricos; e monitoramento das emissões de gases de efeito estufa em reservatórios de usinas hidrelétricas. A realização desses projetos demanda esforço conjunto e coordenado de várias

	empresas do setor elétrico, além de investimentos elevados (p. 48).
3. Regulamentos, leis, acordos internacionais ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus stakeholders	<p>A formalização do Programa de Responsabilidade Socioambiental estabeleceu regras mais claras e objetivas para a concessão de apoio a projetos sociais, como linhas de atuação, ações estratégicas e diretrizes, além da implantação de um novo sistema informatizado para captação, cadastramento e gerenciamento de projetos sociais. O resultado da nova metodologia é expressivo: em dois anos, a BAESA aprovou 70 projetos, com investimento superior a R\$ 2 milhões, proveniente de recursos próprios, incentivados e de parceiros, além de ter apoiado 93 ações da comunidade, que somaram aproximadamente R\$ 340 mil (p. 3). Nos dois últimos anos, a Usina Hidrelétrica Barra Grande obteve avanços em seus sistemas, ferramentas e controles que demonstram o compromisso constante com a melhoria contínua e o desenvolvimento local e regional. Destaque para a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que possibilitou a ratificação da certificação ISO 14001, obtida em 2010, e a conquista, em 2012, da certificação OHSAS 18001, norma mundial que atesta a adoção de procedimentos voltados à identificação e à redução dos riscos relacionados com saúde e segurança no ambiente de trabalho (p. 4).</p> <p>Durante o período coberto por este relatório não ocorreu qualquer tipo de sanção à Usina por não conformidade com leis e regulamentos (p. 13). A BAESA procura converter em apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis previstos em leis de incentivos fiscais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). As linhas estratégicas definidas pela BAESA para apoiar projetos sociais estão alinhadas com os oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) (http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio) e contribuem para a formação do capital construído, social, humano e ambiental (p. 30). A implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas instalações da Usina Hidrelétrica Barra Grande é a principal ferramenta adotada pela BAESA para buscar a melhoria contínua nas atividades e processos realizados no empreendimento. Seu bom desempenho assegurou a obtenção das Certificações ISO 14001 e OHSAS 18001, que inclusive já foram recertificadas por auditores da British Standard Institution (BSI). No final de 2012, auditoria externa conduzida pela Bureau Veritas Certification (BVC), com base nos requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association (IHA - Associação Internacional de Barragens), atestou que as práticas adotadas pela BAESA em relação à sustentabilidade vão além da</p>

	conformidade legal (p. 46)
4. Impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade avaliados de forma adequada (como aquecimento global, HIV-aids, pobreza), identificados por meio de pesquisa confiável, feita por especialistas de renome ou por órgãos especializados com credibilidade no setor	No final de 2012, auditoria externa conduzida pela Bureau Veritas Certification (BVC), com base nos requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association (IHA - Associação Internacional de Barragens), atestou que as práticas adotadas pela BAESA em relação à sustentabilidade vão além da conformidade legal. A BAESA teve pontuação máxima de 5 em 12 temas e pontuação 4 nos outros seis temas avaliados, alcançando 84 pontos em um total de 90 possíveis. Esse desempenho colocou a empresa como uma das primeiras operadoras de hidrelétricas no Brasil a atender os requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da IHA. A auditoria foi realizada por meio de verificação documental, verificações de campo e entrevistas com empregados, lideranças, representantes das comunidades e de instituições sociais. O Protocolo de Sustentabilidade da IHA foi desenvolvido por um fórum de sustentabilidade composto por várias instituições internacionais, que definiu os temas relevantes de sustentabilidade para usinas hidrelétricas nas fases de implantação e operação (p. 46)
Fatores Internos:	Respostas Diretas
1. Principais valores, políticas e estratégias	A formalização do Programa de Responsabilidade Socioambiental estabeleceu regras mais claras e objetivas para a concessão de apoio a projetos sociais, como linhas de atuação, ações estratégicas e diretrizes, além da implantação de um novo sistema informatizado para captação, cadastramento e gerenciamento de projetos sociais (p. 4). Valores: • Tratamento digno e justo com todas as pessoas; • Valorização dos colaboradores, fornecedores e parceiros; • Atuação ética e transparente; • Excelência nos serviços prestados; • Responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Visão: Ser uma referência no setor energético pela qualidade de seus serviços, pela competência de seus colaboradores e por sua atuação socialmente responsável. Missão: Gerar energia elétrica utilizando recurso natural renovável, valorizando a preservação ambiental e as comunidades da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Barra Grande, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região e a superar as expectativas dos acionistas, colaboradores e sociedade (p. 16). Como planejamento estratégico, a BAESA prioriza seu trabalho socioambiental em ações e parcerias que contribuam para o desenvolvimento dos municípios localizados no entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Suas linhas de atuação e as de seus acionistas são focadas em projetos de geração de renda, preservação ambiental e promoção da saúde e segurança. Além disso, a BAESA procura converter em apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis

	<p>previstos em leis de incentivos sociais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). As linhas estratégicas definidas pela BAESA para apoiar projetos sociais estão alinhadas com os oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio) e contribuem para a formação do capital construído, social, humano e ambiental. (p. 30).</p>
2. Interesses/expectativas de stakeholders envolvidos	<p>O conteúdo desta publicação – ressalte-se – foi definido em dois encontros com partes interessadas, convidadas a sugerir quais informações deveriam estar contidas neste Relatório (p. 4). Outra conquista relevante é a consolidação das parceiras com instituições locais, poder público e comunidade. Aos poucos, o capital social vai sendo aprimorado, afloram os benefícios dos projetos sociais, resultando em transformações que contribuem para o desenvolvimento local e regional. É dessa forma, atuando em conjunto com lideranças e instituições locais, que estamos construindo uma organização cada vez mais sólida e atuante, motivo de orgulho para nossos acionistas, colaboradores e a comunidade (p. 5). A comunicação é ferramenta primordial no relacionamento da BAESA com as partes interessadas. Por meio de ações criativas e de canais específicos para alcançar seus diversos públicos, a BAESA vale-se da elaboração de publicações impressas (jornal institucional Informativo Barra Grande e Relatório da Administração), mídia eletrônica, diálogo constante e troca de informações para fortalecer a transparência e a credibilidade. Os investimentos realizados pela BAESA nos municípios da região são debatidos com grupos representativos da população. A participação da comunidade é considerada fundamental para orientar o aporte de recursos e a execução de obras. Em 2012, foram criados fóruns permanentes para o fortalecimento do tecido social. Os Grupos de Atitude Sustentável (GAS) nas cidades de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS evidenciam o interesse em envolver representantes da população na definição de ações e programas para os municípios. O GAS é uma entidade que atua como conselho consultivo para discutir, analisar e incentivar iniciativas empreendedoras para a região. É formado por pessoas que atuam em áreas importantes, como Poder Público, Comércio, Área Social e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC, é um local, especialmente construído pela BAESA para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos (p. 38).</p>
3. Principais riscos para a	Com a identificação, controle e mitigação das principais

organização	<p>interferências da Usina Hidrelétrica Barra Grande na região, o empreendimento alcançou momento de estabilidade e constata boas oportunidades para concretizar potencialidades e fortalecer sua atuação socioambiental e sua imagem institucional. A empresa tem se baseado em pesquisas realizadas pelo Ibope, reuniões com lideranças e participação em eventos para obter informações que ajudem a implementar ações desejadas pela população. O diálogo constante com as partes interessadas é uma das ferramentas utilizadas pela BAESA para nortear seu trabalho e sua conduta. A análise crítica vem revelando necessidades de buscar o foco das ações no fortalecimento e desenvolvimento do tecido social dos municípios da área de abrangência da Usina. Os Grupos Atitude Sustentável (GAS), implantados em 2012 nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (mencionados na página 38), são exemplos decorrentes da necessidade do aprimoramento do capital social. Com relação ao desempenho dos projetos sociais, a partir de 2012 a BAESA vem monitorando as ações apoiadas. As oportunidades de melhorias têm sido identificadas em projetos que envolvem a geração de renda. Como resultado dessa reflexão, foi adotada a necessidade da apresentação de planos de negócios para todo projeto que tenha foco na agregação de renda. Outra necessidade observada é quem vem sendo trabalhada pela BAESA é o envolvimento na concepção de projetos sociais, objetivando evitar o apoio a projetos não sustentáveis ou que venham a se configurar em problemas relacionados com a própria gestão do projeto pela instituição proponente (p. 49).</p>
4. Fatores críticos para o sucesso organizacional	<p>Nos dois últimos anos, a Usina Hidrelétrica Barra Grande obteve avanços em seus sistemas, ferramentas e controles que demonstram o compromisso constante com a melhoria contínua e o desenvolvimento local e regional. Destaque para a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que possibilitou a ratificação da certificação ISO 14001, obtida em 2010, e a conquista, em 2012, da certificação OHSAS 18001, norma mundial que atesta a adoção de procedimentos voltados à identificação e à redução dos riscos relacionados com saúde e segurança no ambiente de trabalho. O biênio 2011/2012 também consolidou a área de projetos sociais. A formalização do Programa de Responsabilidade Socioambiental estabeleceu regras mais claras e objetivas para a concessão de apoio a projetos sociais, como linhas de atuação, ações estratégicas e diretrizes, além da implantação de um novo sistema informatizado para captação, cadastramento e gerenciamento de projetos sociais. O resultado da nova metodologia é expressivo: em dois anos, a BAESA aprovou 70 projetos, com investimento</p>

	<p>superior a R\$ 2 milhões, proveniente de recursos próprios, incentivados e de parceiros, além de ter apoiado 93 ações da comunidade, que somaram aproximadamente R\$ 340 mil. Na área ambiental, a BAESA obteve duas importantes conquistas em 2012: a aprovação do Plano de Conservação Ambiental e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório (PCAU) pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), após a realização de duas consultas públicas, e o lançamento do Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP), destinado a premiar moradores lideiros que desenvolvem ações de proteção ao meio ambiente. Os temas relevantes voltados a Sustentabilidade, procedimentos, programas, ferramentas e iniciativas da BAESA foram verificados por auditoria independente, que constatou o atendimento e a conformidade com o protocolo de sustentabilidade da International Hydropower Association (IHA). Outra conquista relevante é a consolidação das parceiras com instituições locais, poder público e comunidade. Aos poucos, o capital social vai sendo aprimorado, afloram os benefícios dos projetos sociais, resultando em transformações que contribuem para o desenvolvimento local e regional. É dessa forma, atuando em conjunto com lideranças e instituições locais, que estamos construindo uma organização cada vez mais sólida e atuante, motivo de orgulho para nossos acionistas, colaboradores e a comunidade (p. 5).</p>
5. Competências essenciais da organização e a forma como contribuem para o desenvolvimento sustentável.	<p>O respeito ao meio ambiente é um dos valores propugnados pela BAESA e as ações desenvolvidas em defesa da biodiversidade vão muito além do que exige a legislação. Por meio de programas ambientais, a empresa tem alcançado seus objetivos e proporcionado à região onde está inserida a Usina Hidrelétrica Barra Grande conquistas relevantes para a conservação da natureza. Como planejamento estratégico, a BAESA prioriza seu trabalho socioambiental em ações e parcerias que contribuam para o desenvolvimento dos municípios localizados no entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Suas linhas de atuação e as de seus acionistas são focadas em projetos de geração de renda, preservação ambiental e promoção da saúde e segurança. Além disso, a BAESA procura converter em apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis previstos em leis de incentivos fiscais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). A execução dos serviços pertinentes às áreas de Meio Ambiente e de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica Barra Grande busca a melhoria contínua, de modo a alcançar nova metas, resultados mais expressivos e ambiente de trabalho mais harmonioso. A saúde e a segurança dos</p>

	<p>colaboradores constituem valioso patrimônio pessoal e coletivo. Por essa razão, a BAESA realiza ações sistemáticas de prevenção, controle e monitoramento dos riscos no ambiente de trabalho. Dispor de um corpo funcional capacitado é uma das premissas básicas adotadas pela BAESA para alcançar a excelência no setor em que atua (p. 47). No período de 2011 e 2012, a BAESA investiu aproximadamente R\$ 6 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo cinco exclusivamente financiados pela empresa e outros 18 projetos que contam com sua participação. São pesquisas que abordam temas como gestão de bacias e reservatórios, desenvolvimento de fontes alternativas de energia, meio ambiente e operação de sistemas de energia elétrica (p. 48)</p>
2. INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS	
	<p>Identificação dos stakeholders e explicação sobre quais medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas. O processo de engajamento dos stakeholders deverá ser documentado pela organização e passível de verificação.</p>
<p>1. A organização pode descrever os stakeholders aos quais considera que deva prestar contas</p>	<p>A publicação do Relatório de Sustentabilidade foi precedida da realização de duas oficinas de trabalho com partes interessadas da BAESA. O objetivo foi ouvir colaboradores da empresa, representantes de órgãos públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande e com as quais mantêm parcerias voltadas ao desenvolvimento local e regional. A coleta de informações foi complementada com a aplicação de um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores (p. 7).</p>
<p>2. O conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos stakeholders usados pela organização em suas atividades contínuas, conforme exigido pela estrutura legal e institucional dentro da qual ela opera</p>	<p>A comunicação é ferramenta primordial no relacionamento da BAESA com as partes interessadas. Por meio de ações criativas e de canais específicos para alcançar seus diversos públicos, a BAESA vale-se da elaboração de publicações impressas (jornal institucional Informativo Barra Grande e Relatório da Administração), mídia eletrônica, diálogo constante e troca de informações para fortalecer a transparéncia e a credibilidade. Os investimentos realizados pela BAESA nos municípios da região são debatidos com grupos representativos da população. A participação da comunidade é considerada fundamental para orientar o aporte de recursos e a execução de obras. Em 2012, foram criados fóruns permanentes para o fortalecimento do tecido social. Os Grupos de Atitude Sustentável (GAS) nas cidades de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS evidenciam o interesse em envolver representantes da população na definição de ações e programas para os municípios. O GAS é uma entidade que atua como conselho consultivo para discutir, analisar e incentivar iniciativas empreendedoras para a região. É formado por pessoas que atuam em áreas importantes,</p>

	como Poder Público, Comércio, Área Social e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC, é um local especialmente construído pela BAESA para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos. A BAESA mantém relações corporativas com entidades públicas que representam municípios do entorno da Usina, como a Associação para o Desenvolvimento da Região dos Lagos (Adrel), Associação dos Municípios da Serra Catarinense (Amures) e a Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (Amucser) (p. 38 e 39). A empresa tem se baseado em pesquisas realizadas pelo Ibope, reuniões com lideranças e participação em eventos para obter informações que ajudem a implementar ações desejadas pela população. O diálogo constante com as partes interessadas é uma das ferramentas utilizadas pela BAESA para nortear seu trabalho e sua conduta (p. 49).
3. O conteúdo do relatório utiliza os resultados de quaisquer processos de engajamento de stakeholders empreendidos especificamente para sua confecção;	A elaboração deste Relatório de Sustentabilidade demonstra a evolução da BAESA, retratada em sua decisão de fazer da transparência e da comunicação ferramentas de gestão imprescindíveis para uma organização que se deseja sustentável. Esta é a terceira edição do Relatório de Sustentabilidade, e a primeira em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o interesse da BAESA em aprimorar sua comunicação. O conteúdo desta publicação – ressalte-se – foi definido em dois encontros com partes interessadas, convidadas a sugerir quais informações deveriam estar contidas neste Relatório. A meta foi alcançar o nível B+ do padrão GRI, que consiste na apresentação de, no mínimo, 20 indicadores de desempenho, selecionados dentre sete aspectos principais: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto. Posteriormente, o conteúdo foi avaliado por auditoria independente, de modo a conferir legitimidade ao documento (p. 4)
4. Os processos de engajamento de stakeholders que subsidiam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite	Periodicamente, a BAESA divulga informações relevantes por meio de seu Relatório de Sustentabilidade, elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010. A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade (p. 6).
3. CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	
Demonstração do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. A organização deve deixar explícita a sua contribuição ou como pretende contribuir no futuro para a melhora ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global. Esse conceito é articulado de forma mais clara na área ambiental, em termos	

de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, mas também pode ser relevante no que diz respeito a metas sociais e econômicas, como os objetivos nacionais ou internacionais de desenvolvimento socioeconômico e sustentável.

<p>1. A organização apresenta seu entendimento de desenvolvimento sustentável e utiliza as melhores informações e medidas de desenvolvimento sustentável disponíveis para os temas abordados no relatório</p>	<p>O Relatório de Sustentabilidade 2011/2012 da BAESA, elaborado conforme o padrão internacional da Global Reporting Initiative (GRI), contém dados e informações sobre o desempenho social, ambiental e econômico da BAESA – Energética Barra Grande S/A – no referido biênio. Destaca também as ações, ferramentas, projetos e programas sociais, ambientais e culturais que possuem relação direta com temas voltados à sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos. O desempenho das atividades de operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Barra Grande vem sendo acompanhado pelo trabalho socioambiental da BAESA, cujos benefícios vão desde o aumento da renda e geração de emprego até a comprovação de sua responsabilidade social, incluindo o compromisso em contribuir com o desenvolvimento da região, com a sustentabilidade e com a melhoria da qualidade de vida da comunidade (p. 4) Para a BAESA, sustentabilidade é gerar energia utilizando recurso natural renovável e atuar de forma participativa no cotidiano da comunidade onde a Usina Hidrelétrica Barra Grande está inserida, desenvolvendo e apoiando ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região, priorizando o respeito ao meio ambiente, aos valores sociais, históricos e culturais (p. 9). A adoção de ferramentas, procedimentos e programas focados na implantação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 tem garantido a conformidade legal ambiental e a não ocorrência de notificações, multas ou sanções disciplinares (p. 22). No final de 2012, auditoria externa conduzida pela Bureau Veritas Certification (BVC), com base nos requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association (IHA - Associação Internacional de Barragens), atestou que as práticas adotadas pela BAESA em relação à sustentabilidade vão além da conformidade legal. A BAESA teve pontuação máxima de 5 em 12 temas e pontuação 4 nos outros seis temas avaliados, alcançando 84 pontos em um total de 90 possíveis. Esse desempenho colocou a empresa como uma das primeiras operadoras de hidrelétricas no Brasil a atender os requisitos do Protocolo de Sustentabilidade da IHA. A auditoria foi realizada por meio de verificação documental, verificações de campo e entrevistas com empregados, lideranças, representantes das comunidades e de instituições sociais. O Protocolo de Sustentabilidade da IHA foi desenvolvido por um fórum de sustentabilidade composto por várias instituições internacionais, que definiu os temas relevantes de sustentabilidade para usinas hidrelétricas</p>
---	--

	<p style="text-align: right;">nas fases de implantação e operação (p. 46)</p>
<p>2. A organização apresenta seu desempenho com referência a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, conforme aparecem em publicações setoriais, locais, regionais e/ou globais de destaque.</p>	<p>Nos dois últimos anos, a Usina Hidrelétrica Barra Grande obteve avanços em seus sistemas, ferramentas e controles que demonstram o compromisso constante com a melhoria contínua e o desenvolvimento local e regional. Destaque para a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que possibilitou a ratificação da certificação ISO 14001, obtida em 2010, e a conquista, em 2012, da certificação OHSAS 18001, norma mundial que atesta a adoção de procedimentos voltados à identificação e à redução dos riscos relacionados com saúde e segurança no ambiente de trabalho (p. 4). Na área ambiental, a BAESA obteve duas importantes conquistas em 2012: a aprovação do Plano de Conservação Ambiental e Uso das Águas e do Entorno do Reservatório (PCAU) pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), após a realização de duas consultas públicas, e o lançamento do Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP), destinado a premiar moradores linderos que desenvolvem ações de proteção ao meio ambiente. Os temas relevantes voltados a Sustentabilidade, procedimentos, programas, ferramentas e iniciativas da BAESA foram verificados por auditoria independente, que constatou o atendimento e a conformidade com o protocolo de sustentabilidade da International Hydropower Association (IHA) (p. 5).</p>
<p>3. A organização apresenta seu desempenho de modo a comunicar a magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos geográficos apropriados</p>	<p>Com relação ao investimento nas comunidades, no biênio 2011/2012, a BAESA e parceiros aplicaram R\$ 2.507.051,56 em projetos sociais, que somado aos investimentos dos acionistas/instituto dos acionistas, alcançam o montante de R\$ 4.986.092,56, aportados em 70 projetos sociais e 93 ações de patrocínio (p. 19). No biênio 2011/2012, a Usina Hidrelétrica Barra Grande repassou um total de R\$ 29.474.979,54 a título de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). São recursos transferidos mensalmente para os municípios da área de abrangência do empreendimento, estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e órgãos do Governo Federal em decorrência do uso da água para a geração da energia (p. 21). Tão importante quanto realizar o trabalho é mensurar sua eficiência, eficácia e efetividade. A cada três anos, a BAESA realiza pesquisas de opinião para avaliar diversos aspectos de sua atuação na região de abrangência do empreendimento. As informações coletadas são fundamentais para definir novas ações e aprimorar o trabalho desenvolvido. Em 2011, a BAESA recebeu os resultados de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) sobre sua atuação. Foram entrevistados moradores dos seis municípios mais próximos da Usina: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e</p>

	<p>Capão Alto, em Santa Catarina, e Pinhal da Serra e Esmeralda, no Rio Grande do Sul, cujos principais resultados são apresentados no relatório (p. 40). O respeito ao meio ambiente é um dos valores propugnados pela BAESA e as ações desenvolvidas em defesa da biodiversidade vão muito além do que exige a legislação. Por meio de programas ambientais, a empresa tem alcançado seus objetivos e proporcionado à região onde está inserida a Usina Hidrelétrica Barra Grande conquistas relevantes para a conservação da natureza. A adoção de ferramentas, procedimentos e programas focados na implantação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 tem garantido a conformidade legal ambiental e a não ocorrência de notificações, multas ou sanções disciplinares (p. 22). Empreendimentos hidrelétricos no Brasil têm se revelado importantes alavancas para auxiliar o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridos. A implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande contribuiu para melhorias nas áreas de saúde, educação, esporte, segurança pública, infraestrutura e geração de renda. Desde o início da construção do empreendimento, em 2001, a BAESA executou diversas obras nos municípios da região, como reforma de postos de saúde e unidades hospitalares, melhorias em creches, ampliação de escolas, pavimentação de rodovias, aquisição de equipamentos para instituições sociais e construção das sedes do Batalhão da Polícia Militar, Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros (p. 30). Os investimentos em saúde e educação, e o apoio a projetos de geração de emprego e renda, contribuem para o aumento do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nos municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Barra Grande. A BAESA entende que o conjunto de iniciativas e ações integradas do poder público, setor privado e da mobilização social são fundamentais para a melhoria gradual da região dos lagos. Dentro de um contexto regional de esforços coletivos, em dez anos, todas as cidades do entorno do empreendimento subiram da categoria “desenvolvimento regular” para a categoria “desenvolvimento moderado”. O município catarinense de Cerro Negro, por exemplo, aumentou seu IFDM em quase 60% nesse período, saltando de 0,3911 para 0,6171 (p. 37).</p>
4. O relatório descreve como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo temas da cadeia de suprimentos.	<p>Como planejamento estratégico, a BAESA prioriza seu trabalho socioambiental em ações e parcerias que contribuam para o desenvolvimento dos municípios localizados no entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Suas linhas de atuação e as de seus acionistas são focadas em projetos de geração de renda, preservação ambiental e promoção da saúde e segurança. Além disso, a BAESA procura converter em</p>

	<p>apoio a projetos sociais todos os recursos disponíveis previstos em leis de incentivos sociais, como a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei do Esporte e Fundo para Infância e Adolescência (FIA). As linhas estratégicas definidas pela BAESA para apoiar projetos sociais estão alinhadas com os oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) (http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio) e contribuem para a formação do capital construído, social, humano e ambiental (p. 30).</p>
4. ABRANGÊNCIA	
	<p>A abordagem dos temas e indicadores relevantes, bem como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado.</p> <p>Abrange dimensões como escopo, limite e tempo.</p>
1. O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de organizações upstream e downstream e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos stakeholders.	O Relatório de Sustentabilidade 2011/2012 da BAESA, elaborado conforme o padrão internacional da Global Reporting Initiative (GRI), contém dados e informações sobre o desempenho social, ambiental e econômico da BAESA – Energética Barra Grande S/A – no referido biênio. Destaca também as ações, ferramentas, projetos e programas sociais, ambientais e culturais que possuem relação direta com temas voltados à sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos (p. 4).
2. O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.	Periodicamente, a BAESA divulga informações relevantes por meio de seu Relatório de Sustentabilidade, elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010. A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade (p. 6).
3. As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.	Não encontrado.
4. O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.	A publicação do Relatório de Sustentabilidade foi precedida da realização de duas oficinas de trabalho com partes interessadas da BAESA. O objetivo foi ouvir colaboradores da empresa, representantes de órgãos públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande e com as quais mantêm parcerias voltadas ao desenvolvimento local e regional. A coleta de informações foi complementada com a aplicação de

	um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores. A realização de consultas públicas com partes interessadas da BAESA foi importante para acrescentar a este Relatório de Sustentabilidade informações consideradas relevantes pelos públicos com os quais a empresa se comunica e se relaciona (p. 7).
--	--

APÊNDICE D – Princípios Conteúdo de Machadinho e MAESA

MACHADINHO E MAESA - CLASSIFICAÇÃO "C"	
PRINCÍPIOS DE CONTEÚDO: MATERIALIDADE, INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS, CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE, ABRANGÊNCIA	
1. MATERIALIDADE	
<p>É o limite a partir do qual um tema ou indicador passa a ter relevância para ser relatado. Uma informação é relevante quando são considerados pela organização fatores internos e externos e seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos. Impactos significativos são aqueles que geram uma preocupação permanente por parte dos especialistas ou que foram identificados através de ferramentas específicas.</p>	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
Fatores Externos:	
1. Principais temas e indicadores de sustentabilidade levantados pelos stakeholders.	A fim de identificar demandas de informação de seus principais stakeholders, as empresas consultaram representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram os seguintes temas como prioritários para abordagem no Relatório: • Perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho; • Estrutura de Governança Corporativa de Consórcio Machadinho e Maesa; • Políticas e programas de gestão ambiental; • Programa de Educação Ambiental; • Investimentos em programas e ações sociais; • Gestão de pessoas (p. 8). Participaram da consulta colaboradores, comunidade, imprensa, fornecedores, acionistas, entidades representativas e empresas do setor elétrico (p. 9).
2. Principais temas e futuros desafios do setor relatados por pares e pela concorrência	Nossa meta, para 2012 e para os próximos anos, é agregar cada vez mais parceiros a essa corrente do bem. Assim construiremos um futuro mais justo, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. Agradecemos a todos que nos acompanham nessa jornada, em especial aos colaboradores, acionistas e parceiros, por toda dedicação e comprometimento. Temos a certeza de que, juntos, estamos preparados para os desafios dos próximos 10 anos(p. 7).
3. Regulamentos, leis, acordos internacionais ou acordos voluntários com importância estratégica para a organização e seus stakeholders	À medida que avançamos nas conquistas operacionais, buscamos conferir ainda mais qualidade às práticas focadas em conservação ambiental. Esse esforço foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que retificou em 2011 a Licença Ambiental de Operação da Usina, reduzindo o número de condicionantes necessárias à sua renovação. Nesse processo, também tivemos a oportunidade de ajustar condicionantes, como a que previa o plantio de árvores na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Agora, essas árvores poderão ser plantadas na área de abrangência da Usina, fortalecendo a

	<p>conservação de espécies nativas. Além das ações junto aos órgãos ambientais, contamos sempre com a parceria da comunidade para proteger o meio ambiente. No decorrer do ano, diversas pessoas participaram dos mutirões de limpeza nas margens do Rio Uruguai e das atividades do Programa de Educação Ambiental, que cresce a cada ano. Em 2011, essas ações ganharam mais um aliado, com a implantação do projeto Ecoa, do Instituto Alcoa, que vem formando dezenas de pessoas da comunidade para atuarem como agentes ambientais, exercendo o papel de multiplicadores. Nossa expectativa é que essa parceria contribua para a construção de uma sociedade mais consciente (p. 6). Também com base em parcerias desenvolvemos, em 2011, uma série de ações focadas no desenvolvimento social da região da UHE Machadinho. Por meio de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades representativas da comunidade, o Consórcio Machadinho, a Maesa, o Instituto Alcoa e a Tractebel Energia investiram R\$ 2 milhões em 23 projetos nas áreas de educação, saúde, segurança e desenvolvimento sócio-cultural. Da reforma de centros comunitários à construção de novas salas de aula, buscamos atender as demandas prioritárias da comunidade, tendo como maior objetivo a melhoria das condições de vida das pessoas (p. 7). O Consórcio Machadinho desenvolve um Programa de Educação Ambiental em parceria com a Tractebel Energia. A realização desse programa junto às comunidades dos municípios abrangidos pela Usina é considerada estratégica para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável (p. 30). A área do reservatório da UHE Machadinho conta com equipes de vigilância ambiental e sócio-patrimonial. A fiscalização ambiental é realizada por meio de acordos de cooperação firmados com a Polícia Ambiental dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (p. 39). A fim de fortalecerem sua relação com diferentes públicos, Consórcio Machadinho e Maesa desenvolvem programas e projetos sociais nas áreas que consideram prioritárias para atuação, mediante a utilização de recursos próprios ou incentivos de leis federais e estaduais de apoio à cultura, ao esporte e à inclusão social (p. 41).</p>
4. Impactos, riscos ou oportunidades de sustentabilidade avaliados de forma adequada (como aquecimento global, HIV-aids, pobreza), identificados por	Água, clima, solo, fauna e flora são alguns dos aspectos monitorados na região da Usina, a fim de garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes

<p>meio de pesquisa confiável, feita por especialistas de renome ou por órgãos especializados com credibilidade no setor</p>	<p>de suas atividades. Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho) (p. 29). Reconhecida como uma eficaz ferramenta para a conservação dos recursos naturais, a Educação Ambiental está entre as principais ações desenvolvidas pelo Consórcio Machadinho na região em que atua. Por meio da transmissão de conhecimento, o Consórcio busca fortalecer a relação de parceria construída junto aos moradores das áreas de influência da UHE Machadinho. Para isso, o Consórcio Machadinho desenvolve um Programa de Educação Ambiental em parceria com a Tractebel Energia. A realização desse programa junto às comunidades dos municípios abrangidos pela Usina é considerada estratégica para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável. O Programa de Educação Ambiental da UHE Machadinho tem como objetivo fornecer informação à população por meio de diversas atividades, como palestras, pesquisas e projetos de extensão dos programas socioambientais. (p.30)</p>
Fatores Internos:	Respostas Diretas
<p>1. Principais valores, políticas e estratégias</p>	<p>Ética e transparéncia são valores fundamentais à gestão do Consórcio Machadinho e da Maesa. Assim, as atividades da Usina Hidrelétrica Machadinho têm como base o compartilhamento de decisões e a busca contínua por eficiência na administração (p. 17). A ética figura como valor essencial às atividades de Consórcio Machadinho e Maesa, permeando a condução do negócio em seu diferentes aspectos. Por meio do Código de Conduta, lançado em 2010, as duas empresas orientam funcionários e parceiros sobre comportamento ético, visando uma inserção regional duradoura, harmônica e que atenda à toda a legislação aplicável. Com linguagem clara e objetiva, o Código instrui quanto ao relacionamento que funcionários devem manter com acionistas, consorciados, fornecedores, clientes, instituições financeiras e outros parceiros, poder público – em todas as esferas – comunidades abrangidas pelo reservatório da Usina e sociedade em geral (p. 19).</p>

	O respeito ao meio ambiente está entre os valores fundamentais à conduta de Consórcio Machadinho e Maesa. Por isso as empresas desenvolvem ações que vão além do atendimento à legislação ambiental, envolvendo as comunidades de entorno da UHE Machadinho em um processo contínuo de conscientização quanto à necessidade de proteger e conservar os recursos naturais (p. 29). A valorização do capital humano é um princípio fundamental à conduta dos negócios de Consórcio Machadinho e Maesa (p. 48).
2. Interesses/expectativas de stakeholders envolvidos	O sucesso conquistado pelo empreendimento ao longo da última década é resultado de um processo contínuo de melhoria, construído ano após ano. Em 2011, a Usina alcançou seu recorde de geração: foram 7.214 GWh produzidos, um incremento de 16% em relação a 2010. O índice de disponibilidade se manteve acima da meta prevista, alcançando 97,42%. Além de um regime de chuvas favorável, contribuíram de forma decisiva para esse desempenho a moderna infraestrutura tecnológica da Usina e, especialmente, a equipe altamente qualificada que opera e gerencia o empreendimento. À medida que avançamos nas conquistas operacionais, buscamos conferir ainda mais qualidade às práticas focadas em conservação ambiental. Além das ações junto aos órgãos ambientais, contamos sempre com a parceria da comunidade para proteger o meio ambiente. Também com base em parcerias desenvolvemos, em 2011, uma série de ações focadas no desenvolvimento social da região da UHE Machadinho (p. 7).
3. Principais riscos para a organização	Não encontrado.
4. Fatores críticos para o sucesso organizacional	O sucesso conquistado pelo empreendimento ao longo da última década é resultado de um processo contínuo de melhoria, construído ano após ano. Em 2011, a Usina alcançou seu recorde de geração: foram 7.214 GWh produzidos, um incremento de 16% em relação a 2010. O índice de disponibilidade se manteve acima da meta prevista, alcançando 97,42%. Além de um regime de chuvas favorável, contribuíram de forma decisiva para esse desempenho a moderna infraestrutura tecnológica da Usina e, especialmente, a equipe altamente qualificada que opera e gerencia o empreendimento. À medida que avançamos nas conquistas operacionais, buscamos conferir ainda mais qualidade às práticas focadas em conservação ambiental. Além das ações junto aos órgãos ambientais, contamos sempre com a parceria da comunidade para proteger o meio ambiente. Também com base em parcerias desenvolvemos,

	<p>em 2011, uma série de ações focadas no desenvolvimento social da região da UHE Machadinho (p. 7).</p>
5. Competências essenciais da organização e a forma como contribuem para o desenvolvimento sustentável.	<p>Também com base em parcerias desenvolvemos, em 2011, uma série de ações focadas no desenvolvimento social da região da UHE Machadinho. Por meio de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades representativas da comunidade, o Consórcio Machadinho, a Maesa, o Instituto Alcoa e a Tractebel Energia investiram R\$ 2 milhões em 23 projetos nas áreas de educação, saúde, segurança e desenvolvimento sócio-cultural. Da reforma de centros comunitários à construção de novas salas de aula, buscamos atender as demandas prioritárias da comunidade, tendo como maior objetivo a melhoria das condições de vida das pessoas (p. 7). Em todas as iniciativas, sempre contamos com a compreensão da comunidade, cada vez mais ciente de que uma empresa não deve substituir o Estado, mas pode apoiar projetos que tragam benefícios reais às pessoas e ao meio ambiente. Dessa forma, temos trabalhado com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região que acolhe a Usina Hidrelétrica Machadinho (p. 7). Para isso, o Consórcio Machadinho desenvolve um Programa de Educação Ambiental em parceria com a Tractebel Energia. A realização desse programa junto às comunidades dos municípios abrangidos pela Usina é considerada estratégica para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável (p. 30). A consciência corporativa quanto à responsabilidade socioambiental é fator estratégico para a perpetuidade dos negócios e direciona o Consórcio Machadinho e a Maesa a contribuírem para o desenvolvimento das comunidades com as quais interagem. Por isso, as empresas estão integradas ao cotidiano dos municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Machadinho (p. 41). Preparar diferentes grupos da sociedade para um futuro sustentável é condição essencial ao exercício da responsabilidade socioambiental. Assim, Consórcio Machadinho e Maesa investem no desenvolvimento social das comunidades de entorno da Usina Hidrelétrica Machadinho, construindo, dia após dia, um relacionamento sólido e transparente com pessoas e instituições (p. 41). Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social da região onde atua, o Consórcio Machadinho prioriza a utilização da força de trabalho regional, que</p>

	<p>corresponde à maioria dos colaboradores – cerca de 100%. Todas as contratações são realizadas sob o regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), exceto estagiários, cuja contratação segue legislação específica (p. 48).</p>
2. INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS	
	<p>Identificação dos stakeholders e explicação sobre quais medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas. O processo de engajamento dos stakeholders deverá ser documentado pela organização e passível de verificação.</p>
1. A organização pode descrever os stakeholders aos quais considera que deva prestar contas	<p>Principais públicos de interesse: Colaboradores, Comunidade, Imprensa, Fornecedores, Governo, Acionistas, Entidades Sociais e Ambientais, Instituições Financeiras e Empresas do Setor Elétrico (p. 42)</p>
2. O conteúdo do relatório utiliza os resultados dos processos de engajamento dos stakeholders usados pela organização em suas atividades contínuas, conforme exigido pela estrutura legal e institucional dentro da qual ela opera	<p>Ao publicarem este relatório, Consórcio Machadinho e Maesa têm por objetivo oferecer informações qualificadas a respeito de suas atividades, bem como das operações da Usina Hidrelétrica Machadinho (p. 8). A fim de fortalecerem sua relação com diferentes públicos, Consórcio Machadinho e Maesa desenvolvem programas e projetos sociais nas áreas que consideram prioritárias para atuação, mediante a utilização de recursos próprios ou incentivos de leis federais e estaduais de apoio à cultura, ao esporte e à inclusão social (p. 41). Para manter a transparéncia nas relações com seus públicos de interesse, o Consórcio Machadinho investe em ferramentas eficientes de comunicação, que incluem a manutenção de uma Assessoria de Comunicação na área do empreendimento, onde estão concentrados seus principais stakeholders. Por meio da Assessoria, são periodicamente oferecidas informações aos veículos de comunicação, em especial aos dos municípios da área de abrangência. Em complemento às informações divulgadas pela imprensa, o Consórcio Machadinho utiliza meios de comunicação direta com seus públicos, como informativos, folderes e programas institucionais de rádio (p. 48).</p>
3. O conteúdo do relatório utiliza os resultados de quaisquer processos de engajamento de stakeholders empreendidos especificamente para sua confecção;	<p>Ao publicarem este relatório, Consórcio Machadinho e Maesa têm por objetivo oferecer informações qualificadas a respeito de suas atividades, bem como das operações da Usina Hidrelétrica Machadinho. A fim de identificar demandas de informação de seus principais stakeholders, as empresas consultaram representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram os temas prioritários para abordagem no Relatório (p. 8). Os Centros de Atendimento à População (CAPs) são os instrumentos que permitem a aproximação e o diálogo entre o Consórcio Machadinho e as</p>

	comunidades de entorno. Com um CAP localizado no município de Piratuba (SC) e outro no município de Barracão (RS), a UHE Machadinho se coloca à disposição para ouvir os integrantes da comunidade e buscar soluções conjuntas (p. 47).
4. Os processos de engajamento de stakeholders que subsidiam decisões sobre o relatório são coerentes com seu escopo e limite	O Relatório de Sustentabilidade 2011 do Consórcio Machadinho e da Maesa segue as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho relacionado à sustentabilidade (p. 8). Seguindo as diretrizes pela primeira vez em 2011, Consórcio Machadinho e Maesa já responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado), uma importante conquista em relação à sustentabilidade (p. 8). Os dados fornecidos por este relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa). Publicado em português, presta contas do exercício de 2011, tendo periodicidade anual (p. 9).
3. CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	
	Demonstração do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. A organização deve deixar explícita a sua contribuição ou como pretende contribuir no futuro para a melhora ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local, regional e global. Esse conceito é articulado de forma mais clara na área ambiental, em termos de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, mas também pode ser relevante no que diz respeito a metas sociais e econômicas, como os objetivos nacionais ou internacionais de desenvolvimento socioeconômico e sustentável.
1. A organização apresenta seu entendimento de desenvolvimento sustentável e utiliza as melhores informações e medidas de desenvolvimento sustentável disponíveis para os temas abordados no relatório	Dessa forma, temos trabalhado com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região que acolhe a Usina Hidrelétrica Machadinho. Nossa meta, para 2012 e para os próximos anos, é agregar cada vez mais parceiros a essa corrente do bem. Assim construiremos um futuro mais justo, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social (p. 7). O Relatório de Sustentabilidade 2011 do Consórcio Machadinho e da Maesa segue as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho relacionado à sustentabilidade. Para classificação do relatório, a GRI prevê três níveis de aplicação das diretrizes, em ordem crescente: C, B e A. Seguindo as diretrizes pela primeira vez em 2011, Consórcio Machadinho e Maesa já responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado), uma importante conquista em relação à sustentabilidade. Os indicadores da GRI são apresentados ao final desta publicação, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica (EC), ambiental (EN), social

	(SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto/serviço (PR). Parte dessas informações já é monitorada pelo Consórcio Machadinho e pela Maesa e o restante o será nos próximos anos (p. 8). A Usina Hidrelétrica Machadinho gera resultados para a comunidade de entorno por meio do pagamento de impostos, da criação de empregos, de gestão ambiental, do desenvolvimento econômico e da promoção de ações focadas em responsabilidade social. Em parceria com órgãos públicos e entidades de terceiro setor dos municípios da área de abrangência, Consórcio Machadinho e Maesa promovem, patrocinam e apóiam diversos projetos de iniciativa das comunidades. Para direcionar recursos a áreas fundamentais ao desenvolvimento sustentável da região, o Consórcio Machadinho foca seus investimentos, prioritariamente, em projetos relacionados a saúde, educação, segurança e desenvolvimento sociocultural (p. 41).
2. A organização apresenta seu desempenho com referência a condições e objetivos de desenvolvimento sustentável mais amplos, conforme aparecem em publicações setoriais, locais, regionais e/ou globais de destaque.	À medida que avançamos nas conquistas operacionais, buscamos conferir ainda mais qualidade às práticas focadas em conservação ambiental. Esse esforço foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que retificou em 2011 a Licença Ambiental de Operação da Usina, reduzindo o número de condicionantes necessárias à sua renovação. Nesse processo, também tivemos a oportunidade de ajustar condicionantes, como a que previa o plantio de árvores na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Agora, essas árvores poderão ser plantadas na área de abrangência da Usina, fortalecendo a conservação de espécies nativas. Além das ações junto aos órgãos ambientais, contamos sempre com a parceria da comunidade para proteger o meio ambiente. No decorrer do ano, diversas pessoas participaram dos mutirões de limpeza nas margens do Rio Uruguai e das atividades do Programa de Educação Ambiental, que cresce a cada ano. Em 2011, essas ações ganharam mais um aliado, com a implantação do projeto Ecoa, do Instituto Alcoa, que vem formando dezenas de pessoas da comunidade para atuarem como agentes ambientais, exercendo o papel de multiplicadores. Nossa expectativa é que essa parceria contribua para a construção de uma sociedade mais consciente (p. 6).
3. A organização apresenta seu desempenho de modo a comunicar a magnitude de seu impacto e sua contribuição em contextos	Conforme a legislação brasileira, concessionárias autorizadas a produzir energia por meio de hidrelétrica devem destinar recursos à Compensação Financeira pela Utilização dos

geográficos apropriados	<p>Recursos Hídricos (CFURH). Esses recursos correspondem a um percentual sobre o valor da energia gerada a partir de um determinado corpo hídrico. Por utilizar o potencial hidráulico do Rio Pelotas, a Usina Hidrelétrica Machadinho destinou à CFURH um total de R\$ 32 milhões somente em 2011. Desse valor, R\$ 13,1 milhões foram repassados aos municípios da área de abrangência, R\$ 13,1 milhões aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e R\$ 6,5 milhões a órgãos do Governo Federal (p. 25). Água, clima, solo, fauna e flora são alguns dos aspectos monitorados na região da Usina, a fim de garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades.</p> <p>Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho) (p. 29).</p>
4. O relatório descreve como os temas de sustentabilidade se relacionam com a estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo da organização, incluindo temas da cadeia de suprimentos.	<p>Nossa meta, para 2012 e para os próximos anos, é agregar cada vez mais parceiros a essa corrente do bem. Assim construiremos um futuro mais justo, com equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. Agradecemos a todos que nos acompanham nessa jornada, em especial aos colaboradores, acionistas e parceiros, por toda dedicação e comprometimento. Temos a certeza de que, juntos, estamos preparados para os desafios dos próximos 10 anos (p. 7).</p> <p>Preparar diferentes grupos da sociedade para um futuro sustentável é condição essencial ao exercício da responsabilidade socioambiental. Assim, Consórcio Machadinho e Maesa investem no desenvolvimento social das comunidades de entorno da Usina Hidrelétrica Machadinho, construindo, dia após dia, um relacionamento sólido e transparente com pessoas e instituições (p. 41).</p>
<p align="center">4. ABRANGÊNCIA</p> <p>A abordagem dos temas e indicadores relevantes, bem como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir todos os impactos significativos da organização e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período analisado.</p> <p align="center">Abrange dimensões como escopo, limite e tempo.</p>	
1. O relatório foi desenvolvido levando-se em conta toda a cadeia de	O Relatório de Sustentabilidade 2011 do Consórcio Machadinho e da Maesa segue as Diretrizes da

<p>organizações upstream e downstream e abrange todas as informações que poderiam ser consideradas relevantes com base nos princípios de materialidade, de contexto da sustentabilidade e de inclusão dos stakeholders.</p>	<p>Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho relacionado à sustentabilidade (p. 8). Os indicadores da GRI são apresentados ao final desta publicação, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica (EC), ambiental (EN), social (SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto/ serviço (PR). Parte dessas informações já é monitorada pelo Consórcio Machadinho e pela Maesa e o restante o será nos próximos anos (p. 8). Ao publicarem este relatório, Consórcio Machadinho e Maesa têm por objetivo oferecer informações qualificadas a respeito de suas atividades, bem como das operações da Usina Hidrelétrica Machadinho (p. 8).</p>
<p>2. O relatório inclui todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da organização relatora, salvo declaração em contrário.</p>	<p>Os dados fornecidos por este relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa). Publicado em português, presta contas do exercício de 2011, tendo periodicidade anual (p. 9).</p>
<p>3. As informações no relatório incluem todas as ações ou eventos significativos no período coberto e estimativas de impactos futuros expressivos de eventos passados, quando estes são razoavelmente previsíveis e podem se tornar inevitáveis ou irreversíveis.</p>	<p>Não encontrado.</p>
<p>4. O relatório não omite dados relevantes que influenciariam as avaliações ou decisões dos stakeholders ou refletiriam impactos econômicos, ambientais e sociais significativos.</p>	<p>A fim de identificar demandas de informação de seus principais stakeholders, as empresas consultaram representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram temas prioritários para abordagem no Relatório (p. 8). Participaram da consulta colaboradores, comunidade, imprensa, fornecedores, acionistas, entidades representativas e empresas do setor elétrico (p. 9).</p>

APÊNDICE E – Princípios da Qualidade da CELESC

CELESC - CLASSIFICAÇÃO "B"	
PRINCÍPIOS DE QUALIDADE: EQUILÍBRIO, COMPARABILIDADE , EXATIDÃO, PERIODICIDADE, CLAREZA, CONFIABILIDADE	
1. EQUILÍBRIO	
Divulgação tanto de aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
<p>1. O relatório divulga resultados e temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis.</p> <p>2. As informações são apresentadas num formato que permite aos usuários ver tendências positivas e negativas no desempenho de ano para ano.</p>	<p>Em dezembro de 2012, a Celesc Distribuição foi notificada por órgãos ambientais e estaduais em função do vazamento de 11.640 litros de óleo mineral isolante de um equipamento de uma subestação didática desativada, localizada no antigo centro de treinamento da empresa, no bairro Tapera, em Florianópolis. O vazamento ocorreu em função de um ato de vandalismo, e não por causa de falhas nos equipamentos ou na manutenção. Por esse motivo, a empresa entrou com recurso e está recorrendo da decisão das notificações. Mesmo com o processo em andamento, nós nos responsabilizamos em providenciar medidas de mitigação dos impactos ambientais e sociais ocasionados pelo incidente (p. 82)</p> <p>A Celesc não compete simplesmente se limitar a comprar e vender energia elétrica. Atenta a esse movimento, a companhia vem atuando fortemente em busca de alicerçar suas ações de forma a garantir as melhores práticas relacionadas à conformidade socioambiental de seus empreendimentos. Essa atuação, há anos, tem sido apresentada no Relatório de Responsabilidade Socioambiental da subsidiária Celesc Distribuição e no Relatório Anual do Grupo. Nesse ano, optamos por apresentar nossas ações em um relatório, que une as demonstrações financeiras e nossas ações sustentáveis, com base em uma sólida metodologia, amplamente aceita por empresas do mundo inteiro, a Global Reporting Initiative (GRI), que permite medir, divulgar e prestar contas do desempenho organizacional de forma estruturada, constituindo-se ainda como importante ferramenta de gestão. No contexto do Plano Diretor Celesc 2030, essa importante ferramenta contribui decisivamente para o acompanhamento, ao longo do tempo, do alcance de metas e objetivos e, se necessário, das eventuais correções de rumo (p. 11). Nesse cenário, as práticas sustentáveis foram intensificadas, nos motivando a elaborar o nosso primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Este documento, de periodicidade anual, segue as diretrizes da versão G3.1 da GRI. Outras técnicas de medição e/ou base de cálculos estão descritas ao longo dos</p>

	textos, sempre que necessário para apoiar algum dado. Com nível de aplicação B, reportamos 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil (p. 14).
3. A ênfase em diferentes temas do relatório é proporcional à sua materialidade.	A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos stakeholders, além de fatos relevantes que ocorreram na Companhia durante o ano (p. 14). Transparência e divulgação de resultados (78%), planejamento estratégico (63%), gestão de pessoas (58%) e pesquisa, inovação e desenvolvimento (58%) foram os quatro principais temas apontados por nossas partes interessadas e guiam o texto do nosso atual relatório de sustentabilidade. Esses temas são fortemente trabalhados no dia a dia da Celesc, o que indica que os resultados desse processo vão ao encontro do posicionamento já adotado pela Companhia (p. 14).
2. COMPARABILIDADE	
Consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas e apresentadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações.	
1. O relatório e as informações nele contidas podem ser comparados de um ano para outro.	Nesse ano, optamos por apresentar nossas ações em um relatório, que une as demonstrações financeiras e nossas ações sustentáveis, com base em uma sólida metodologia, amplamente aceita por empresas do mundo inteiro, a Global Reporting Initiative (GRI), que permite medir, divulgar e prestar contas do desempenho organizacional de forma estruturada, constituindo-se ainda como importante ferramenta de gestão. No contexto do Plano Diretor Celesc 2030, essa importante ferramenta contribui decisivamente para o acompanhamento, ao longo do tempo, do alcance de metas e objetivos e, se necessário, das eventuais correções de rumo. (p. 11).
2. O desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados.	A Celesc que queremos é uma companhia financeiramente forte, adequada na prestação de serviços e transparente nas suas ações e decisões. Em 2012, esse esforço culminou na elaboração do primeiro Plano Diretor da Companhia, denominado Celesc 2030, que contempla as aspirações dos principais stakeholders e apresenta balizadores estratégicos de longo prazo para a Holding e suas subsidiárias integrais. Acompanham o Plano duas peças fundamentais do processo: o Plano Regulatório, que estabelece uma agenda de ações para o tratamento das questões regulatórias, e o Plano Estratégico 2013-2017, que apresenta metas a serem cumpridas no período, como taxa mínima de retorno para o investimento, limites para o Capex baseados no Ebitda, nível de endividamento aceitável e performance operacional e financeira baseada nos parâmetros regulatórios e de benchmarks do setor (p. 9). É dessa forma que seguimos firmes no compromisso de alinhar nossa Companhia às empresas que são referência em crescimento e produtividade com base nas melhores práticas. Assim, por reconhecermos a responsabilidade de nossas ações, decidimos elaborar

	nosso primeiro relatório de sustentabilidade nos padrões do método da Global Reporting Initiative, o que nos permitirá gerir nossa companhia com ainda mais perspicácia no acompanhamento do nosso desempenho (p. 10).
3. Qualquer variação significativa entre relatórios com respeito a limite, escopo, duração do período analisado ou informações cobertas pode ser identificada e explicada.	Este documento, de periodicidade anual, segue as diretrizes da versão G3.1 da GRI. Outras técnicas de medição e/ou base de cálculos estão descritas ao longo dos textos, sempre que necessário para apoiar algum dado (p. 14).
4. O relatório utiliza, quando disponíveis, protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes.	Com nível de aplicação B, reportamos 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil. No índice remissivo estão os indicadores reportados, indicando em quais páginas podem ser localizados. Para conhecimento das diretrizes e dos indicadores GRI utilizados neste relato, acesse www.globalreporting.org (p. 14)
5. O relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.	Não utiliza suplemento setorial.
3. EXATIDÃO	
Precisão e detalhamento adequado das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.	
1. O relatório indica quais dados foram medidos.	Este documento, de periodicidade anual, segue as diretrizes da versão G3.1 da GRI. Outras técnicas de medição e/ou base de cálculos estão descritas ao longo dos textos, sempre que necessário para apoiar algum dado. Com nível de aplicação B, reportamos 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil (p. 14).
2. As técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes.	Outras técnicas de medição e/ou base de cálculos estão descritas ao longo dos textos, sempre que necessário para apoiar algum dado (p. 14).
3. A margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar substancialmente a capacidade dos stakeholders de chegar a conclusões adequadas e consistentes sobre o desempenho.	Ser transparente com a população é uma das diretrizes estabelecidas pela Celeste, principalmente quando se trata da realização de investimentos que a impacta de alguma forma. A estrutura organizacional da empresa reforça essa aproximação com os stakeholders, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios. Essa estrutura descentralizada atua diretamente com os órgãos públicos e privados, repassando e recebendo informações sobre crescimento futuro e análises sobre o desempenho atual do sistema, que são fatores que servem como base nas tomadas de decisão sobre necessidades e priorização de investimentos (p. 46).
4. O relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram	Não encontrado.

usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas.	
5. As declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.	De encontro às boas práticas de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa) e zelando pela qualidade no atendimento aos investidores, acionistas, analistas de mercado, imprensa especializada e demais públicos interessados, a Celesc está apta a fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros (p. 70).
4. PERIODICIDADE	
Publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentais.	
1. As informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo relatório.	Nesse cenário, as práticas sustentáveis foram intensificadas, nos motivando a elaborar o nosso primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012 (p. 14). A "Declaração do Exame do Nível de Aplicação pela GRI" é de 02 de julho de 2013.
2. A coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade.	Com nível de aplicação B, reportamos 58 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil (p. 14). Não houve verificação externa (p. 115).
3. As informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.	Nesse cenário, as práticas sustentáveis foram intensificadas, nos motivando a elaborar o nosso primeiro relato de sustentabilidade com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Os objetivos são fortalecer a transparência de nossas práticas e mensurar indicadores, bem como identificar pontos de melhoria. Em consonância às boas práticas do mercado, que visam um Relatório Integrado, incorporamos ao Relatório de Sustentabilidade as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício 2012, que também podem ser acessadas no site: www.celesc.com.br/ri (p. 14).
5. CLAREZA	
Disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível aos stakeholders que fizerem uso do relatório. Clareza na apresentação do relatório.	
1. O relatório contém o nível necessário de informações para atender às expectativas dos	A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou as expectativas dos stakeholders, além de fatos relevantes que

stakeholders, mas evita detalhes excessivos e desnecessários.	ocorreram na Companhia durante o ano (p. 14).
2. Os stakeholders podem encontrar as informações específicas que desejam sem demasiado esforço, por meio de índices, mapas, links ou outras ferramentas.	Este relatório foi publicado em português em versões impressa e online. No índice remissivo estão os indicadores reportados, indicando em quais páginas podem ser localizados. Para conhecimento das diretrizes e dos indicadores GRI utilizados neste relato, acesse www.globalreporting.org (p. 14).
3. O relatório evita vocabulário técnico, siglas, jargões e outros termos que tendem a ser pouco conhecidos pelos stakeholders e inclui explicações (quando necessário) na seção em questão ou num glossário.	Para manter uma relação de qualidade com seu público investidor e consumidor, a Celesc dispõe de diferentes meios de comunicação que visam maior eficiência e agilidade nas respostas às dúvidas, sugestões e reclamações. O atendimento aos acionistas pode ser realizado pessoalmente, por telefone, fax, e-mail e Twitter. Ademais, outras formas de comunicação são amplamente utilizadas. A Celesc mantém contato com seus clientes por meio de 219 lojas de atendimento presencial, pela internet – pelo portal www.celesc.com.br – e pelos canais telefônicos gratuitos para emergências (0800 480196), comercial (0800 480120) e da Ouvidoria (0800 483232). Há um número disponível para deficientes auditivos: 0800 6464050. Para se manifestar através da Ouvidoria, o consumidor pode optar também pelo portal ou pelo atendimento presencial. Por telefone, as manifestações podem ser registradas de segunda a sexta, das 08h às 18h, e, por meio do portal, também em feriados ou finais de semana. Nesses casos, o registro será efetuado na primeira hora do dia útil subsequente ao contato. As principais demandas à Companhia incluem solicitações de alterações na fatura, religações, estabelecimento do fornecimento, consultas de desligamentos, impressão de segunda via da fatura, conferência do cadastro pessoal, reclamações e pedidos de informações. Desde 2010, nossos 9 mil clientes de alta tensão (AT), denominados Grandes Clientes, podem interagir com a empresa pelo portal de informações especializadas, no endereço www.celesc.com.br/grandesclientes . Além disso, constantemente divulgamos notícias e comunicados, assim como publicidade legal e institucional na mídia (TV, rádio e jornais). A Celesc também mantém um relacionamento estratégico com associações, órgãos públicos, organizações nacionais e internacionais, além de entidades de classe (p. 47).
4. Os dados e informações do relatório estão disponíveis aos stakeholders, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes)	Este relatório foi publicado em português em versões impressa e online (p. 14). Para manter uma relação de qualidade com seu público investidor e consumidor, a Celesc dispõe de diferentes meios de comunicação que visam maior eficiência e agilidade nas respostas às dúvidas, sugestões e reclamações. O atendimento aos acionistas pode ser realizado pessoalmente, por telefone, fax, e-mail e Twitter. Ademais, outras formas de comunicação são amplamente utilizadas. A Celesc mantém contato com seus

	<p>clientes por meio de 219 lojas de atendimento presencial, pela internet – pelo portal www.celesc.com.br – e pelos canais telefônicos gratuitos para emergências (0800 480196), comercial (0800 480120) e da Ouvidoria (0800 483232). Há um número disponível para deficientes auditivos: 0800 6464050. Para se manifestar através da Ouvidoria, o consumidor pode optar também pelo portal ou pelo atendimento presencial. Por telefone, as manifestações podem ser registradas de segunda a sexta, das 08h às 18h, e, por meio do portal, também em feriados ou finais de semana. Nestes casos, o registro será efetuado na primeira hora do dia útil subsequente ao contato. As principais demandas à Companhia incluem solicitações de alterações na fatura, religações, estabelecimento do fornecimento, consultas de desligamentos, impressão de segunda via da fatura, conferência do cadastro pessoal, reclamações e pedidos de informações. Desde 2010, nossos 9 mil clientes de alta tensão (AT), denominados Grandes Clientes, podem interagir com a empresa pelo portal de informações especializadas, no endereço www.celesc.com.br/grandesclientes. Além disso, constantemente divulgamos notícias e comunicados, assim como publicidade legal e institucional na mídia (TV, rádio e jornais). A Celesc também mantém um relacionamento estratégico com associações, órgãos públicos, organizações nacionais e internacionais, além de entidades de classe (p. 47).</p>
6. CONFIABILIDADE	
Registro das informações e processos usados na preparação do relatório possibilitando a sua verificação por outras partes que não as que elaboraram o relatório	
1. A abrangência da verificação externa está identificada.	Não há verificação externa (p. 115).
2. A fonte original das informações do relatório pode ser identificada pela organização.	Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros (p. 70).
3. A organização pode fornecer comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos.	De encontro às boas práticas de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa) e zelando pela qualidade no atendimento aos investidores, acionistas, analistas de mercado, imprensa especializada e demais públicos interessados, a Celesc está apta a fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Em nossa página da web (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar todos os documentos arquivados junto aos órgãos reguladores (CVM e BM&FBovespa), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional

	das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado, entre outros (p. 70).
4. Encontra-se disponível uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.	Mensagem do Presidente e Mensagem do Conselho de Administração da Celesc (p. 9 e 11)

APÊNDICE F – Princípios da Qualidade da Tractebel Energia

TRACTEBEL - CLASSIFICAÇÃO "A+"	
PRINCÍPIOS DE QUALIDADE: EQUILÍBRIO, COMPARABILIDADE , EXATIDÃO, PERIODICIDADE, CLAREZA, CONFIABILIDADE	
1. EQUILÍBRIO	
Divulgação tanto de aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
1. O relatório divulga resultados e temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis.	Nossas 22 usinas em operação, descontadas as paradas programadas, alcançaram em 2012 uma disponibilidade de 96,9%, 1,4 ponto percentual inferior aos 98,3% obtidos em 2011 e 2010. Problemas como limitações de uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, a inoperância de um transformador na Usina Termelétrica William Arjona e uma falha de contenção da vazão do Rio Tocantins na Usina Hidrelétrica Estreito, antes da sua inauguração, foram fatores que contribuíram para essa pequena redução (p. 8 e 9). Os Objetivos Empresariais anuais incluem aspectos de gestão ambiental e respectiva melhoria contínua, que se desdobram em metas para os empregados encarregados. Metas de gestão ambiental por usina são definidas para os empreendimentos certificados. Essas metas são estabelecidas anualmente ou por demandas específicas, quando necessário, e os prazos, recursos e responsáveis pelo seu alcance são determinados conforme a complexidade dos assuntos envolvidos e as necessidades locais ou regionais, sem que se perca o foco da gestão corporativa. Em certas condições, de acordo com a relevância do tema, são definidas metas ambientais corporativas, como ocorreu para a eliminação dos equipamentos e resíduos contaminados com óleo Ascarel em 2008. Em 2012 foi estabelecida a meta de aumentar em 10,0% o índice de recuperação de resíduos na Tractebel Energia como um todo. A seguir são apresentados os resultados alcançados em 2012 (p. 70)
2. As informações são apresentadas num formato que permite aos usuários ver tendências positivas e negativas no desempenho de ano para ano.	2. Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto (p 111). As diretrizes da GRI estimulam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos na Companhia e permitam comparação entre organizações de todos os setores de atividade (p. 10). Além do Relatório de Sustentabilidade, a Tractebel Energia publica o Relatório da Administração, em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/1976. Com vistas à proposta de um Relatório Integrado, do Comitê Internacional para Relatórios Integrados (IIRC na sigla em inglês), apoiada pela BM&FBovespa e diversas outras instituições, previsto

	para ser mundialmente implantado nos próximos anos, o presente Relatório de Sustentabilidade incorpora informações do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2012 e de 2011 da Tractebel Energia (p. 11).
3. A ênfase em diferentes temas do relatório é proporcional à sua materialidade.	3. Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia (p. 10).
2. COMPARABILIDADE	
Consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas e apresentadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações.	
1. O relatório e as informações nele contidas podem ser comparados de um ano para outro.	1. O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade. O modelo de relato adotado estabelece princípios de qualidade pautados por equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, transparência e confiabilidade. As diretrizes da GRI estimulam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos na Companhia e permitam comparação entre organizações de todos os setores de atividade (p. 10). Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto (p. 111).
2. O desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados.	2. O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade (p. 10). Desde 2011, a Companhia vem elaborando seu Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia do Programa Brasil e o GHG Protocol e submetendo o mesmo à assseguração limitada por parte independente (terceira parte). Em 2012 foi realizado o segundo Inventário da Companhia, em cumprimento a uma das premissas básicas da Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas (p. 74). Diretrizes, recomendações e indicadores como os da Global Reporting Initiative (GRI) e do Instituto Ethos, bem como os da norma NBR ISO 26000 e os que norteiam o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), são referências complementares à evolução da legislação para embasar a melhoria contínua da gestão social da Companhia (p. 89). A Companhia se empenha em praticar uma remuneração compatível com os melhores padrões do mercado e um programa diferenciado de benefícios - que inclui um plano de previdência privada -, além de promover a Saúde e Segurança no Trabalho e estabelecer planos de carreira e

	de desenvolvimento individual (p. 91). O relacionamento da Tractebel Energia com as empresas do setor - geradoras, transmissoras, comerciais e distribuidoras – é pautado pelo Código de Ética da Companhia. A Tractebel Energia participa de associações setoriais, compartilhando com as demais empresas os assuntos de interesse comum, e atua em consórcio em alguns empreendimentos, como nas Usinas Hidrelétricas Machadinho, Itá e Estreito e na Usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética (p. 99).
3. Qualquer variação significativa entre relatórios com respeito a limite, escopo, duração do período analisado ou informações cobertas pode ser identificada e explicada.	3. Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto. Não houve mudanças significativas no escopo, limite ou métodos de medida em relação ao relatório anterior (p. 111)
4. O relatório utiliza, quando disponíveis, protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes.	4. O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade (p. 10). O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (p. 11).
5. O relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.	5. O relatório utiliza os Indicadores Setoriais de Energia Elétrica (p. 126).
3. EXATIDÃO	
Precisão e detalhamento adequado das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.	
1. O relatório indica quais dados foram medidos.	Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia. O documento foi desenvolvido pelo sexto ano consecutivo com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional de relatos de sustentabilidade (p. 10). O Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Companhia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento facilita a identificação dos temas mais relevantes sob a ótica da Tractebel Energia e a exposição de informações completas sobre cada um deles (p. 10). O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (p. 11).

2. As técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes.	Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto (p. 111).
3. A margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar substancialmente a capacidade dos stakeholders de chegar a conclusões adequadas e consistentes sobre o desempenho.	A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus stakeholders por meio de canais específicos no website da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema Quality-Plan, entre outros (p. 90). Durante a implantação de novos empreendimentos, como o Complexo Eólico Trairi, no Ceará, programas de comunicação para o engajamento de partes interessadas são desenvolvidos de modo a: fornecer informações sobre aspectos e impactos positivos e negativos do projeto; identificar as expectativas da comunidade local; e procurar atender às demandas de maior relevância, que sejam compatíveis com as possibilidades e obrigações da Companhia (p. 90).
4. O relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas.	Não encontrado.
5. As declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.	Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações, que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&F Bovespa; e informa fatos relevantes, conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, oferecendo aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se: Informações Trimestrais; Release e apresentação de resultados; Demonstrações Contábeis; Comunicados ao Mercado; Avisos aos Acionistas; Fatos Relevantes; e Relatório de Sustentabilidade. Outros veículos de comunicação das informações corporativas são a revista Boas Novas, voltada ao público externo e também encaminhada aos empregados, o informativo interno Conexão e boletins eletrônicos, veiculados pela área de Recursos Humanos (p. 121).
4. PERIODICIDADE	
Publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentais.	
1. As informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo	Este Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e

relatório.	ambiental, além de descrever o perfil da Companhia (p. 10). O objetivo desta publicação é a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus stakeholders (p. 10. A data da Asseguração Independente é 29 de abril de 2013 (p. 132).
2. A coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade.	O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (p. 11).
3. As informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.	O Relatório de Sustentabilidade apresenta a gestão e o desempenho da Tractebel Energia e de suas controladas durante o ano de 2012, levando em consideração os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, além de descrever o perfil da Companhia. O objetivo desta publicação é a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus stakeholders (p. 10).
5. CLAREZA	
Disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível aos stakeholders que fizerem uso do relatório. Clareza na apresentação do relatório.	
1. O relatório contém o nível necessário de informações para atender às expectativas dos stakeholders, mas evita detalhes excessivos e desnecessários.	O objetivo desta publicação é a prestação de contas dos acontecimentos do ano de 2012 de maneira completa e clara, além de ser uma ferramenta de diálogo entre a Tractebel Energia e seus stakeholders. O Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Companhia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento facilita a identificação dos temas mais relevantes sob a ótica da Tractebel Energia e a exposição de informações completas sobre cada um deles (p. 10).
2. Os stakeholders podem encontrar as informações específicas que desejam sem demasiado esforço, por meio de índices, mapas, links ou outras ferramentas.	A Companhia estabelece e gerencia a comunicação com seus stakeholders por meio de canais específicos no website da Companhia - como os dedicados a investidores, fornecedores, candidatos a trabalhar na Tractebel Energia e público em geral - e o módulo Comunicação com Partes Interessadas do sistema Quality-Plan, entre outros (p. 90)
3. O relatório evita vocabulário técnico, siglas, jargões e outros termos que tendem a ser pouco conhecidos pelos stakeholders e inclui explicações (quando necessário) na seção em questão ou num glossário.	A prestação de contas e informações, com clareza e equidade a todos os públicos, é uma busca permanente da Tractebel Energia, tanto em relação às atividades da Companhia quanto aos seus posicionamentos sobre questões de relevância para o setor elétrico (p. 22). Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações, que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa; e informa fatos relevantes,

	conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, oferecendo aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se: Informações Trimestrais; Release e apresentação de resultados; Demonstrações Contábeis; Comunicados ao Mercado; Avisos aos Acionistas; Fatos Relevantes; e Relatório de Sustentabilidade. Outros veículos de comunicação das informações corporativas são a revista Boas Novas, voltada ao público externo e também encaminhada aos empregados, o informativo interno Conexão e boletins eletrônicos, veiculados pela área de Recursos Humanos (p. 22).
4. Os dados e informações do relatório estão disponíveis aos stakeholders, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes)	A Companhia se relaciona com a sociedade de maneira geral por meio de seu website e de veículos de comunicação, divulgando assuntos e posicionamentos pertinentes às suas atividades que sejam de interesse público, tais como fatos relevantes, publicações legais, campanhas educativas em prol da sustentabilidade às quais vincula sua marca e também por anúncios de propaganda e marketing (p. 97).
6. CONFIABILIDADE	
Registro das informações e processos usados na preparação do relatório possibilitando a sua verificação por outras partes que não as que elaboraram o relatório	
1. A abrangência da verificação externa está identificada.	O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+ nas diretrizes GRI pelo quinto ano consecutivo. Isso demonstra que a publicação alcançou o nível mais abrangente das diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+) (p. 11).
2. A fonte original das informações do relatório pode ser identificada pela organização.	Fatos Relevantes, Avisos aos Acionistas, Comunicados ao Mercado e o desempenho trimestral da Companhia, bem como o Relatório de Sustentabilidade, podem ser encontrados no espaço “Investidor” do website da Tractebel Energia. O Departamento de Relações com Investidores promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, reuniões com investidores e analistas de investimentos – como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) -, e participa de conferências e seminários dos principais bancos de investimentos e corretoras. Em 2012, a Tractebel Energia participou de 29 eventos, no Brasil e no exterior, promovidos por agentes do mercado de capitais, reunindo-se com 437 investidores, consideradas as repetições e excluídas as reuniões da Apimec. O “Por Dentro da Tractebel” - um programa de visitação de profissionais do mercado de capitais a uma das instalações da Tractebel Energia, geralmente uma usina, em operação ou construção - , em 2012, ocorreu na nova sede que a Companhia passou a ocupar a partir do segundo semestre de 2011 e contou com a presença de 77 convidados (p. 98).
3. A organização pode fornecer comprovações que embasam	Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos

hipóteses ou cálculos complexos.	leve a acreditar que as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 da Tractebel Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios e diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G3) (p. 132).
4. Encontra-se disponível uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.	Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações socioambientais contidas no Relatório de Sustentabilidade 2012 (p. 132).

APÊNDICE G – Princípios Qualidade BAESA

BAESA - CLASSIFICAÇÃO "B+"	
PRINCÍPIOS DE QUALIDADE: EQUILÍBRIO, COMPARABILIDADE , EXATIDÃO, PERIODICIDADE, CLAREZA, CONFIABILIDADE	
1. EQUILÍBRIO	
Divulgação tanto de aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
1. O relatório divulga resultados e temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis.	Em caso de dúvidas, sugestões ou críticas, convidamos o leitor a entrar em contato conosco pelo e-mail: contato@baesa.com.br (p. 9). Em 2011, a Usina Hidrelétrica Barra Grande registrou excelente performance, com geração de 4.075 GWh – equivalente a 122,2% da energia assegurada e índice de disponibilidade médio de 94,68%. Já a geração durante o ano de 2012 ficou abaixo da média histórica em função das condições hidrológicas desfavoráveis. Como resultado, o volume de geração ficou em 1.832 GWh, representando 55% da energia assegurada. Apesar disso, o índice de Disponibilidade médio alcançou 94,56%, muito acima dos 85,31% exigidos no contrato de concessão (p. 12). O Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC, é um local especialmente construído pela BAESA para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos (p. 38).
2. As informações são apresentadas num formato que permite aos usuários ver tendências positivas e negativas no desempenho de ano para ano.	A elaboração deste Relatório de Sustentabilidade demonstra a evolução da BAESA, retratada em sua decisão de fazer da transparência e da comunicação ferramentas de gestão imprescindíveis para uma organização que se deseja sustentável. Esta é a terceira edição do Relatório de Sustentabilidade, e a primeira em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o interesse da BAESA em aprimorar sua comunicação. O conteúdo desta publicação – ressalte-se – foi definido em dois encontros com partes interessadas, convidadas a sugerir quais informações deveriam estar contidas neste Relatório. A meta foi alcançar o nível B+ do padrão GRI, que consiste na apresentação de, no mínimo, 20 indicadores de desempenho, selecionados dentre sete aspectos principais: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto. Posteriormente, o conteúdo foi avaliado por auditoria independente, de modo a conferir legitimidade ao documento (p. 4).
3. A ênfase em diferentes temas do relatório é proporcional à sua materialidade.	A publicação do Relatório de Sustentabilidade foi precedida da realização de duas oficinas de trabalho com partes interessadas da BAESA. O objetivo foi ouvir colaboradores da empresa, representantes de órgãos

	<p>públicos, instituições e lideranças comunitárias que atuam em municípios do entorno da Usina Hidrelétrica Barra Grande e com as quais mantém parcerias voltadas ao desenvolvimento local e regional. A coleta de informações foi complementada com a aplicação de um questionário eletrônico direcionado aos acionistas e principais fornecedores. Os temas prioritários selecionados pelos públicos de interesse foram os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perfil da BAESA e da Usina Hidrelétrica Barra Grande. • Desempenho econômico- financeiro. • Biodiversidade e programas de gestão ambiental. • Investimentos em projetos e ações sociais. • Intereração com a comunidade e compromisso com o desenvolvimento local e regional (p. 7). <p>Outros temas foram identificados na consultas públicas com os públicos de interesse (p. 8). A apresentação de tais temas seguiu a distribuição em quatro áreas: Gestão Econômica, Gestão Ambiental, Gestão Social e Compromisso com a Melhoria Contínua. Ao longo do texto, à medida que os indicadores são informados, há a citação numérica correspondente, cuja descrição pode ser consultada na tabela das páginas 50 a 53 (p. 9).</p>
2. COMPARABILIDADE	
	<p>Consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas e apresentadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com outras organizações.</p>
<p>1. O relatório e as informações nele contidas podem ser comparados de um ano para outro.</p>	<p>Periodicamente, a BAESA divulga informações relevantes por meio de seu Relatório de Sustentabilidade, elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010. A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade. (p. 6)</p>
<p>2. O desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados.</p>	<p>A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade. (p. 6). Com relação à segurança física da barragem principal e das demais estruturas da Usina, controles e monitoramentos realizados por 120 instrumentos existentes ao longo da barragem e estruturas civis asseguram integridade física e adoção de medidas preventivas e corretivas. Além disso, inspeções periódicas promovidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) revelam conformidade com seus padrões de segurança (p. 13). A atenção redobrada aos aspectos relacionados com saúde e segurança no trabalho resultou em conquista relevante: desde março de 2008, a Usina Hidrelétrica Barra Grande não registra acidentes com lesão. São 1,6 milhão de horas em que os serviços de</p>

	Operação e Manutenção, e também as atividades de campo, são realizados sem a ocorrência de doenças ocupacionais e acidentes com lesão que tenham resultados em tratamento médico, restrição ao trabalho ou afastamento. Esse bom desempenho deve-se, em grande parte, à implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Usina Hidrelétrica Barra Grande, que possibilitou a obtenção da Certificação OHSAS 18001 (p. 44). Dispor de um corpo funcional capacitado é uma das premissas básicas adotadas pela BAESA para alcançar a excelência no setor em que atua. Um bom exemplo disso foi a participação e a aprovação de todos os operadores em um processo de avaliação aplicado pela CPFL Geração, respondendo 50 questões formuladas sobre equipamentos e sistemas da Usina, e também procedimentos de rede do ONS (p. 47).
3. Qualquer variação significativa entre relatórios com respeito a limite, escopo, duração do período analisado ou informações cobertas pode ser identificada e explicada.	Esta é a terceira edição do Relatório de Sustentabilidade, e a primeira em conformidade com o modelo GRI, o que evidencia o interesse da BAESA em aprimorar sua comunicação. O conteúdo desta publicação – ressalte-se – foi definido em dois encontros com partes interessadas, convidadas a sugerir quais informações deveriam estar contidas neste Relatório (p. 4)
4. O relatório utiliza, quando disponíveis, protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes.	Este Relatório de Sustentabilidade, elaborado para toda a empresa, atende ao nível B+ da metodologia do GRI, que exige o atendimento a todos os indicadores de perfil e, ao menos, um indicador de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico (EC), Ambiental (EN), Direitos Humanos (HR), Práticas Trabalhistas (LA), Sociedade (SO), Responsabilidade pelo Produto (PR) e Indicadores Setoriais – Energia (EU), totalizando, no mínimo, 20 indicadores. Posteriormente, o conteúdo foi avaliado por auditoria externa, fato que confere legitimidade ao documento. (p. 6)
5. O relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.	Utiliza Indicadores Setoriais de Energia (p. 6)
3. EXATIDÃO	
Precisão e detalhamento adequado das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.	
1. O relatório indica quais dados foram medidos.	A apresentação de tais temas seguiu a distribuição em quatro áreas: Gestão Econômica, Gestão Ambiental, Gestão Social e Compromisso com a Melhoria Contínua. Ao longo do texto, à medida que os indicadores são informados, há a citação numérica correspondente, cuja descrição pode ser consultada na tabela das páginas 50 a 53 (p. 9).
2. As técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes.	As técnicas de medição de dados e bases para cálculos estão descritas próximo de tabelas e gráficos (p. 50)
3. A margem de erro para dados	A comunicação é ferramenta primordial no relacionamento

<p>quantitativos não é suficiente para influenciar substancialmente a capacidade dos stakeholders de chegar a conclusões adequadas e consistentes sobre o desempenho.</p>	<p>da BAESA com as partes interessadas. Por meio de ações criativas e de canais específicos para alcançar seus diversos públicos, a BAESA vale-se da elaboração de publicações impressas (jornal institucional Informativo Barra Grande e Relatório da Administração), mídia eletrônica, diálogo constante e troca de informações para fortalecer a transparência e a credibilidade., Os investimentos realizados pela BAESA nos municípios da região são debatidos com grupos representativos da população. A participação da comunidade é considerada fundamental para orientar o aporte de recursos e a execução de obras (p. 38).</p>
<p>4. O relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas.</p>	<p>Não encontrado.</p>
<p>5. As declarações qualitativas do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.</p>	<p>Com a identificação, controle e mitigação das principais interferências da Usina Hidrelétrica Barra Grande na região, o empreendimento alcançou momento de estabilidade e constata boas oportunidades para concretizar potencialidades e fortalecer sua atuação socioambiental e sua imagem institucional. A empresa tem se baseado em pesquisas realizadas pelo Ibope, reuniões com lideranças e participação em eventos para obter informações que ajudem a implementar ações desejadas pela população. O diálogo constante com as partes interessadas é uma das ferramentas utilizadas pela BAESA para nortear seu trabalho e sua conduta (p. 49).</p>
<p>4. PERIODICIDADE</p>	
<p>Publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentais.</p>	
<p>1. As informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo relatório.</p>	<p>A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade (p. 6). A "DECLARAÇÃO DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE" da Bureau Veritas Certification Brasil (Bureau Veritas) é de Agosto de 2013.</p>
<p>2. A coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade.</p>	<p>Este Relatório de Sustentabilidade, elaborado para toda a empresa, atende ao nível B+ da metodologia do GRI, que exige o atendimento a todos os indicadores de perfil e, ao menos, um indicador de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico (EC), Ambiental (EN), Direitos Humanos (HR), Práticas Trabalhistas (LA), Sociedade (SO), Responsabilidade pelo Produto (PR) e Indicadores Setoriais – Energia (EU), totalizando, no mínimo, 20 indicadores. Posteriormente, o conteúdo foi avaliado por auditoria externa, fato que confere legitimidade ao documento (p. 6).</p>
<p>3. As informações constantes no</p>	<p>Periodicamente, a BAESA divulga informações relevantes</p>

<p>relatório (incluindo os informes publicados via internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.</p>	<p>por meio de seu Relatório de Sustentabilidade, elaborado a cada dois anos, sendo que a última edição abordou o período 2009/2010. A presente publicação reúne as principais informações do biênio 2011/2012 e, pela primeira vez, adota as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho da empresa relacionado a sustentabilidade. (p. 6)</p>
5. CLAREZA	
	<p>Disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível aos stakeholders que fizerem uso do relatório. Clareza na apresentação do relatório.</p>
<p>1. O relatório contém o nível necessário de informações para atender às expectativas dos stakeholders, mas evita detalhes excessivos e desnecessários.</p>	<p>A realização de consultas públicas com partes interessadas da BAESA foi importante para acrescentar a este Relatório de Sustentabilidade informações consideradas relevantes pelos públicos com os quais a empresa se comunica e se relaciona (p. 7).</p>
<p>2. Os stakeholders podem encontrar as informações específicas que desejam sem demasiado esforço, por meio de índices, mapas, links ou outras ferramentas.</p>	<p>Este Relatório de Sustentabilidade foi publicado em versão impressa e distribuída entre os públicos de interesse. O conteúdo está disponível também no site www.baesa.com.br. Em caso de dúvidas, sugestões ou críticas, convidamos o leitor a entrar em contato conosco pelo e-mail: contato@baesa.com.br (p. 9)</p>
<p>3. O relatório evita vocabulário técnico, siglas, jargões e outros termos que tendem a ser pouco conhecidos pelos stakeholders e inclui explicações (quando necessário) na seção em questão ou num glossário.</p>	<p>A comunicação é ferramenta primordial no relacionamento da BAESA com as partes interessadas. Por meio de ações criativas e de canais específicos para alcançar seus diversos públicos, a BAESA vale-se da elaboração de publicações impressas (jornal institucional Informativo Barra Grande e Relatório da Administração), mídia eletrônica, diálogo constante e troca de informações para fortalecer a transparéncia e a credibilidade (p. 38). O Centro de Atendimento à População (CAP), localizado em Anita Garibaldi/SC, é um local especialmente construído pela BAESA para receber sugestões, solicitações e críticas da comunidade em relação a ações e programas que são desenvolvidos (p. 38). A BAESA mantém relações corporativas com entidades públicas que representam municípios do entorno da Usina, como a Associação para o Desenvolvimento da Região dos Lagos (Adrel), Associação dos Municípios da Serra Catarinense (Amures) e a Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (Amucser) (p. 39).</p>
<p>4. Os dados e informações do relatório estão disponíveis aos stakeholders, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes)</p>	<p>Este Relatório de Sustentabilidade foi publicado em versão impressa e distribuída entre os públicos de interesse. O conteúdo está disponível também no site www.baesa.com.br. Em caso de dúvidas, sugestões ou críticas, convidamos o leitor a entrar em contato conosco pelo e-mail: contato@baesa.com.br (p. 9)</p>
6. CONFIABILIDADE	
	<p>Registro das informações e processos usados na preparação do relatório possibilitando a sua verificação por outras partes que não as que elaboraram o relatório</p>
<p>1. A abrangência da verificação externa está identificada.</p>	<p>O conteúdo foi avaliado por auditoria independente, de modo a conferir legitimidade ao documento (p. 4).</p>

2. A fonte original das informações do relatório pode ser identificada pela organização.	Constantemente, os acionistas realizam auditorias e verificações para medir o desempenho da gestão organizacional da BAESA. Internamente, a empresa conduz auditorias e monitoramentos preventivos para avaliar processos e procedimentos nas áreas financeira, tributária, meio ambiente e segurança do trabalho (p. 17).
3. A organização pode fornecer comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos.	Não encontrado.
4. Encontra-se disponível uma declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.	Mensagem da Administração e "Declaração de Verificação Independente" da Bureau Veritas Certification Brasil (Bureau Veritas) (p. 4 e p. 54).

APÊNDICE H – Princípios Qualidade Machadinho e MAESA

MACHADINHO E MAESA - CLASSIFICAÇÃO "C"	
PRINCÍPIOS DE QUALIDADE: EQUILÍBRIO, COMPARABILIDADE , EXATIDÃO, PERIODICIDADE, CLAREZA, CONFIABILIDADE	
1. EQUILÍBRIO	
Divulgação tanto de aspectos positivos quanto negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada.	
O que se deve levar em consideração	Respostas Diretas
<p>1. O relatório divulga resultados e temas tanto favoráveis quanto desfavoráveis.</p>	Em 2011, após ter atingido zero no ano anterior, a taxa de falha da Usina Hidrelétrica Machadinho foi 1,37 – muito próxima da meta do ano, que era igual ou inferior a 1,2. A elevação da taxa se deve a um desligamento não programado ocorrido no dia 15 de março de 2011, em função de uma falha técnica. Todos os fatores que levaram à falha foram identificados e corrigidos, a fim de evitar que o ocorrido se repita. Em 2012, a meta foi mantida em 1,2 (p. 22). Os Centros de Atendimento à População (CAPs) são os instrumentos que permitem a aproximação e o diálogo entre o Consórcio Machadinho e as comunidades de entorno. Com um CAP localizado no município de Piratuba (SC) e outro no município de Barracão (RS), a UHE Machadinho se coloca à disposição para ouvir os integrantes da comunidade e buscar soluções conjuntas. Assim, os CAPs centralizam pleitos de diversas naturezas, como solicitações de direito a benefício e/ou indenização, solicitações e liberações de escrituras de reassentados e pedidos de doações e patrocínios. Em 2011, o CAP de Piratuba registrou o recebimento de 160 pleitos, enquanto o CAP de Barracão contabilizou 104 pleitos (p. 47)
<p>2. As informações são apresentadas num formato que permite aos usuários ver tendências positivas e negativas no desempenho de ano para ano.</p>	Segundo as diretrizes pela primeira vez em 2011, Consórcio Machadinho e Maesa já responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado), uma importante conquista em relação à sustentabilidade (p. 8).
<p>3. A ênfase em diferentes temas do relatório é proporcional à sua materialidade.</p>	A fim de identificar demandas de informação de seus principais stakeholders, as empresas consultaram representantes de seus públicos de interesse, que, por meio de um questionário, apontaram os seguintes temas como prioritários para abordagem no Relatório: • Perfil da Usina Hidrelétrica Machadinho; • Estrutura de Governança Corporativa de Consórcio Machadinho e Maesa; • Políticas e programas de gestão ambiental; • Programa de Educação Ambiental; • Investimentos em programas e ações sociais; • Gestão de pessoas (p. 8).
2. COMPARABILIDADE	
<p>Consistência na seleção, compilação e relato das questões e informações. As informações devem ser relatadas e apresentadas de modo que permitam às partes interessadas analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e permitir comparações com</p>	

outras organizações.	
<p>1. O relatório e as informações nele contidas podem ser comparados de um ano para outro.</p>	<p>Após registrar a maior demanda de sua história em 2010, o Sistema Interligado Nacional (SIN) foi menos exigido em 2011. A carga do SIN alcançou uma taxa média de crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior (p. 21). Em 2011, após ter atingido zero no ano anterior, a taxa de falha da Usina Hidrelétrica Machadinho foi 1,37 – muito próxima da meta do ano, que era igual ou inferior a 1,2 (p. 22). Os direitos de utilização da energia gerada pela UHE Machadinho pertencem aos acionistas da Maesa, que arrenda aos sócios o ativo imobilizado no empreendimento. Em 2011, as receitas de arrendamento totalizaram R\$ 155 milhões, valor 64% superior ao registrado no ano anterior. O lucro operacional bruto também registrou crescimento. Foram R\$ 110,7 milhões, ante R\$ 55 milhões obtidos em 2010. O lucro líquido, que havia sido de R\$ 11 milhões no exercício de 2010, alcançou R\$ 53,3 milhões em 2011 (p. 25). Desde 2009, o Consórcio Machadinho desenvolve ações para formar multiplicadores ambientais. Em 2011, foram apresentados os trabalhos de conclusão dos 38 alunos que compunham a última turma do Programa de Formação de Educadores Ambientais (PFEA) (p. 33). Em 2011, pelo quinto ano consecutivo, o Consórcio Machadinho promoveu o Concurso de Redação, voltado a alunos de 8ª série das escolas dos municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Machadinho (p. 46). Em 2011, Ano Internacional das Florestas, o concurso teve como tema “A Usina Hidrelétrica Machadinho e as Florestas” e contou com a participação de 821 alunos de 32 escolas, um incremento de 24% em relação ao número de inscritos no ano anterior (p. 46). Em 2011, 9.850 pessoas visitaram a Usina Hidrelétrica Machadinho, um incremento de 29,6% em relação ao ano anterior. Desde que o Programa foi criado, em 2007, mais de 35 mil pessoas conheceram o empreendimento (p. 47).</p>
<p>2. O desempenho da organização pode ser comparado com padrões de referência (benchmarks) apropriados.</p>	<p>Água, clima, solo, fauna e flora são alguns dos aspectos monitorados na região da Usina, a fim de garantir a identificação e a minimização de possíveis impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades. Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho). Em paralelo ao monitoramento constante de diversos indicadores, a UHE Machadinho investe no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental que envolvam colaboradores, visitantes da Usina e comunidades dos municípios da área de abrangência (p. 29).</p>

3. Qualquer variação significativa entre relatórios com respeito a limite, escopo, duração do período analisado ou informações cobertas pode ser identificada e explicada.	Os dados fornecidos por este relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa). Publicado em português, presta contas do exercício de 2011, tendo periodicidade anual (p. 9)
4. O relatório utiliza, quando disponíveis, protocolos geralmente aceitos para compilação, medição e apresentação de informações, incluindo os protocolos técnicos da GRI para indicadores contidos nas Diretrizes.	O Relatório de Sustentabilidade 2011 do Consórcio Machadinho e da Maesa segue as Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que publica um guia de referência para a comunicação do desempenho relacionado à sustentabilidade. Para classificação do relatório, a GRI prevê três níveis de aplicação das diretrizes, em ordem crescente: C, B e A. Segundo as diretrizes pela primeira vez em 2011, Consórcio Machadinho e Maesa já responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado), uma importante conquista em relação à sustentabilidade (p. 8).
5. O relatório usa suplementos setoriais da GRI, quando disponíveis.	Não utiliza.
3. EXATIDÃO	
Precisão e detalhamento adequado das informações, para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.	
1. O relatório indica quais dados foram medidos.	Os indicadores da GRI são apresentados ao final desta publicação, de acordo com as dimensões a que se referem: econômica (EC), ambiental (EN), social (SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto/ serviço (PR). Parte dessas informações já é monitorada pelo Consórcio Machadinho e pela Maesa e o restante o será nos próximos anos (p. 8).
2. As técnicas de medição de dados e as bases de cálculo são descritas adequadamente e podem ser reproduzidas com resultados semelhantes.	Não encontrado.
3. A margem de erro para dados quantitativos não é suficiente para influenciar substancialmente a capacidade dos stakeholders de chegar a conclusões adequadas e consistentes sobre o desempenho.	Não encontrado.
4. O relatório indica quais dados foram estimados e que hipóteses e técnicas foram usadas na elaboração dessas estimativas ou onde as informações podem ser encontradas.	Não encontrado.
5. As declarações qualitativas	Coordenada pelo Consórcio Machadinho, a gestão

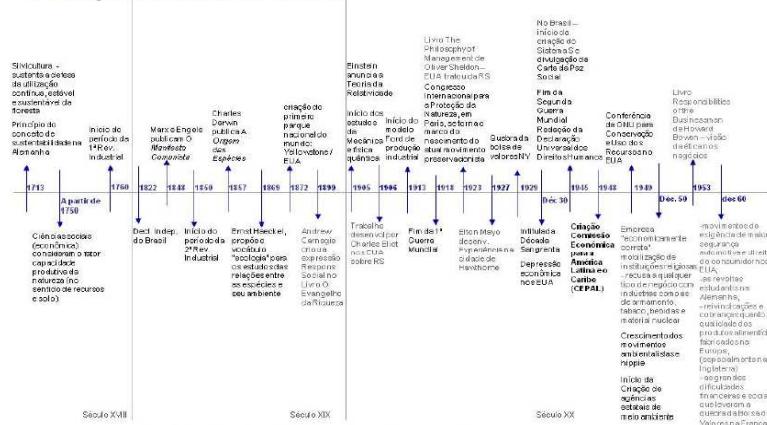
<p>do relatório são válidas com base em outras informações relatadas e em documentação disponível.</p>	<p>ambiental do empreendimento é executada pela operadora da Usina, Tractebel Energia, que utiliza um sistema integrado para gerir ações relacionadas ao meio ambiente e inclui o monitoramento de qualidade da produção, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho. Em função da amplitude e eficiência desse sistema, a UHE Machadinho possui as certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança no Trabalho). Em paralelo ao monitoramento constante de diversos indicadores, a UHE Machadinho investe no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental que envolvam colaboradores, visitantes da Usina e comunidades dos municípios da área de abrangência (p. 29). Reconhecida como uma eficaz ferramenta para a conservação dos recursos naturais, a Educação Ambiental está entre as principais ações desenvolvidas pelo Consórcio Machadinho na região em que atua. Por meio da transmissão de conhecimento, o Consórcio busca fortalecer a relação de parceria construída junto aos moradores das áreas de influência da UHE machadinho. Para isso, o Consórcio Machadinho desenvolve um Programa de Educação Ambiental em parceria com a Tractebel Energia. A realização desse programa junto às comunidades dos municípios abrangidos pela Usina é considerada estratégica para o fortalecimento da relação comunidade-empresa e traduz o compromisso do Consórcio Machadinho com o desenvolvimento sustentável. O público-alvo prioritário do programa são as comunidades dos municípios de Capinzal, Anita Garibaldi, Zortéa, Campos Novos, Celso Ramos e Piratuba, no estado de Santa Catarina, além de Barracão, Machadinho, Pinhal da Serra e Maximiliano de Almeida, no Rio Grande do Sul. O Programa de Educação Ambiental da UHE Machadinho tem como objetivo fornecer informação à população por meio de diversas atividades, como palestras, pesquisas e projetos de extensão dos programas socioambientais (p. 30)</p>
4. PERIODICIDADE	
<p>Publicação regular do relatório e disponibilização de informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentais.</p>	
<p>1. As informações constantes no relatório estão sendo divulgadas enquanto são ainda recentes em relação ao período coberto pelo relatório.</p>	<p>Não encontrado.</p>
<p>2. A coleta e a divulgação das informações fundamentais sobre o desempenho são compatíveis com o cronograma dos relatórios de sustentabilidade.</p>	<p>Os dados fornecidos por este relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa). Publicado em português, presta contas do exercício de 2011, tendo periodicidade anual (p. 9)</p>
<p>3. As informações constantes no relatório (incluindo os informes publicados via</p>	<p>Os dados fornecidos por este relatório abrangem o Consórcio Machadinho S.A. e a Machadinho Energética S.A. (Maesa).</p>

internet) mostram claramente o período de tempo a que se referem, quando serão atualizadas e quando foram feitas as últimas atualizações.	Publicado em português, presta contas do exercício de 2011, tendo periodicidade anual (p. 9)
5. CLAREZA	
Disponibilização das informações de uma forma que seja compreensível e acessível aos stakeholders que fizerem uso do relatório. Clareza na apresentação do relatório.	
1. O relatório contém o nível necessário de informações para atender às expectativas dos stakeholders, mas evita detalhes excessivos e desnecessários.	Seguindo as diretrizes pela primeira vez em 2011, Consórcio Machadinho e Maesa já responderam aos indicadores necessários para classificar o Relatório como nível C (autodeclarado), uma importante conquista em relação à sustentabilidade (p. 8).
2. Os stakeholders podem encontrar as informações específicas que desejam sem demasiado esforço, por meio de índices, mapas, links ou outras ferramentas.	O relatório foi publicado na íntegra em versão impressa, distribuída entre os principais stakeholders e seu conteúdo também está disponível no site www.machadinho.com.br . (p. 9).
3. O relatório evita vocabulário técnico, siglas, jargões e outros termos que tendem a ser pouco conhecidos pelos stakeholders e inclui explicações (quando necessário) na seção em questão ou num glossário.	Para manter a transparência nas relações com seus públicos de interesse, o Consórcio Machadinho investe em ferramentas eficientes de comunicação, que incluem a manutenção de uma Assessoria de Comunicação na área do empreendimento, onde estão concentrados seus principais stakeholders. Por meio da Assessoria, são periodicamente oferecidas informações aos veículos de comunicação, em especial aos dos municípios da área de abrangência. Em complemento às informações divulgadas pela imprensa, o Consórcio Machadinho utiliza meios de comunicação direta com seus públicos, como informativos, folderes e programas institucionais de rádio (p. 48).
4. Os dados e informações do relatório estão disponíveis aos stakeholders, inclusive aos que têm necessidades específicas de acessibilidade (habilidades, idiomas e tecnologias diferentes)	O relatório foi publicado na íntegra em versão impressa, distribuída entre os principais stakeholders e seu conteúdo também está disponível no site www.machadinho.com.br .
6. CONFIABILIDADE	
Registro das informações e processos usados na preparação do relatório possibilitando a sua verificação por outras partes que não as que elaboraram o relatório	
1. A abrangência da verificação externa está identificada.	Não houve verificação externa.
2. A fonte original das informações do relatório pode ser identificada pela organização.	Não encontrado.
3. A organização pode fornecer comprovações que embasam hipóteses ou cálculos complexos.	Não encontrado.
4. Encontra-se disponível uma	Mensagem da Administração (p. 6)

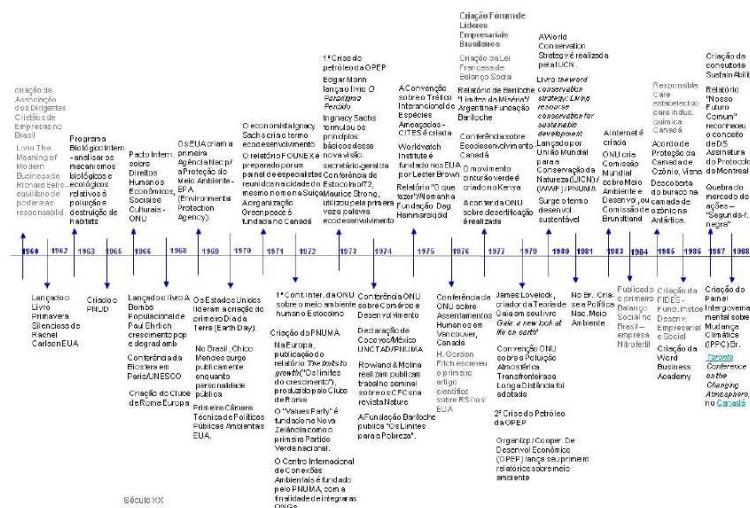
declaração por parte de quem forneceu os dados ou informações originais, atestando sua confiabilidade ou exatidão dentro de margens de erro aceitáveis.	
---	--

ANEXO A – Evolução dos conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

Evolução dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social



Organizado por Andrade Silva da Rosa de Amorim – andrade@prosperitato.com.br – agosto 2009



378

